

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

LUÍS GUSTAVO RUWER DA SILVA

POR UM MUNDO ONDE CAIBAM MUITOS MORROS:
Reflexões ontológicas desde o Morro Santana, Porto Alegre (RS)



Porto Alegre

2023

LUÍS GUSTAVO RUWER DA SILVA

POR UM MUNDO ONDE CAIBAM MUITOS MORROS:

Reflexões ontológicas desde o Morro Santana, Porto Alegre (RS)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almeida de
Magalhães

Porto Alegre

2023

LUÍS GUSTAVO RUWER DA SILVA

POR UM MUNDO ONDE CAIBAM MUITOS MORROS:
Reflexões ontológicas desde o Morro Santana, Porto Alegre (RS)

Aprovado em 06 dez. 2023.

Prof. Dr. Alexandre Almeida de Magalhães – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
(PPGS/ UFRGS) – Orientador

Prof^a. Dra. Lorena Cândido Fleury – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/
UFRGS)

Prof. Dr. Marcelo Argenta Câmara – Programa de Pós-Graduação em Geografia
(POSGea/UFRGS)

Prof^a. Dra. Vera da Silva Telles – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/ USP)

Marcelo da Cruz Cortes – Mestre em História (UFRGS), doutorando no Programa de Pós-
Graduação em História (PPGHist/UFRGS)

Iracema Gah Té Nascimento – Kujà do povo Kaingang e Cacica da Retomada Gãh Ré

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Ruwer da Silva, Luís Gustavo
POR UM MUNDO ONDE CAIBAM MUITOS MORROS: Reflexões
ontológicas desde o Morro Santana, Porto Alegre (RS) /
Luís Gustavo Ruwer da Silva. -- 2023.
182 f.
Orientador: alexandre magalhães.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Morro Santana. 2. Território. 3. Ontologia. 4.
Periferias. 5. Sociologia urbana. I. magalhães,
alexandre, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, peço licença àqueles e àquelas que, antes de mim, passaram por aqui e semearam a vida no Morro Santana. Vocês foram os condutores desta trilha.

Sou grato profundamente à Retomada Gãh Ré, por ser o berço de um outro morro possível. Aos andarilhos do Preserve Morro Santana, agradeço por tantos sonhos “sonhados juntos” e pela cumplicidade nas trilhas percorridas.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e à Pró-Reitoria de Extensão, agradeço por terem acolhido o que eram apenas ideias e que agora se materializam em formato de programa de extensão.

Aos integrantes da assembleia, que apenas por convenção chamamos de ‘banca examinadora’: à cacica Iracema Gah Té, por abrir as portas de sua casa, pela força, persistência e pelos conselhos e risadas. À Professora Lorena Fleury, por estar acompanhando mais um ciclo deste processo. À Professora Vera Telles, mesmo sem conhece-la pessoalmente, também é parte dessa caminhada. Ao Professor Marcelo Câmara, pela parceria e por manter firme a convicção de que somos *ingovernables*. Ao companheiro Marcelo Cortes, por ser mais um a fazer ecoar "a voz do morro" por múltiplos morros e mundos. Ao Prof. Alexandre Magalhães, que abriu mão das praias cariocas para viver em solo gaúcho, pela sinergia e estímulo contínuo à autonomia do pensar.

À minha companheira Najla, agradeço pelas leituras, releituras, comentários e críticas. Pelo carinho e conforto nos momentos difíceis, e por embarcar junto na construção desse mundo compartilhado. Caimito e Artemisa, obrigado por fazerem parte disso.

Não posso deixar de fazer menção aos compas Resistência Popular e de Federação Anarquista Gaúcha, que dedicam suas vidas por um mundo onde caibam muitos mundos. Ao Coletivo Catarse, por ser uma escola de comunicação e de autogestão.

Uma saudação especial à Duda pela revisão cuidadosa e à Kapri pelo apoio na tradução para o kaingang, que se somam aos demais amigos, compas e vizinhos: Vitinho, Tânia, Letícia, Julinho, Tio Rutz, Rod, Luciana, Adriana, Gil, Renato, Ramiro, Bruna, Nath, Andri, Carmen, Quindão, Pre, Sofhia, Van Fej, Karindé, Jonas, Marcelão, Bruno, Billy, Ramon, Sid, Ethur, Jay, Tainara, PH, Edu, Lucas, Paulinho, Teresinha, e outros tantos que colaboraram de inúmeras formas.

À minha família, que foi como um alicerce ao longo dos anos: minha mãe Carolina, meu padrasto Marcelo, meu irmão Miguel e aos avós Eliane, Flávio, Vilma... e à minha querida

bisavó Didi, que partiu recentemente, mas cujo legado me inspira tanto. Esta conquista é também de todos vocês

.

*A maioria escolheu a 'estrada larga',
nós não. Nós escolhemos a 'trilha' [...] mas
que não é aberta, é trilha verdadeira, que tu
vai em três passos e ninguém te vê, só escuta
tua voz, o apito que tu toca [...] sem barulho
pra não assustar os que vivem dentro da mata.*

Essa é nossa trilha.

Iracema Gah Té, conversa na cozinha,

30/03/2023.

RESUMO

Este estudo busca discutir a multiplicidade que constitui o que se chama de “Morro Santana”, uma região periférica da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Inspirado nas de pesquisa-intervenção e/ou investigação-militante, articuladas em referenciais teóricos diversos, o estudo apresenta diferentes âmbitos que constituem múltiplos “Morros Santana”, através de desenhos ontológicos distintos. A partir da apresentação de alguns conflitos específicos, a pesquisa propõe reflexões no sentido da compreensão de conflitos urbanos como conflitos ontológicos. Através dessa abordagem, que aproxima a discussão ontológica das questões urbanas, o foco recai nas práticas cotidianas que moldam ativamente o(s) território(s), em vez de considerá-lo apenas como uma entidade observada.

Palavras-chave: Morro Santana; Território; Ontologia; Periferias.

ABSTRACT

This study aims to discuss the multiplicity that constitutes what is called "Morro Santana," a peripheral region of the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Inspired by research-intervention and/or militant investigation methodologies, articulated with diverse theoretical frameworks, the study presents different realms that constitute multiple "Morros Santana" through distinct ontological designs. By highlighting specific conflicts, the research suggests reflections towards understanding urban conflicts as ontological conflicts. Through this approach, which brings ontological discussion closer to urban issues, the focus is on everyday practices that actively shape the territory(ies), rather than considering it merely as an observed entity.

Keywords: Morro Santana; Territory; Ontology; Peripheries.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo discutir la multiplicidad que constituye lo que se denomina "Morro Santana", una región periférica de la ciudad de Porto Alegre, en el estado de Rio Grande do Sul. Inspirado en metodologías de investigación-intervención y/o investigación militante, articuladas con diversos marcos teóricos, el estudio presenta diferentes ámbitos que constituyen múltiples "Morros Santana" a través de distintos diseños ontológicos. A partir de la exposición de algunos conflictos específicos, la investigación propone reflexiones en el sentido de entender los conflictos urbanos como conflictos ontológicos. A través de este enfoque, que acerca la discusión ontológica a las cuestiones urbanas, el foco recae en las prácticas cotidianas que dan forma activamente al(los) territorio(s), en lugar de considerarlo simplemente como una entidad observada.

Palabras claves: Morro Santana; Territorio; Ontología; Periferias.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Arco-íris visto da janela da sala	17
Figura 2 – Morro Santana e a cidade de Porto Alegre	22
Figura 3 – Retomada Gãh Ré e territorialidades do entorno	31
Figura 4 – Anúncio de novo empreendimento no bairro Moinhos de Vento	37
Figura 5 – Corredor “Viver Bem” - Supermercado Zaffari	38
Figura 6 – Rádio Comunitária A Voz do Morro (Vila Tijuca).....	45
Figura 7 – Caminhada até a Vila Pedreira.....	49
Figura 8 – Desmatamento em terreno do Zaffari (2021-2023)	50
Figura 9 – Áreas sob ameaça da especulação imobiliária	53
Figura 10 – Requalificação da Pedreira do Morro Santana.....	54
Figura 11 – Museu Lutzemberger: Preservação e Recuperação no Morro Santana.....	55
Figura 12 – Abraço ao Morro Santana	57
Figura 13 – Plenária na pedreira do Morro Santana.....	58
Figura 14 – Mulheres kaingang estendem faixa no portão da Retomada.....	71
Figura 15 – Antiga placa de “proibida entrada” é renomeada para “terra indígena”	72
Figura 16 – Placa de mármore faz menção ao Banco Maisonnave	78
Figura 17 – Coletiva de imprensa.....	81
Figura 18 – Impactos de uma queimada no Morro Santana em 2018	83
Figura 19 – Lagoa seca e lagoa cheia.....	85
Figura 20 – Lagoa Seca (março de 2020).....	85
Figura 21– Encontro com os “bicho-preto” durante Ecotrilha no topo do Morro Santana.....	86
Figura 22 – <i>Kuja</i> Iracema Gah Té comunica-se com os “bicho-preto” (Morro Santana).....	86
Figura 23 – Capa do documento.....	96
Figura 24 – Declaração Municipal Informativa	98
Figura 25 –Fotos da Chácara	101
Figura 26 – A piscina	102
Figura 27 – A ferida do Morro	108
Figura 28 – Levantamento de nascentes cobertura vegetal	111
Figura 29 – Loteamento Jardim Ypu e a Pedreira ao fundo (anos 1990).....	112
Figura 30 – Mapa de Unidades Territoriais Seccionais Extensivas (UTSE).....	113
Figura 31 – Área de abrangência do Refúgio de Vila Silvestre (REVIS) da UFRGS	117
Figura 32 – Delimitação do Bairro Morro Santana	128

Figura 33 – Cardápio do Xis Conversa Fiada	132
Figura 34 – A cidade “rasurada” (Ajuste de limites no Plano Diretor).....	140
Figura 35 – Avenidas que conectam o Morro Santana com o Centro.....	141
Figura 36 – Verticalização.....	143
Figura 37 – Projeto aprovado do empreendimento Maisonnave.....	144
Figura 38 – Mapa das Sesmarias do Porto de Viamão em 1732.....	148
Figura 40 – Registro das ruínas da Casa Branca, destruída nos anos 1970.....	156
Figura 39 – Parque Histórico e Jardim Itália.....	156
Figura 41 – Sítio Arqueológico no Morro Santana	157
Figura 42 – Muralismo no Morro Santana	167
Mapa 1 – Desenho 1: morro Santana ambiental.....	27
Mapa 2 – Desenho 2: Morro Santana histórico	28
Mapa 3 – Desenho 3: Morro Santana urbano	29
Mapa 4 – Desenho 4: Morro Santana ancestral.....	30

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAUGE	Comissão de Análise Urbanística e Gerenciamento
CVP	Coletivo Visão Periférica
CMDUA	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
COMIN	Conselho de Missão entre Povos Indígenas
CORAL	Colectivxs Reunidos de América Latina
DCE	Diretório Central de Estudantes
EMAV	Escritório Modelo Albano Volkmer
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EVU	Estudo de Viabilidade Urbanística
FAG	Federação Anarquista Gaúcha
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GEAN	Grupo de Estudos do Ambiente Natural
GPACE	Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento
IPH	Instituto de Pesquisas Hidráulicas
IPCC/ONU	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (ONU)
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
MFM	Montepio da Família Militar
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NIT	Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais
OMM	Organização Meteorológica Mundial
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PGM	Procuradoria Geral do Município
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
Preserve	Preserve Morro Santana

PROEIS	Programa Estadual de Integração na Segurança
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre
RP/RPC	Resistência Popular Comunitária
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SMAMUS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade
SMHARF	Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária
SMURB	Secretaria Municipal De Urbanismo
SPM	Secretaria Do Planejamento Municipal
SPU	Secretaria de Planejamento Urbano
SUMAM/SMAM	Supervisão do Meio Ambiente
TI	Terra Indígena
UEU	Unidade de Estrutura Urbana
UC	Unidade de Conservação
UTP	Unidade Territorial de Planejamento
UTSE	Unidades Territoriais Seccionais Extensivas

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO: SUBINDO O MORRO	16
1.1 Trilha metodológica: uma sociologia escrita ao caminhar	32
2 BEM VIVER E/OU VIVER NA CAIXINHA?	37
2.1 Saindo da caixinha.....	43
2.2 Rumores de privatização da pedreira do Morro Santana.....	48
2.3 Retomada Multiétnica Gãh Ré	69
2.3.1 A visita do bugio ruivo	80
2.3.2 O prenúncio dos “bicho-preto”	83
2.3.3 “Uns dizem que as pedras falam, mas é os <i>jãgré</i> que falam com nós”	89
3 ENTRE A CIDADE DE “PAPEL” E A CIDADE PRATICADA	93
3.1 Primeira tentativa: 1981.....	98
3.1.1 “Quinta Ipú” – A chácara dos Dagnino	99
3.1.2 O procedimento loteador	105
3.1.3 As feridas abertas	107
3.1.4 A Cidade Universitária	115
3.1.5 Territórios de re-existência.....	123
3.2 Segunda tentativa: 1993.....	132
3.2.1 A propriedade é um roubo?	133
3.2.2 A cidade rasurada pelo corretivo líquido.....	137
3.2.3 A verticalização	141
3.3 Quarta Tentativa: 2011	143
3.3.1 Um “microcosmo do Rio Grande do passado”.....	146
3.3.2 Morro Santana afro-indígena.....	149
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	168

1 APRESENTAÇÃO: *SUBINDO O MORRO*

Dirijo meus olhos ao horizonte, tentando capturar palavras bonitas para compor este parágrafo. É possível sentir o aroma de *marcela*¹, sutil e impregnado na flora rasteira da vegetação campestre do morro. Os ventos já nos levam a carregar um casaco leve ao sair de casa. Por cerca de dez minutos, fui presenteado com uma aparição, que nos permite refletir sobre os tempos atuais. Ao entardecer, em meio às “águas de março”, observo na linha do horizonte a imensidão verde do morro, contrastante com o avermelhado das rochas da antiga pedreira. Em primeiro plano, observo as construções da cidade que, gradualmente, envolvem o morro. Muitas dessas “caixinhas” – incluindo a que me faz morada – tal como muitas das vias – dentre elas, a rua que diariamente percorro para tomar ônibus ou comprar pão – foram assentados com aquelas pedras. E tal como uma obra de arte emoldurada pela janela da sala, um feixe de sol pinta um belo arco-íris dentre as nuvens acinzentadas. O outono chegou.

Longe de evocar apenas um olhar contemplativo em direção ao horizonte, buscamos aqui encarnar essa paisagem viva. Tal como o solo rochoso fraturado que permite a infiltração das águas em movimento constante, ou como o ar poluído que respiramos e em nossos pulmões transforma-se em sangue bombeado em nossas veias. Foi justamente a região “montuosa” do Morro Santana que, no século XIX, serviu de fonte de inspiração para o saudoso Apolinário Porto Alegre. Em suas próprias palavras, o morro era uma “mina para quem observa e estuda”, onde ele encontrou “gemas preciosas de valor inestimável” (Porto Alegre, 1896 *apud* Daisson, 1925 p. 11). Como aponta Araujo (2018, p. 29), o escritor não estava se referindo à paleontologia, mas sim à riqueza das palavras. Apolinário realizou uma verdadeira “colheita de palavras” que eram praticamente inexistentes nos dicionários. Essa vasta pesquisa sobre a linguagem popular foi realizada junto a uma população de “gente simples e boa” e “quase toda analfabeta”, descendentes de açorianos, guaranis e africanos, que de acordo com Daisson (1925, p. 32) habitava o Morro Santana da época. Inspirado pela poesia de Apolinário e, movido por um amor ao Morro Santana, – que já tocou tantas pessoas ao longo dos séculos – realizei esta pesquisa, entretanto, com motivações distintas. Mas de qual Morro Santana estamos falando? É claro, de outro(s), cada qual com seus próprios desafios.

Em outubro de 2022, ao sopé do morro, as vozes da ancestralidade ecoaram na mata e reverberaram nas rochas graníticas, quando os povos Kaingang e Xokleng retomaram parte de

¹ A marcela ou macela é uma erva nativa dos campos sulinos que possui propriedades anti-inflamatórias. No Morro Santana, há a tradição de colheita da marcela na Sexta-Feira Santa, prática que é compartilhada tanto por integrantes do mundo religioso católico quanto pelos indígenas Kaingang.

seu território tradicional que estava ameaçado por nada mais que um condomínio vertical de onze torres. Tal como o arco-íris que abriu os caminhos desta dissertação, a Retomada Gãh Ré nasceu como um feixe de esperança em meio a um contexto tão distópico e cheio de incertezas a respeito do futuro. Foi esse acontecimento que possibilitou meu convívio cotidiano com meus novos vizinhos, agora (re)territorializados há três quadras da minha casa.

A partir desse evento, Iracema Gah Té, cacica e *kujà*² do povo Kaingang tornou-se uma fundamental co-orientadora desta “trilha” de pesquisa. De certa forma, podemos dizer que a dissertação foi co-produzida com a Retomada Gãh Ré, ao passo em que a Retomada, em parte, resulta também deste processo de pesquisa-ação. Ambos processos se complementaram, de forma que o engajamento político-social junto aos movimentos locais ajudou a produzir o próprio universo de pesquisa, e ao mesmo tempo resulta deste.

Figura 1 – Arco-íris visto da janela da sala



Fonte: Acervo pessoal (2023).

² De acordo com Marechal e Hermann (2018) “o conceito de *kujà* se refere às lideranças espirituais kaingang. O termo é comumente traduzido pelos Kaingang como “pajé”. Ele faz referência a uma matriz de saberes e conhecimentos ancestrais praticados por essas lideranças, vinculada principalmente à relação com a floresta, os sonhos e o mundo subterrâneo dos mortos”.

É em consoante a outras lideranças indígenas que Gah Té, que também é conselheira da Teia dos Povos em Luta no Rio Grande do Sul, alerta para os riscos do “viver na caixinha” (ontologia que iremos aprofundar ao longo do trabalho). De acordo com a cacica: “estamos provocando a nossa própria extinção” (Gah Té, 2022). A nível global, passamos por uma pandemia que vitimou cerca de 15 milhões de pessoas, sendo 700 mil delas somente no Brasil. Testemunhamos também, em nosso país, quatro anos de um governo que recebeu a alcunha de “genocida”, não apenas pela forma como enfrentou a maior crise sanitária da história, mas também por ter, deliberadamente, se omitido em socorrer os indígenas Yanomami, resultando na morte de mais de 500 crianças por desnutrição e outras causas evitáveis (Justino, 2023). Para além do rótulo de genocida, esse governo foi considerado *ecocida*, devido à sua política de “passar a boiada” (Salles, *apud* G1, 2020³) nos territórios indígenas, ao desmantelamento das políticas de combate às queimadas e ao desmatamento (Pajolla, 2022), bem como à negação da realidade de emergência climática que enfrentamos. De acordo com Escobar (2017), os que insistem na via do desenvolvimento e da modernidade, para além de suicidas, são “no mínimo ecocidas, e sem dúvida historicamente anacrônicos”.

Entretanto, a crise em que vivemos é muito maior do que qualquer crise política, econômica ou sanitária. Trata-se de uma crise civilizatória sem precedentes, resultado da expansão, em escala global, da modernidade-colonial-capitalista e, conseqüentemente, da sua ontologia de “crescimento infinito” em um planeta limitado. Alguns autores denominam esse “evento-limite” da história como *Antropoceno*. Outros estudiosos apontam que seria o *Capitaloceno* que estaria nos levando ao “suicídio coletivo”, já que esse esgotamento dos limites do planeta é resultado de um projeto de poder e concentração de riqueza de um seletivo grupo de pessoas (Acosta, 2016, p. 66). Em abril de 2023, mais de 5 mil indígenas representantes de pelo menos 200 povos indígenas, se reuniram no 19º Acampamento Terra Livre, em Brasília, decretaram “emergência climática” (APIB, 2023) e afirmaram: “a solução para a crise climática somos nós” (Pedrotti, 2023).

O planeta inteiro, a Mãe Terra está adoecida, clamando por cura. Ser salva das doenças que o modelo de desenvolvimento predatório, baseado na acumulação, no lucro e no consumismo insaciável causaram: inundações, secas, barramentos, furações, aumento da temperatura do planeta em mais de 1% próximo à meta estabelecida pelos países de 1,5% até 2030. Tudo isso é chamado de crise climática, e tem piorado a precarização de amplos setores da população brasileira, sobretudo daqueles que como muitos de nós já viviam empobrecidos e marginalizados pelo atual modelo econômico vigente. Nós povos indígenas fizemos e estamos fazendo a nossa parte. Em todos os

³ Referência a fala de Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente do Governo Bolsonaro. O ministro defendeu, durante o auge da pandemia de Coronavírus, uma “desregulamentação” e “simplificação” da legislação de proteção ambiental no país (G1, 2020).

biomas e ecossistemas, além de contribuímos na formação social do Brasil, aportando para a cultura, a língua e a culinária, até hoje contribuímos na proteção da biodiversidade, das florestas e das águas, e conseqüentemente na manutenção do equilíbrio climático, graças à relação espiritual e harmoniosa que mantemos com a Mãe Natureza, da forma como aprendemos dos nossos ancestrais e dos nossos encantados (APIB, 2023).

Tudo isso reverbera quando, pela primeira vez – em mais de 75 anos de existência –, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu publicamente o papel dos povos indígenas como “peças chave contra a crise climática” (Pontes, 2021). Relatórios climáticos mais recentes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC/ONU) alertam que “estamos a caminho do desastre”, e que no ritmo e com a forma com que o desenvolvimento capitalista avança, nos levará a um cenário futuro de “ondas de calor sem precedentes, tempestades aterrorizantes, escassez generalizada de água e a extinção de um milhão de espécies de plantas e animais” (IPCC/ONU, 2022). Esses alertas, hoje ecoantes entre os principais intelectuais e órgãos de política internacional, já vinham sendo anunciados – e recorrentemente ignorados – pelos povos originários há séculos. Como aponta Polany (2000, p. 55), ao analisar o “moinho satânico” dos efeitos das transformações da revolução industrial: “o ritmo da mudança [...] não é menos importante do que a direção da própria mudança”. Entretanto, enquanto a direção “frequentemente não depende da nossa vontade, é justamente o ritmo no qual permitimos que a mudança ocorra que pode depender de nós” (Polany, 2000, p. 55). Por isso, se faz urgente e necessário pensarmos e agirmos coletivamente para evitar “a queda do céu” (Kopenawa; Albert, 2010) ou pelo menos *adiar* o “fim do mundo” (Krenak, 2019) já projetado (o fim *dos mundos*, ontologicamente falando).

Em meados de 2021, publiquei meu TCC baseado em pesquisa realizada desde 2016, que levou o título: “*Não tinha água para tomar quem dirá para controlar o fogo: conflitos socioambientais e a luta pela vida*” (Silva, 2021). A pesquisa, ainda em fase preliminar, chamou atenção para a recorrência de eventos climáticos extremos e uma série de problemas socioambientais a eles associados no Morro Santana (queimadas, alagamentos, ondas de calor, falta de água etc.). Em 2023, apesar dos “ventos de mudança” provocados pela mudança no Governo Federal, não tivemos a ilusão de que seria um ano fácil em relação às questões climáticas. O cenário geral de desregulação climática se agravou com a ocorrência do que foi denominada “inversão dos fenômenos” La Niña e El Niño, instabilidade que potencializou a ocorrência de eventos climáticos extremos pelo mundo (Gehm, 2023). Como veremos mais adiante, o Morro Santana não ficou de fora desse cenário.

No verão de 2023, no Rio Grande do Sul, enfrentamos um período de seca histórica, onde 72% das cidades gaúchas foram atingidas pela estiagem e mais de 380 municípios declararam situação de emergência. Essa seca prolongada foi influenciada pelo fenômeno La Niña que, após três anos de atividade, chegou ao fim em março de 2023 (Gehm, 2023). O segundo semestre de 2023 iniciou com o mês de julho sendo considerado o mais quente registrado nos últimos 120 mil anos do planeta Terra, de acordo com relatório da Organização Meteorológica Mundial (OMM) (Paddison, 2023). No mesmo período, satélites identificaram um superaquecimento das águas do Oceano Atlântico (Sias, 2023). Essas “temperaturas extremas” seriam resultado da combinação do aquecimento global com o fenômeno do El Niño (Medina, 2023). De acordo com o professor Luciano Zasso esse aquecimento anômalo das águas favorece novos eventos climáticos como os ciclones extratropicais: “É uma combinação de fatores naturais e reforçados pelo efeito antrópico” (Zasso *apud* Medina, 2023).

Entre junho e setembro, tivemos alguns dos meses mais trágicos da história do Rio Grande do Sul, quando uma sequência de ciclones extratropicais atingiu o estado, acarretando no maior número de óbitos por “desastre natural” desde 1980 (Rollsing, 2023). A passagem do primeiro ciclone, em junho, causou 16 óbitos, enquanto as tempestades de setembro acarretaram em 51 mortes e 7 pessoas desaparecidas até o momento (G1, 2023). Na somatória, os eventos vitimaram 67 vidas humanas. Também chama atenção o relatório preliminar da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) acerca do ciclone de setembro, que registra a morte de mais de 29 mil animais, entre bois, vacas, suínos e aves (SDR, 2023).

Diante desse cenário, Gah Té faz uma advertência ao mundo dos *fòg*: embora o “outro povo não acredite”, o Morro Santana – considerado o “equilíbrio da mãe terra” – vai “vir abaixo” e, por isso, se faz urgente protegê-lo (Gah Té, 2022). O alerta da cacica vai ao encontro ao relatório da Prefeitura de Porto Alegre acerca das consideradas “áreas de risco”⁴. Dentro dessa categoria, o “Beco da Morte”, localizado na encosta do Morro Santana, é considerado área de risco “muito alto” para corrida de detritos, deslizamentos e queda de blocos (Tidra, 2023a). De acordo com Polidoro (2023), do Observatório das Metrôpoles, a pedreira do Morro Santana também apresenta risco de queda de blocos, colocando cerca de 100 pessoas em risco.

São alarmantes os registros de que, por consequência da passagem dos ciclones, mais de 25 mil pessoas ficaram desalojadas e desabrigadas no Rio Grande do Sul (Okumura, 2023).

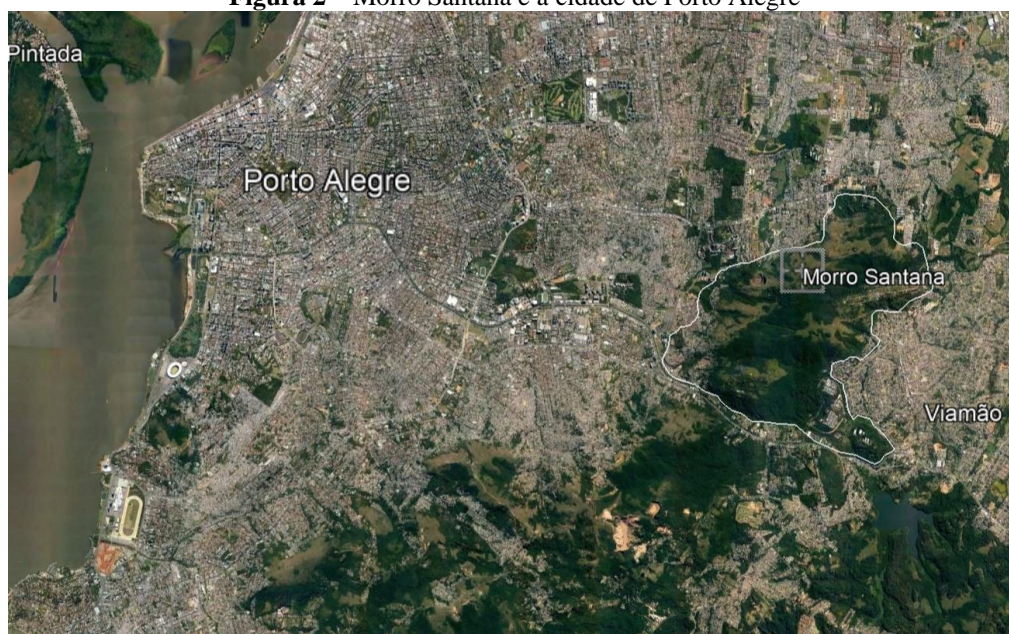
⁴ Cabe aqui uma reflexão a respeito das tipificações sobre as chamadas “populações em situação de risco”. De acordo com Vera Telles há todo um “entramado social” que não cabe nos “modelos polares de análise pautados pelas noções de dualização social, [...] que transborda por todos os lados do perímetro estreito dos ‘pontos críticos’ de vulnerabilidade social identificados por indicadores sociais” (Telles, 2010, p. 12).

Em julho, devido ao risco de alagamentos e deslizamentos provocados pela passagem do primeiro ciclone, famílias do Morro Santana foram desalojadas e precisaram ser abrigadas emergencialmente no Ginásio do Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB), de acordo com a matéria divulgada pela Prefeitura (Vieira, 2023). Em setembro, a ocorrência de novos eventos climáticos foi acompanhada de um “apelo” do prefeito Sebastião Melo para que “pessoas que vivem em área de risco saiam de casa” (Melo, 2023 *apud* Polo, 2023). Uma matéria do Correio do Povo repercutiu nas redes sociais, relatando o caso de uma moradora do Beco da Morte, localizado na encosta do Morro Santana, que não atendeu os pedidos da Defesa Civil e fez uma declaração forte: “não quero sair da minha casa” (Vitafori, 2023 *apud* Maia, 2023).

O levantamento recente realizado pela Prefeitura (Tidra, 2023b) aponta que o número das “áreas de risco” na cidade aumentou 19% nos últimos 10 anos, podendo atingir cerca de 20.800 famílias sob o risco de eventos climáticos extremos. A estimativa corresponde a mais de 84 mil pessoas atingidas, o dobro do levantamento de 2013. Em meio a conjuntura de emergência climática, e diante do cenário de revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, a divulgação dos dados do Censo 2022 vêm gerando diversas reflexões sobre o planejamento urbano. Um grande paradoxo chama atenção nesse contexto: uma diminuição demográfica geral, e simultaneamente, o crescimento do número de domicílios vagos. Para o Observatório das Metrópoles, essa dualidade é uma expressão do “projeto neoliberal de valorização dos setores imobiliários” (Campos, 2023). Em relação ao aumento da população habitando as denominadas “áreas de risco”, podemos refletir que se deu porque as políticas habitacionais foram insuficientes (ou simplesmente não existiram), sem falar de obras de contenção ou prevenção dos impactos climáticos realizadas parcialmente ou simplesmente não levadas adiante.

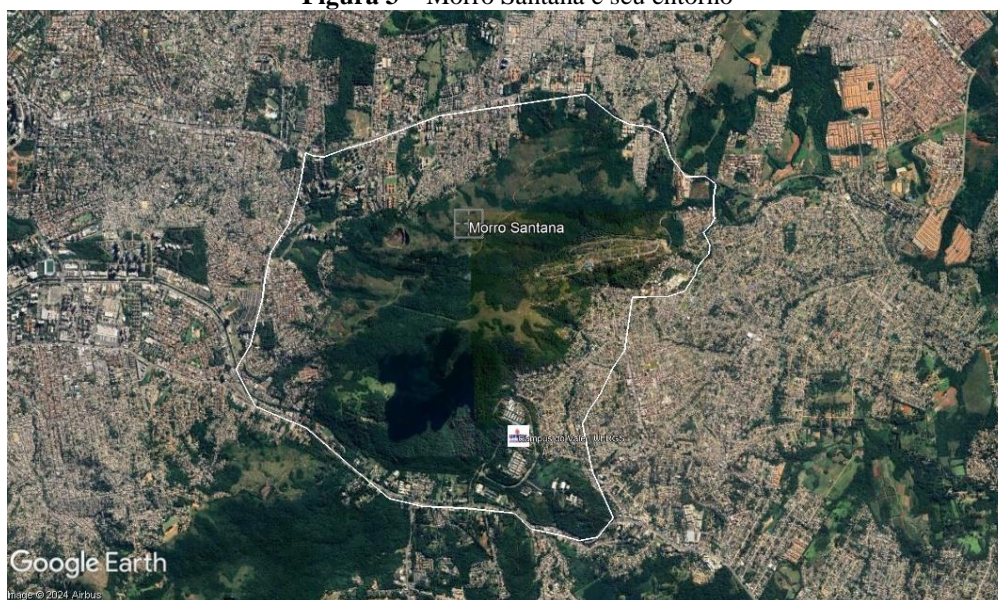
Diante dessa configuração, nos últimos anos, o Morro Santana vem sendo reconstituído e redesenhado pelos fluxos que o atravessam, assim como por conflitos que se produzem em função da sua própria existência. Por exemplo, a implementação de diferentes projetos imobiliários no seu entorno, que produz uma série de pontos de atrito e fricções em função das distintas experiências urbanas vividas nos condomínios e as vividas pelas comunidades pobres da região (Silva, 2021).

Figura 2 – Morro Santana e a cidade de Porto Alegre



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Figura 3 – Morro Santana e seu entorno



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Como ponto de partida, abordarei um conflito ocorrido em 2021, quando um vereador veio a público defender a privatização da antiga pedreira Asmuz⁵, provocando reação de diversos agentes locais. Em sequência, o surgimento da Retomada Gãh Ré, em outubro de 2022,

⁵ Uma das pedreiras de extração de granito que esteve em funcionamento entre os anos 1960 e 1960. Abordaremos mais a respeito nos próximos capítulos.

trouxe à tona denúncias a respeito de um outro projeto imobiliário em terreno limítrofe à antiga pedreira: uma grande incorporadora imobiliária pretendia implementar um condomínio no local, com mais de 700 apartamentos e 900 vagas de estacionamento. A Retomada nasceu em reação à construção dos grandes condomínios que, de acordo com a cacica Gah Té, estão destruindo o território ancestral kaingang. A cacica alega que os prédios estão devastando a mata que protege o morro e questiona: “se a terra chacoalhar, será que o prédio se segura?” (Gah Té, 2022, ao pé do Morro Santana). Gah Té nos explica que os seres humanos não estão cumprindo o “estatuto da terra”, feito por *Tupé*⁶, baseado nos princípios: “semear, colher, cuidar e conviver em coletivo” (Gah Té, 2023, conversa na cozinha). De acordo com essa ontologia, Gah Té constata que, se não pensarmos “um pouquinho pra trás”, a humanidade será extinta:

Nós tiramos um tanto, mas nós temos que agora voltar para trás e plantar um pouquinho. Pra nós ter um pouco de esperança e continuar vivos. [...] aí continua a nossa geração ser humano. Não só kaingang, outros povos, xokleng, mbyá guarani, charrua. Todas as etnias que vivem no fundo dela (Gah Té, 2022, Colégio Alcides Cunha).

Durante os últimos sete anos, acompanhei e ajudei a construir mobilizações junto a diferentes coletivos do Morro Santana. O grande desafio foi, por conta do meu vínculo estabelecido com o universo de vida aqui considerado, justamente, transformar essas experiências de co-participação em reflexão sociológica. Por essa razão, foram utilizadas ferramentas do dia-a-dia, presentes em qualquer interação social: a minha presença, enquanto corpo e afetos, em diferentes situações, desde reuniões e atividades públicas até situações informais típicas do cotidiano. Ao longo desse trajeto pessoal e coletivo de (re)territorialização, deparei-me com desafios analíticos que conduziram à reorientação do problema de pesquisa. De fato, “caminhar no tempo” permitiu o amadurecimento desta investigação, através do estabelecimento de novas conexões relacionais (sociais, afetivas, territoriais, teóricas etc).

Escobar (2017, p. 35-36) reconhece que a separação entre o urbano e o rural é “espúria”, apesar disso, o lugar da questão urbana ainda é um dos “calcanhares de Aquiles” da virada ontológica, devido a uma certa “ruralização” desses estudos. Essas tramas de acontecimentos e experiências vividas no(s) território(s) do Morro Santana permitiram a elaboração de outra compreensão acerca dos conflitos (sejam eles entendidos como territoriais, urbanos e/ou

⁶ Para a cosmo-ontologia Kaingang, o universo divide-se entre três planos: *nũgme*, o mundo dos mortos; *ga*, a terra, o mundo dos vivos; e *kafá*, o mundo celestial, onde habitam os corpos celestes, como o Sol, a Lua e as estrelas. Mais acima, fica o domínio do *kaikã* ou *fág-kafá*, a morada de *Tupé*, de Deus e *vẽnh-kuprĩghà* (espíritos bons). O nível do céu não é isolado, em si, se conectando com os demais níveis por encruzilhadas cósmicas. (Branco, 2021).

ambientais) como conflitos ontológicos. Portanto, esse estudo pretende aproximar a discussão ontológica das questões urbanas e das periferias e abranger o cenário de inter-relação das cidades com o ambiente, buscando superar a “ontologia dualista” que separa natureza e sociedade (Quijano, 2005, p. 122).

Um dos objetivos da pesquisa é desafiar a unicidade imposta pelas classificações oficiais, que frequentemente simplificam e homogeneizam as múltiplas formas de habitar e existir no Morro. Busco, ao invés disso, tentar apreender as experiências de Morro Santana a partir da pluralidade, e não da suposta uniformidade das categorias centralizadoras e homogeneizadoras, que caracterizam tipicamente as categorias oficiais. Enquadrar de forma unívoca um território, que é diverso e múltiplo, produz efeitos na realidade e de realidade.

Proponho, como arcabouço teórico-analítico, o acionamento de um conjunto de conceitos e referenciais teóricos ligados à articulação entre a *virada ontológica* e o *giro (multi)territorial* na América Latina. O primeiro campo caracteriza-se pelo questionamento aos estatutos ontológicos da sociedade e da natureza, trazendo à tona o papel da agência dos animais e outras entidades não-humanas (Sá Junior, 2016, p. 12-13). Já o segundo campo, mobilizado de forma complementar, propõe a categoria território como dispositivo estratégico na resistência de vários grupos sociais subalternos em lutas “por território” (Haesbaert, 2021, p. 131).

Dialogando com essas duas perspectivas teóricas (virada ontológica e giro multiterritorial), Escobar (2015) defende uma concepção de “ontologização do território”, através da qual os territórios apresentariam um caráter múltiplo, da coexistência entre entidades/mundos. Nesse sentido, busquei avançar também na direção de uma concepção de território como categoria da prática, aproximada da realidade das lutas sociais e comunitárias, percorrendo e vivenciando diferentes territorialidades. Nessa linha de raciocínio, os conflitos territoriais seriam, em última instância, “uma questão de disputa entre distintas ontologias, modos de ser ou distintos mundos” (Haesbaert, 2021, p. 207). Ao acionar esses diferentes recursos e construir este arranjo, pude mergulhar em distintos aspectos das experiências que desenham territorialidades locais, em constante estado de fricção (ora se acomodando, ora conflitando).

De forma complementar, buscaremos aproximar os conceitos já apresentados com a concepção de “mobilidade” nas cidades, de Vera Telles (2010, p. 17). A autora aponta que “múltiplos perfis da cidade” são delineados nos contextos variados nos quais se inscrevem os atores e o jogo tenso de suas relações. A questão da *mobilidade*, segundo a autora, é um “plano de referência descritivo (e analítico) das situações investigadas, colocando em mira a teia de

conexões e mediações que as atravessavam” (Telles, 2010, p. 17). A partir desse entendimento, Telles afirma que “a cidade é feita de cruzamentos e passagens” e atravessada por experiências “que se fazem justamente nos limiares de universos distintos, de seus pontos de conexão e das redes sociotécnicas que os atravessam e articulam em um mesmo plano de atualidade” (Telles, 2010).

A partir do mosaico de técnicas e referências utilizadas, combinadas com a minha experiência vivenciando o território, foi possível acessar diferentes âmbitos que constituem os múltiplos “Morros Santana” produzidos por diferentes práticas concretas que constituem (e são constituídas por) diferentes ontologias. Portanto, existem diferentes “Morro Santana”, a depender de qual mundo o estiver praticando. Consequentemente, surge a seguinte questão de pesquisa: **partindo daqueles que nele vivem, habitam e o praticam, como diferentes ontologias constituem distintas territorialidades denominadas “Morro Santana”? E a partir desse caso, como é possível apreender as dinâmicas subjacentes à produção da cidade de Porto Alegre como um todo?**

Conforme Haesbaert (2021, p. 206), “para compreender o *ser* desses grupos é necessário compreender também sua territorialidade, reconhecida a multiplicidade de mundos que se inserem”. Haesbaert (2021, p. 54) cita as contribuições teóricas de Fausto (2020) com sua *cosmopolítica dos animais* e de Viveiros de Castro (2015) com o *perspectivismo*, apresentando o seguinte exemplo elucidativo para a questão que tratamos aqui:

Se uma mesma floresta é muito distinta para um caçador, para um explorador de madeira, para um botânico ou ecologista, para um guarda florestal ou para um indígena, imagine quantos ‘mundos’ ela revela a partir de cada uma das inúmeras espécies animais que a habitam ou que nela periodicamente se refugiam (Haesbaert, 2021, p. 54).

De modo incipiente, Saldanha (2015) havia levantado essa provocação, ao reconhecer o Morro Santana como ícone de um “espaço plural”, no qual existem diferentes espaços “em um mesmo espaço”, ou que assume distintas existências de acordo com cada “ponto de vista”:

Temos o Morro Santana espaço da cidade, temos o Morro Santana enquanto ‘área verde’, a partir deste temos o Morro Santana ‘área de preservação ambiental’ e temos o Morro Santana enquanto ‘imóvel’, enquanto propriedade, e enquanto ‘área federal’ e ‘área da União’ (Saldanha, 2015).

Embora Saldanha (2015) tenha apresentado uma reflexão aberta a uma realidade plural, essa concepção de “ponto de vista” ainda reflete um certo “epistemologismo” (Correa, 2016), que se baseia na premissa da existência de uma realidade “natural” e várias perspectivas

“culturais” sobre ela. De acordo com Correa (2016, p. 207), a diferença se dá em termos de *ontologia* (ou de *realidade*) e não de *cultura* (ou *representação simbólica*). Ontologia, em linguagem filosófica, “define o que pertence ao real, as condições de possibilidade que vivemos” (Mol, 2008, p. 03). Os conflitos ontológicos são conflitos “sobre o que é”, enquanto conflitos epistemológicos, correspondem a conflitos “entre diferentes perspectivas sobre o que já foi estabelecido como existente” (Blaser, 2018, p. 05).

Conforme Blaser (2019, p. 07), “a realidade começa a parecer como algo que se corporifica ou descorporifica dependendo das práticas”. Para Telles (2010), são os percursos individuais e coletivos e essas trajetórias que orientam na “prospecção de realidades em mutação” (Telles, 2010, p. 13-14). Nessa constituição, diferentes “práticas, circuitos de deslocamentos, zonas de contiguidade e conexões com outros pontos de referência” traçam os territórios, conformando o social “nas suas fronteiras ou limiares, bloqueios e possibilidades” (Telles, 2010, p. 14).

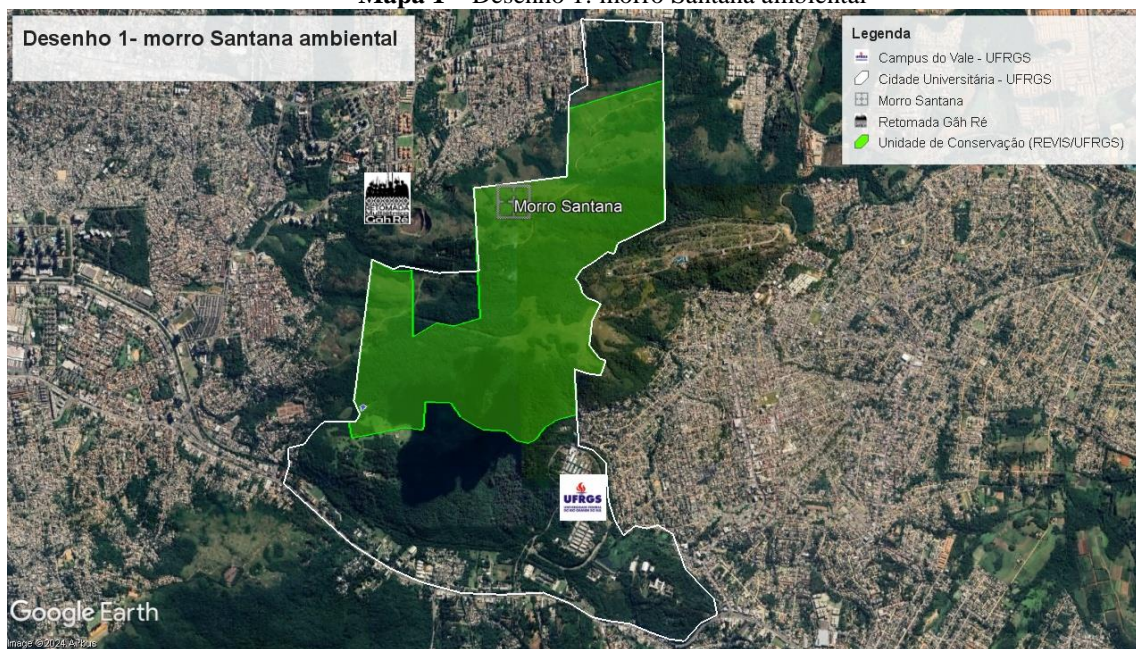
Nesse sentido, apoiando-me e inspirando-me na abordagem dos *desenhos ontológicos* proposta por Escobar (2017) – que se refere ao modo como os diferentes povos e habitantes de cada território desenham seus próprios territórios/mundos no curso do fazimento de suas vidas – e sustentando-me nas experiências vividas durante a pesquisa, buscarei capturar a “traçabilidade das práticas” (Telles, 2010, p. 18) que (re)desenham diferentes territórios na cidade.

De acordo com Blaser (2019, p. 07) “toda entidade existente é sempre uma multiplicidade”, e, a partir desse entendimento, deriva a noção de “multiplicidade ontológica”. Para Mol (2007), a multiplicidade refere-se a mais que uma unidade, mas menos que muitas unidades. A autora refere ainda que as realidades não coexistem simplesmente lado a lado, mas também se encontram dentro uma das outras. Portanto, é importante ressaltar que, embora analiticamente estejamos distinguindo essas realidades em “caixinhas”, na prática elas se entrelaçam, se (re)desenham e se (re)produzem mutuamente: os diferentes Morros Santana contêm, mas também estão contidos uns dentro dos outros. Além disso, identificamos a existência de outros mundos/realidades, como, por exemplo, os mundos religiosos, o mundo do crime, dentre outros, alguns dos quais surgem em decorrência de conflitos e interações já mencionados. No entanto, para este trabalho, restringimos nossa análise a alguns deles, por conta das limitações espaço-temporais que se impõem, quando buscamos compreender um território tão vasto e heterogêneo, no tempo estipulado para o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado. Feita essa ressalva, examinaremos como produzem alguns *desenhos ontológicos* do/no Morro Santana:

Desenho 1 – O “morro Santana” ambiental (com “m” minúsculo): Em uma saída de campo, pesquisadores vinculados aos cursos de biologia ou de geociências, caminham pelos campos e matas do Morro Santana. Fotografam e catalogam diferentes espécies de fauna e flora, sem ignorar as formações rochosas, e o mapeamento das nascentes, podendo até coletar amostras de solo e de água. A partir dos estudos realizam cartografias, produzem artigos científicos, estudos de impacto ambiental, etc. Esse conjunto de práticas desenha um Morro Santana estritamente ambiental, como o que está descrito no Atlas Ambiental de Porto Alegre, que exalta “o verde luxuriante” de suas encostas íngremes (Menegat, 2006). O artigo de Frizzo e Porto (1998) também faz uma breve descrição desse Morro Santana:

O Morro Santana reúne em aproximadamente 500 hectares de áreas naturais um dos maiores potenciais de recursos da biodiversidade da flora e fauna de Porto Alegre. Florestas de porte alto e baixo e suas espécies de origem tropical representam os últimos remanescentes da Mata Atlântica no município. Os campos que são relictos de vegetação tiveram origem a partir de rotas migratórias seguidas pelas Angiospermae no sul do continente americano (Frizzo; Porto, 1998).

Mapa 1 – Desenho 1: morro Santana ambiental



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Desenho 2 – O Morro Santana histórico (Morro de Sant’Anna): Em uma visita ao Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, uma museóloga, servidora pública responsável pelo atendimento ao público, leva pesquisadores até uma sala. No local estão armazenados e catalogados, objetos referentes ao patrimônio arqueológico de Porto Alegre, incluindo os quatro sítios arqueológicos registrados no Morro Santana, resultado de prospecções de solo realizadas

nos anos 1990, assim como inventários, plantas e outros registros históricos. Como produto dessas práticas de arqueólogos, museólogos, historiadores e também antigos moradores, temos o histórico Morro de Sant’Anna, relacionado aos primórdios do povoamento de Porto Alegre. Alguns eventos históricos/coloniais que desenharam esse morro, como, por exemplo, a fundação da “Sesmaria de Sant’anna” por Jerônimo de Ornellas no século XVIII. Conforme Apolinário Porto Alegre: “O Morro de Santa Anna é um microcosmo do Rio Grande do passado” (Gastal, 1995, p. 09).

Mapa 2 – Desenho 2: Morro Santana histórico



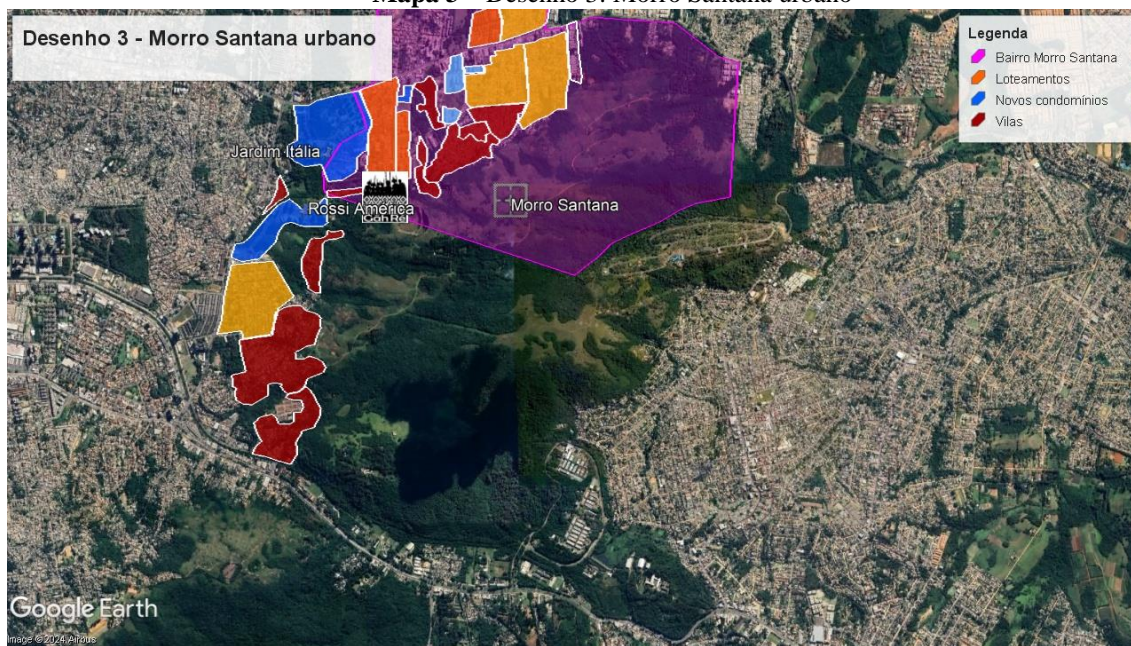
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Desenho 3 – O Morro Santana urbano: No centro de Porto Alegre, ao fim de tarde, adentramos no ônibus com o letreiro 490 - *Morro Santana*. Dezenas de pessoas se apertam no ônibus e após cerca de 45 minutos no trânsito, chegamos ao fim da linha. De manhã, em alguma das vilas do Morro Santana, jovens caminham pelas ruas e becos rumo a mais um dia de aula. No fim de semana, moradores se organizam para participar de um programa de rádio comunitária, enquanto outros se deslocam até o topo do Morro Santana rumo a uma trilha ecológica. Como resultado tanto de práticas da vida cotidiana, quanto do associativismo comunitário, dentre outras, seus moradores desenham um Morro Santana periférico. Renato Farias, antigo morador da Vila Protásio Alves, nos ajuda a compreender:

Morro Santana era o nome, era o carinho, era o lugar que a gente desde criança subia, frequentava, sei lá, estava ali de qualquer lugar da cidade... Tu dizia: ‘ó, lá tá o Morro Santana’. Tá entrando a cidade, tu já enxerga: ‘é pra lá que eu vou!’. O bairro sempre

foi Morro Santana. Se falava: ‘eu moro na Vila Protásio Alves, no bairro Morro Santana’. Pronto, sempre se disse isso, entende? (Farias, 2023)

Mapa 3 – Desenho 3: Morro Santana urbano



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

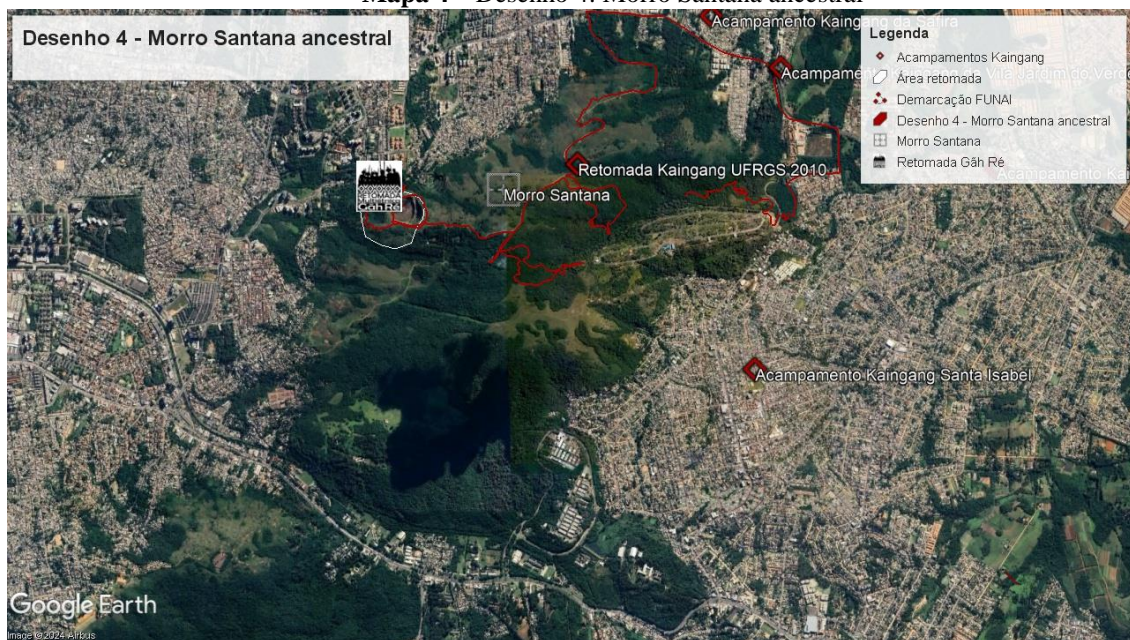
Ainda em relação ao desenho urbano, também observamos a existência territorialidades produzidas tanto pelo mundo do mercado quanto do mundo estatal, denominadas como: Jardim Itália e Alto Petrópolis e outros nomes associados a empreendimentos privados. Através dos anúncios das construtoras e imobiliárias, assim como no discurso de grande parte dos seus moradores, percebemos uma tentativa de desvinculação dessas áreas com o morro. Ainda que, muitas vezes, não se reconheçam como parte do Morro Santana, muitas dessas territorialidades são reconhecidas oficialmente pelo poder público como pertencentes ao bairro Morro Santana. Tlostanova (2017) conceitua essa categoria de desenho ontológico, como “design negativo”, também chamado de “desenho colonial” por Pereira (2021), lógica na qual “a própria modernidade colonial seria um design total composto e ramificado em várias formas de se desenhar a realidade” (Pereira, 2021).

Desenho 4 – O Morro Santana *ancestral*: Em uma trilha pela mata, indígenas Kaingang coletam ervas medicinais para preparo de chás e remédios do mato, assim como cipó e taquara para confecção de seu artesanato tradicional. Através do plantio de árvores frutíferas e outras plantas consideradas sagradas, os Kaingang também realizam o manejo agroflorestal. Quando uma criança indígena nasce, como um procedimento do ritual de batismo, seu umbigo é enterrado na terra, próximo a alguma árvore sagrada. Através das práticas de cuidado com vidas

humanas e não humanas, assim como de experiências de luta territorial como as *retomadas*, é desenhado um Morro Santana ancestral. A cacica Iracema Gah Té apresenta o seu território:

Aqui é nosso território, território do meu vô e da minha avó, dos meus tataravô... É território da geração nossa originária. Eu estou aqui para defender onde está a geração do meu povo e nós, os netos e tataranetos [...] É um projeto muito grande, é um sonho de uma filha de uns senhores e senhoras que duraram cento e poucos anos, defendendo a natureza, defendendo o seu bem viver do povo (Gah Té, 2022, ao pé do Morro Santana...).

Mapa 4 – Desenho 4: Morro Santana ancestral



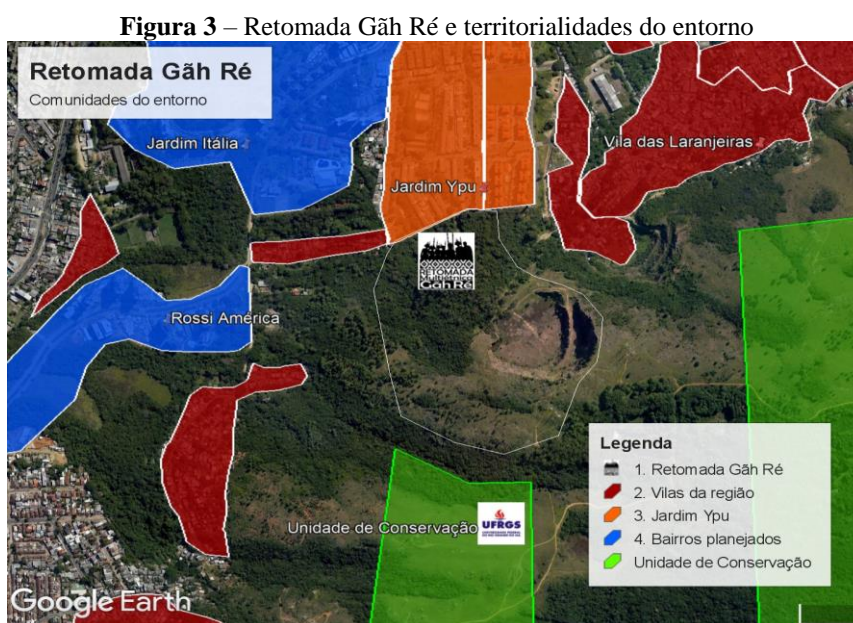
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A proposta dos *desenhos ontológicos* de Escobar (2007) nos permite analisar como os habitantes de diferentes territórios desenharam, através das práticas, distintos projetos de vida comunitários. Em nosso percurso podemos compreender o Morro Santana como esse espaço de multiplicidade que permite a interação entre diferentes entidades ou (territo)realidades de “Morro Santana” distintos, porém coexistentes. Nesse caminho, pude experienciar algumas dessas diferentes realidades, e desde então, mais do que fazer um catálogo de territórios e/ou territorialidades, meu objetivo tem sido desenredar esses “nós”, buscando compreender onde e como cada um deles se conecta, assim como tramar outras conexões entre diferentes mundos, desdobramentos que são essenciais para uma compreensão mais abrangente dos conflitos e dinâmicas urbanas atuais.

É importante ressaltar que o mundo estatal está presente e co-produzindo todos os desenhos ontológicos. De certo modo, os aparatos estatais, a partir de suas práticas concretas,

permeiam e, ao mesmo tempo constituem (e são constituídos por) diferentes ontologias, seus acordos/compromissos ou tensões/disputas. Esses aparatos estão presentes constantemente, seja regulamentando os usos da terra, seja concedendo autorizações (ainda que de formas nebulosas) para empreendimentos imobiliários, ou ainda autorizando ou revogando a autorização de funcionamento de pedreiras, e mesmo expandindo os serviços públicos (ainda que de forma precária).

Telles (2015) aponta que o cenário atual das cidades é desenhado por territorialidades urbanas de contornos incertos, que se configuram em torno de pontos de conflito, atrito e fricção. Para Tsing (2019), o conceito de fricção diz sobre encontros heterogêneos e desiguais, de projetos sobrepostos de fazer mundo que podem levar a novos arranjos de cultura e poder. Seixas (2010) chama atenção para o fato de que o conceito de Tsing enfatiza o “caráter imprevisível” de “mal-entendidos” destas conexões. Nessa perspectiva, a diferença não é, necessariamente, uma fonte de conflito, mas inclui também outros tipos de interações baseadas na diferença como: “alianças, empréstimos, fusões, traduções e acomodações” (Tsing, 2019). Pretendemos compreender como essas fricções moldam, constituindo, fazendo e desfazendo os diferentes desenhos ontológicos de Morro Santana. Nesse sentido, o conflito originado a partir do surgimento da Retomada Gãh Ré é um exemplo de fricção criativa, que possibilita o surgimento de novas realidades.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

1.1 Trilha metodológica: uma sociologia escrita ao caminhar

Em meu TCC defendido em meados de 2021, havia iniciado os primeiros passos dessa “trilha” analisando conflitos socioambientais que envolvem a especulação imobiliária e a população do Morro Santana (Silva, 2021). Naquela etapa preliminar, apresentamos reflexões acerca das condições de precarização no território, articulado à compreensão dos impactos locais da crise ambiental global na realidade das periferias. Apontamos diversas problemáticas relacionadas à precária distribuição dos serviços públicos (água, saneamento básico, saúde pública etc.) e a inter-relação desses problemas estruturais com eventos climáticos extremos, cada vez mais recorrentes. Refletimos também a respeito das estratégias, resistências e mobilizações encontradas pelos moradores para contornar a precariedade e o colapso climático. Aquele estudo preliminar, publicado como TCC (Silva, 2021), foi marcado por todas as angústias, incertezas e os impedimentos provocados pelo contexto pandêmico. Entretanto, esta pesquisa teve início anos antes, em meados de 2016, num percurso que, muitas vezes, misturam-se trajetórias de vida cotidiana, acadêmica e militante imersas no universo empírico do Morro Santana.

Parafraseando a professora e educadora popular Tânia Silva, moradora da Vila Estrutural (uma das vilas⁷ do Morro Santana): “o Preserve é um andarilho no Morro Santana”. Por isso, gosto de brincar que essa dissertação foi “escrita com as pernas”. O programa de extensão Preserve Morro Santana, carinhosamente chamado de “Preserve”, foi como um passo dado com muita modéstia (afinal o trajeto é longo e estamos recém “subindo o morro”), cuidado (com o morro, com a gente, uns com os outros) e firmeza (para não “derrapar”). Fato é que entre março de 2022 e novembro de 2023 organizamos cerca de 10 trilhas ecológicas abertas ao público levando mais de 300 pessoas de diferentes regiões da cidade diretamente ao ponto mais alto de Porto Alegre.

Além disso, foram dezenas de caminhadas itinerantes para mapeamento territorial, identificação de nascentes e da infraestrutura de saneamento, lugares de memória, bem como atividades públicas em praças e escolas do território e um curso de condutores locais de ecotrilhas. Toda essa caminhada se deu, obviamente, “de baixo pra cima”, junto de outras coletividades, como a Resistência Popular Comunitária, o Coletivo Visão Periférica, o Coletivo Mães da Periferia, a Retomada Gãh Ré e as escolas EMEF Ana Iris, Pepita do Leão, EEEF Ministro Salgado Filho e Alcides Cunha.

⁷ No Rio Grande do Sul a expressão “vila” é equivalente à “favela” ou “periferia”.

Portanto, foi construindo o Preserve que participei da experiência de pesquisa (que também é ação política), buscando produzir conhecimento partindo de experiências em iniciativas articuladas com os territórios e as pessoas que os habitam. Nesse percurso, fui influenciado por algumas propostas metodológicas conceituadas como: pesquisa-ação; pesquisa-intervenção; pesquisa-militante; investigação-militante etc. Isabelle Stengers (2018, p. 452) defende que os pesquisadores devem assumir o risco de construção de saberes que os torne “politicamente ativos”, buscando a construção de “uma experiência e uma memória ativas, compartilháveis, criadoras de exigências políticas”:

Não se constituirá jamais memória ou experiência sob o signo de uma neutralidade metodológica. Isso não significa ‘abandonar a ciência’. Jamais teria existido ciência experimental se os pesquisadores no laboratório não estivessem apaixonadamente interessados pela diferença entre aquilo que ‘funciona’, que cria uma relação pertinente, que produz um saber que importa, que pode interessar, e uma observação metodologicamente impecável, mas que não é suscetível de criar qualquer diferença, qualquer consequência (Stengers, 2018, p. 452).

Nessa abordagem, busquei articular o tripé extensão-pesquisa-ensino, num movimento em que a extensão é o ponto de partida – não de chegada –, e apostando em “estratégias de pesquisa que acompanhem os movimentos do desejo” (Paulon; Romagnoli, 2010, p. 90). Essa abordagem não-dualista “rejeita as usuais dissociações natureza/cultura, objetivo/subjetivo”, e insiste na produção de um “conhecimento local e transitório, reconhece a necessidade de uma pluralidade metodológica” (Paulon; Romagnoli, 2010, p. 93).

Conforme Sá Junior (2016, p. 26-27) é fundamental “que não se ignore o que os atores têm a dizer de si mesmos”, por isso a importância de buscar relatos junto aos indivíduos “que vivem no interior das ontologias, cujas percepções, se bem que, muitas vezes contraditórias ao que efetivamente se verifica em suas práticas” (Sá Junior, 2016, p. 26-27). As categorias de análise foram consideradas a partir do modo em que foram mobilizadas e correspondem a determinadas formas de praticar os diferentes “morros” vividos e agenciados em termos de experiências subjetivas, afetivas, coletivas.

A ideia de uma pesquisa-intervenção associada a uma cartografia traz consigo a noção de território como algo movente, permanente tornar-se e desfazer-se pontuado por Haesbaert (2006). Esse deslocamento assíduo entre territorializar, desterritorializar e reterritorializar não se coloca em oposição binária em uma lógica contraditória, mas são modos de se estabelecer, de funcionar. É preciso salientar que a desterritorialização não é o ponto de chegada, mas faz parte de um processo de criação de novos territórios (Paulon; Romagnoli, 2010, p. 96).

No âmbito da pesquisa-militante, alguns pilares são enfatizados por Jaumont e Varella (2016) para potencializar a produção de conhecimento militante, dentre eles: a superação da dicotomia entre sujeito e objeto de pesquisa; a relação dialética entre teoria e prática; a superação do colonialismo intelectual; o compromisso das e dos pesquisadores com a transformação social e a criatividade nos usos de formatos e de métodos e técnicas de pesquisa (Jaumont; Varella, 2016, p. 435).

Gilberto Velho em diálogo com Da Matta, já havia refletido sobre os desafios de “observar o familiar”, que perpassa as vigorosas discontinuidades existentes entre o “mundo” do pesquisador e outros mundos presentes na vida cotidiana (Velho, 1978, p. 123-124). A questão da posicionalidade do pesquisador em um campo composto enquanto um processo-de-vida e em-curso-de-vida também é abordada por Damásio (2021). A autora reflete também sobre o espaço dos “segredos” que eram confidenciais a ela por suas familiares, acesso que só foi possível por pertencer ao grupo familiar, portanto, um “olhar como parente” e não um “olhar como estranho”. Assim, “o jogo do que mostrar e do que esconder” foi posto na mesa para a pesquisadora que era “parente-antropóloga” (Damásio, 2021, p. 08).

Por exemplo, parte dos documentos analisados (notas públicas, cartas, vídeos e reportagens produzidas pelos coletivos locais) contaram com a minha participação no processo de elaboração. Por questões éticas, não utilizei materiais internos como atas de reuniões de coletivos locais, mas sim, conteúdos que já estavam disponíveis publicamente. Por conta disso, também houve preocupação em revisar parte do texto, em especial as falas de integrantes da comunidade Kaingang, junto aos interlocutores indígenas, garantindo que não fossem publicados diálogos que expusessem questões internas que pudessem prejudicar de alguma forma a comunidade. Damásio (2021, p. 07) reflete sobre esse cuidado em não compartilhar segredos que pudessem comprometer e constranger seus parentes: “se temos uma premissa ética básica enquanto antropólogos, essa é a de não compartilhar dados que possam comprometer o grupo pesquisado”.

Esta etapa da pesquisa concentrou-se principalmente na Retomada Gãh Ré, mobilização a qual me solidarizei imediatamente e pude participar de forma contínua ao longo do último ano. Nesse percurso, participei de um grupo de trabalho junto a outros pesquisadores, sociólogos e antropólogos do Preserve Morro Santana, do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT) e do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE). Através dessa colaboração, desenvolvemos uma pesquisa exploratória intitulada “Nota Técnica acerca da ancestralidade indígena Kaingang e Xokleng no território denominado Gãh Ré no Morro Santana em Porto Alegre” (Maréchal *et*

al., 2022). Essa pesquisa funcionou como um dispositivo no qual parte da mobilização se apoiou, incluindo o suporte à defesa jurídica do Ministério Público Federal (MPF) no contexto da reintegração de posse contra a Retomada. Parte do referencial empírico utilizado em minha dissertação, incluindo algumas entrevistas com a cacica Gah Té e outros indígenas Kaingang, foi produzido em 2022, no contexto da elaboração da nota técnica.

Para complementar a experiência de presença corporal-afetiva, mobilizei o uso de entrevistas semiestruturadas com outros habitantes dos territórios que compõem o Morro Santana. Além de Iracema Gah Té, previamente mencionada, tive a oportunidade de conversar com outras figuras importantíssimas: Marilu Paraguassú, mulher negra, filha da *ialorixá* Mãe Apolinária, que manteve um terreiro na região do Ypu, nos anos 1950. Ela tinha 72 anos quando concedeu entrevista em 2018, e depois veio a falecer; Helena Dagnino, descendente de italianos, 87 anos, que viveu em uma das chácaras do Morro Santana nos anos 1940; Tereza Fidelis, 74 anos, indígena Kaingang, que viveu na Vila Safira, no entorno do Morro Santana entre os anos 1970 e 2010; Renato Farias, 54 anos, ex-morador da Vila Jardim Protásio Alves e hoje morador do Jardim Ypu, cursa doutorado em educação na UFRGS e é professor da Escola Porto Alegre (EPA); Adriana Tanaka, 47 anos, moradora do Jardim Ypu, descendente de japoneses, estudante de gestão desportiva no IFRS e instrutora de karatê; Marcelo Cortes, negro, 44 anos, morador da Vila Estrutural, cursa doutorado em história na UFRGS, é militante da Resistência Popular e recentemente publicou o livro “Do Morro a África: o que nossos avós não puderam nos ensinar” (Cortes; Aguiar; Rodrigues, 2023); Letícia do Nascimento, mulher negra, 32 anos, moradora do Morro Santana, técnica em enfermagem, idealizadora do Coletivo Mães da Periferia.

Além disso, outras pessoas colaboraram com comentários, diálogos e frases que foram registradas em diário de campo e acabaram sendo incorporadas em alguns trechos da dissertação: Tania Silva, mulher negra, educadora popular, moradora da Vila Estrutural; Gilmar Gomes, homem branco, morador do Campo do Figueira; Odirlei Fidelis, indígena Kaingang, cacique da Aldeia Van Ka; Luis Carlos dos Santos, 80 anos, marido de Marilú Paraguassu. Entre outras tantas conversas informais, que permitiram compreender um pouco sobre as dinâmicas aqui em análise.

Ao longo do trabalho, também busquei realizar uma decupagem de cenas que foram capturadas e registradas em diversas formas: na memória, no diário de campo e também em acervo audiovisual (que possivelmente será transformado em um documentário no futuro). Esse conjunto de ferramentas processuais foi utilizado para evidenciar as diferentes formas de praticar e co-criar o Morro Santana. Além disso, na fase final da pesquisa, me aproximei da

abordagem de pesquisa antropológica com “papéis oficiais”, também denominada “etnografia de documentos” (Ferreira; Lowenkron, 2020, p. 165). Nessa tarefa, examinei diversos documentos relacionados ao processo jurídico, urbanístico e ambiental relacionado ao conflito entre a Retomada Gãh Ré e a empresa Maissonave. Nessa empreitada, meu objetivo foi tentar rastrear, através dos papéis, como esses conflitos ontológicos ocorridos na cidade se constituem através de suas conexões com a malha estatal. A partir disso, pude dar conta de como o mundo estatal, em muita medida, busca se sobrepor, categorizar, homogeneizar e colonizar os demais mundos.

Para anotações e registros cotidianos, utilizei um diário de campo virtual em grupo de WhatsApp particular e também o Google Drive para cópias de segurança e preservação dos documentos. No processo de análise e produção de conteúdo, recorri a *softwares* de inteligência artificial, como o Adobe Premiere para transcrever as entrevistas, e o Chat GPT para revisão textual em algumas partes da dissertação.

Além da introdução, esta dissertação está estruturada da seguinte maneira: no Capítulo 2, analisaremos os conflitos entre as ontologias do “viver bem” e do “bem viver”. Apresentaremos, através de diferentes cenas, os dois principais conflitos acompanhados ao longo da dissertação: o primeiro envolvendo rumores a respeito da privatização da pedreira do Morro Santana, e o segundo, o surgimento da Retomada Gãh Ré. No Capítulo 3, por meio da análise de documentos burocráticos, articulando-os com relatos de diferentes moradores e outras experiências vividas, buscaremos compreender como o Estado moderno colonial participa da constituição do(s) Morro(s) Santana e da cidade como um todo. Também faremos um resgate crítico a respeito da história do Morro Santana, buscando desmistificar a ideia de um Morro Santana como entidade histórica, demonstrando como diferentes ontologias estiveram presentes ao longo do processo colonial. Por fim, nas considerações finais, faremos uma síntese da discussão apresentada ao longo do trabalho, articulando as principais questões de pesquisa com um debate teórico acerca dos limites que convencionam e distinguem conflitos urbanos e ambientais.

2 BEM VIVER E/OU VIVER NA CAIXINHA?

O mundo deles (os brancos) é quadrado, eles moram em casas que parecem caixas, trabalham dentro de outras caixas, e para irem de uma caixa à outra, entram em caixas que andam. Eles vêm tudo separado, porque são o Povo das Caixas... (frase de um kujá, recolhida por Lúcia Fernanda Kaingang) (apud Maréchal, 2015, p. 149).

Em um dia de trabalho qualquer de 2023, caminhava pelas redondezas do Bairro Moinhos de Vento, um tradicional bairro da elite porto-alegrense. Eis que me deparo com um quarteirão praticamente cercado por uma grade preta, onde havia fixado o anúncio de mais um empreendimento imobiliário na região. No topo do outdoor, em destaque, a frase: “Em breve mais um empreendimento para viver ou investir”. Essa frase me deixaria pensativo por dias e, associada a todo processo de investigação que veremos a seguir, inspirou o título deste capítulo. Como pressuposto teórico, tentamos até aqui evitar certos dualismos comumente reproduzidos em certos estudos urbanos, como as oposições: centro-periferia; formal-informal; legal-ilegal etc. Ao propormos a reflexão sobre e através das práticas que constituem a cidade, abrimos possibilidades de interações mais complexas e, muitas vezes, contraditórias entre as diferentes cidades que coexistem num mesmo lugar. Porém um anúncio como este, apresenta um nítido dualismo que não passou despercebido: “viver ou investir”. Refletiremos, então, sobre os dois verbos presentes no anúncio.

Figura 4 – Anúncio de novo empreendimento no bairro Moinhos de Vento



Fonte: Acervo pessoal (2023).

a) *Viver*: Diz respeito à vida cotidiana, às relações sociais e ao convívio entre diferentes realidades. Mas como será esse “viver” propagandeado pelos grandes empreendimentos imobiliários?

No Bairro Rio Branco, um outdoor de outro empreendimento imobiliário chama atenção. O anúncio promete “a natureza de viver bem”. Através de alguns exemplos, podemos constatar que o conceito de *viver bem* está em voga no mundo da publicidade: no anúncio já mencionado da construtora Garst⁸ de um condomínio **privado**, que busca unificar a “herança e o patrimônio de um bairro à modernidade e ao conceito de *viver bem*”; no plano de saúde **particular** Unimed⁹, que define o *Viver Bem* como incentivo de “hábitos saudáveis para a melhor qualidade de vida dos nossos clientes e da nossa comunidade”; no programa de televisão¹⁰ **por assinatura** cujo título é *Viver Bem* e exhibe “novidades da saúde, gastronomia, empreendedorismo, moda e beleza”; no supermercado Zaffari existe até mesmo um corredor sinalizado como *Viver Bem*, onde estão alimentos supostamente saudáveis, dentre eles: barrinhas de cereal, biscoitos e *shakes* dietéticos.

Figura 5 – Corredor “Viver Bem” - Supermercado Zaffari



Fonte: Acervo pessoal (2023).

A partir desse breve levantamento, é possível interpretar que o termo “viver bem” está sendo utilizado como sinônimo da ideia de “bem-estar” ocidental que, conforme Acosta (2016), está em oposição ao *bem viver*. O referido autor propõe uma outra interpretação sobre a grande desigualdade do mundo atual, que pode ser compreendida da seguinte maneira: grandes massas populacionais padecem de um “mal viver”, enquanto pequenos grupos desfrutam da “*dolce vita*”. Nessa conjuntura de extrema desigualdade, existem ainda aqueles que defendem políticas

⁸ Disponível em: <https://garst.com.br/empreendimento/timbauva/>.

⁹ Disponível em: <https://www.unimedpoa.com.br/viverbem/o-viver-bem>.

¹⁰ Disponível em: <https://www.progviverbem.com.br/>.

públicas para “viver melhor”, patamar que jamais poderá ser alcançado pela maior parte da população:

Os meios de comunicação promovem o consumismo e o individualismo, e até mesmo decidem os valores e a cultura que devem ou não ser difundidos. É uma incongruência falar em ‘viver melhor’ quando os seres humanos nos tornamos meras ferramentas para as máquinas, ou quando a produção e o consumo capitalistas criam círculos viciosos que apenas nos mantêm dentro de uma grande roda de interminável infelicidade e exploração (Acosta, 2016, p. 16-17).

Retornando ao anúncio do primeiro empreendimento, podemos imaginar que existe uma parcela de compradores finais que adquirem imóveis para *viver* (categoria que se divide em “morar” no caso de apartamentos residenciais ou “trabalhar” no caso dos escritórios comerciais). Em relação à população que *vive* naqueles empreendimentos, podemos supor que, de modo geral, faz parte da classe média-alta porto-alegrense e possui um determinado estilo de vida (privado) próximo do ideal de “bem-estar” (ocidental): consome no Zaffari, possui plano de saúde Unimed, seus filhos frequentam escolas particulares etc.

Entretanto, os resultados do Censo 2022 apontam para uma outra tendência de compradores de imóveis em Porto Alegre: entre 2010 e 2022, houve uma perda demográfica de -5,45%, simultaneamente ao crescimento do número de domicílios (19,85%). Chama atenção, ainda, o crescimento do número de domicílios vagos (101.013), que, somado aos de uso ocasional (27.250) perfazem 18,65% do total (Campos, 2023). De acordo com Eber Marzulo, Professor do Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS, os dados indicam uma produção de unidades habitacionais desproporcional à taxa de crescimento da população. Para o professor, embora haja um problema de habitação nas periferias, essa produção fundiária e imobiliária não é voltada para essa faixa da população e sim para atender aos fundos de investimento:

A explicação que as análises têm colocado sobre esses processos urbanos em grande parte das cidades do mundo é que eles funcionam, fundamentalmente, como portfólio, como investimento. Tanto do grande investidor, dos fundos de pensão que entram nas operações financiando a operação, quanto lá na ponta final, dos compradores. Na maior parte das vezes, os compradores finais compram o imóvel como investimento (Marzulo, 2023 *apud* Gomes, 2023).

Conforme Marzulo, o agente privado que investe na construção dos imóveis “não está preocupado se alguém vai morar ou não, ele precisa vender”. Esse modelo de investimento leva, na prática, a grandes edifícios com “muitas unidades e pouco movimento” (Marzulo *apud* Gomes, 2023). O professor cita o exemplo da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, onde “tem

muitos imóveis fechados e muito pouca coisa para vender ou alugar. Ou seja, eles não estão disponíveis ao mercado, são investimentos e ficam fechados” (Marzulo, 2023 *apud* Gomes, 2023). A partir daí, podemos compreender que grande parte da produção imobiliária está voltada para o *investir* e não é voltada para o público que pretende *viver* naqueles imóveis.

b) *Investir*: Essa dimensão diz respeito às práticas do mercado financeiro, que através do *lobby*, exercem influência sobre as diretrizes urbanísticas. Além disso, a publicidade e os meios de comunicação de massa desempenham um papel importante, promovendo na sociedade valores de uma cultura consumista e individualista. Podemos abordar também o “abundante aparato regulatório (leis de zoneamento, código de obras, código visual, leis de parcelamento do solo etc)” (Maricato, 2003, p. 124) que no limiar entre os mundos público e privado definem o que, onde, como e quando cada empreendimento será construído.

As últimas gestões da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, especialmente a do prefeito Sebastião Melo, destacaram-se por incentivar e facilitar esse modelo de desenvolvimento urbanístico que é identificado pela literatura como constituído por meio do processo denominado de “financeirização”. Raquel Rolnik (2015, p. 31) observa que na primeira década do século XXI, passamos a observar ao redor do mundo os resultados de um longo processo de “desconstrução da habitação como um bem social e sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro”.

A pesquisa de Reis, Souza e Testa (2021) reflete sobre o processo de financeirização do espaço e da vida urbana em Porto Alegre. Para os autores, a financeirização refere-se tanto à “compreensão de que o melhor uso para a terra urbana é aquele que permite a sua máxima rentabilidade” quanto pela “transformação do espaço urbano em um ativo financeiro rentável, tanto por entes privados, quanto pelo próprio gestor público”. Conforme Reis, Souza e Testa (2021), no atual contexto de financeirização de Porto Alegre, a retroescavadeira tornou-se também uma “ferramenta de gestão”. Acompanhando a reflexão de Vianna e Magalhães (2019), é possível compreender que os desalojos de comunidades também acabam por (re)desenhar a cidade conforme os modelos coloniais que historicamente a produziram:

Trabalhando, como fazemos há alguns anos, com familiares de pessoas mortas em ações promovidas por contingentes policiais ou em contextos de remoção de moradias, torna-se impossível não pensarmos na força colonial presente nos modos de gerir espaços, vidas, mortes e relações que nos atravessa no Rio de Janeiro – e em tantas outras partes do país (Vianna; Magalhães, 2019, p. 143).

No atual contexto da cidade de Porto Alegre, a pressão do mercado de investimentos vem incidindo nas normas expressas no Plano Diretor, nos Estudos de Viabilidade Urbanística (EVUs) e nos licenciamentos ambientais, incentivando a verticalização generalizada da cidade, principalmente da região central. Por exemplo, a Lei Complementar 930/2021 não exige contrapartidas significativas dos interessados em erguer arranha-céus sem limite de altura no Centro Histórico: “as incorporadoras poderão construir arranha-céus sem limites de altura no Centro e tudo o que precisam devolver à cidade são obras que valorizam seu próprio produto” (Träsel, 2023). De acordo com o professor Paulo Brack, esse processo de urbanização, ocorrido através da mudança no regime urbanístico, está acarretando também na redução das áreas rurais, que antes correspondiam a mais de 40%, e hoje são menos de 10% (Brack *apud* Coimbra; Fraga; Santos, 2022).

Marzulo (2023) aborda a inter-relação das cidades com as mudanças climáticas globais, explicando que elas cumprem um papel tanto “produzindo” quanto “sofrendo” mais intensamente eventos climáticos extremos. Esse processo de produção da cidade ocorre através da diminuição da cobertura vegetal de grandes áreas e do aumento da pavimentação asfáltica, gerando ilhas de calor, conseqüentemente, aumentando a força e intensidade das chuvas. Simultaneamente, essa redução das camadas de absorção do solo “faz com que as águas das chuvas corram mais rapidamente, porque elas não estão sendo absorvidas” levando a inundações. Assim, ao invés de preparar a cidade para “enfrentar a crise climática”, esse modelo de desenvolvimento estaria, a nível de microclima, retroalimentando-a (Marzulo, 2023 *apud* Gomes, 2023).

Retornando à reflexão inicial, podemos concluir que o *viver* e *investir* propostos no anúncio não são opostos ontologicamente, mas são facetas complementares do “modelo liberal de vida” ou da “ontologia do indivíduo” (Escobar, 2017). Essas práticas (re)desenham limites urbanos-ambientais, “parcelam” o solo, desviam o curso de arroios e nascentes, desalojam famílias humanas de suas casas e também expulsam espécies não-humanas de seus habitats para produção da cidade *una*.

Entretanto, quando nos propomos a compreender os territórios a partir da esfera do vivido/praticado, percebemos que outros *viveres* na cidade (re)existem. Conforme Haesbaert (2021), assim como outros grupos subalternos, os habitantes de periferias urbanas levam a cabo a defesa do território ancorada na “defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial” (Haesbaert, 2021, p. 162). No tocante às aldeias e quilombos urbanos, essa ontologia da coexistência se aproxima à ontologia do bem viver, desdobrando-se uma ontologia

da “terra vista como pluriverso cultural-natural ou conjunto de mundos -e, conseqüentemente, de territorialidades- as quais estamos inexoravelmente ligados” (Haesbaert, 2021, p. 162).

A propósito, não passou despercebido que “viver bem” é nada mais que uma inversão de palavras de *bem viver*. Nesse caso, a ordem das palavras altera o sentido do conceito. No caso do *bem viver*, estamos tratando de um conceito filosófico, enquanto o “viver bem” se reduz a um conceito publicitário. O episódio 224 “marketeiro, o falso filósofo” do podcast *Imposturas Filosóficas* (Lauro; Trindade, 2023), reflete sobre a diferença entre conceitos filosóficos e conceitos publicitários. Para os autores, os conceitos filosóficos surgem para dar contorno aos infinitos problemas que são “impossíveis de serem reduzidos a uma resposta só”. Já a publicidade organiza o fluxo de pensamento em uma só direção: o que a publicidade chama de conceito, reduz o que o pensamento pode ter de novo a ele próprio (Lauro; Trindade, 2023).

Se todo e qualquer conceito nasce em função de um problema, então já sabemos quais são os problemas que o marketing precisa dar conta. Por mais que a resposta a esta altura seja óbvia, precisamos dizer com todas as letras para que não reste dúvida: o publicitário só pensa no lucro. Como fazer alguém comprar mais? Como fazer alguém desejar mais? Enfim, como fazer alguém gastar mais? Estas são as dificuldades que o marketing precisa superar. É para isso que eles são contratados, é para isso que eles pensam. Eles se sentam, colocam o cotovelo no joelho, apoiam o queixo nas mãos e dizem em voz grave: ‘certo, como fazer alguém querer o que não quer?’ (Trindade, 2023).

A Retomada Gãh Ré surgiu no Morro Santana como uma reação à construção dos condomínios que, de acordo com a cacica Gah Té, estariam destruindo o território ancestral kaingang. A cacica atribui o conceito de “bem viver” ao modo de ser kaingang, relacionado ao *cuidado*, ao respeito e a comunidade: “nossa vida é assim, viver *cuidando* [...] Eu e a minha comunidade entramos aqui pra *cuidar*”. Percebam que à referência à “família”, que na ontologia liberal estaria no âmbito privado, logo é complementada com uma ênfase no “compartilhar” com outros mundos: “pelo *bem viver* da família, *compartilhando* pra quem quiser aqui” (Gah Té, 2022).

E nós, povo Kaingang, entendemos que a terra é para todos morar: o *bem viver* da família. Faz 40 anos que estamos aqui, e graças a Deus que convívio de *bem viver* com meu povo, com meus netos, filhos, sobrinha e ninguém ainda não perdeu sua cultura. Pelo respeito familiar, por respeito da natureza, que por acaso que nós, mãe e vó ensinemos desde pequeno: amam a mãe natureza, que a natureza que é mãe terra, ela dá tudo para nós, sustento qualquer semente, então botar na terra ta nascendo (Gah Té, 2022, ao pé do Morro Santana).

Para Acosta (2016, p. 18-19), o *Bem Viver* é uma proposta para “repensar as cidades convertidas em gigantescas máquinas de desolação e, em muitos casos, morte” a partir de uma

“autêntica democratização do poder”. Para isso, o autor propõe a construção de “uma horizontalidade do poder, sustentada na democracia e na ação diretas, e também na autogestão” a partir das bases sociais no campo e na cidade, nos bairros e nas comunidades (Acosta, 2016, p. 18-19). Nesse sentido, Acosta (2016), prefere falar em “*bons viveres*”. Seriam esses *bons viveres* (no plural) que nos permitiriam caminhar rumo ao *pluriverso* ou “um mundo onde caibam todos os mundos, onde todos os seres (humanos e não humanos) possamos desfrutar de uma vida digna” (Acosta, 2016, p. 18-19).

A cacica Gah Té reflete sobre os contrastes entre a ontologia kaingang do *bem viver* e o que ela chama de “viver na caixinha”, que poderíamos associar a uma ontologia do “viver bem” dos condomínios privados. De acordo com a cacica: “cada povo tem seu quinhão, uns querem viver na caixinha”. A “caixinha” aqui pode ser compreendida, ontologicamente, como uma crítica à propriedade privada, onde se precisa “pagar mais conta” e as janelas são tão pequenas que “não tem onde olhar”:

É esse aí que a gente não entende, sabe? Que é viver na caixinha, que é não tem onde olhar... Que é pagar mais conta, que não sei se pagam, ou não, né? Que isso eles nem querem saber. Não quer viver a vida, não querem viver sentindo o cheiro do mato. Então é isso que é um ponto de vista. E eu como eu, como Kaingang, quem sou eu para julgar? Mas é que eu acho errado isso aí, sabe? (Gah Té, 2022, ao pé do Morro Santana).

Porém, Gah Té alerta às pessoas que constroem a “caixinha”: “o mato tem que estar em roda do morro para nossa segurança” e questiona: “caso construir o prédio, se vir esse tremor da terra chacoalhar. Será que o prédio se segura?” (Gah Té, 2022, ao pé do Morro Santana). Conforme Escobar (2017):

Os que defendem o lugar, o território, e a Terra não são românticos nem “infantis”; são a dianteira do pensamento, já estão em sintonia com a Terra e entendem a problemática central de nossa conjuntura histórica: as transições para outros modelos de vida, para um pluriverso de mundos (Escobar, 2017).

2.1 Saindo da caixinha

Para contextualizar como cheguei no atual problema de pesquisa, gostaria de fazer uma breve digressão temporal. Relato a cena de uma das primeiras reuniões – talvez a primeira – em que participei na rádio comunitária A Voz do Morro, em meados de 2016. Caminhava pela Avenida Protásio Alves¹¹, ao som das buzinas e motores, devido à fila de “caixas que andam”

¹¹ Avenida que contorna o Morro ao norte, um dos principais eixos de ligação com o centro de Porto Alegre.

(Maréchal, 2015, p. 149) que se formava naquele fim de tarde, enquanto refletia sobre aqueles milhares de trabalhadores que, vindo da região central, rumavam às suas casas: apertados no transporte coletivo; solitários no automóvel individual; ou corajosos nas motocicletas a costurar. “Passou a Antônio de Carvalho já é Viamão”, me lembro de ler essa frase em um *meme* de internet. E é justamente nesse ponto que inicia a elevação dessa gigantesca formação geológica, que pouco preocupada com as fronteiras intermunicipais, sobrepõe os limites de Porto Alegre e de Viamão. Após cerca de quinze minutos de caminhada, partindo da casa da minha família (no Jardim Ypu), cheguei à Vila Tijuca, uma das territorialidades que compõem a geografia da região. Em frente à praça iluminada, rapidamente localizei as paredes recém-pintadas da rádio, numa estética que misturava toques de *muralismo combativo*¹² com *graffiti*. Dois grandes *muralitos*¹³ se destacavam em primeiro plano, seguido do nome da rádio por extenso, um desenho do morro ao fundo, sobreposto pela frequência “88.3 FM”. A pequena porta estava entreaberta, e os presentes conversavam e “mateavam”¹⁴ de forma descontraída, aguardando quórum para dar início à reunião.

¹² Proposta de intervenção artística coletiva, engajada e comprometida com os movimentos sociais. Estética libertária inspirada nas experiências Latino-Americanas de muralismo, porém adaptada às particularidades da realidade vivida em cada território. Geralmente, os “murais” são produzidos em conjunto com moradores das comunidades, incorporando elementos novos a partir da troca oportunizada pelo contato com o outro (Muralha Rubro Negra, 2017). Disponível em: <http://muralharubronegrabrasil.blogspot.com/search/label/APRESENTA%C3%87%C3%83O>.

¹³ Personagens pintados com a estética do muralismo.

¹⁴ Expressão regional para o ato de tomar chimarrão.

Figura 6 – Rádio Comunitária A Voz do Morro (Vila Tijuca)



Fonte: A Voz do Morro (2016).

A pauta era a organização de um festival de música popular que tradicionalmente acontecia nas ruas e praças do morro, organizado pela rádio comunitária e que contava com participação de artistas locais e convidados. Na reunião, que agregou, aproximadamente, uma dúzia de pessoas, estavam presentes figuras muito importantes, que se tornariam meus amigos e companheiros de luta. Dentre eles, integrantes do Coletivo Visão Periférica (CVP) e da Resistência Popular Comunitária (RP¹⁵). Passado cerca de uma hora de reunião, e já tendo ocorrido uma rodada de apresentação, estávamos na pauta referente à organização do festival. Discutia-se a logística dos equipamentos de som, quem ficaria responsável pela apresentação dos artistas, como seria feita a divulgação da atividade etc.

Estávamos definindo a ordem das apresentações, até que alguém me perguntou se eu tocava algum instrumento musical. Timidamente, eu respondi que sim, que “até toco violão”, mas que estava um pouco destreinado. Pois nesse momento, convidam-me para ensaiar e me apresentar junto ao coletivo Visão Periférica, que era composto por outros jovens, moradores da Vila das Laranjeiras. Minha primeira reação foi contrária, um pouco pela timidez, mas também por um sentimento de que aquele não seria meu “lugar de fala” (um conceito que, na época, estava no auge da banalização feita pela militância universitária). Argumentei algo como: “é melhor dar prioridade aos moradores do Morro se expressarem”.

Para contextualizar, até esse momento, eu era apenas mais um jovem morador de uma das “caixinhas” do Jardim Ypu, porém ainda não me sentia pertencente ao Morro Santana. Não

¹⁵ Neste texto, uso “RP” ou “Resistência” para me referir à Resistência Popular Comunitária.

por acaso, optei por abrir a dissertação narrando um desses momentos de “olhar pela janela” em direção ao morro. Por alguns anos, diariamente, essa cena repetiu-se. Eu observava aquela imensidão verde com uma distância ainda incalculável. Desde pequeno, quando ainda morava na casa dos meus avós – também em uma região próxima –, lembro-me de olhar de longe para aquela grande cratera, o que provocava minha imaginação. Minha avó contava que, antigamente, era possível escutar as explosões da pedreira, que chegavam a “tremeter” a casa. Meu tio relatava suas aventuras, contava que quando era adolescente, fazia trilhas e até escalada no morro. Por isso, eu sempre tive vontade de subir o morro, mas era como se, para percorrer os cerca de 500 metros de distância entre minha casa e a pedreira, fosse necessário atravessar inúmeras fronteiras. Algumas delas, materiais, como: as grades, muros e portões dos condomínios; a mudança do calçamento das ruas – paralelepípedo, asfalto e chão batido; os cachorros soltos no Beco da Pedreira que latiam em meu calcanhar (certa vez, um deles chegou a me morder). Outras tantas fronteiras eram simbólicas, como o medo provocado pelos boatos de que seria um local perigoso por conta de assaltos, supostamente cometidos por moradores “das vilas”.

Cabe aqui situar o leitor acerca do contraste paisagístico que separa o Jardim Ypu da Vila das Laranjeiras. Na Rua Ney da Gama, a pavimentação é de asfalto e cercas eletrificadas protegem alguns condomínios verticais construídos na última década. Do outro lado da rua, o Beco da Pedreira, onde o chão é de terra e assentam-se as primeiras residências da vila. Ao fundo, a paisagem do Morro Santana, com sua enorme ferida aberta. Cabe salientar que, embora essas fronteiras geográficas sejam nítidas, elas não marcam apenas “lados” distintos do território, mas também desigualdades e diferenças. Esses limites não são estáticos, eles estão em estado de permanente deslocamento, reprodução e reconfiguração.

Por exemplo, já ouvi relatos de moradores de que, antigamente, havia um muro de concreto separando a “vila” do “bairro” e que a única abertura entre essas territorialidades era um estreito beco. Até cerca de cinco anos atrás, a rota da linha de ônibus Jardim Ypu não chegava até os limites da vila, obrigando os moradores da Laranjeiras a caminharem até a Avenida Protásio Alves para tomar condução. Hoje em dia, as linhas de ônibus Morro Santana e Jardim Ypu foram unificadas em uma só, aproximando também o cotidiano dos moradores dessas diferentes áreas. Diariamente, crianças e jovens da Laranjeiras se deslocam e habitam o Ypu, seja para frequentar a Escola Estadual Salgado Filho (ensino fundamental) ou para jogar futebol na praça do bairro, assim como muitas famílias que trabalham com reciclagem e utilizam os condomínios como fonte de coleta de materiais. No entanto, são raros os moradores

do Ypu que fazem o movimento inverso. Outra moradora do Ypu e também uma das interlocutoras desta dissertação, Adriana Tanaka, relata como foi que “atravessou a fronteira”:

O que me fez passar do Beco da Pedreira? Iniciativas como Visão Periférica, A Voz do Morro que fizeram trilhas. Eu sempre tive curiosidade de saber como é que era o morro lá pra cima. Eu considero o quintal da minha casa, mas eu nunca subi. Foi uma iniciativa desse pessoal em que eu conheci o Morro, que eu conheci outras realidades (Tanaka, 2022).

Como aponta Haesbaert (2021, p. 46-47), muitos deslocamentos no espaço fortalecem nossa capacidade de “desenvolver distintos olhares sobre os outros”. Certas mudanças espaciais nos permitem “traduzir, avaliar e incorporar outros valores e visões de mundo”:

ou, no mínimo para ‘escutar’ e tentar compreender a perspectiva de outros espaços/culturas, rompendo estereótipos de quem apenas, olhando de fora e de longe, reproduz um único (geralmente o seu, já arraigado ponto de vista). [...] A mudança espacial, uma nova localização/posição, que implique uma outra perspectiva sobre o mundo, depende também, é claro, de onde viemos, do espaço ou da multiterritorialidade que, de alguma forma, “carregamos” conosco (Haesbaert, 2021, p. 46-47)

Porém, como indica Haesbaert (2021, p. 50-53), “muitas vezes a mudança de perspectiva envolve apenas mudar nosso corpo de posição dentro do próprio horizonte de possíveis que, em um mesmo local, encontra-se ao nosso alcance”. Posso afirmar que foram meus deslocamentos, subindo e descendo o morro, cruzando fronteiras, percorrendo linhas de força, enfrentando medos e constrangimentos, que me ensinaram não apenas a “ver” (Haesbaert, 2021, p. 50-53), mas, principalmente *sentir* o morro em sua multiplicidade.

Paradoxalmente, contrariando aquele preconceito disseminado por parte dos moradores do Ypu, de que o Morro seria uma região “perigosa”, em todos esses anos transitando por suas vilas e vivenciando a rotina comunitária, jamais sofri tentativas de assalto ou qualquer outro tipo de violência, por parte de seus moradores. Entretanto, não posso dizer o mesmo em relação às abordagens policiais truculentas. Mesmo sendo um jovem universitário, de pele branca, a minha presença física registrando situações de violência de Estado, com câmera ou com celular em punho, acabaria por me tornar também um alvo potencial das forças repressoras. O que rendeu “paredões”, gás lacrimogêneo e, até mesmo, a exclusão de vídeos da câmera contra minha vontade. Abordagens que, tenho certeza, poderiam ser fatais, caso fosse um jovem de pele preta¹⁶.

¹⁶ O que me faz lembrar de um revoltante caso de homicídio que ocorreu próximo a minha rua. Após uma tentativa de assalto em que o criminoso usava uma arma de brinquedo, o guarda de um condomínio “reagiu” e executou a

Por fim, gostaria de retomar a cena da reunião na rádio comunitária A Voz do Morro, pois foi a partir dessa iniciativa que, inicialmente, atravessei aquelas fronteiras e pude, então, (re)conhecer o morro. Após a minha argumentação, de que eu não queria tocar no festival por não ser morador do Morro, aquela companheira mais antiga, militante da RP, moradora e professora da rede pública, me deu uma resposta que, definitivamente, conduziu-me a todo um processo de (re)territorialização: “mas tu também é morador do Morro Santana”. A partir daqui, não se trata especificamente daquela reunião, mas de muitas que se sucederam naquele mesmo ano e local, e que hoje misturam-se na memória. Me recordo da companheira da RP discursando sobre o quanto essas fronteiras territoriais são utilizadas para dividir o povo, e que uma das tarefas da militância da Resistência Popular era a partir da solidariedade “costurar o tecido social” que está fragmentado pelo individualismo capitalista. Nessa perspectiva, as dezenas de outras sub denominações informais que atravessam e cortam o Morro Santana passariam a ser interpretadas como constituintes desses múltiplos Morros Santana.

A partir dessa cena, foi que eu pude sair da “caixinha” e passar por uma verdadeira *virada ontológica*, onde conheci e convivi com muitas pessoas, habitantes de diferentes regiões do Morro, e fui, gradualmente, me tornando parte dele. O próximo tópico relata uma cena mais recente, relacionada a um conflito específico que vivenciei no Morro Santana em 2021.

2.2 Rumores de privatização da pedreira do Morro Santana

Era dia 23 de outubro de 2021 quando nos reunimos no salão de uma pequena congregação neopentecostal da Vila Pedreira, comunidade que está situada literalmente dentro da antiga pedreira da Cetenco, desativada nos anos 1980. Junto a mim, havia mais dois companheiros e duas companheiras, também jovens moradores de diferentes regiões do morro. Após alguns minutos de discussão, foi sugerida e debatida coletivamente a seguinte frase, que representaria a luta em questão: “o Morro é de quem mora e não de quem explora”. Pintamos com tinta preta e vermelha a faixa branca que foi utilizada na manifestação do dia seguinte.

tiros o assaltante. O assassino, um policial militar fora de serviço. A vítima, um jovem morador da vila Bom Jesus, aluno da escola onde a companheira da Resistência mencionada acima lecionava.

Figura 7 – Caminhada até a Vila Pedreira



Fonte: Acervo pessoal (2022).

A luta estava sendo preparada desde o início de outubro, em resposta às declarações de um vereador de Porto Alegre em um programa de televisão aberta em defesa da entrega de uma importante área do morro para a “exploração econômica e racional” (Sangalli, 2021 *apud* Pampa Debates, 2021). É importante situar que esse conflito emerge temporalmente: três meses *antes* da inauguração de uma unidade da rede de McDonald’s na esquina da Av. Protásio Alves com a Av. Antônio de Carvalho (Correio do Povo, 2022); e sete meses *após* a Companhia Zaffari (em parceria com a incorporadora Melnick Even) ter recebido a licença para construção do megaempreendimento Bourbon Jardim Itália, na Av. Protásio Alves, esquina com a Av. Ary Tarragô, no bairro Morro Santana. As imagens de satélite abaixo, permitem visualizar o desmatamento feito no terreno do Zaffari entre 2021 e 2023.

Figura 8 – Desmatamento em terreno do Zaffari (2021-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em relação a este empreendimento, de acordo com Artur Ribas, diretor geral do Escritório de Licenciamento da Prefeitura de Porto Alegre “será um dos maiores loteamentos dos últimos 10 anos em Porto Alegre” (Ribas *apud* Comunello, 2021), totalizando uma área de mais de 500 mil metros quadrados:

O escopo completo analisado soma 220,6 mil metros quadrados de área a ser construída, que tem shopping center (167 mil metros quadrados) e quatro torres comerciais (33,5 mil metros quadrados). [...] O ativo completo foi dividido em 10 lotes - nove deles para intervenções residenciais. Antes mesmo de obter a LI para as fases projetadas com torres comerciais, shopping e hipermercado, o loteamento em área de 500 mil metros quadrados já havia sido registrado, em 2019, e já poderia ter sido implantado. A partida da primeira etapa da edificação residencial será feita em acordo com a incorporadora Melnick Even, que já é parceira do Zaffari em outros empreendimentos (Comunello, 2021).

Vera Telles aborda o cenário atual das grandes cidades, no qual “mesmo nas regiões mais distantes da cidade, os circuitos do mercado e os grandes equipamentos de consumo compõem a paisagem urbana” (Telles, 2010, p. 10). De acordo com a autora, esses “poderosos” fluxos socioeconômicos *redesenham* os espaços urbanos e *redefinem* as dinâmicas locais, redistribuindo bloqueios e possibilidades e criando novas clivagens nas práticas e circuitos urbanos (Telles, 2010, p. 10). Em meio ao panorama apresentado, no dia 05 de outubro de 2021, o vereador Jessé Sangalli (Cidadania) declarou no programa de televisão aberta Pampa Debates apoiar a privatização da antiga pedreira Asmuz, cujo destino seria a construção de atrativos turísticos na cidade de Porto Alegre, acirrando ainda mais as tensões locais:

Hoje, não por acaso, acabei visitando a pedreira do Morro Santana, que teve extração de minério durante os anos 70, e que acabou ficando uma ferida aberta, e nós

gostaríamos de trazer algum tipo de empreendimento [...] Nossa ideia seria aproveitar essa condição de pedra hoje inexplorada e abandonada no Morro Santana, para oferecer para o empreendedor algum tipo de alternativa como colocação do próprio Skyglass, tirolesa ou até mesmo um restaurante panorâmico, de modo a fazer com que as pessoas fiquem mais tempo em Porto Alegre (Sangalli, 2021).

As falas de Sangalli, naquele contexto, podem ser consideradas o estopim que desencadeou uma série de mobilizações comunitárias em defesa de um “espaço comum” entre os diferentes mundos/morros coexistentes. Mas essa pronta resposta só foi possível devido à organização comunitária anterior, que já estava monitorando as investidas do capital imobiliário no território. A articulação antecipada às falas de Sangalli se deu porque naquele período, embora não existisse um projeto (ao menos de forma oficial), já circulava nas diferentes regiões do morro rumores relacionados a diferentes propostas para a pedra do Morro Santana.

Na esteira da abertura do canteiro de obras no terreno do Zaffari, boatos de que grandes empresários estariam interessados em construir restaurantes panorâmicos, *resorts* de luxo, e até mesmo uma grande estátua do Cristo Redentor em cima do morro impulsionam debates entre os moradores de diferentes regiões. Nesse período, passou a circular também nas redes sociais um projeto de “requalificação da Pedreira do Morro Santana”, encabeçado pelos empresários de uma pequena agropecuária local chamada Compostchêira. No dia 19 de agosto de 2021, a proposta foi publicada no site da empresa (Gomes; Holsback, 2021):

Refletindo sobre a importância de repensarmos nossas cidades com foco no Urbanismo Ecológico e nos benefícios socioeconômicos e socioambientais do Ecoturismo, a Compostchêira criou o projeto NORTCHÊAR. O projeto NORTCHÊAR tem como objetivo mapear/registrar trilhas e localidades com grande potencial para o Ecoturismo, prática de Esportes de Aventura e Lazer. Além disso, estaremos propondo alternativas de Revitalização ou Requalificação para áreas degradadas ou em situação de abandono. Para tanto, temos o prazer de iniciar nossa jornada propondo um grande desafio para a cidade de Porto Alegre, a saber: a Requalificação da Pedreira do Morro Santana (Gomes; Holsback, 2021).

A minha sensação era de que o responsável por encabeçar o projeto havia feito um bom mapeamento de pessoas de referência no Morro Santana. Em poucos meses, diversas pessoas (moradores, integrantes dos coletivos locais, professores da UFRGS e até familiares meus) relataram ter sido procuradas pelo proprietário da empresa a fim de adquirir apoio à ideia. Nesse período, o proponente elaborou também um documento chamado “Dossiê sobre Recuperação de Áreas Degradadas por Pedreiras”, que circulou entre alguns moradores e integrantes de coletivos locais por e-mail e WhatsApp. Conforme o documento, em agosto de 2021, integrantes da Compostchêira estavam em contato com os vereadores Moises Barbosa “Maluco do Bem” (PSDB) e Jessé Sangalli (Cidadania) e que o próximo passo seria apresentar o projeto

à Câmara de Vereadores e também aos grandes empresários. De acordo com o documento, o projeto também contaria com apoio da ONG Misturaí.

Essa situação ajuda a “desenrolar os fios” que conectam agentes locais intermediários com os polos globalizados da economia. Telles (2010) chama atenção para essas redes locais que se transformam em agenciadoras do capital globalizado nas periferias. Conforme a autora: “nunca se sabe ao certo de onde vem a encomenda, muito menos quem paga pelo trabalho feito e para onde vai o produto realizado” (Telles, 2010, p. 18); observação parecida a nossa ao acompanhar tais ofensivas sobre os territórios e mundos do Morro Santana. Não se sabia quem estava “encomendando” a tarefa de agitação da opinião pública realizada por esses pequenos empresários e políticos, mas a todo momento apareciam indícios da existência de um ou mais grandes grupos econômicos interessados na pauta.

No dia 03 de outubro de 2021, dois dias antes dos pronunciamentos do vereador, ocorreu um encontro de articulação na Biblioteca Visão Periférica, com participação da Resistência Popular, do Preserve Morro Santana, da comunidade Kaingang *Mür Tay* (que posteriormente originou à Retomada Gãh Ré) e do Coletivo Catarse. Durante o encontro, discutiu-se a respeito das ameaças da especulação imobiliária no território, onde duas das principais tentativas foram sinalizadas (conforme a Figura 9 a seguir). A primeira delas tratava-se do projeto de “requalificação” da pedreira, conforme já abordamos, mas o mapeamento também sinalizava uma segunda ameaça: a construção de um grande condomínio em uma área adjunta à pedreira, pertencente à empresa Maissonave Companhia de Participações. Naquele momento, já tínhamos conhecimento acerca da Licença Prévia¹⁷ emitida em 2018 pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) em nome da referida empresa, para construção de um “loteamento residencial - condomínio plurifamiliar” na Rua Natho Henn, nº 55.

¹⁷ Disponível em: http://www1.portoalegre.rs.gov.br/smamlicencas/pw_LICc.asp?tpSel=1&dsSel=18750.

Figura 9 – Áreas sob ameaça da especulação imobiliária



Fonte: Resistência Popular Comunitária (2021).

A partir do encontro, algumas iniciativas foram sugeridas tanto no âmbito da articulação local e das mobilizações diretas, quanto no âmbito jurídico e institucional como uma possível ação civil popular, ou um dossiê técnico-ambiental denunciando os empreendimentos. Importante ressaltar que, até esse momento, a inter-relação entre esses dois projetos não passava de uma suposição, por se tratarem de áreas muito próximas. Restavam algumas dúvidas: a área da pedreira pertencia à mesma matrícula do imóvel da Maisonnavé? Caso contrário, quem seria o proprietário? Algum ente público ou privado?

Foi esse evento que – interconectado com todo o panorama de avanço da especulação imobiliária, já narrado até aqui – fez emergir na cena pública conflitos e posições relacionados às ameaças de privatização de uma importante região do morro. Esse será meu ponto de partida, por meio do qual buscarei compreender como se desdobram e se inter-relacionam outros conflitos, a partir das diferentes práticas que produzem os diferentes Morros Santana. A pedreira, muito além de ser um “espaço abandonado” (como alegou Sangalli), possui significados e usos distintos por diferentes grupos, sujeitos que habitam e vivenciam essa região da cidade. Além disso, sua importância paisagística impacta aqueles que moram e circulam pelas zonas Leste e Norte de Porto Alegre, mesmo sem jamais ter chegado perto da cratera. Talvez por isso, a área seja objeto de tantas ideias, projetos, e polêmicas em diferentes épocas. De certa forma, o Morro Santana pode ser considerado não apenas através das práticas que

produzem os diferentes morros, mas também como espaço através do qual circulam ideias, pessoas, projetos de cidade e outras coisas.

Uma das primeiras pessoas a propor projetos de recuperação das pedreiras degradadas no Morro Santana foi o renomado ecologista José Lutzenberger, ainda nos anos 1980. A proposta de Lutzenberger para a Pedreira Asmuz era a “construção de uma choperia na bancada da pedreira oportunizando um inebriante programa de fim de tarde”. Em relação à pedreira Cetenco, que se encontra habitada atualmente pelos moradores da Vila Pedreira, o ecologista apontou que “é um excelente local para a realização de shows e concertos, devido à sua formação [...] que deve proporcionar excepcional acústica” (Lutzenberger *apud* Gastal, 1995 p. 60-66).

Algumas décadas depois, em 2006, a arquiteta Marta Volkmer da UniRitter foi premiada no 18º Concurso Opera Prima com o projeto “Requalificação da Pedreira do Morro Santana” (Volkmer, 2006, p. 74). Sua proposta consistia na implementação de um centro cultural em um edifício em forma de ponte, estruturado por elementos metálicos e vedados por uma camada dupla de vidro transparente, que conectam os centros das duas pedreiras. Contaria ainda, em seu eixo transversal, com um teleférico.

Figura 10 – Requalificação da Pedreira do Morro Santana
Requalificação da Pedreira do Morro Santana

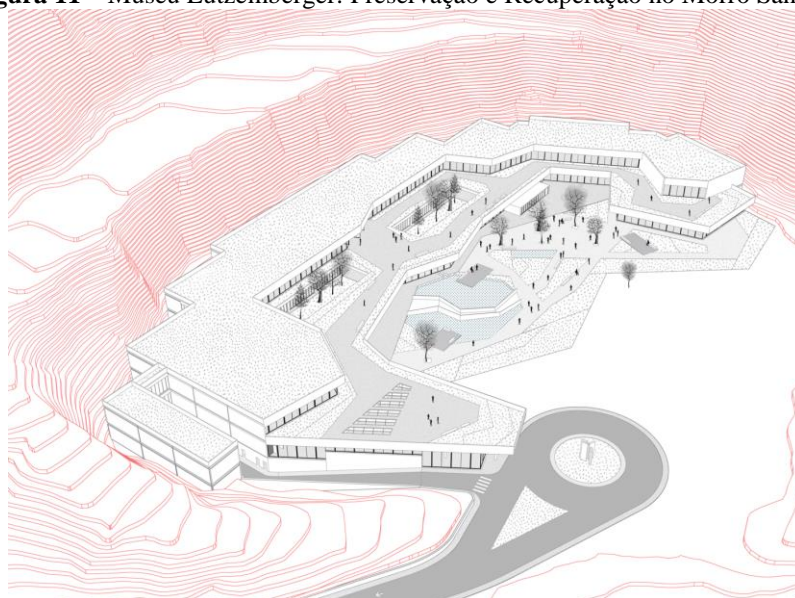


Fonte: Volkmer (2006).

Mais recentemente, em 2020, a arquiteta Camila Scheuermann, da PUCRS, recebeu o Prêmio IAB-RS com o projeto “Museu Lutzenberger – Preservação e Recuperação no Morro Santana” (Scheuermann, 2020). Seu projeto consiste na criação de um museu de ecologia em homenagem ao centenário de José Lutzenberger, que ocorrerá em 2026. De acordo com a autora o projeto seria fomentado através de uma parceria público-privada: “uma empresa possível para essa parceria é a Braskem, empresa engajada em questões de desenvolvimento

sustentável e que atualmente patrocina o Prêmio José Lutzenberger jornalismo ambiental” (Scheuermann, 2020, prancha 01). A arquiteta propõe ainda uma realocação das famílias da Vila Pedreira para um condomínio residencial, que seria localizado numa praça nessa mesma pedreira. Por isso, de acordo com a arquiteta, o projeto não seria apenas “uma recuperação de um espaço degradado no âmbito natural, mas também uma requalificação no âmbito social para os moradores da Vila das Laranjeiras” (Scheuermann, 2020, prancha 01).

Figura 11 – Museu Lutzenberger: Preservação e Recuperação no Morro Santana



Fonte: Scheuermann (2020), prancha 01.

Mesmo tratando-se de estudos acadêmicos, e não projetos efetivados, não podemos ignorar que tais propostas cumprem um papel de impulsionar o debate público em relação a área. Como vemos, muitos dos boatos que circularam na comunidade recentemente se referiam a ideias semelhantes às aquelas verificadas nos estudos arquitetônicos.

Retornando aos desdobramentos da fala de Jessé Sangalli, como uma das primeiras reações públicas sobre a questão, organizamos uma nota de denúncia e circulamos pela comunidade com um abaixo-assinado contrário à tentativa de privatização da pedreira. A nota foi redigida pela RPC e publicada no veículo Repórter Popular (2021), contando com adesão de diferentes coletivos e entidades¹⁸ que de alguma forma desenvolvem trabalhos contínuos no território:

¹⁸ Africanamente – Escola De Capoeira Angola, AMOVIPA – Associação dos Moradores da Vila Protásio Alves, Associação de Moradores da Vila Tijuca, A Voz do Morro, Beabah – Bibliotecas Comunitárias do RS, Centro de Educação Ambiental Marli Medeiros, Cirandar – Centro de Integração de Redes, Coletivo Catarse, COLEP – Coletivo Pela Educação Popular, Coletivo Mães da Periferia, Coletivo Visão Periférica, Resistência Popular

NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA PEDREIRA. O MORRO É NOSSO!

No programa Pampa Debates do dia 05/10/2021 o vereador Jessé Sangalli (Cidadania) defendeu a entrega da pedreira do Morro Santana para empreendimentos privados, já que segundo ele o morro está “abandonado” (não iremos divulgar o vídeo para não dar palanque, mas está disponível no YouTube para quem quiser acessar).

Após seu sonho frustrado de passar asfalto por cima do Morro da Av. Ipiranga até Viamão, seu novo delírio é construir um restaurante panorâmico na pedreira, incluindo tirolesas e “skyglass”. No mesmo dia, o vereador esteve no morro junto com outros engravatados e passou reto por moradores da comunidade, sem cumprimentar ninguém nem dar satisfação da sua visita.

Jessé tem medo de pisar nas vilas para ouvir o que os moradores pensam a respeito, está sempre vendo o morro de cima com seus vôos de paramotor. Ele só acha que o morro está abandonado porque não enxerga os pobres, está cego pelo dinheiro da especulação imobiliária que quer nos varrer pra cada vez mais longe.

A pedreira é nossa, das moradoras e moradores do Morro Santana! É um símbolo de Porto Alegre que mostra que nossa cidade só se desenvolve às custas da exploração do povo trabalhador e da destruição do ambiente. O Morro não está abandonado, aqui pulsa vida, corre sangue, suor, solidariedade e união, que a ganância do capital não é capaz de enxergar.

Morro Santana, Porto Alegre – 07/10/2021 (Repórter Popular, 2021).

Além do abaixo-assinado, os coletivos locais organizaram uma manifestação de “abraço a pedreira” no dia 25 de outubro de 2021. De acordo com o veículo Repórter Popular (2021):

Foi realizado um abraço simbólico à pedreira do Morro Santana, em protesto ao projeto de privatização da região e pela preservação da área. [...] A manifestação foi organizada por diversos coletivos e associações que atuam no Morro Santana que buscam a preservação da região e melhores condições para a comunidade que sofre com, por exemplo, constante falta de água e problemas de saneamento. Esses grupos unidos lançaram ainda uma nota no último dia 7 de outubro explicando e rechaçando o projeto de privatização do vereador do Cidadania, Jessé Sangalli (Repórter Popular, 2021).

Figura 12 – Abraço ao Morro Santana



Fonte: Repórter Popular (2021)

Dentre os principais agentes comunitários que protagonizaram esse primeiro ato em defesa da preservação do Morro Santana, estão alguns coletivos locais que (co)participo e/ou apoio há alguns anos, inclusive já mencionados anteriormente em meu TCC (Silva, 2021). Esses grupos atuam de maneira independente no território, porém não de forma fragmentada, já que constroem alianças e parcerias em diversos momentos. A pandemia de Covid-19 foi um desses momentos de “articulação circunstancial” (Magalhães, 2019), que contribuiu com o fortalecimento desses vínculos, a partir da construção de uma rede de apoio mútuo e a Campanha de Luta por Vida Digna.

Nas semanas seguintes à eclosão da pandemia e a instauração das medidas de isolamento social, foi construída uma rede de local ajuda mútua - na qual participaram organizações como a rádio comunitária A Voz do Morro, o Coletivo Mães da Periferia, Associação de Moradores da Vila Tijuca e a RPC - que vinculada a campanha nacional de Luta Por Vida Digna buscou elaborar uma estratégia de combate aos efeitos sanitários e econômicos da pandemia do Coronavírus (Silva, 2021).

A concentração para as atividades de mobilização foi marcada para o dia 25 de outubro, em frente da Biblioteca Comunitária Visão Periférica, na Vila das Laranjeiras. Naquele dia, desde a concentração, o Preserve Morro Santana montou uma espécie de banca para coleta de assinaturas do abaixo-assinado. Enquanto isso, crianças e jovens, moradores e apoiadores se somaram ao movimento, pintando cartazes e faixas com diferentes reivindicações: “*O morro é nosso*”; “*Bem vindos ao Morro Santana - comunidade organizada pela preservação. Luta e resistência*”; “*Moradia digna*”; “*Saneamento*”. Lideranças comunitárias dos coletivos Mães da Periferia e Visão Periférica faziam falas em um microfone acoplado a uma caixa de som portátil,

e ao fundo, o Coletivo de Capoeira Angola Gira Ginga marcava o ritmo e ensaiava cânticos com o berimbau.

Durante a caminhada, que seguiu pelos becos e vielas da comunidade, rumo à pedreira, mais moradores foram se somando, chegando a reunir em torno de 80 pessoas. Devido ao contexto ainda de pandemia, a maior parte das pessoas utilizava máscara. Um *banner* do Coletivo Mães da Periferia e uma bandeira da Resistência Popular foram carregados (esta última por mim), e posicionada a frente do ato estava a grande faixa que dizia: “*O morro é de quem mora, não de quem explora!*”. Chegando na cratera, o grupo se reuniu no interior e se concentrou próximo a alguns afloramentos rochosos, onde as faixas e cartazes foram pendurados, formando-se uma espécie de plenária improvisada. Diferentes moradores fizeram falas no microfone e elencando as pautas consideradas prioritárias, como o acesso à água potável e ao saneamento básico.

Figura 13 – Plenária na pedreira do Morro Santana



Fonte: Repórter Popular (2021).

No entanto, sem a intenção de homogeneizar a experiência de mobilização em torno da pauta, ao longo da caminhada pude notar como algumas situações apontavam para a existência de certos paradoxos em todo esse processo. Embora alguns moradores das vilas e de outras localidades da região tenham vindo a se somar à caminhada, muitos destes, já possuíam algum tipo de vínculo com as organizações que a convocaram. Entretanto, a maioria dos moradores locais observava de casa com curiosidade, sem esboçar muitas reações. Além disso, é importante destacar que muitos dos que assinaram o abaixo-assinado não se somaram à

manifestação e parte dos presentes na caminhada, na verdade, não eram moradores do Morro, mas por diferentes motivos se solidarizaram à causa.

Uma situação que ficou marcada em minha memória aconteceu na subida do Beco da Pedreira, quando um senhor, de dentro do seu pátio, questionou a bandeira que eu carregava. Disse algo como não querer “ninguém do MST invadindo o morro”. Eu expliquei que a bandeira não era do MST, mas sim da Resistência Popular, organização que há mais de 15 anos desenvolve trabalho na comunidade. Tentei argumentar que quem estava querendo “invadir” o morro era a “especulação imobiliária”, e que caso aqueles empreendimentos se concretizassem, os maiores atingidos seriam justamente os moradores que viviam em ocupações informais, como era o seu caso. Ele não pareceu disposto a ceder, até que sua esposa pediu para ele parar de discutir, chamando para dentro de casa. Aqui temos um ponto de fricção, onde diferentes desenhos ontológicos, a princípio, antagônicos, acabaram por misturar-se e confundir-se: nesse caso, um morador que, embora faça parte do Morro Santana periférico, acaba por reproduzir um discurso semelhante ao dos desenhadores da cidade colonial.

De fato, observamos uma heterogeneidade de posicionamentos durante as semanas que antecederam e sucederam o ato público, tanto ao circular pelas diferentes localidades que compõem o Morro Santana com o abaixo-assinado, quanto ao acompanhar os debates nas redes sociais. Parte dos moradores posicionaram-se contrários à privatização, alegando que esta acarretaria em possíveis remoções e que haveria demandas prioritárias, como o acesso à água e ao saneamento básico. Outra parcela mostrou-se favorável à privatização, desde que os empreendimentos trouxessem empregos e maior investimento em infraestrutura urbana. Ainda teve uma outra parcela que, por ser moradora de “área de risco”, acreditava que em caso de remoções receberiam algum tipo de indenização financeira ou reassentamento, e por isso seria favorável.

No dia 04 de novembro de 2021, houve uma reunião de articulação local na sede da Associação de Moradores da Vila Tijuca. Estiveram presentes moradores e integrantes de entidades do território, como as coletividades Visão Periférica, Mães da Periferia, Associação Tijuca, AMOVIPA, Rede Beabah, Resistência Popular, Preserve Morro Santana e COLEP. De modo geral, a avaliação da atividade foi considerada positiva, principalmente no sentido de demonstração de forças para fora da comunidade, chamando atenção da população de Porto Alegre para essa pauta que ameaça os moradores locais. No entanto, avaliou-se que houve baixa adesão e algumas hipóteses foram levantadas: a) alguns moradores não apoiam a luta contra a privatização por convicção política-ideológica; b) a participação de vereadores e partidos

políticos na manifestação teria afastado a comunidade; c) por ser no domingo, a maior parte dos moradores optou por ficar em casa para descanso.

Um outro evento pode ajudar a explicar essa baixa adesão à mobilização. Aproximadamente um mês antes de sua realização, no dia 02 de setembro de 2021, a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária (SMHARF) havia organizado um encontro com moradores das vilas Laranjeiras e Pedreira, dando início a um levantamento topográfico para regularização fundiária da comunidade. De acordo com uma matéria no site da Prefeitura, o trabalho em campo definiria as áreas que poderiam ser regularizadas e as famílias a serem reassentadas. O procedimento incluía “a verificação de cada lote e também das edificações e seus ocupantes, mapeando toda a Vila Laranjeiras. Estudos anteriores mostraram que há cerca de 700 moradias na comunidade” (Guerreiro, 2021). A matéria ainda destaca que “a Vila Laranjeiras tem três das 118 áreas de risco mapeadas em Porto Alegre”, onde se encontraria “uma pedreira desativada que tem moradias na sua base” (Guerreiro, 2021).

Em relação a esse ponto, é preciso situar que a gestão do prefeito Sebastião Melo está promovendo nas periferias um processo de regularização fundiária baseado na *titularização em massa*, formalizando centenas de loteamentos e vilas, antes consideradas como áreas irregulares. De acordo com dados divulgados pela SMHARF (Vitali, 2023), até o início de 2023 mais de 2 mil títulos de propriedade foram entregues para “famílias que vivem em comunidades irregulares em Porto Alegre”. A meta do processo é regularizar 6 mil lotes em quatro anos. Simultaneamente, o valor do “bônus-moradia” foi reajustado em mais de 60% e, desde o início da gestão Melo, foram pagos para 186 famílias. De acordo com Vitali (2023) “com o bônus, os beneficiários saem de uma situação de informalidade para se tornarem proprietários de imóveis regulares”.

Isadora Guerreiro (2020) aponta que a política de *titularização em massa* é uma medida que foi estimulada pelo Banco Central durante o Governo Bolsonaro, através do programa Casa Verde Amarela (substituto do Minha Casa, Minha Vida), como uma solução para “desentravar” a informalidade na América Latina. De acordo com Maricato (2003, p. 163), é cada vez maior a admissão da regularização urbanística e jurídica das ocupações ilegais, entretanto, a dificuldade está “em apresentar alternativas para que grande parte da população não seja forçada a invadir terras para poder morar”.

Guerreiro (2020) afirma ainda que as medidas não pretendem oferecer melhores condições de habitação nem acesso a cidade, mas apenas formalizar a “cidade informal”, conectando-a, assim, com o mercado de capitais. Maricato (2001, p. 43) destaca que “há uma correlação entre lei (urbanística) e mercado imobiliário capitalista” já que “o financiamento se

aplica somente aos imóveis legais”. Portanto, podemos compreender que a legalização de determinadas áreas em que a população não possuía acesso ao mercado formal (ou que o mercado não tinha acesso à população) ajuda a tornar rentáveis aquelas terras e permitir a expansão das fronteiras de mercado nessas regiões. De acordo com Rolnik:

Em muitos países, conceder títulos a assentados ‘informalmente’ tem sido não apenas uma resposta a pressões por parte destas comunidades como também uma forma de manter o modelo de exclusão territorial. Só é possível compreender plenamente o conjunto de atores envolvidos e potenciais ganhadores e perdedores no contexto das políticas de titulação examinando cada uma destas situações em particular. Entretanto, esta análise mais global – expressa nas estratégias dos bancos e organismos de cooperação multilaterais e bilaterais – revela como uma política voltada ao ‘combate à pobreza’ e à ‘insegurança da posse’ constituiu-se também em um dos mecanismos que, ao afirmar a hegemonia e a predominância da propriedade privada sobre as demais, ao favorecer-las nos processos de transformação urbana, aumentaram a vulnerabilidade dos mais pobres em processos de despossessão (Rolnik 2015, p. 174).

Esse impulsionamento à titularização de terras promovido pela Prefeitura ajuda a explicar, em parte, o posicionamento das parcelas da comunidade que se posicionaram favoráveis aos empreendimentos privados imaginados na pedreira desativada. O avanço do “desenvolvimento” exerce influência no aumento do preço da terra, e associado à entrega dos títulos de propriedade, torna possível a venda de imóveis por parte de famílias que, de modo geral, enfrentam grandes dificuldades financeiras. Em relação às famílias moradoras das “áreas de risco”, é possível considerar que conscientes que a implementação de tais empreendimentos acarretaria também processos de desalojo, poderiam estar interessadas na indenização do “bônus-moradia” proposta por Melo e/ou em eventuais reassentamentos.

Podemos supor que alguns pequenos comerciantes que apoiam os empreendimentos, acreditam que atrair um novo público, com maior poder financeiro para a região, beneficiária seus negócios (sem entrar no mérito da ideologia do “empreendedorismo”, que unifica pequenos comerciantes de bairro e grandes capitalistas em uma mesma palavra). No entanto, para além das questões imediatas que ajudam a explicar esses posicionamentos, podemos notar a existência de um conflito ontológico entre os desenhos de cidade e de território que estão em jogo.

Certa vez, um amigo grafiteiro, que trabalha pintando murais para comerciantes da região, relatou uma situação que viveu em um dia de trabalho. Ele havia sido contratado para pintar um comércio localizado na entrada da Vila das Laranjeiras. Em diálogo com o contratante para definir alguns detalhes, meu amigo sugeriu que fosse pintado no fundo da arte uma grande paisagem do Morro Santana. O comerciante reagiu negativamente, afirmando que “o Morro Santana não significava nada” para ele, mesmo residindo ali há mais de duas décadas. O homem

em questão é conhecido por comercializar terrenos na vila, dentre os quais se encontra uma área pública no Beco da Pedreira cujo destino seria a construção de um posto de saúde. Durante as eleições municipais, o comerciante também fez campanha para o vereador Moisés Barbosa “Maluco do Bem” (PSDB) – o mesmo que estava propondo a construção de uma estátua do Cristo Redentor no Morro Santana.

Como já acompanhamos até aqui, para muitas pessoas, Morro Santana significa muitas coisas. Podemos compreender esses posicionamentos como “o Morro Santana não significa nada” ou “o Morro Santana está abandonado” como expressão de um processo de des-territorialização, assim como é possível entender que se referem à fricção produzida entre desenhos “ambiental” e “periférico” e os desenhos coloniais da cidade. Buscarei me fazer entender melhor nos próximos parágrafos.

Em uma conversa informal, que ocorreu no pátio da casa onde eu residia na época, na Vila Estrutural, uma liderança comunitária apresentou uma reflexão a respeito dos rumos da mobilização e o risco de estarmos perdendo apoiadores para o movimento. Na sua visão, foi um erro tático termos dado centralidade à questão da preservação ambiental do morro para dialogar com os moradores, e que o enfoque maior deveria ter sido nas demandas estruturais, como as possíveis remoções e também o acesso à água.

Assim, detectamos a existência de um *mal-entendido* que não se reduz à um conflito entre moradores e não-moradores, mas que diz respeito ao modo pelo qual ocorrem os processos de territorialização entre diferentes moradores (e também não moradores). Existem linhas de força que atuam no sentido favorável à territorialização, que incluem tanto os movimentos comunitários locais, como também as ligações étnicas e religiosas que possuem uma ligação muitas vezes espiritual com o território. Ao passo que outras forças, em geral agentes econômicos (externos e internos), atuam em sentido oposto a partir de uma política que coloca como prioridade o dinheiro e o ideal de “progresso”, e não o território.

O recente estudo de Jardim (2023) buscou compreender como os riscos ambientais fazem parte do dia a dia das comunidades no entorno do Morro Santana. O autor entrevistou jovens estudantes da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ministro Salgado Filho, moradores das Vilas Pedreira e Laranjeiras. A pesquisa de Jardim (2023) observou que a proporção de aprendizado sobre o tema é maior entre os alunos que moram em domicílios que possuem serviços básicos de infraestrutura social, como água encanada, comparativamente aos que moram em domicílios sem água encanada. Algumas conclusões acerca da “percepção de risco” sobre o tema “deslizamento de terra” chamam atenção:

foi possível identificar que existe maior chance de aprendizado do tema deslizamento de terra entre alunos que não sofreram danos desta natureza. Sendo assim, conclui-se que o aluno que não vivenciou este tipo de desastre tem maior percepção de risco do quanto aquele que já vivenciou (Jardim, 2023, p. 42).

Os resultados da pesquisa sugerem uma hipótese de que para muitos moradores essa desvinculação com “natureza” (aqui representada pelo morro, em minúscula) possa ser um mecanismo de dessensibilização aos riscos associados a ela no curso de suas vidas. A moradora Letícia Nascimento relatou que muitas pessoas ficaram com problemas respiratórios, além dos “traumas” deixados na população “após um incêndio enorme” (Nascimento, 2021 *apud* Silva, 2021, p. 47). Vianna e Magalhães (2019) propõem chamar de momentos ou processos de “desfazimentos da vida”, esses momentos em que “o mundo parece de fato ‘acabar’ por um tempo”. Na grande queimada que atingiu o Morro Santana em março de 2020, observamos a recorrência dessas situações limite “nas quais se encara a morte frente a frente” (Silva, 2021, p. 48).

a fala que um morador fez no dia seguinte a uma das queimadas, que me chamou atenção: ‘parecia o inferno aqui’ [...] moradores relataram que se mobilizaram espontaneamente entre 50 e 70 moradores para combater as chamas: ‘o pessoal começou a subir, bater o fogo e tirar o resto se não tinha conseguido’. Os moradores atribuíram a proteção de suas casas do fogo a essa reação da comunidade: ‘se não fosse isso nós tinha perdido a casa’ (Silva, 2021, p. 48).

Essa discussão também pode ser lida por meio do conceito de racismo ambiental, que diz respeito à “distribuição injusta dos recursos e riscos ambientais entre diferentes grupos étnico-raciais” (Guedes, 2021). Tomando como exemplo, novamente, a pedreira do Morro Santana: sabe-se que o granito foi matéria-prima utilizada na urbanização de Porto Alegre, sendo utilizado no calçamento de ruas, na construção de prédios históricos, monumentos, casas, muros e também como elementos de ajardinamento em parques e praças (Philipp; Vargas; Benedetti, 2009, p. 64). Embora não tenhamos conseguido rastrear precisamente para quais regiões da cidade foram distribuídas as rochas retiradas do Morro Santana, tomemos como exemplo o caso do Granito Viamão, que tem sido utilizado majoritariamente na construção civil em forma de brita, pedra de alicerce e calçamento (Philipp; Vargas; Benedetti, 2009, p. 64):

Blocos de grandes dimensões foram extraídos da Lomba dos Pinheiros e utilizados como rocha ornamental na forma de chapas polidas para o revestimento externo da fachada do antigo Banco Santander e como piso interno principal da Catedral Metropolitana de Porto Alegre (Philipp; Vargas; Benedetti, 2009, p. 64).

Observa-se que os espaços beneficiários desse “recurso natural” - a Catedral Metropolitana e a sede de um banco privado - estão localizados na região central da cidade e compõem uma paisagem de desenhos coloniais. A contraface dessa moeda é a Vila Pedreira, formada originalmente por familiares de trabalhadores da mineradora, que vivem dentro de uma das crateras deixadas pela empresa, e até hoje não tem sequer rua pavimentada.

Poderíamos tomar também como exemplo a água. Job *et al* (2022) afirmam que o morro Santana “é uma espécie de ‘caixa d’água’ muito importante para a qualidade dos ecossistemas ali abrigados e para o ciclo hidrológico do município”. Isso se dá porque o morro é uma das áreas em que há recarga de água subterrânea¹⁹ da cidade, devido à diversidade de nascentes de arroios (Dilúvio, Passo das Pedras, Feijó, Dornelles...) e a grande extensão de solo ainda não impermeabilizado, comparado a grande parte da cidade (Hasenack, 2008, p. 44). Porém, de forma contraditória, a população residente no morro sofre continuamente com dificuldades no acesso à água em suas casas. Dessa forma, evidencia-se a distribuição desigual e diferencial de recursos e infraestruturas – pedras e água – para os diferentes lugares e pessoas da cidade e, majoritariamente, aqueles ocupados por pessoas brancas são contemplados pelo planejamento urbano oficial. Enquanto isso, os riscos ambientais provenientes do acesso precário à infraestrutura urbana – deslizamentos, alagamentos, queimadas, proliferação de doenças – estão concentrados nas denominadas “áreas de risco”, onde se concentra majoritariamente a população negra e indígena na cidade.

Magalhães (2021, p. 05) avalia que o “Outro da cidade” associado à “imagem do medo” está localizado no corpo favelado e em seus locais de moradia, o que condiciona as possibilidades de demarcação territorial, racial e moral dessas pessoas. Tal como os enunciados que produzem a favela como um lugar ontologicamente violento (devido à violência urbana), podemos compreender que o enquadramento de comunidades em “áreas de risco” também se articula através da construção de um “Outro” apresentado como elemento disruptivo da ordem social (Magalhães, 2021. p. 07). E não se trata de uma mera produção discursiva, já que as populações das chamadas “áreas de risco” sofrem constantemente com as consequências de eventos climáticos extremos.

¹⁹ De acordo com Rodrigues e Neto (2021) “a recarga é um bom indicador da qualidade do solo. Solos com boa ‘saúde’ física, via de regra, apresentam boa recarga”. Além disso, o autor destaca que “a chuva é a principal fonte de recarga das águas subterrâneas” do país, influenciando diretamente a vazão de grande parte da vazão dos rios brasileiros. Porém, a redução na recarga de aquíferos tem como uma das consequências o rebaixamento do lençol freático, comprometendo as vazões nos rios, que são fundamentais para o reabastecimento de água, principalmente em períodos de estiagem (Rodrigues; Neto, 2021).

Se tu falas com alguém de fora e diz que mora no morro Santana se cria um ambiente ruim, algumas pessoas não tratam bem a gente. Eu já estou aqui há vários anos e o nome que eu gosto é Alto Petrópolis.” Gládis da Rosa dos Santos - Dona-de-casa (Gastal, 1995, p.88)

O relato de Gládis também nos leva a refletir a respeito do estigma que traz consigo a denominação de “morar no morro”. Como já refletimos anteriormente, o morador do morro é o vileiro, ou seja, um morador da área de *riscos* (sejam os riscos da violência urbana, do racismo estrutural e/ou do racismo ambiental). Para alguns habitantes, reconhecer a realidade na qual se encontra, suscita o desejo em deixar de ser o “Outro da cidade” (Magalhães, 2021), e portanto, deixar a “zona do não-ser” (Fanon, 2008). Conforme Fanon (1968, p. 29): “o olhar que o colonizado lança sobre a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de desejo”. Portanto, há de se entender esse “sonho de possessão” como um desejo deixar uma condição de desumanidade e assumir uma condição de humanidade que ocorre a partir de “arquétipos de branqueamento”, já que para ser considerado um ser humano, “o negro precisa ser branco” (Santos, 2023, p. 03). Por exemplo, na hora de participar de uma entrevista de emprego ou chamar um carro de aplicativo, morar no morro evoca o arquétipo do “Outro” da cidade. Por conta disso, a vinculação com o Alto Petrópolis acaba se tornando mais interessante do que com o Morro Santana. Esse movimento ajuda a explicar a adesão aos desenhos coloniais do território.

Durante esse período de mobilizações, integrantes da empresa Compostchêira seguiram pressionando lideranças comunitárias, integrantes dos Coletivos Visão Periférica e Mães da Periferia, para uma reunião presencial em que pudessem apresentar sua proposta. Após insistência, o Visão Periférica aceitou se reunir com os empresários para escutar o que tinham a dizer. A reunião aconteceu no dia 10 de outubro, num domingo pela manhã, mesmo dia em que a empresa organizou uma trilha aberta, partindo do Jardim Ypu e finalizando o trajeto na pedreira. Após a caminhada, recebemos o casal de meia idade, proponentes do projeto de requalificação da pedreira, no pátio da biblioteca comunitária. Ao se apresentarem, o homem relatou ser professor de filosofia formado pela UFRGS, e que lecionava no Colégio Militar de Porto Alegre e a mulher disse que era arquiteta e urbanista. A fala do empresário foi no sentido de tentar corrigir um “mal entendido”. Segundo ele, suas intenções nunca foram apresentar um projeto para a pedreira, mas somente aproximar pessoas interessadas na iniciativa. Quando cumprido esse objetivo, eles se retirariam de cena, e esse grupo de pessoas ficaria responsável por construir um projeto para a área. Relatou que politicamente estavam dialogando tanto com

partidos de direita quanto de esquerda, porém até aquele momento, apenas os vereadores Jessé Sangalli e Moisés Barbosa estariam dispostos a apoiar a ideia.

O empresário relatou também já ter entrado em contato com grandes empreendedores, como as construtoras Rossi e Tenda, que teriam interesse em construir projetos de condomínios e hotéis de luxo com cascatas na pedreira. Até mesmo uma estátua de Cristo Redentor, como o da cidade de Encantado, era cogitada. Em relação à propriedade da área, mencionou que essa também era um entrave. Relatou que Jessé, junto ao vereador Aírto Ferronato, havia solicitado o lançamento de um boletim da Prefeitura para reivindicar o proprietário da área. Caso o proprietário não se manifestasse no prazo estipulado, a prefeitura iria “encampar” a área.

Acabamos descobrindo posteriormente, no âmbito do processo judicial acerca da Retomada Gãh Ré que, em 13 de outubro de 2021, houve um Pedido de Informação (nº 583/2021) solicitado por Sangalli ao Poder Executivo Municipal. Sob a justificativa de ser “um espaço privilegiado para quem gosta de fazer trilhas”, alegando que o local “está há muito tempo abandonado” e apontando a existência de um “potencial enorme de exploração turística”, o vereador fez uma série de questionamentos, dentre eles: acerca de quem são os proprietários do restante dos 400 hectares do Morro Santana, considerando que 600 hectares pertencem a UFRGS; sobre a propriedade das duas pedreiras do Morro Santana; quanto à existência de licenças ambientais para exploração do Morro Santana; sobre a existência de projeto do Executivo Municipal para revitalização de “área degradada” no Morro Santana.

No dia 1º de novembro, o referido vereador se pronunciou no plenário da Câmara de Vereadores sobre o que disse ser “a verdade sobre a Pedreira do Morro Santana” (Sangalli, 2021), intervenção que foi posteriormente reproduzida em seu canal no Youtube. Alegou também que o movimento contrário à privatização era uma “manipulação” orquestrada por partidos de esquerda e acusou “os líderes dos movimentos sociais do Morro Santana” de estarem dizendo mentiras sobre ele, citando nominalmente os coletivos Visão Periférica e Mães da Periferia (Sangalli, 2021). Em entrevista, o vereador se justificou alegando que sua ideia “não é um projeto”, apontando que seria “inviável financeiramente e judicialmente dificultoso para uma iniciativa pública colocar a ideia em prática” (Sangalli, 2022 *apud* Coimbra; Fraga; Santos, 2022).

O vereador explicou que seria necessário um depósito judicial por parte do Executivo para comprar o terreno, já que se trata de uma área privada com dano ambiental e que não se tem conhecimento de quem são os donos. Em vista dessa situação não há como resolver a questão diretamente com o proprietário. Ele ainda acrescentou que a solução ambiental para a cratera deixada no Morro Santana é de que fosse feita a cobertura do buraco por parte das empresas exploradoras de minério, assim

restaurando a área, mas que não há ninguém que tenha se responsabilizado por essa tarefa. Sangalli esclareceu que atualmente o uso da pedreira é feito por entusiastas de esportes de aventura como skyline e escalada, além de trilhas feitas no morro, e que não há nada que vá além disso. E, a respeito do restaurante panorâmico, esclareceu que não passou de um comentário em uma entrevista, expressando como ele acha legal a ideia e que não vê malefício em alguém querer empreender nisso (Sangalli, 2022 *apud* Coimbra; Fraga; Santos, 2022).

Um outro elemento que constituiu esse conflito é a entrada em cena das práticas de turismo de aventura no morro. Devido à pandemia de Covid-19, a busca por espaços ao ar livre para prática de esportes e lazer dentro da cidade trouxe uma crescente visibilidade do Morro Santana nas redes sociais, com a multiplicação de páginas no Instagram e vídeos no Youtube sobre o morro, promovidos, principalmente por agências de turismo. Esse novo público, interessado em praticar esportes como *trekking*, escalada, *highline* e *mountain bike* passou a frequentar o Morro cotidianamente. Não por acaso, o “potencial turístico” é uma bandeira defendida por Sangalli como justificativa para a implementação dos empreendimentos privados na pedreira desativada.

Araóz (2020) observa a ocorrência de fenômenos semelhante no entorno de comunidades atingidas pela mineração, onde a “expansão de práticas e consumos globais” influenciam o surgimento de novos negócios e hábitos de consumo, criando assim um “novo ambiente”, como por exemplo: “esportes radicais, novas festas e formas sofisticadas de diversão” (Araóz, 2020, p. 51). Ou seja, esse é outro aspecto pelo qual percebemos a expansão das fronteiras de mercado na região. Em relação à prática do turismo, Haesbaert (2021, p. 50) aponta que “percorrer um novo espaço” não significa estar disposto a “dialogar com suas diferenças, encarar suas desigualdades”. Em muitos casos, pode significar, no máximo:

usufruir a paz do costumeiro, reafirmar (pré)conceitos e admirar, a uma distância ‘segura’, a diversidade (não) desafiadora do outro. Incluindo aí a paisagem que, desse modo, pode acabar engessada, reafirmada em sua condição de ‘cartão postal’, destituída, em grande parte, da densidade oferecida pela combinação das múltiplas forças naturais e contradições que a integram (Haesbaert, 2021, p. 46-47).

Marisol de La Cadena apresenta um conflito ocorrido em 2009 entre o coletivo de cidadãos peruanos pertencentes ao grupo indígena AwajunWampi e as forças policiais do Estado peruano, que ficou conhecido como “el Baguazo”. Os indígenas protestavam contra uma série de decretos governamentais que haviam autorizado a exploração de petróleo em seu território originário e acabaram sendo reprimidos forças policiais, episódio que resultou em mais de 30 mortes de indígenas e de policiais. A autora argumenta que, desde o princípio do conflito, há um dissenso “que não encontraria resolução dentro da lei – mesmo em sua versão

mais justa – pois excede seu domínio” (De La Cadena, 2018, p. 97). Este dissenso está relacionado aos diferentes entendimentos que cada um dos atores envolvidos tem a respeito do que é “território”, que pode significar tanto “um pedaço de terra sob a jurisdição do estado peruano, quanto a uma entidade que emerge por meio de práticas de vida AwajunWampi” (De La Cadena, 2018, p. 98).

Em relação ao conflito que analisamos aqui, chama atenção as diferentes formas com que “Morro Santana” é capturado e produzido, a depender do posicionamento em relação a tal configuração. Para o vereador mencionado no trecho acima, o Morro Santana estaria “abandonado”, o que justificaria a possibilidade de projetos turísticos na área da pedreira por parte da iniciativa privada. Num sentido contrário, diferentes agentes comunitários – individuais e coletivos –, junto a apoiadores, constituíram uma “aliança complexa” (De La Cadena, 2018) elencando os diversos usos que fazem da área em questão, tais como: trilhas ecológicas, contemplação do pôr do sol, cerimônias religiosas, dentre outros. E, por fim, deram uma resposta taxativa: “Aqui pulsa vida” e “o vereador só acha que o morro está abandonado porque não enxerga os pobres”. A resposta dada por essa “aliança complexa” vai ao encontro da reflexão de Isabelle Stengers. A autora afirma que os empresários interessados em um novo empreendimento são movidos por interesses particulares bem definidos: “o essencial é que ele seja o homem da ‘oportunidade’, surdo e cego à questão do mundo de cuja construção os seus esforços participam” (Stengers, 2018, p. 454). Portanto, existem distintos territórios e territorialidades coexistindo em um mesmo lugar. Esse “mal-entendido” leva a estratégias distintas de produção da cidade, sendo algumas delas incompatíveis para a coexistência dos mundos, tratando-se de um conflito de ordem ontológica.

Haesbaert afirma que, em algumas situações, as lutas por defesa e soberania territorial só se dão a partir do momento em que determinados espaços ou modos de vida se tornam “visíveis” e, por isso, “cobiçados”. Em relação a um exemplo de uma apanhadora de flores da Serra do Espinhaço (MG), argumenta que “enquanto seu espaço era uma espécie de sobra, ‘resto’, esquecido, não despertava interesses externos, não estando, portanto, diretamente ameaçado”. Enquanto esse modo/espaço de vida não estava ameaçado, o grupo não percebia a necessidade de defini-lo como “seu território” (Haesbaert, 2021, p. 156). Outra situação apresentada pelo autor, é a experiência autonomista de Cherán (México), quando a “gota d’água” que desencadeou o movimento foi a ameaça de um “bem comum”, considerado sagrado pelos indígenas, o manancial de água na nascente de La Cofradía:

Em 15 de abril de 2011, deu-se o primeiro levante: o(a)s *comuner(a)s*, sob um papel protagonista das mulheres, reunido(a)s em uma igreja, partiram com paus, pedras, fogos de artifício e barreiras humanas a fim de impedir a entrada das primeiras camionetas que atravessavam a cidade em direção à floresta. Cherán é, então, declarada em estado de ‘auto-sítio’ (que alguns denominam também de ‘auto-sequestro’), termo inusitado que evoca a ideia de um Estado de exceção às avessas, radicalmente invertido, construído ‘de baixo para cima’, em defesa e sob controle de grupos subalternos (Haesbaert, 2021, p. 307).

Guardadas as devidas proporções com os exemplos apresentados, podemos compreender o conflito em torno da ameaça de privatização da pedreira como desencadeador de outras mobilizações territoriais. Ao passo que a região da pedreira tornou-se uma área cobiçada pelo capital imobiliário na cidade, moradores passaram a se organizar em torno do Preserve Morro Santana. Um dos desdobramentos dessa articulação circunstancial foi o surgimento da Retomada Gãh Ré, situada em terreno que faz divisa com a pedreira.

2.3 Retomada Multiétnica Gãh Ré

Um ano se passou entre o “abraço ao morro” e o surgimento da Retomada Gãh Ré. Podemos considerar que a luta contra uma eventual privatização da pedreira serviu como um ensaio para outros movimentos territoriais que se desdobraram a partir desse ponto. Embora a comunidade Kaingang do Morro Santana estivesse presente na reunião do dia 03 de outubro de 2021, ela não chegou a participar diretamente da mobilização na pedreira. Após a reunião, houve tentativas de iniciar algumas articulações em defesa do território tradicional kaingang, porém as lideranças decidiram recuar devido a questões internas. O que cabe salientar é que, naquele momento, os Kaingang já tinham conhecimento acerca dos empreendimentos em curso e reconheciam que representavam uma ameaça não apenas à população residente na Vila das Laranjeiras, mas uma ameaça ao Morro Santana, portanto, à continuidade da existência do modo de vida kaingang.

Nesse período, muitas atividades foram desenvolvidas²⁰, incluindo formações, articulações, caminhadas de reconhecimento territorial etc. Gostaria de destacar alguns desses

²⁰ 07 Março de 2022, Retomada Casa do Estudante Indígena; 16-20 de Março de 2022, Jornada Agroecologia Teia dos Povos; 27 Março de 2022, EcoTrilha 250 anos de Porto Alegre; 09 de Junho de 2022, Ecotrilha EMEF Pepita; 23 de Junho de 2022, Ato contra o Marco Temporal; 06 de agosto de 2022, I Atividade de Condutores (Alcides Cunha); 20 de agosto de 2022, II Atividade de Condutores (Economia Solidária); 21 de agosto de 2022, III Atividade de Condutores (Primeiros Socorros); 03 de Setembro de 2022, EcoTrilha Seminário Discente; 10 de Setembro de 2022, I encontro do CORAL (Coletivo Catarse); 24 de Setembro de 2022, II encontro do CORAL (A Voz do Morro); 18 de Outubro de 2022, início Retomada Gãh Ré; 22 de Outubro de 2022, III encontro do CORAL (Retomada); 05 de Novembro de 2022, IV encontro do CORAL (Retomada); 06 de Novembro de 2022, Ecotrilha Mães da Periferia.

acontecimentos, que de certa forma, “abriram a trilha a facção” permitindo que a retomada se concretizasse: Em 07 de março de 2022, inicia a Retomada da Casa do Estudante Indígena, no centro de Porto Alegre. Entre 16 e 20 de março de 2022, ocorre a I Jornada Agroecologia Teia dos Povos em Luta no RS. Em 23 de junho de 2022 ocorreu um grande ato contra o Marco Temporal, no centro de Porto Alegre. Essas articulações e mobilizações foram protagonizadas pelos povos Kaingang e Xokleng, envolvendo também a participação de estudantes e outros apoiadores não-indígenas. Boa parte dessa rede esteve presente também de forma solidária quando ocorreu a Retomada Gãh Ré. No Morro Santana, projetos como o Preserve Morro Santana e a rede CORAL realizaram diversas atividades que envolveram os coletivos locais. Entre março e setembro de 2022, o Preserve organizou 3 ecotrilhas abertas ao público, diversas caminhadas de reconhecimento territorial e um curso de condutores locais de ecotrilhas. Em setembro, iniciou-se um processo formativo de audiovisual em defesa do território, com a construção da rede CORAL, impulsionada pelo Coletivo Catarse e com participação dos coletivos locais.

Em meio à acirrada conjuntura eleitoral que dividiu o país, entre o primeiro e o segundo turno das eleições, no dia 18 de outubro de 2022, os povos Kaingang e Xokleng retomaram uma área no sopé do Morro Santana que estava ameaçada pela especulação imobiliária. De forma análoga ao arco-íris, que ilustra a abertura desta dissertação, a Retomada foi como um feixe de esperança em meio a um contexto tão distópico e cheio de incertezas a respeito do futuro. De acordo com a nota da Teia dos Povos (2022):

Há décadas, as comunidades Kaingang do Morro Santana, através da *Kujà* (líder espiritual) Gah Té, vêm denunciando as constantes ameaças de destruição de seu território sagrado, na forma de novos condomínios, velhas pedreiras, incêndios e ampliação de avenidas. Para os Kaingang, o Morro Santana é sagrado por conta de seus antepassados que foram enterrados ali há gerações, das casas subterrâneas que foram construídas nesse território e dos umbigos de seus filhos e netos que também estão enterrados naquele solo. As araucárias, espécie sagrada para a cultura Kaingang, foram derrubadas e, em seu lugar, foram introduzidas espécies exóticas, como pinus e eucalipto (Teia dos Povos, 2022).

Nas vésperas do dia 18 de outubro, uma movimentação pouco habitual acontecia na mata, nos arredores da pedreira. Em volta da fogueira, na madrugada, a expectativa era grande para o sinal positivo, que estava prestes a ser dado pelas lideranças Kaingang e Xokleng: “o pão tá no fogo”. Talvez os moradores mais atentos tenham percebido que algo estaria para acontecer. Chegada a hora, no entardecer, dezenas de indígenas – majoritariamente mulheres e crianças – ultrapassaram a cerca que delimitava a suposta propriedade privada. Duas faixas foram estendidas no portão velho e enferrujado, direcionadas para o lado de fora do terreno,

buscando divulgar o que estava acontecendo para o mundo dos *jòg* (no Jardim Ypu): “Resistir para cuidar a mãe natureza: Retomada Multiétnica Kaingang Xokleng Popular” e “Retomada Multiétnica Kaingang Xokleng Popular - Morro Santana”.

Figura 14 – Mulheres kaingang estendem faixa no portão da Retomada



Fonte: Acervo pessoal (2022).

É possível compreender os processos de retomada territorial, protagonizados por povos indígenas, como processos que Haesbaert (2021) denomina (re)territorialização. O autor aponta que “muitas vezes aquilo que era visto como destruição dos territórios se referia, na verdade, à sua ‘multiplicação’” (Haesbaert, 2021, p. 271). Afinal “toda desterritorialização vem sempre acompanhada da reterritorialização” (Haesbaert, 2021, p. 274):

Os povos originários da América Latina, intensamente ameaçados e desterritorializados desde os primórdios da colonização (e também antes, em outros moldes, através de lutas entre si), sabem muito bem a relevância desses processos. Muitos grupos subalternos tendem a ver seus territórios delimitados com mais nitidez, justamente quando sofrem a ameaça de serem desterritorializados: é nesse momento, muitas vezes, que as ‘fronteiras’ precisam ser melhor determinadas, pelo rigor da necessidade de serem defendidas (Haesbaert, 2021, p. 274).

O aviso de “proibida entrada”, fixado em uma placa na entrada do terreno, foi sobreposto por outras duas palavras: “terra indígena”. Uma corrente com cadeado foi amarrada no portão, de modo a delimitar, nesse primeiro momento, um *fechamento* necessário para proteção da comunidade. Assim, se (re)constituíram as fronteiras territoriais, a partir de limites muito bem conhecidos: os mesmos que antes separavam o “público” (a rua) do “privado” (a propriedade), e num passado não tão distante, distinguiam as chamadas áreas de “ocupação intensiva” e de

“preservação permanente”. O mesmo portão acorrentado, agora, correspondia a uma fronteira entre diferentes mundos.

Figura 15 – Antiga placa de “proibida entrada” é renomeada para “terra indígena”



Fonte: Acervo pessoal (2022).

O que Haesbaert (2021) chama de “territórios do comum” está relacionado às práticas do “ir e vir do limite”, tanto como “separação” quanto como “contato (ou imbricação)”. Essas experiências de (re)territorialização a partir da “instituição do comum” estariam auxiliando na “construção de um projeto distinto e, ao mesmo tempo, exigindo o convívio com o diferente” (Haesbaert, 2021, p. 302). Em relação a esses territórios, o autor provoca o questionamento:

como construir/instituir territórios alternativos que desenham uma nova relação ou uma nova de-limitação dentro-fora, não excludente, diversa que, ao mesmo tempo, institua e defenda o comum, proteja do extrativismo predatório e da violência por parte de grupos dominantes (legais e/ou ilegais) e reconstrua, ‘desde abajo’, uma identificação solidária? (Haesbaert, 2021, p. 302).

O exemplo da Retomada Gãh Ré do Morro Santana pode nos ajudar nessa reflexão. A cacica Gah Té enfatiza o caráter *multiétnico* do território, explicando que a Retomada Gãh Ré surgiu para “mostrar para os parentes *fòg* (não-indígenas), que estavam se perdendo, o caminho, que é viver com a natureza”. Em relação a essa questão, soma-se ainda o fato de que a aldeia, embora seja liderada pelos Kaingang, conta desde o início com a presença de indígenas de outras etnias (como Xokleng e Guarani), os quais mantêm relações de parentesco com os Kaingang. De acordo com Gah Té, a Retomada é um “espaço pra vir aprender o que é bem viver e pra aqueles que não conhecem, vir conhecer como viver da natureza, que é a terra”.

Quando questiono o que é o bem viver para ela? Ela responde: “O respeito. Pela terra e o que ela oferece pra nós” (Gah Té, 2022).

Esse caráter *multiétnico* também pode ser compreendido como uma expressão da cosmologia kaingang. Como observam Marechal e Hermann (2018) as práticas do xamanismo kaingang apresentam um profundo “caráter político”, ancorado no desejo dos Kaingang da existência de um “futuro compartilhado” entre mundos:

A capacidade de transpassar mundos implica também a existência de um universo sem divisões categóricas entre mundos, sendo todos eles permeáveis e em constante relação. Os mundos invisíveis tanto quanto o mundo dos *fòg* (brancos) compõem o território kaingang (Marechal; Hermann, 2018).

Tive a oportunidade de presenciar o momento inicial da Retomada, me somando a uma comissão de apoiadores ligados a movimentos sociais e Universidade. Com a câmera em punho, registrei boa parte da ocupação em vídeo, que foi divulgado na página do Coletivo Catarse (Silva, 2022). Dentro do terreno, em meio a escuridão, vagalumes dançavam entre nós, parecendo trazer para a terra o brilho de um céu estrelado. Um grupo de jovens indígenas – de forma praticamente intuitiva – acendia a primeira fogueira. Chama acesa, cultura viva. O local escolhido para o *gá kri pĩ* (fogo no chão), permanece até hoje o mesmo, sendo reacendido diariamente. O som da lenha estalando misturava-se com os chocalhos e com rezos e cânticos de proteção pronunciados em Kaingang. As irmãs de Gah Té “varriam” o terreno com galhos de plantas em punho, enquanto pronunciavam frases em sua língua materna. Gah chama esse ritual de “*věng kupri ag prupru ěg, ã tũ ag*” ou uma “limpeza das coisas negativas” que existiam na área, permitindo que as crianças pudessem entrar em segurança (Gah Té, 2023).

Enquanto isso, indígenas e apoiadores com celulares nas mãos filmavam e fotografavam o que acontecia. As lideranças convocaram todos para se reunirem em volta do fogo para fazer um canto. Uma foto oficial foi feita junto à faixa ao seu redor, momento em que a cacica Gah Té puxou uma frase em Kaingang que foi repetida por todos, no ritmo do maracá: “*Gãh fĩ kre ag Vãnh vãnh*”, em português, “voltamos filhos da terra” (Gah Té, 2023). Em seguida, orientaram que começasse a divulgação da retomada nas redes sociais, junto à uma lista de doações e o pedido de vigília para apoiadores. Nesse momento, a cacica Gah Té realizou os dois primeiros comunicados em vídeo, direcionado tanto para o mundo dos *fòg* quanto para outros parentes indígenas:

Comunicado nº 1: Amigo, parente, estou aqui retomando, em roda do Morro Santana pra preservar a natureza, que é mato né, pra nós ter esse sombra linda. E tomei posição

pra vir retomar aqui, ficar uma aldeia e proteger o nosso Morro Santana, que é sagrado pro povo kaingang. Então amigos, tô convidando vocês, apoio, pra chegar aqui. Precisa de lona, colchão, alimento e água principalmente que precisamos pra fazer comida pras crianças. Tem mais de 20 crianças que precisam se alimentar (Gah Té, 2022).

Comunicado nº 2: Sobrinhos, estudantes, quem tá de férias, vem aqui me apoiar, que eu tô aqui na retomada pra fazer uma aldeia. Eu sei que vocês já estão de férias, preciso de vocês. Assim como vocês precisaram de mim, agora tô precisando de vocês. Venham pra cá me apoiar (Gah Té, 2022).

É interessante observar a estratégia utilizada pelos Kaingang e Xokleng nesse primeiro momento, que diz respeito a essas seletivas *aberturas* e *fechamentos*. Ao longo dos primeiros meses de retomada, essa questão apareceria inúmeras vezes. Como veremos adiante, a fronteira que foi demarcada pelos indígenas cumpriu seu papel de autodefesa do território frente a diversas ameaças (legais e ilegais), com o *fechamento* do território para determinados agentes (públicos e privados), dentre eles: as forças de segurança, vizinhos contrários à retomada, grileiros e narcotraficantes. Ao mesmo tempo, as fronteiras do território permaneceram *abertas* (ou, no mínimo, *entreabertas*) para agentes diversos: moradores de diferentes partes do Morro, estudantes, advogados, políticos, ONGs, movimentos sociais, órgãos governamentais (Funai, Sesai, Ministério Público Federal etc). A questão dos limites e fronteiras é aprofundada por Haesbaert (2021, p. 298-299) que compreende que é através desse “jogo” de múltiplas “aberturas e fechamentos” que possibilitam a “construção de uma efetiva e múltipla autonomia territorial”. O autor propõe então o estabelecimento de uma outra mobilidade de “malha territorial” de:

territórios cujas demarcações, apesar de estabelecerem limites, distinções (reconhecendo nossa multiplicidade), permanecem suficientemente flexíveis para serem reavaliados, reconstruídos e recolocados sempre que uma nova configuração sociopolítica mais democrática e justa o demandar (Haesbaert, 2014a, p. 298 *apud* Haesbaert, 2021).

Cerca de 40 minutos após a entrada, uma caminhonete branca se aproximou do portão, e um homem alegou que era responsável por cuidar daquela área, aqui vamos denominá-lo “Zelador 1”. Depois, acabamos descobrindo que ele pertencia a uma família dona de alguns comércios e imóveis para aluguel no Jardim Ypu. Assim, se sucedeu um longo processo de discussão e negociação no portão da frente do terreno:

Zelador: Esse terreno aqui é do Rodrigo Maisonnave, o pai dele faleceu, eu tava no negócio por uma casa com ele. Mas os caras compraram a área, e eu ia cuidar disso aí. [...] Eu tenho um contrato com o Rodrigo, que eu que cuido, eu que pago a luz.

Indígena: [...] Amigo, nós somos do povo indígena, nós estamos aqui agora e já falamos com o colega que você tá falando que tem contrato. Amanhã nós vamos conversar, amanhã o Ministério Público Federal, a Funai e a Justiça Federal vão estar aqui. Aí você vem falar com nós, tá bom?

Zelador: Isso aí são tudo uma cambada de sem vergonha, uma cambada de vagabundo!

Após uma tentativa de dissuadir o Zelador 1 a voltar para casa, ele resistiu e disse que ficaria ali aguardando a polícia chegar. Esse episódio, do momento da entrada no terreno, será relatado em versão diferente no boletim de ocorrência feito na delegacia, embasando o pedido de reintegração de posse movido pela empresa Maisonnave contra a Retomada. Em meio a escuridão, estávamos presos dentro do terreno. A única saída possível, em caso de algum tipo de ameaça, era se esconder na mata e subir morro acima. Cerca de 40 minutos após esse primeiro diálogo com o homem, se aproxima uma viatura da polícia. As luzes vermelhas do giroflex iluminavam as folhas das árvores em meio ao breu. Em seguida, um segundo carro passa em frente ao portão com giroflex ligado. Esse não era da polícia, era de uma empresa de segurança privada que faz a ronda no bairro. Três policiais se aproximaram caminhando em direção ao portão, apontando a lanterna com uma luz forte e branca em direção aos indígenas. Um deles questiona:

Policial: Quem é o responsável? Quem é que tá aí?

Indígena: Aqui é Xokleng e Kaingang.

Policial: Mas tem alguém representando vocês aí, não?

Indígena: Tem os Xokleng e os Kaingang.

Policial: Quem é o pessoal da ONG que tá aí dentro?

Indígena: Não tem ONG!

Zelador: Tem sim.

Policial: Eu preciso só de um responsável que venha falar comigo aqui.

Indígena: Mas pode falar, nós tamo falando.

Policial: Não é pode falar. Ou a gente vai entrar aí, a gente prefere conversar com vocês. Vem um responsável aí falar com nós.

Após alguns momentos de hesitação, os indígenas conversaram rapidamente entre si, até que as lideranças orientaram: “*Muna kaingang*” (“vamos”). Decidem se aproximar em grupo do portão, ao som do maracá. E assim se sucede o diálogo a seguir.

Policial: Tudo bem, boa noite! Sargento Cláudio. Quem é que tá representando vocês? Eu queria falar com um representante. Tem alguém que tá a frente né?

Gah Té: Eu.

Policial: Qual é o seu nome?

Gah Té: Gah Té.

Nesse momento, o sargento demonstra um desconforto com a pronúncia do nome em Kaingang que parece não entender. Em seguida, o policial aponta a lanterna em minha direção

e questiona: “Esse que tá filmando aí, qual é o seu nome?”. Eu fico calado e um dos indígenas responde: “Quer falar com nós ou com eles? O sargento questiona, novamente, apontando a lanterna em minha direção: “Vocês são índios?”. Em coro, os indígenas respondem que sim. Novamente o sargento questiona: “Quem é que representa vocês?”. E novamente a cacica responde: “Eu, Gah Té”. Visivelmente insatisfeitos com a resposta, numa tentativa de dialogar com alguém do mundo dos brancos, ou alguma instituição, os policiais insistem: “Quem é o representante da ONG?”. Os indígenas respondem: “não tem ONG”.

O sargento eleva o tom de voz e novamente repete a tentativa, apontando a lanterna em direção aos rostos dos indígenas e apoiadores que estavam próximos ao portão: “Quem eu posso identificar? Eu queria identificar alguém que não seja índio. Tem alguém que não seja índio aí?”. Um indígena responde: “Porquê? é nós aqui”. Nesse momento, o caseiro interrompe e grita: “Ô da câmera aí não é índio não”. E um dos policiais questiona novamente: “Ô da câmera, qual é que teu nome meu? [...] Tá representando eles?”. Eu sigo calado e me posiciono atrás dos indígenas, num lugar em que chame menos atenção dos policiais. O sargento decide mudar de tática, e finalmente, parece fazer um esforço para compreender o que estava acontecendo, questionando as motivações da ocupação. Nesse momento, calmamente, a cacica respira fundo e explica:

Porque que eu entrei? Eu tenho esses meus netos e não tem onde morar. *Non Gá* é meu território. Eu posso estar em qualquer lugar. Somos originários desse país, nós temos esse direito. Por isso eu vim ficar aqui. Porque eu quero preservar essas árvores lindas, tudo em roda do mundo. Não é só pra mim, é pra toda sociedade respirar o ar puro quando é amanhã. Chega de condomínio aí que não respira (Gah Té, 2022).

Nesse momento, os dois ditos zeladores da área se irritam e logo inicia uma nova discussão, em que acusaram tratar-se de uma “invasão”. Os policiais parecem concordar com a acusação. A resposta da Gah Té é taxativa: “Não é invasão, há 500 anos teve invasão!”. Os policiais tentam contornar a situação e novamente insistem que precisam do nome de alguém para identificar. Gah té repete seu nome, mais uma vez: “escreve Gah Té que todo mundo me conhece”. O policial, mirando a luz da lanterna no rosto dos indígenas, afirma que precisa de alguém “com documento válido” como uma “carteira de identidade”.

Nesse momento, fica explícito o total desconhecimento, por parte dos policiais presentes na cena, de que os indígenas possuem carteira de identidade. Esse “mal entendido” está carregado de preconceitos, relacionados à crença de que os indígenas não são sujeitos de direitos. Essa pequena interação nos permite refletir acerca dos modos, muitas vezes, racistas de produção da cidade. Como aponta Almeida (2021, p. 13), no Brasil, em contextos de

conflitos territoriais: “a violência e a grilagem são acompanhadas pela guerra ontológica, que consiste na negação da existência de tais entes”. Portanto, a luta pelo reconhecimento da existência de povos indígenas é uma luta ontológica. Se para ser/existir no mundo dos *fòg*, é necessário documento de identidade, para muitos os indígenas “se es en el territorio” (Calveiro, 2014, p. 203).

Após uma nova discussão, os indígenas solicitam para a polícia baixar a luz que estava em seus rostos. O policial abaixa a lanterna. O sargento finalmente desiste de tentar identificar “algum representante” e questiona: “de que cidade a senhora vem?”. Gah Té responde que é “daqui mesmo”, diz que é “indígena gaúcha”. O sargento, novamente, em tom irônico e de forma desrespeitosa, buscando desqualificar o que ela dizia, questiona: “a senhora tava aqui pra trás, no meio do mato, e aí resolveu entrar aqui, é isso?”. Gah Té responde que “é território nosso, todo esse morro”.

Os policiais parecem desistir de buscar outra resposta, ao menos temporariamente, se afastam, e passam a conversar na calçada. A partir dessa rápida e intensa interação entre policiais, indígenas e apoiadores é possível observar o desenrolar do conflito entre mundos: o mundo moderno-privado-estatal e os mundos ancestrais indígenas (Kaingang e Xokleng), cada qual com suas formas próprias de organizar seus modos de existência e lógicas sociais. O foco do conflito é o território, que para os agentes da repressão ali presentes, diz respeito à propriedade sobre a qual agentes econômicos pretendem construir um grande condomínio, enquanto para os indígenas está relacionado ao projeto de manutenção do *bem viver* no Morro Santana junto à outros seres humanos (vizinhos, apoiadores, pesquisadores) e não-humanos (animais, vegetais, minerais e também espíritos ancestrais).

Aos poucos, vizinhos curiosos se reúnem na calçada para entender o que estava ocorrendo. Alguns manifestam apoio aos indígenas. Em seguida, advogados do Conselho de Missão entre Povos Indígenas (Comin) chegaram ao local e conversaram com os policiais, garantindo aos indígenas que poderiam passar aquela noite tranquilos na área retomada. Ao longo do processo, o Comin foi um importante aliado da comunidade, tanto no tocante à defesa jurídica, quanto na articulação política, garantindo o deslocamento de delegações indígenas para o Acampamento Terra Livre em Brasília, por exemplo.

Enquanto isso, ligações informais de energia elétrica (popularmente conhecidas como “gatos”) foram feitas a partir da antiga casa do zelador que havia no terreno, enquanto os apoiadores montavam suas barracas. Uma grande lona foi estendida e a fogueira transformada em fogão, dando origem à cozinha. Nesses primeiros momentos, os rancos de fome se misturavam com o frio nas barrigas, ao mesmo tempo os sorrisos e olhos emocionados. As

crianças se reuniam em volta do *gá kri pĩ* enquanto a janta estava sendo preparada. Após a janta, aos poucos, todos foram se recolhendo para dormir embaixo do barracão de lona, em volta do fogo, deitados em cobertores amontoados – que improvisados funcionam como colchonetes – e também em barracas de acampamento.

No dia seguinte, ao amanhecer, fomos acordados pelo canto dos pássaros. Enquanto alguns homens reforçavam a estrutura do acampamento, em volta do *gá kri pĩ*, o café preto era passado pelas mulheres e servido junto ao *Emí* – ou “pão na cinza”, tradicional culinária kaingang – acompanhado também do mate quente. Com a luz do dia, podemos fazer com calma uma caminhada de reconhecimento do terreno.

A primeira percepção é de surpresa com o tamanho da área, que é rodeada de mato em praticamente toda sua extensão, e que gradualmente mistura morro acima com o restante da vegetação. Desde a parte da frente do terreno, próxima ao portão, um caminho de passagem de carro leva até o “centro” da área, onde existem algumas construções abandonadas (em ruínas), local onde o acampamento foi montado. Em frente ao barracão onde foi construída a cozinha, restava de pé uma única casa de alvenaria, que possivelmente era utilizada como depósito. Nos fundos dessa casa, percebemos ruínas de uma outra construção tombada por uma grande árvore, provavelmente se tratava de um salão de festas, já que é possível identificar uma churrasqueira na parede que ainda não fora derrubada.

Alguns passos adiante, descobrimos uma grande piscina, com azulejos azuis e cheia de água esverdeada. As crianças foram as primeiras a descobrir que a piscina era abastecida de forma natural por uma das nascentes do terreno e logo foram brincar e tomar banho na fonte. Caminhando por dentro da mata, em direções diferentes do terreno, acabamos chegando a outros cursos de água, provavelmente afluentes do Arroio Dilúvio. À direita da piscina, uma grande rocha de granito chamava atenção por ter uma placa de mármore fixada com os dizeres: “*Centro de Lazer Pedro Henrique Teixeira - Um tributo à amizade - Banco Maisonnave - 20 de dezembro de 1984*”.

Figura 16 – Placa de mármore faz menção ao Banco Maisonnave



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Caminhando no sentido contrário do terreno, chegamos ao que restava de um antigo chalé de três andares, cujo telhado de madeira estava totalmente podre, assim como toda sua estrutura interna. Alguns metros à frente do chalé, em direção ao muro frontal do terreno, um belo taquaral se destacava. Em frente às *vênhs* (taquaras)²¹, um dos cursos d'água fluía e se acumulava na superfície numa espécie de laguinho natural.

Nesse dia, a Retomada também recebeu a visita de muitos apoiadores, políticos e veículos de mídia independente. Em algum momento de intervalo do entra e sai de pessoas, consegui rapidamente conversar com a cacica Gah Té e registrar sua fala nessa manhã. Pedi para que ela explicasse a motivação da Retomada, ela disse que o fez por conta do avanço dos condomínios “subindo o morro, que é sagrado, tirando as árvores nativas” (Gah Té, 2022). A cacica afirma que retomou o território não apenas pelo seu povo, mas pelo futuro de toda sociedade: “Eu tô aqui pra cuidar a natureza, não só pelo meu povo, mas por todo o povo brasileiro, pra no futuro ter um ar que nós respiremos. E o condomínio que tão subindo, esse não vai ser ar puro não” (Gah Té, 2022).

Apesar da longa batalha no âmbito jurídico que se sucederia a partir de outubro, uma coisa era certa: agora os indígenas estavam territorializados. De acordo com Gah Té, os Kaingang são “ambiental, natural mesmo” (Gah Té, 2022), portanto, a natureza é o que permite

²¹ Nome popular para uma variedade de espécies de bambu. É uma das matérias-primas utilizadas pelos artesãos kaingang na confecção de seu artesanato, assim como para lanças usadas em combate. Ao ter sua idade questionada, em diversas ocasiões Gah Té responde, de forma descontraída, que tem a idade de “duas flores de taquara”. A cada 30 anos, os kaingangs realizam o ritual da “florada da taquara”. Para mais informações, ver: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/caingangues-perpetuam-ritual-da-florada-da-taquara-483994.html?d=1>.

a sua existência. Estando na terra (e no território), eles poderiam praticar seu modo de vida. Uma horta foi implantada na parte frontal do terreno, onde foram plantados milho, batata, mandioca e outros gêneros alimentícios. Trilhas ecológicas abertas ao público começaram a ser organizadas junto do Preserve. A piscina foi limpa, tornando-se um importante elo de coexistência entre mundos. Barracos foram construídos, e ao longo dos meses, reforçados para abrigar as dezenas de parentes que habitam a aldeia. Durante os primeiros meses, num contexto de vigília permanente, o fogo se manteve aceso em frente ao portão de entrada.

2.3.1 A visita do bugio ruivo

Era 21 de dezembro, dia em que Gah Té havia convocado a mídia para uma coletiva de imprensa na Retomada, onde faria um comunicado sobre a reintegração de posse. Quinze dias antes, a juíza Clarice Rahmeier havia decretado uma reintegração de posse “voluntária”, e passado o tempo estipulado a comunidade permanecia no local²². A preocupação era grande, já que esse período marcava também o início do recesso do judiciário e por isso havia muitas dúvidas a respeito de como ficaria a situação. O cansaço e a ansiedade também eram recorrentes, tanto entre os indígenas quanto apoiadores, que se revezavam madrugada a dentro nas vigílias em volta do *gá kri pĩ*.

Eis que nesse dia, pela manhã, em meio a essas turbulências, a retomada recebeu mais um visitante ilustre. Um grande e forte bugio-ruivo desceu o morro pela mata e de cima dos galhos das árvores, por alguns minutos, parou para observar a aldeia, e, em seguida, emitiu o seu característico ronco. Uma liderança xokleng explicou que a presença do bugio tem uma importância muito grande, pois para o seu povo significa que ele veio para “proteger seus filhos”. Nesse momento, poucos sabiam, mas Gah Té havia tomado uma decisão silenciosa no dia anterior: entraria em jejum em defesa do território.

²² Em 05 de Dezembro, a juíza Clarides Rahmeier, da 9ª Vara Federal de Porto Alegre expediu liminar de reintegração de posse, com o prazo de 15 dias para “saída voluntária” da área. Ao longo do relatório que proferiu a decisão, a magistrada alega que: a comunidade indígena “defendeu como sua a terra invadida, usando o termo ‘retomada’ para definir sua ação” (Rahmeier, 2022). A juíza argumentou que “ainda que a área venha a ser reconhecida como território indígena, por certo, a ocupação não poderia ser feita da maneira como ocorreu” e que não caberia ao judiciário “legitimar ocupações”. As decisões da juíza surpreenderam a todos, já que, naquele ano, Rahmeier tinha sido premiada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na 1ª edição do Concurso Nacional de Decisões Interlocutórias, Sentenças e Acórdãos sobre Meio Ambiente, na categoria “Garantia do direito dos povos e comunidades tradicionais estabelecidas em área de proteção ou interesse ambiental” Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=26136.

Figura 17 – Coletiva de imprensa



Fonte: Alass Derivas (2022).

Chegada a hora da coletiva de imprensa, organizamos uma mesa no barracão, em frente a fogueira, onde realizamos uma transmissão ao vivo pelo canal do Youtube do Coletivo Catarse. Em um comunicado que durou cerca de 30 minutos, começando com uma fala em Kaingang e seguido em Português, Gah Té anunciou que havia entrado em greve de fome na tarde anterior e assim ficaria até que a justiça decidisse pela revogação da reintegração de posse: “eu darei a vida pela mãe terra, pelos meus netos e o povo que está comigo” (Gah Té, 2022).

Eu estou em jejum e vou até a justiça decidir. Mas não é por mim, é pela minha mãe terra. Darei a minha vida pelas coisas que existem nela: nós, os bichos, e a água que nasce nesse espaço. [...] Se vier com violência, me leva, ou traz o caixão pronto (Gah Té, 2022, Coletiva de Imprensa).

A tática radical da greve de fome, escolhida pela cacica para manifestar sua indignação com a decisão da justiça, demonstra uma performatividade política que põe “o corpo em primeiro plano”. A performance de Gah Té fala pelo corpo, atuando como uma “força comum” (Gago, 2020, p. 256). Essa prática pode ser interpretada a partir da concepção “corpo-território”, oriunda principalmente de mulheres, sobretudo mulheres indígenas (CIMI, 2019)²³. Essa perspectiva articulada entre corpo e território, parte da noção de que o corpo é o “primeiro território de luta” (Haesbaert, 2021, p. 175).

²³ Em 2019, a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas publicou uma carta defendendo que “o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito [...] enquanto mulheres, lideranças e guerreiras, geradoras e protetoras da vida, iremos nos posicionar e lutar contra as questões e as violações que afrontam nossos corpos, nossos espíritos, nossos territórios. Difundindo nossas sementes, nossos rituais, nossa língua, nós iremos garantir a nossa existência (CIMI, 2019).

Porém o resultado imediato do jejum não foi exatamente o esperado. No fim da tarde do mesmo dia 21 de dezembro, uma decisão de uma juíza plantonista deferiu a “desocupação imediata” do imóvel²⁴. A juíza solicitou ainda que o pedido fosse cumprido “com urgência”, e não se aplicaria “a suspensão do prazo do recesso forense”. Aqui, cabe uma reflexão sobre os diferentes tempos que se friccionam, entrelaçam e colidem nesta cena.

O tempo do calendário ocidental. No ápice da semana natalina, o tempo se acelera freneticamente. O mês encolhe, encurtado pelos feriados e recessos de fim de ano. Para aqueles que (ainda) desfrutam dos direitos trabalhistas, o décimo terceiro salário: se tempo é dinheiro, a equação entre um extra no mês com o mesmo número de dias, resulta numa aceleração inegável. Dos shoppings aos camelôs, dos aeroportos às rodoviárias, o tempo pulsa conforme a sociedade de consumo.

O tempo da justiça burguesa. Conforme um texto publicado na revista Consultor Jurídico: “para cada dia de trabalho, Judiciário descansa outro” (Pinheiro, 2006). Por seis meses no ano, o sistema judiciário funciona somente em regime de plantão. Para os juízes, são sessenta dias de férias, vinte de recesso, sem contar outros feriados nos quais só os magistrados têm o privilégio do descanso. Durante o recesso forense, a marcha do tempo parece parar. Mas não para aqueles que aguardam o desfecho de um dos mais de 3 milhões de processos judiciais pendentes no país (Birnfeld, 2023). O ritmo processual, tão marcado por pausas e intermitências, pode, de fato, ser acelerado ou retardado de acordo com os jogos de poder.

O tempo do proprietário. Transcorreram-se mais de três décadas durante as quais o terreno permaneceu em estado de abandono. O tempo necessário para que as dívidas hipotecárias do imóvel fossem extintas sem que houvesse qualquer cobrança por parte da Justiça Federal. Agora, após dois meses e três dias sem a posse física da terra, o proprietário corria contra o tempo para recuperar o imóvel pelos meios que fossem necessários.

O tempo dos indígenas. Os Kaingang sempre estiveram lá, mas há cerca de trezentos anos foram submetidos a contínuos processos de des-re-territorialização. Por mais de cinquenta anos, viveram desaldeados, nas vilas do entorno do Morro Santana, aguardando a justiça ser feita e, há cerca de quinze anos, esperam pela Funai para demarcação da Terra Indígena Morro Santana. Quando questionada sobre sua idade, Gah Té brinca que é equivalente a de “duas flores de taquara”. Em todo esse tempo, jamais abandonou a luta por território. A cada dia que se passava sem uma resposta definitiva, era sua vida – seu território – que estava em jogo.

²⁴ Para mais informações, ver Reintegração/Manutenção de Posse nº 5056794-75.2022.4.04.7100. 20 out. 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1sX9k_DDDddy3lhKv8mJ9slb0DAIiMKo7/view?usp=sharing.

Para a alegria das crianças, o natal foi celebrado na Retomada. Um grande pinheiro foi confeccionado com taquaras e cipó, e luzinhas coloridas iluminavam a noite. Enquanto a cidade se reunia para a ceia de natal em seus lares, Gah Té permanecia sem comer. A greve de fome chamou a atenção de grandes veículos de imprensa e da população nas redes sociais. Nesse período, eu e Kapri (filha de Gah Té) ficamos responsável por fazer contatos com diferentes meios de comunicação, o que me rendeu noites mal dormidas, mas que produziu um resultado positivo. Diferente do período inicial da retomada, em que a maior parte da mídia estava voltada para a cobertura das eleições presidenciais, aos poucos a luta rompeu o isolamento inicial e passou a repercutir na cidade. Na tarde de 26 de dezembro, após um pedido de reconsideração feito pelo MPF, um novo juiz plantonista revoga a decisão anterior²⁵. Com a notícia, no sexto dia de jejum, Gah Té interrompeu a greve de fome após a justiça suspender provisoriamente a liminar de reintegração de posse (Ferreira, 2022).

Meus netos, que me amam tanto, pediram para eu comer com eles. Principalmente o pequeno. Vieram sentar aqui na cama e me dar na boca. Aquele que vai fazer dois anos. ‘Vamos comer comigo?’ ‘Tá bom, a vó vai comer contigo’. E comi. (Gah Té, *apud* Ferreira, 2022)

2.3.2 O prenúncio dos “bicho-preto”

Figura 18 – Impactos de uma queimada no Morro Santana em 2018



Fonte: Acervo pessoal (2018).

Em janeiro de 2023, quando subimos o morro pela primeira vez, tivemos sinais de que não seria um ano fácil em relação ao clima. No topo do morro, observamos as marcas de uma grande queimada já em processo de cicatrização. Passados pouco mais de um mês, percebemos

²⁵ sPara mais informações, ver Reintegração de Posse nº 5056794-75.2022.4.04.7100. 20 out. 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1sX9k_DDDddy3lhKv8mJ9slb0DAiMKo7/view?usp=sharing.

mais um sinal de fumaça. Durante a quarta-feira de cinzas, no fim de tarde, eu chegava em casa quando percebi um novo foco de incêndio na área superior da pedreira Asmuz. Imediatamente, comecei a receber mensagens de vizinhos de diferentes partes do Morro preocupados com mais um princípio de incêndio. Meu telefone tocou. Era uma ligação de Gah Té, temendo, por um lado, que o fogo se alastrasse até o pé do Morro, onde estava situada a aldeia, e por outro lado, que utilizassem desse episódio para criminalizar os indígenas. O trauma por já ter passado de outros episódios de queimadas nos últimos anos nos fazia lembrar que a negligência por parte dos bombeiros, infelizmente, é comum nesses casos. Imediatamente, decidimos ligar para o corpo de bombeiros e, ao mesmo tempo, buscamos alertar sobre a situação nas redes sociais (Preserve Morro Santana, 2022)²⁶.

Montamos um pequeno grupo de moradores e decidimos subir o morro, com o objetivo de alertar moradores próximos e também observar de perto quais as reais chances de o fogo atingir alguma moradia, por exemplo. O incêndio foi controlado em algumas horas, com a chegada do corpo de bombeiros e auxílio tanto de moradores quanto de alpinistas que realizam escalada no local. No dia seguinte, subi junto com uma comissão enviada pela cacica Gah Té, formada por indígenas, para avaliar os impactos do incêndio, onde constatamos que o fogo chegou a atingir cerca de um hectare de vegetação campestre (Preserve Morro Santana, 2023)²⁷.

Três semanas depois, em 16 de março, um novo contato com o fogo, dessa vez em outro morro da Zona Leste. Após uma semana de intensa onda de calor, era noite e eu caminhava pelo Beco Souza Costa, no Morro Santana, quando olhei em direção à Av. Ipiranga. A quilômetros de distância, foi possível ver um rastro de chamas gigantesco no Morro da Polícia. Uma matéria do jornal Zero Hora afirma que as chamas começaram no início da noite e se alastraram rapidamente em razão do calor e do vento. Após mais de três horas de combate, o fogo foi controlado pelos bombeiros com auxílio de moradores da comunidade (Favero, 2023).

Em 02 de abril, subimos o morro junto aos indígenas da Retomada para mais uma ecotrilha. Nesse momento, apesar do anúncio “oficial” de fim do La Niña feito pela Administração Nacional de Oceanos e Atmosfera dos Estados Unidos (NOAA) (Sias, 2023), foi possível notar que a estiagem havia impactado fortemente a situação hídrica do Morro Santana. Passamos por vários locais onde normalmente encontramos “olhos d’água” e nos deparamos com o solo seco. No topo do morro, em um desses pontos, conhecido como Lagoa da Apamesi, chegamos a brincar com a situação. Fotografamos Gah Té dentro da lagoa

²⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Co-1t0aONZP/>.

²⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CpBMhfhOJbM/>.

totalmente seca, a fim de fazer uma comparação nos meses seguintes, quando a lagoa estivesse abastecida. O resultado dessa comparação pode ser visto na Figura 19:

Figura 19 – Lagoa seca e lagoa cheia



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Podemos resgatar uma cena narrada em meu TCC (Silva, 2021) para observar a repetição de alguns fenômenos:

Ao longo da EcoTrilha de 14 de março de 2020, passamos por locais do morro onde normalmente haveria nascentes e lagoas e observamos que estavam secos, levando ao questionamento de Iracema: ‘E a lagoa, secou?’, atribuindo esse problema a disseminação dos pinus, que de acordo com ela: ele seca muito a terra e não deixa nada chegar, nem passarinho. De alguma maneira Iracema antecipou o evento que viria a acontecer algumas horas depois, segundo relatos dos moradores, ‘o maior incêndio da história’ (Tavares, [2020]).

Figura 20 – Lagoa Seca (março de 2020)



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Durante a trilha de abril, caminhávamos na mata, quando outro fenômeno curioso chamou atenção de todos os trilheiros, que desviaram os passos e pararam para prestar atenção.

No meio do caminho de terra, encontramos uma verdadeira aglutinação de larvas pretas, que a maioria de nós nunca tinha visto antes. Nesse momento, Gah Té conversou em Kaingang com os seres da mata, enquanto pegava um punhado de terra com as mãos e em movimento circular despejava suavemente sobre eles. Ela explica que nesse momento, pediu para os *ka nãn ga* (“bichos que vem da árvore”) saíssem da estrada para protegê-los.

Figura 21– Encontro com os “bicho-preto” durante Ecotrilha no topo do Morro Santana



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Figura 22 – *Kuja* Iracema Gah Té comunica-se com os “bicho-preto” (Morro Santana)



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Nos dias seguintes, Adriana Tanaka, uma vizinha e também integrante do Preserve Morro Santana, apresentou uma explicação aos demais membros do programa de extensão. De acordo com ela, esses animais são conhecidos como “bicho-preto” e procuram sempre um local seco para sua metamorfose: “ficam juntas andando uma sobre as outras como estratégia contra predadores e sobrevivência” (Tanaka, 2023). Adriana conta que, segundo a sabedoria popular

gaúcha, presente na letra de Ênio de Medeiros, as larvas poderiam nos ajudar a prever como ficaria a “situação hídrica do morro”:

Os bicho-preto vem subindo na coxilha (colina)
Anunciando vento frio e temporal
Vem caminhando uns em cima dos outros
Ladeira acima fugindo do banhadal (terreno alagado) (Medeiros, 2011²⁸).

Em 27 de março, uma reportagem da plataforma Austral (Gehm, 2023) já alertava para um possível cenário de colapso climático no Rio Grande do Sul, devido aos riscos da “inversão de fenômeno” de forte estiagem para um período de excesso de chuvas no estado. Questionado pela reportagem se o Governo do Estado estava preparado para enfrentar um cenário de enchentes, o secretário estadual da Agricultura, Giovani Feltes, admitiu não haver qualquer plano de ação abrangendo essa possibilidade: “Se nós tivermos a estiagem acabando e logo ali adiante o excesso das águas, que também traz dificuldades, estaremos numa fase um pouco desafiadora” (Feltes *apud* Gehm, 2023). Poucos meses depois, o prenúncio dos “bicho-preto” mostrou-se preciso. O segundo semestre de 2023 ficou marcado como o mais trágico da história do Rio Grande do Sul com a ocorrência de uma sequência de ciclones extratropicais, que acarretaram em enorme número de mortos e desabrigados no Rio Grande do Sul.

A pesquisa de Peñafiel (2020, p. 242) rastreou os fluxos de água da lagoa Mamacocha de Conga, região situada no norte do Peru. Esse rastreamento levou a autora a prestar atenção às relações que se dão “entre os fios de vida que tornam as coisas visíveis”. Seus habitantes sabem que quando os olhos d’água secam “é porque alguma coisa está ocorrendo no topo da montanha”. Peñafiel (2020) observa um cruzamento de movimentos das águas com os desenhos das pessoas com a terra:

Os desenhos dos camponeses na terra e com a terra estão relacionados às preocupações com seus corpos e com o seu território porque eles afirmam que morreriam se a sua terra e eles não forem alimentados com a água de Conga. São desenhos ontológicos, autônomos e políticos, porque os camponeses refutam ser dominados pelas práticas que implicam o controle e a manipulação de suas terras e de suas águas (Peñafiel, 2020, p. 242).

Tal como Peñafiel (2020), que se refere a lagoa “como uma extensão dos corpos dos(as) camponeses(as)”, Gah Té apresenta uma reflexão semelhante ao falar sobre os olhos d’água do Morro Santana. A cacica compara água que nasce da terra como o sangue ou o leite materno:

²⁸ Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/enio-medeiros/1971487/>.

O que dá vida pra nós é a água. Minha avó dizia pra mim: ela é o sangue da terra, como o nosso sangue, que corre em nossas veias. Ela é o seio da terra, então para nós é a mesma coisa, que nós somos crianças e precisamos tomar essa água, como criança nasce e mama no seio da mãe. Então por isso nós temos que proteger a água que nasce da terra (Gah Té, 2021).

Lorena Fleury (2023) observa que um “mal-estar começa a se delinear na experiência cotidiana”, relacionado ao debate público sobre se a “intensidade das chuvas e o aumento do nível dos rios poderiam ou não terem sido previstos” (Fleury, 2023²⁹). Como aponta a professora, os alertas da comunidade científica são “inequívocos” em relação aos efeitos da ação humana no clima, entretanto “não encontram proporcional reverberação na agenda pública” (Fleury, 2023). Nesse cenário, muito tem se falado sobre a criação de novos mecanismos de prevenção de eventos climáticos, a fim de antecipar e prevenir novos eventos climáticos. Os povos originários possuem seus próprios mecanismos de alerta (espirituais, científicos, ancestrais etc.), tal como o aviso dos bicho-preto ou mesmo no monitoramento do fluxo das águas. Assim como os alertas climáticos feitos pela comunidade científica, um caminho possível é levar em consideração as ferramentas populares e ancestrais para antecipar eventos climáticos extremos.

Essa imbricação corpo-território observada no mundo kaingang no Morro Santana, também diz respeito às plantas encontradas no mato e utilizadas no preparo de remédios que ajudam no combate às doenças físicas e espirituais (diversos tipos de cipós, taquara, ervas medicinais etc.) (Maréchal *et al.*, 2022, p. 22). Além disso, observa-se a prática ancestral de enterrar umbigos no solo. Para os Kaingang, o lugar onde o umbigo é enterrado é considerado sagrado, pois a pessoa passa a integrar o corpo do território ao qual terá a missão de voltar no futuro (Veiga, 2000; Da Silva, 2002; Maréchal, 2017):

No Morro Santana, foram enterrados quatro umbigos de crianças que nasceram à sua volta. Embaixo de uma figueira, no pé da pedreira, debaixo de um afloramento rochoso, a família de Iracema enterrou o umbigo de Sofia Mfei, neta de Iracema. Acima desse umbigo, Iracema plantou uma araucária. Em outra parte no pé do Morro, próximo a casa dos guardas da UFRGS, foi enterrado o umbigo de Kenshé, um dos seus filhos, próximo de onde há uma araucária, fág, que Iracema plantou há 25 anos atrás, quando Kenshé nasceu e que hoje já está dando frutas. O umbigo de Kapri também foi enterrado próximo ao de Kenshé (Maréchal *et al.*, 2022, p. 33).

Haesbaert (2021) também destaca a relação territorial presente, principalmente, em comunidades indígenas, na qual o território é como uma continuidade da corporeidade

²⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CxDhqxerLcV/?igshid=MTc4MmM1YmI2Ng%3D%3D>.

humana³⁰ (Haesbaert, 2021, p. 188). Essa relação íntima propicia uma maior sensibilidade para antecipar alguns fenômenos, que os comuns cidadãos metropolitanos teriam maior dificuldade de compreender. Tal como muitas pessoas com dores crônicas, que conseguem “prever o tempo” através da piora dos sintomas (Castanharo, 2017), os territórios-corpos apresentam sinais que poderiam ajudar a antecipar alguns “desastres naturais”.

2.3.3 “Uns dizem que as pedras falam, mas é os *jãgré* que falam com nós”

A perspectiva articulada corpo-território possibilita compreender de outra forma as fricções produzidas pelo evento antrópico que marcou a paisagem geológica do Morro Santana, e hoje pode ser percebido a quilômetros de distância, desde de várias partes da cidade. As expressões da exploração mineral do Morro são reconhecidas popularmente como “cicatrices” ou “feridas abertas”, numa evidente analogia que as remete a um corpo ferido. Em sentido semelhante, Gudynas (2021) denomina “amputação ecológica” lugares marcados por danos tão extremos cujos impactos ambientais são praticamente irreversíveis: “são enormes pedreiras e crateras de onde são retirados milhões de toneladas de solo e rochas” (Gudynas, 2021).

A ontologia ocidental-colonial atribui aos minerais o lugar de não-vida, onde as rochas e outros elementos são meros “recursos naturais” extraídos do solo para transformação em produtos e mercadorias. Entretanto, muitos povos indígenas e afrodescendentes constituem outras relações com estes elementos considerados não-vivos. No Morro Santana, afloramentos rochosos possuem um importante significado espiritual para diferentes mundos. A pedreira, por exemplo, é um lugar onde integrantes de religiões de matriz africana costumam realizar oferendas ao orixá Xangô. Para os Kaingang, as pedras contribuem com o equilíbrio na vida da terra, e, além disso, são poderosas porque facilitam a comunicação entre os *jãgré* (espíritos-guias) e os Kaingang. Gah Té (2022) nos apresenta alguns destes locais sagrados: *Pó mág* (o “pé” da pedreira); *Rĩ Ró kupri* (as pedras onde se escutam os *jãgré*) e *Goj Rór* (“a água que sai da terra e da pedra”).

³⁰ O autor cita o exemplo da conformação territorial *wayuu*, que funciona através de uma analogia em relação ao corpo feminino: o *Winpüimĩn* ou caminho que leva ao lugar das águas, como na casa, representa a cabeça; na região montanhosa de Jalala, por sua vez, cada local ou morro representa um órgão do “corpo do território” (pulmões, fígado, vagina), e o *Wopüümüin*, “em direção ao lugar de caminho” de encontro com outros povos, vincula-se às extremidades inferiores, ao próprio calcanhar (Quintero Weir, 2019 *apud* Haesbaert, 2021, p. 190).

(...) nas pedras, tu senta em cima, como muitos hoje chamam de meditação. Mas tu fica quieto ali em cima e tu escuta, tu ouve as falas. Uns dizem que as pedras falam, mas é os *jāgré* que falam com nós (Gah Té, 2022)

A antropóloga Elisabeth Povinelli (2023) aprofunda os debates da virada ontológica propondo o conceito de *geontologia*, partindo da etnografia desenvolvida ao longo de três décadas vivendo junto ao povo aborígene Belyuen, da Península Cox, no Território Norte da Austrália. Para além das relações entre humanos e não humanos, a autora está interessada em discutir a respeito das relações entre vida e não-vida, concedendo “dignidade ontológica” a entidades geológicas e outros seres não-orgânicos: rochas, vento, rios... A autora expande o conceito de Michel Foucault ao sustentar que a biopolítica não é apenas aquilo que busca governar sobre a vida, mas sim o que cria e mantém a divisão entre vida e não-vida. (Costa, 2016).

Conforme Maréchal (2015, p. 75), estamos falando, também, de concepções de corpo e de saúde divergentes. Em diálogo com Maréchal, Gah Té relata que o corpo precisa “ter contato” para não ficar doente. O “morar na caixinha” acarreta numa fragilidade do corpo, devido à desconexão com o ambiente, provocando o adoecimento:

Se tu passas muito tempo na tua caixinha limpinha, quando tu andar e respirar para fora vai te fazer mal porque não estás acostumada, e novas doenças vão sair. Tu achas que isso é saúde? [...] O povo branco fica nas caixas [nos apartamentos] para se proteger, mas o dia no qual ele sai da caixa, ele morre, porque ele não tem “essa” pele (Gah Té *apud* Maréchal 2015, p. 75).

Em uma conversa mais recente, Gah Té me contou que essa reflexão sobre o “viver na caixinha” foi inspirada nas palavras de seu avô. Segundo a cacica, quando ela ainda era criança, por volta dos oito ou nove anos de idade, certa vez, eles estavam em volta do fogo, quando seu avô questionou:

Eles se escondem nas caixinha, com medo de que? Tem medo de mosquito? A gente convive. Tem medo de formiga? A gente convive. E vão tá cheio de doente, chega qualquer doencinha ele cai. Porque dentro da caixinha tu não tem como respirar... (Gah Té suspira fundo), não tem (Gah Té, 2023).

Em relação a esse ponto, gostaria de retomar novamente uma questão, que nos primeiros meses de retomada foi um dos pontos de fricção entre o mundo indígena e o mundo dos *fògs*, habitantes dos condomínios residenciais do entorno da retomada. As fogueiras, durante os primeiros meses da retomada, cumpriram múltiplas funções: ritualísticas (espirituais),

cotidianas (aquecimento, iluminação, culinária...), além da proteção no contexto de vigília permanente. Entre o fluxo constante e de deslocamento entre nossas casas e a retomada, uma memória olfativa marcante era o cheiro de fumaça impregnado em nossas roupas. Alguns vizinhos chegaram a denunciar as fogueiras para a polícia, alegando que a fumaça estaria adentrando as casas e causando problemas respiratórios em crianças. Enquanto isso, para Gah Té, assim como o convívio com os insetos e outros seres da terra, respirar fumaça é sinal de força e saúde: “A fumaça entra em nossos nariz e nos olhos, e revive as abelhas que tão morrendo. Na caixinha não tem a fumaça que vem da terra. Não tem a força da terra. Tem aquele ventilador, mas já vem o cheiro de poluição” (Gah Té, 2023).

Conforme Odirlei Fidelis, que por muitos anos viveu no Morro Santana, mas hoje é cacique da Aldeia Van Ka, localizada na Zona Sul de Porto Alegre, a importância do morro está relacionada à cura das doenças advindas da cidade. Para ele, na cidade “sua cabeça parece que vai explodir” devido à poluição sonora, enquanto no Morro Santana, “quando você chega lá no topo e começa a olhar ao redor, a tua mente limpa, sabe, ou você desce de lá uma pessoa de outra maneira” (Fidelis, 2022).

Fidelis ressalta que, para os Kaingang, o sentimento de estar no topo do Morro Santana não se trata de “olhar por cima das pessoas” mas sim “olhar ao redor” (Fidelis, 2022). A fala do cacique me remete ao documentário “Um Lugar ao Sol”³¹, que discute o modo de vida de famílias ricas, moradoras de apartamentos (coberturas) de diferentes cidades brasileiras. Uma das entrevistadas, carioca, chega a afirmar que é “encantador” assistir a troca de tiros entre facções rivais nos morros ao lado de seu prédio, comparando com um espetáculo pirotécnico. Enquanto outra entrevistada, paulista, afirma que por morar no último andar de seu prédio, estaria “mais próxima de Deus” e por isso teria suas preces mais facilmente atendidas. A partir do depoimento desses integrantes da elite brasileira, o filme retrata o cotidiano de “viver acima de favelas”, um lugar “onde o privilégio cria sua própria realidade” (Mascaro, 2009). A partir da fala de Fidelis, e da analogia das caixinhas feita por Gah Té, conseguimos desenhar o conflito ontológico: enquanto os *fòg* empilham caixinhas para “olhar por cima”, os Kaingang trilham o caminho do “bem viver” ou do “olhar ao redor”.

Como veremos adiante, essa fricção entre mundos heterogêneos repercutirá também na disputa jurídica. No dia 14 de março, uma nova e polêmica decisão é dada pela juíza Pezzi³².

³¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cgGa6iwFJMo>.

³² Ordena uma “remoção humanizada” para a Terra Indígena Cantagalo. Porém determina a reintegração de posse forçada “caso haja resistência da Comunidade” A decisão ainda coloca a conciliação para um segundo momento e assinala o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a desocupação voluntária do imóvel. Para mais informações, ver

Aqui não irei me aprofundar no caso, porém destaco que, pela primeira vez, há reconhecimento da fragilidade jurídica daquela área em que se constituiu a retomada. A juíza reconhece que se trata de uma propriedade “sobre a qual ainda não temos certeza se é totalmente privada”, pois “tem forte potencial de dominialidade pública que não pode ser desconsiderada”, por conta da “existência de APP e de outros elementos de interesse arqueológico/paleontológico”. Por isso, afirma que a ação “guarda uma natureza civil-constitucional relevante”, devido a “complexidade do feixe de relações jurídicas” que desafia uma interação entre normas do Direito Privado e do Direito Público.

3 ENTRE A CIDADE DE “PAPEL” E A CIDADE PRATICADA

Para melhor compreender os conflitos ontológicos entre o *viver na caixinha* e o *bem viver*, nos propomos a um processo imersivo nesses mundos. De forma complementar a experiência física de campo, acompanhado a Retomada Gãh Ré durante um ano consecutivo, nos aproximamos também da pesquisa antropológica com “papéis oficiais” ou a chamada “etnografia de documentos” (Ferreira; Lowenkron, 2020, p. 165). Para isso, imergimos também na “cidade de papel”, ou seja, nos documentos relacionados ao processo jurídico, urbanístico e ambiental do empreendimento da Maisonnave, articulando-os com relatos de diferentes moradores e outras experiências vividas, busca-se compreender como o Estado moderno colonial participa da constituição do(s) Morro(s) Santana e da cidade como um todo.

Os principais fios condutores do capítulo são o processo que trata da reintegração de posse contra a Retomada Gãh Ré e também o Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) do empreendimento. Buscarei conectar os eventos disponíveis nesses documentos com os diferentes desenhos de Morro Santana produzidos ao longo do tempo. Quando necessário, também farei uso de digressões temporais para estabelecer conexões com outros eventos, informações e narrativas produzidas ao longo do nosso percurso.

Ao longo da investigação, muitas dúvidas começaram a surgir, relacionadas à situação jurídica e fundiária do imóvel, onde hoje a empresa Maisonnave planeja construir um grande condomínio. Embora se tenha solicitado diversas vezes informação a respeito deste empreendimento pelo Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), com base na Lei de Acesso à Informação, tive minha solicitação negada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS), setor da prefeitura responsável pelos licenciamentos ambientais. Portanto, me deparei com um grave problema relacionado à transparência dos processos relativos a empreendimentos imobiliários em Porto Alegre.

O projeto, que havia recebido Licença Prévia em 2018, estava tramitando rumo à aprovação da Licença de Instalação, quando a Retomada Gãh Ré emergiu em outubro de 2022, abrindo a “caixa-preta” a respeito da área. O evento abriu a possibilidade de entender um conflito ao mesmo tempo jurídico, político, urbano e ontológico. No primeiro dia de Retomada, uma declaração de Gah Té demonstra ter consciência a respeito dos ditos proprietários da área: “aqui é de um banco rico, explorador, sempre explorou o povo brasileiro” (Gah Té, 2022). Foi uma nota da Teia dos Povos, lançada no momento inicial da Retomada, que apresentou ao público os primeiros indícios de irregularidades relacionadas à situação da propriedade:

A área retomada estava sem função social há mais de 40 anos. Nos anos 1970, a chácara integrava o complexo de pedreiras do Morro Santana. Com a desativação da pedreira e a falência da mineradora de José Asmuz³³, em 1981, o imóvel foi hipotecado ao Banco Maisonnave e hoje é propriedade da Maisonnave Companhia de Participações, que planeja construir um grande condomínio. O projeto de loteamento, já aprovado, prevê a construção de 11 torres de 714 apartamentos e 865 vagas de estacionamentos, o que traria grandes impactos ambientais, uma vez que, já tendo sido protegido pela legislação ambiental, o local concentra grande extensão de área verde preservada, além de cursos de água que passam por dentro do terreno. A área fazia parte de uma Área de Preservação Permanente (APP), porém teve ajuste de limites e passou a ser considerada ‘área de ocupação intensiva’, autorizando a construção no local (Teia Dos Povos, 2022).

No dia seguinte à ocupação da área, os representantes da Maisonnave ajuizaram ação de reintegração de posse contra a comunidade. A empresa argumentou que se tratava de uma “invasão planejada”, citando um boletim de ocorrência que relata o momento da entrada dos indígenas no terreno. A partir da própria liminar de reintegração, percebemos a existência de uma divergência entre o Grupo Maisonnave e seus zeladores/caseiros em relação à posse formal da área. Grifamos em negrito as frases que trazem à tona as incongruências relacionadas a essa questão:

Na chegada da Brigada, estava no local o outro zelador [...] que **fez uma declaração equivocada** ou entendida equivocadamente. Consta do boletim que [nome oculto] “negocia a compra do terreno com o Banco Maisonnave e colocou o caseiro [nome oculto] para cuidar do sítio.” **Não é bem assim, e merece reparos, embora desimportantes ao deslinde.** Na verdade, [nome oculto] cogitou comprar e desistiu de há muito. De sua feita, não colocou o caseiro [nome oculto] para cuidar do sítio, mas, assim o fez aceitando o convite de [nome oculto] para [nome oculto]. Feitas estas correções, prossiga-se. No dia seguinte (19), [nome oculto] **registrou ocorrência na Polícia Civil, consoante boletim anexo, que também peca por um equívoco secundário sem reflexos no desate.** Diz o boletim da Polícia Civil “que é uma área de hectares cedida ao comunicante pelo Banco Maisonnave para exploração onde cria abelhas com um sócio.” **Na verdade, não é uma cessão no rigor técnico da palavra, mas, sim, uma autorização a par da zeladoria** (Filho; Seibel, 2022³⁴).

Embora a própria defesa jurídica da empresa insista em reforçar que tais equívocos seriam “desimportantes” ou “sem reflexos”, fez questão de reforçá-los. Essa questão não é menos importante, porque demonstra que mesmo entre os supostos proprietários e/ou posseiros da área, aparentemente, haveria algum grau de mal-entendido. A empresa prossegue, com diversas acusações, chegando a alegar que “a invasão foi planejada por uma legítima

³³ José Asmuz foi um empresário porto-alegrense respeitado e reconhecido publicamente em diferentes âmbitos. Ganhou renome por ter sido piloto de automobilismo na década de 1960 e também por ter sido dirigente do Sport Club Internacional nos anos 1980 e 1990. No mundo dos negócios, foi proprietário da mineradora Depósito Guaporense, onde acumulou uma fortuna com a extração e comercialização de brita e paralelepípedo.

³⁴ Manifestação, no contexto da Reintegração/Manutenção de Posse nº 5056794-75.2022.4.04.7100. 20 out. 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1sX9k_DDDddy3lhKv8mJ9slb0DAiMKo7/view?usp=sharing.

organização criminosa, inclusive com apoio em assessoria jurídica previamente contratada” (Filho; Seibel, 2022), e cita o nome dos advogados da assessoria jurídica do Comin, numa tentativa de criminalizá-los. A empresa ainda prossegue, afirmando que “não se trata de sítio arqueológico ou de área indígena, ou não, com proteção especial. Sem dúvida, trata-se de invasão planejada, até porque o grupo invasor, ou qualquer outro, jamais foi visto no Morro Santana ou imediações”. Como veremos adiante, é a partir daí que a luta se desdobra num sentido institucional e jurídico, com questionamentos acerca da própria legitimidade daquela propriedade.

De acordo com a manifestação do Procurador da República Pedro Nicolau Moura Sacco, do MPF, no processo judicial: “aos fundos de onde estão os indígenas está a pedreira desativada. Obviamente, a pedreira desativada, cuja área deveria ser recuperada pelo seu atual proprietário, virou convenientemente *res nullius*” (Sacco, p. 09, 2022³⁵). A expressão em latim significa “coisa sem dono” ou “coisa de ninguém”. Como já acompanhamos, trata-se de uma área cobiçada da cidade por interesses diversos. Como pode ser considerada terra de ninguém? Novamente, vêm à tona a incógnita a respeito da propriedade da antiga área da pedreira.

Após uma audiência organizada na Câmara de Vereadores de Porto Alegre em março de 2023 que pautou a Retomada Gãh Ré (Neves, 2023), o vereador Pedro Ruas (PSOL) solicitou a documentação relativa ao Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) do empreendimento do Grupo Maisonnave, e teve sua resposta prontamente atendida. A Prefeitura, então, disponibilizou no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) um arquivo com mais de quinhentas páginas, contendo informações relacionadas tanto à Pedreira Depósito Guaporeense, de José Asmuz, quanto ao empreendimento do Grupo Maisonnave. Ao abrir pela primeira vez essa extensa coleção de documentos, tive a sensação de estar abrindo uma verdadeira “caixa-preta”.

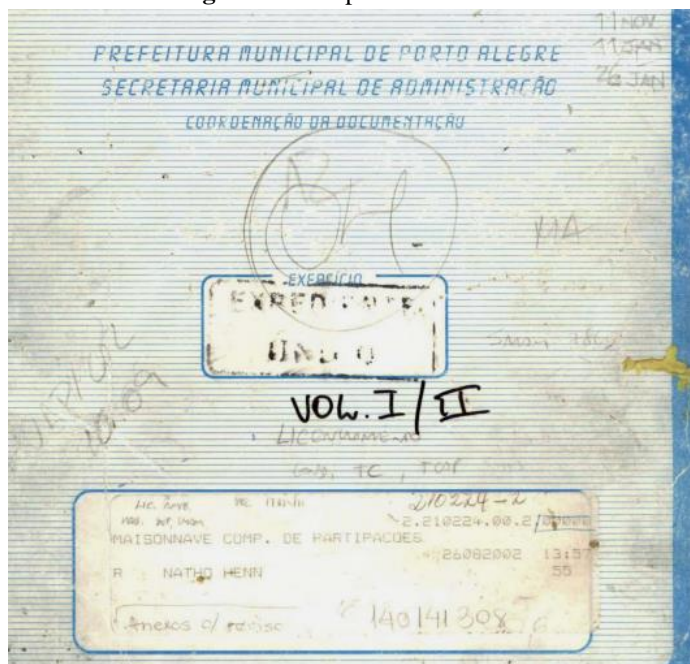
O anexo³⁶ é composto por uma diversidade de registros digitalizados, desde páginas amareladas pelo tempo, até planilhas manuscritas ou datilografadas, mapas, plantas, recortes de jornais, recibos etc. Chamou minha atenção a capa de coloração azulada da pasta, com um carimbo de tinta desgastada, com os dizeres “expediente único”. Logo abaixo, em uma etiqueta, surge a inscrição “Maisonnave Comp. de Participações”, acompanhada pelo endereço “Rua Natho Henn”. Todos esses fragmentos narram uma silenciosa história do Morro Santana, dos anos 1970 até os dias atuais, e acabaram confirmando nossa hipótese de que as duas áreas – a pedreira e o sítio – não apenas são áreas lindeiras, mas também estão entrelaçadas pela história.

³⁵ Manifestação, no contexto da Reintegração/Manutenção de Posse nº 5056794-75.2022.4.04.7100. 20 out. 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1QhkuTYwIIMEZBlegVJLQtlbYKVCkKLlh/view>.

³⁶ Disponível em: Processo SEI_002.210224.00.2.00000.

Muito além de apenas descrever uma narrativa, esses “documentos burocráticos” atuam e incidem sobre os sujeitos, fatos e relações a que se referem (Ferreira; Lowenkron, 2020, p. 166).

Figura 23 – Capa do documento



Fonte: EVU do empreendimento (Processo SEI nº 002.210224.00.2.00000).

Admito que enfrentei desafios para compreender, descrever e refletir sobre esses anexos, devido a quantidade de procedimentos, siglas e termos técnicos relacionados à aprovação de empreendimentos urbanos, que, para mim, eram desconhecidos. Além disso, foram várias idas e vindas em relação à aprovação do condomínio, juntamente com as modificações em seu formato, como número de pavimentos, apartamentos, dentre outros aspectos, aparentemente repetitivos ao longo das tentativas de aprovação do EVU do projeto de condomínio no terreno da Retomada. Cabe aqui fazer um parêntese para apresentar uma dessas siglas: Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU).

Uma entrevista recente com o proprietário da Arado Empreendimentos Imobiliários (outro polêmico projeto em vistas de ser executado, na Zona Sul de Porto Alegre), para o Jornal do Comércio, lança luz sobre a importância do EVU. Este trata dos pedidos de “parcelamento do solo” em grandes áreas, definindo a delimitação dos lotes e divisão da matrícula única em lotes menores, e também definição das áreas públicas, que serão convertidas em ruas e praças (Suptitz, 2023).

No caso do empreendimento da Maisonnave no Morro Santana, observa-se que este ritual do EVU, típico do mundo burocrático colonial-estatal-moderno, se repetiu inúmeras

vezes ao longo de décadas, mesmo que, paradoxalmente, o projeto jamais tenha sido concretizado. Em síntese, podemos traçar uma linha do tempo dividida em quatro tentativas de implementação do projeto ao longo de mais de 40 anos. Durante esse período, o projeto transitou entre duas tipologias habitacionais: condomínio unifamiliar (horizontal) e condomínio multifamiliar (vertical).

A **primeira tentativa** se desenrolou em 1981, quando Asmuz movimentou-se para obter as autorizações necessárias para construção da terceira fase do loteamento Jardim Ypu. Seus esforços resultaram na expansão do limite da área de ocupação intensiva, permitindo a construção de condomínios dentro do terreno, desde que na modalidade de habitação unifamiliar (horizontal). No entanto, o projeto não se materializou por falta de viabilidade econômica, conforme os registros (Cé, 1993 *apud* EVU Maisonnave, p. 128³⁷).

A **segunda tentativa** aconteceu em 1993, momento em que o imóvel já pertencia ao Grupo Maisonnave. A empresa buscava desenvolver um condomínio vertical, com mais de 500 apartamentos. Novamente, o Conselho aprovou uma modificação na Lei Complementar, permitindo agora a implantação de “condomínio por unidades autônomas de habitação coletiva” (condomínio vertical).

A **terceira tentativa** ocorreu em 2002, quando a Maisonnave revisitou o projeto de condomínio horizontal. O projeto foi aprovado pela CAUGE e seguiu para licenciamento prévio, mas permaneceu sem implementação.

Na **quarta tentativa**, datada em 2011, o Grupo Maisonnave buscou implementar um projeto mais audacioso, retornando com a ideia de condomínio vertical (multifamiliar). O projeto era de um grande condomínio para 2500 habitantes, sete torres, mais de 700 apartamentos e 900 vagas de estacionamento. Após sofrer adequações, o projeto transformou-se num condomínio de 10 torres. Após aprovação da CAUGE, como Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º Grau, o empreendimento chegou a receber Licença Prévia em 2018 e estava prestes a ser executado, até que ocorreu o movimento territorial da Retomada Gãh Ré.

Embora essa linha do tempo nos ajude a sistematizar o desfecho de cada uma das tentativas, não nos permite analisar os conflitos – e suas modulações – presentes em cada uma delas. Assumindo o risco de tornar o texto um pouco mais extenso, aproveitarei o rico material que temos, adentrando em cada uma dessas etapas e conectando com outros eventos e relatos produzidos ao longo da pesquisa. De acordo com Alfonsin *et al.* (2021, p. 300), a propriedade privada “faz parte da ‘matriz colonial de poder’ operada nas Américas, perpetuada após o

³⁷ Disponível em: Processo SEI_002.210224.00.2.00000.

encerramento do período colonial pela colonialidade do poder”. Esse aprofundamento na burocracia fundiária permitirá avançar na compreensão dos pontos de atrito e fricções que ocorrem a partir da interação do Estado moderno colonial com as múltiplas territo-realidades de Morro Santana.

3.1 Primeira tentativa: 1981

À medida que se prossegue pelas páginas, testemunhamos, pela primeira vez, a aparição dos documentos referentes ao EVU para loteamento na extensão do sítio. Em 1981, a empreiteira Asmuz Construções e Incorporações inicia os procedimentos voltados à edificação da denominada “terceira fase do Loteamento Jardim Ypu”, localizado no bairro “Alto Petrópolis” (assim registrado nos documentos). Em seguida, temos a matrícula do imóvel, onde consta que a proprietária original do imóvel reintegrado é a empreiteira de Asmuz, com uma vaga indicação de que o mesmo faz “fundos a imóvel que é ou foi do casal Rodolfo Dagnino”. Registra-se que em 1981, o imóvel, então pertencente à firma de Asmuz, encontrava-se hipotecado ao “Banco Maisonnave de Investimento S/A”. Estes nomes, quase apagados entre a montanha de papéis, foram peças-chave para decifrar a trama referente as negociações inaugurais da propriedade. Anexada à solicitação, há uma série de recibos que atestam o pagamento de cotas de imposto territorial em nome de Rodolfo Dagnino. Em uma das guias de pagamento, um carimbo, cuja tinta já se encontra desgastada pelo tempo, surge de forma intrigante: “Sulbrasileiro”.

Figura 24 – Declaração Municipal Informativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

DM DECLARAÇÃO MUNICIPAL INFORMATIVA DAS CONDIÇÕES
URBANÍSTICAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

PARA ASHUZ - CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EXPEDIENTE ÚNICO 210.224

**PARCELAMENTO
DO SOLO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE INFORMA, A PEDIDO DA PARTE INTERESSADA QUE AS CONDIÇÕES URBANÍSTICAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO, A TEOR DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, RELATIVAMENTE AO IMÓVEL ABAIXO REFERIDO SÃO AS CONSTANTES DESTA DECLARAÇÃO À QUAL SE INTEGRA A PLANTA / ANEXA, COM AS OBSERVAÇÕES ALI REGISTRADAS.

Fonte: EVU do empreendimento (Processo SEI nº 002.210224.00.2.00000).

O nome Rodolfo Dagnino, que já havia aparecido na matrícula do imóvel, acabou por despertar minha curiosidade. Mediante uma feliz coincidência que, em outra oportunidade, explicaremos melhor, um integrante do Preserve Morro Santana conhecia uma das descendentes de Dagnino. Através deste elo, foi possível contatar a primogênita de Rodolfo, a senhora Helena, que viveu na década de 1940 na antiga chácara que futuramente seria transformada no loteamento Jardim Ypu. Foi Gilmar Gomes, o Gil, integrante do Preserve e antigo morador do Campo do Figueira (outra territorialidade do Morro Santana), que intermediou o contato com Dona Helena, que nos recebeu em sua casa no bairro Rio Branco, juntamente com o professor Alexandre Magalhães. A entrevista concedida por Helena foi importantíssima e ajudou a preencher uma lacuna temporal concernente à história do Morro Santana na primeira metade do século XX.

3.1.1 “Quinta Ipú” – A chácara dos Dagnino

De início, Helena nos conta que seu pai era um imigrante italiano que chegou ao Brasil no início do século passado, e formou-se em Engenharia pela UFRGS. De acordo com Helena, na época ele “trabalhou na viação férrea” chegando a ser “diretor de viação” (Dagnino, 2023). Registros históricos da Viação Férrea do RS (1944), confirmam que Dagnino trabalhou na companhia desde a década de 1940, chegando a cumprir a função de diretor de viação em 1951 (NPPHF, 2003). Helena complementa a informação dizendo “no tempo do Brizola, ele foi secretário de Transportes” (Dagnino, 2023).

Percebemos, desde então, a relação da família Dagnino com o mundo da política institucional, característica comum na vida de outros proprietários de terras do Morro Santana naquele período. A chácara da qual estamos falando localiza-se na mesma região onde, na época, ainda existia a Casa Branca, reduto de figuras expressivas da política gaúcha, desde o século XIX. Helena tenta redesenhar um mapa imaginário da época. Conta que seu pai construiu uma casa de madeira, onde a família viveu por anos, nas proximidades do Beco Souza Costa e a Av. Protásio Alves, na região próxima a onde posteriormente se ergueu o terreiro de Mãe Apolinária: “O papai construiu uma casa lá perto do Beco, naquele tempo era o Beco do Chico Macaco, não era Mãe Apolinária ainda”:

esse Beco Souza Costa vem pelo seguinte, a Casa Branca era antes de tudo isso que estamos falando, era, no alto assim. Nós visitávamos seguido. Ela estava deserta, não tinha nada, contavam que tinha sido o quartel general do Bento Gonçalves. Depois que nós saímos de lá e tinha um caseiro. Depois, muito depois, era no tempo do

Getúlio Vargas, ele fez uma doação, tinha esse ministro Artur de Souza Costa. E ele deu a Casa Branca, dizem, pro Artur de Souza Costa (Dagnino, 2023).

Os registros históricos divergem um pouco da memória de Dona Helena, constando que após a morte de Apolinário Porto Alegre, em 1904, seu filho Assahy vendeu a propriedade para Artur de Souza Costa, que fora Ministro da Fazenda no governo de Getúlio Vargas, de 1934 a 1945 (Telles, 1971 *apud* Correa E Doberstein). Embora haja essa disparidade entre os registros documentais e as lembranças de Helena, é intrigante como a impressão que ficou é a de que Getúlio Vargas teria doado a Casa Branca para Artur de Souza Costa, o que pode ser valioso para compreender o funcionamento das negociações de terras na época – especialmente entre indivíduos da elite política. Os vestígios desse passado persistem até os dias atuais na designação da via como “Beco Souza Costa” que, naquela ocasião, demarcava os limites entre as terras de Dagnino (onde se situava o “sítio”) e de Souza Costa (onde ficava a “Casa Branca”). Portanto, esses dois homens brancos, proprietários de terras limítrofes, também ocupavam posições importantes no mundo da política – ao que tudo indica, ligados ao trabalhismo. Dona Helena relata uma memória de sua infância sobre a transação da chácara, que teria acontecido em 1940:

Papai sempre queria comprar alguma coisa de campo [...] e aí ele soube que ia dessa chácara. Eram 45 hectares e eu me lembro de uma história muito engraçada, que a pessoa que vendia terra que foi lá em casa e o papai sempre é que lidava com essas coisas, como sempre os homens fazem, né. [...] o homem queria 60 mil, na época era o réis, né? Contos de réis. Mamãe se enganou e disse 50 e o homem deixou por 50, foi uma pechincha que a minha mãe fez. [...] Mais tarde ele comprou os 27 hectares que tinham na frente e que eram na frente da Protásio Alves (Dagnino, 2023).

Quando questionamos quem seria este homem, negociante de terras, uma figura chave para lastrear as origens daquela propriedade, assim como sobre quem seriam os antigos proprietários da área, Dona Helena lamenta não dispor dessa informação. Responde que na época, nem outros moradores da região sabiam responder essa pergunta, que “era uma coisa, assim, meio deixada” (Dagnino, 2023). Gilmar Gomes, por sua vez, acrescenta um relato sobre o período em que o Morro Santana foi loteado, rememorando a experiência de seu sogro: “Até bem pouco tempo não tinha ‘habite-se’ as casas. Nunca regulamentou, entendeu? As pessoas vendiam na base do papel, não tinha cartório” (Gomes, 2023). Embora a propriedade tenha sido negociada há muitas décadas, Helena nos conta que, até hoje, existem dívidas que são cobradas em nome do seu pai: “uma pessoa que mora lá, que veio cobrar de nós, porque somos o espólio do meu pai, coisas que não tem nada a ver, né? E que a gente vendeu pro Asmuz. [...] Uma vez

foi o IPTU, outra, uma vez por ano aparece essa coisa e a gente nem sabe nem o que fazer com aquilo” (Dagnino, 2023).

O fato de, juridicamente, as terras estarem “meio deixadas” (Dagnino, 2023) ou, supostamente, sem proprietários formais, não significa que estavam inabitadas. Cabe ressaltar que até a introdução do direito à propriedade no Brasil, haviam “outras formas de acesso à terra praticados pelos povos originários”, que foram suprimidas, limitadas, restringidas e cerceadas por uma “matriz colonial de poder” (Alfonsin *et al.*, 2021, p. 296). Alfonsin *et al.* (2021, p. 296) apontam que essas outras modalidades de organização fundiária “poderiam ter conduzido o país a uma outra matriz jurídica mais potente para a garantia do direito de moradia e do direito à cidade”.

Figura 25 –Fotos da Chácara



Fonte: EVU do empreendimento (Processo SEI nº 002.210224.00.2.00000).

Dona Helena conta que morou na chácara por doze anos, junto com seus pais e sua irmã. Depois, a família se mudou para o bairro Rio Branco e a chácara tornou-se uma casa de veraneio. Guarda boas memórias de infância no morro, quando as principais brincadeiras que tinham eram subir em árvores, colher frutas e também passear com o pai pela localidade. Os eucaliptos, espécie exótica hoje presente no terreno da Retomada, foram plantados por Dagnino e suas filhas:

Na horta do meu pai tinha um renque de pitangueiras maravilhosas que a gente comia porque também gostava muito do trazidos, ela gostava muito dessas frutas cítricas. Era muito mato mesmo. Araçá, pitanga, butiá [...] Eu subia muito em árvore, eu subia em árvore e ficava lendo lá em cima e fugindo dessa minha irmã que tem dois anos menos que eu, porque ela queria brincar comigo [...] Ele nos acordava de manhã bem cedo, antes de ele ir trabalhar e quando subíamos o morro para plantar eucalipto. Nós geladas com os pés, não existia havaianas e nós já andava com chinelinho gelado. E plantamos eucalipto, cobrimos praticamente aquele morro de eucalipto (Dagnino, 2023).

A piscina da chácara, construída por Rodolfo Dagnino, na década de 1940, estava abandonada quando os indígenas retomaram a área em 2022. Ela foi registrada em foto numa matéria sobre a Retomada, chamando atenção de Dona Helena: “eu reconheci a história dos índios dali quando eu vi a foto na Zero Hora, que mostrava a piscina, me criei dentro da piscina” (Dagnino, 2023).

Figura 26 – A piscina



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Praticamente 80 anos depois, passando por décadas de abandono, a mesma piscina estava sendo usufruída pelas comunidades do Morro Santana. Uma das primeiras ações da Retomada foi a realização de um mutirão de limpeza que uniu as crianças indígenas com as da Vila das Laranjeiras. Quando Dona Helena viu no jornal a foto da piscina, ficou feliz, pois, segundo nos afirmou, sua mãe gostava muito dos povos indígenas, inclusive brincava que “era sobrinha do José de Anchieta”³⁸ (Dagnino, 2023). As águas da piscina, abastecidas por uma nascente, guardam uma história curiosa:

Tinha uma nascente que botava água na piscina e essa água, sim, tinha uma história que era uma água que fazia bem, que curava. Tinha gente que vinha de longe para buscar água. Realmente era uma água muito boa. Era uma nascente logo depois da piscina. E eu me lembro de como nós estamos aqui em Porto Alegre, o papai alugou a casa que tínhamos morado pra uma família de Uruguaiana. E esse senhor sofria do fígado e ele começou a tomar água e disse que ficou bom. Ele levava garrafas de água de lá para casa. E ficou bom (Dagnino, 2023).

³⁸ José de Anchieta foi um padre jesuíta espanhol que no século XVI utilizou da poesia e peças de teatro para conversão de indígenas ao catolicismo.

Coincidência ou não, foram essas águas curativas que inspiraram a mãe de Dona Helena a nomear a chácara como “Ipú”, em uma reconhecida referência aos povos indígenas:

A mamãe botou o nome de “Quinta Ipú” na chácara, porque Ipú é uma palavra indígena que quer dizer *água boa*, se não me engano. E aí ficou o Jardim Ipú, depois de tudo, mas foi a minha mãe. A minha mãe era muito espiritualizada, ela lia muito (Dagnino, 2023).

A partir daqui podemos fazer uma breve digressão para situar o leitor acerca do contexto histórico ao qual Helena se refere. Estamos tratando da primeira metade do século XX, momento em que o Morro Santana ainda mantinha características predominantemente rurais, mesmo tendo sido uma das primeiras áreas a serem habitadas desde a colonização. Uma breve pesquisa no acervo digital da Biblioteca Nacional³⁹ demonstra que, até os anos 1940, as menções à “Morro Santana” em periódicos locais estão associadas, em geral, ao mundo rural, em anúncios de venda de propriedades ou notícias de crimes relacionados a adulteração na produção de leite, brigas entre agricultores etc. Até hoje, os moradores mais antigos têm memória da existência de chácaras de produção de hortaliças e criação de gado na região.

Devido ao grande crescimento demográfico nas primeiras décadas do século XX, reflexo do aquecimento na economia em geral, se intensifica também o processo de urbanização de Porto Alegre, acompanhando a tendência de modernização verificada nas principais cidades brasileiras. De acordo com Strohaecker (1995, p. 107), nesse período “a cidade repleta de vestígios da época colonial começa a ‘incomodar’”, dando vazão à “discursos inflamados” clamando pela “modernização de Porto Alegre, principalmente quanto ao saneamento, à viação urbana e ao embelezamento geral”.

Na primeira metade do século, surgem tentativas de organização do crescimento de Porto Alegre, embasado por estudos urbanísticos que orientaram a construção da malha viária da cidade: “Plano Geral de Melhoramentos” (1914); “As Linhas Gerais do Plano Diretor - Contribuição ao Estudo de Urbanização de Porto Alegre” (1935-37); “Plano Gladosh” (1939) (FGV, 2022). Em 1919, pela primeira vez, a Intendência cogita implementar um imposto severo sobre terrenos não edificados na área urbana e suburbana, cujos proprietários o mantinham somente com fins especulativos. Porém, devido a pressão dos grandes proprietários a medida acabou não sendo implementada (Strohaecker, 1995, p. 108). De acordo com Strohaecker:

Apesar de pouquíssimas informações obtidas, tudo leva a crer que o poder público municipal tinha um pacto com as diversas companhias loteadoras de não ingerência

³⁹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/>.

em seus negócios particulares. Essa tese está apoiada nas mínimas exigências legais prescritas pela municipalidade no que se refere aos novos loteamentos e na participação direta de vários incorporadores dessas empresas em cargos públicos. Essa prática começa a ser modificada com a intervenção do governo municipal com uma série de regulamentações, a partir de 1927, que visam a minimizar os efeitos da especulação imobiliária (Strohaecker, 1995, p. 121).

As administrações de Otávio Rocha, Alberto Bins e Loureiro da Silva buscaram efetivar vários projetos urbanísticos acerca da viação urbana, saneamento e outras obras relacionadas às melhorias urbanas na cidade (Strohaecker, 1995, p. 114). De acordo com Maricato (2003, p. 152), mudanças políticas ocorridas a partir da década de 1930, como a regulamentação do trabalho urbano, o incentivo a industrialização, dentre outras, reforçaram o movimento migratório campo-cidade. Acompanhando o ritmo da modernização nacional, o centro de Porto Alegre passa por reformas urbanas que acabam inviabilizando-o como local de moradia para famílias oriundas dos setores populares. Além disso, a carestia de vida acometia grande parte da população brasileira, incluindo os setores médios, levando à demanda habitacional crescente rumo às zonas periféricas do município (Gastal, 1995, p. 26). De acordo com Vieira: “tais normatizações determinaram a instituição não apenas de um novo padrão de construções, mas também de um novo padrão de moradores para os espaços servidos pelos melhoramentos urbanos” (Vieira, 2017, p. 70).

A pesquisa da geógrafa Daniele Vieira (2017) sobre os territórios negros de Porto Alegre, demonstra que, desde o princípio, a cidade foi construída a partir de uma forte clivagem racial, já que definiu, para as próximas décadas, os locais de moradias dos negros na cidade. No período colonial, os territórios negros estavam concentrados no núcleo central da cidade. Num segundo momento, foram forçados a se deslocar para o entorno do Centro. E num terceiro momento, a partir dos anos 1940 – justamente o período dessas transformações aqui mencionadas –, os territórios negros passaram por um desmantelamento, no qual seus moradores foram dispersos em direção à periferia e aos municípios da região metropolitana de Porto Alegre (Vieira, 2017, p. 88). De acordo com a autora: “o processo de desmantelamento dos territórios negros inicia quando os melhoramentos urbanos chegam àqueles espaços” (Vieira, 2017, p. 170).

Uma das medidas tomadas pelo poder público, nesse contexto, foi uma série de decretos feitos em 1927, que estimulou a execução de loteamentos em regiões periféricas do município. Através de isenções fiscais promovidas pelos decretos, emergiu como promotor fundiário as companhias de loteamento (Strohaecker, 1995, p. 115). De acordo com Ribeiro (1996, p. 16), a mudança do uso do solo em terras antes agrícolas, promovida pelas companhias de

loteamentos, gerou notáveis ganhos aos empreendedores. O autor classifica esse processo como “de transição para produção capitalista que viria a tornar-se hegemônica a seguir: a incorporação imobiliária” (Ribeiro, 1996, p. 16).

Uma das principais empresas que se destacaram entre as décadas de 1920 e 1940 foi a Schilling & Kuss, que adquiriu várias glebas de antigas propriedades rurais do Morro Petrópolis. Na década de 1940, essa companhia loteadora financiou o prolongamento dos trilhos de bonde da Carris até as proximidades da Igreja São Sebastião, na parte alta da Avenida Protásio Alves. Essa melhoria buscava facilitar as condições de deslocamento e habitabilidade dos futuros proprietários aos loteamentos da companhia (Strohaecker, 1995, p. 119). É a partir desse período que a expansão da cidade se direciona rumo aos altos de Petrópolis, nas adjacências da Estrada Caminho do Meio, atual Av. Protásio Alves (Strohaecker, 1995, p. 119).

3.1.2 O procedimento loteador

Era questão de tempo para que o “desenvolvimento urbano” chegasse até o Morro Santana, que ainda preservava suas características rurais. Como observa Gastal (1995, p. 25), na década de 1950, empresas loteadoras compraram as antigas chácaras do Morro Santana e passaram a construir moradias voltadas às classes populares: “os primeiros e emblemáticos sinais desse novo semblante, que paulatinamente modificaram a paisagem, relacionam-se com uma divisão de terras, desta feita, nomeada e caracterizada pelo procedimento loteador” (Gastal, 1995, p. 25). Em 1953, instalaram-se as empresas União Territorial Ltda. e Fachin & Companhia. Posteriormente, ocorre a chegada da firma Estrutural Ltda. (Gastal, 1995, p. 26). Gradualmente, começa a se perceber os primeiros encontros entre um Morro Santana rural e um Morro Santana em urbanização:

Enquanto a gente esperava ônibus, desciam carretas puxadas por bois. Era um pouco assustador para nós. Certa vez, quando esperávamos o ônibus, veio uma tropa de cado, a gente entrou correndo no colégio (Liliane Fagundes, ex-Professora do Colégio Alcides Cunha, *apud* Gastal, 1995, p. 32)

A gente atravessava o campo ali depois dessas vilas que eu falei ali, da Tijuca, ali foi criado um campo de futebol, o Campo do Cruzeiro, e a gente passava ali por trás e ia em direção à Laranjeira, que hoje, que na época não existia. Eu me lembro de tomar banho dentro de uma lagoa na Laranjeira. Essa lagoa ficava ao lado da associação de moradores (Farias, 2023).

Na mesma linha que Gastal (1995), Renato Farias, integrante do Preserve, relata que a primeira etapa da urbanização do Morro Santana ocorre a partir dos anos 1950, através dos primeiros loteamentos na região (Vila Protásio Alves, Vila Petrópolis e Jardim Ipú):

Eu vim para o Morro Santana, mais precisamente para a Vila Protásio Alves, no ano de 1967. O que acontecia em 1967? Já existiam três loteamentos aqui na região que a gente considera hoje Morro Santana: o loteamento da Vila Protásio Alves, o loteamento da Vila Petrópolis (no outro lado da avenida, digamos, quem vai do centro ao bairro), Vila Protásio Alves é a direita, Vila Petrópolis à esquerda e também à direita, mais próximo do centro, o Jardim Ipú (Farias, 2023).

Uma característica comum dessa fase foi que a venda dos terrenos em lote era feita de maneira formal. Renato aponta que “a Caixa [Econômica Federal] era o financiador das construtoras do Morro Santana” e que os terrenos contavam somente com a estrutura de saneamento básico: “foram feitos com rede de água e esgoto” (Farias, 2023).

A primeira fase do Ypu e a da Vila Protásio Alves e da Vila Petrópolis, temos terrenos com infraestrutura. E as próprias pessoas construíram a casa. Por isso, tanta casa de madeira. E as pessoas fizeram as suas ligações nas redes, etc. (Farias, 2023).

Em seguida, no entorno da Vila Protásio Alves, foram construídos outros loteamentos como o Parque Residencial Alto Petrópolis (Vila Estrutural) e o Jardim Residencial Alto Petrópolis (Vila Tijuca). Um diferencial dessa segunda etapa de loteamento é que estes terrenos eram vendidos com a casa construída em seus limites, além da infraestrutura de água e esgoto.

Começaram depois a crescer as vilas já no mesmo lado da Protásio Alves, o Parque Residencial Alto Petrópolis - que hoje é chamado de Tijuca - e no lado oposto da Protásio, o Jardim Residencial Alto Petrópolis - que é chamado hoje de Estrutural. Esses empreendimentos foram feitos pela Caixa nos anos 1970 e foram feitos também com saneamento, com água e esgoto. Foram empreendimentos feitos para trabalhadores classe média baixa, que possa pagar uma prestação. Então ali foi feito toda ela com esgoto, com redes de água (Farias, 2022).

O Jornal Diário de Notícias, de 19 de agosto 1959, destaca uma festividade organizada pela Sociedade de Amigos da Vila Morro de Santana e adjacências, momento em que os moradores fizeram uma série de reivindicações para o poder público: “abrigo de alumínio, calçamento de trecho da Protásio Alves, bicos de iluminação pública, etc” (Diário De Notícias, 1959, p. 12). Outra matéria do Jornal Diário de Notícias, de 23 de abril de 1967, demonstra a existência de uma série de demandas de infraestrutura nas vilas do Morro Santana, que eram reivindicadas por seus moradores: o asfaltamento da Av. Protásio Alves, melhorias no transporte público, abastecimento de água e terraplanagem. A matéria nos permite ter uma

noção da composição demográfica da população que habitava as áreas consideradas como parte do Morro Santana na época. São citadas as seguintes vilas⁴⁰, onde se distribuiria uma população de cerca de 5000 pessoas: “Protásio Alves, Petrópolis, Jardim Ipu, Brasília, Margarida, Safira, Parque Índio Jary, Paraíso Taimbé e Beco do Ganzém” (Diário de Notícias, 1967, p. 08).

O bairro Morro de Santana, formado por diversas vilas tem tôdas as condições para se tornar um dos bairros mais progressistas e agradáveis da capital. Para tanto, basta que a Prefeitura atenda algumas necessidades e reivindicações fundamentais que os seus moradores lhe têm apresentado. E os serviços postulados não têm um vulto tão grande que não possam ser atendidos. [...] Lá se conta com um clima saudável, o qual felizmente depende de qualquer medida do poder público. A população do bairro, ao redor de 5000 pessoas, é bem disposta (prova disso é o Batalhão de Limpeza das ruas, composto de moradores) e está pronta para colaborar com a prefeitura (Diário de Notícias, 1967, p. 08).

3.1.3 As feridas abertas

Durante o período da Ditadura Militar, a autorização para exploração do Morro Santana pelas empresas mineradoras atendeu às demandas do processo da segunda onda de urbanização de Porto Alegre, impactando nos loteamentos da região. Renato conta que quando foi morar no Morro Santana “já existia uma pedreira inativa que era no final lá na Vila Protásio Alves, no final da Gilda de Freitas. Ela era pequeninha” (Farias, 2023). Porém, a chegada das mineradoras Depósito Guaporense, cujo proprietário era José Asmuz, e Cetenco Engenharia, nos anos 1970, acarretou em enormes impactos para os moradores da região. Como demonstra a pesquisa de Bexiga (2013, p. 40), esse processo de extração de rochas ocorreu também em outras regiões de Porto Alegre e da Região Metropolitana, (re)desenhando paisagens e produzindo cicatrizes em diferentes lugares.

⁴⁰ É interessante como, de acordo com os documentos e os relatos do Renato demonstram, parte da localidade foi constituída por loteamentos formais, regularizados. Entretanto, nessa reportagem, eles são tomados todos como vilas. Isso é um efeito poderoso, pois define as possibilidades de vida de seus habitantes, além de produzir determinadas subjetividades. Conforme Gastal (1995, p. 44) “ao longo da história brasileira, a palavra Vila incorpora uma gama de significados, não raras vezes, diametralmente opostos”. No caso do Morro Santana, num primeiro momento, a palavra vila referia-se a um loteamento de casas de famílias pobres e de classe média baixa. Atualmente, é um sinônimo de “favela”, que designa a forma de habitar das populações pobres e negras.

Figura 27 – A ferida do Morro



Fonte: EVU do empreendimento (Processo SEI nº 002.210224.00.2.00000).

Dona Helena muda o tom de voz ao se aproximar de uma parte sensível da história. Ela nos conta como a chegada da pedreira de Asmuz fez com que sua família saísse da região: “fez com que o papai saísse de lá [...] depois que a gente saiu, lotearam a chácara, o Asmuz loteou” (Dagnino, 2023). Helena aponta que após muita insistência de Asmuz, que de tempos em tempos pressionava seu pai para a venda da chácara, em determinado momento, o Sr. Dagnino adoeceu e, por fim, acabou cedendo. Questiono em relação à doença que acometeu Dagnino, e se teve alguma relação com a pedreira. Helena responde, enfática: “Eu não acho, eu tenho certeza. O meu pai era um homem muito sadio. Nunca tinha nada” (Dagnino, 2023):

Meu pai foi ficando incomodado e irritado com isso. [...] E aí acabou tendo um infarto, teve um infarto. E aí então no hospital, resolveu a história da pedreira, da venda, que o Asmuz estava sempre querendo (Dagnino, 2023).

Após anos de investimento no empreendimento minerário que devastou a paisagem do Morro Santana, a aquisição da chácara dos Dagnino marcou o início de um novo projeto de José Asmuz, agora buscando realizar um grande loteamento. Nascia o loteamento “Jardim Ipú”, cujo nome, segundo os relatos de Helena, foi inspirado e cunhado por sua própria mãe. O loteamento foi desenvolvido em duas fases distintas. A primeira fase abrangeu a parte frontal da chácara, numa área aproximada de 10,7 hectares, aprovada em 1953 sob a égide do Dec. 108/27⁴¹. Nessa região, foram construídos condomínios de habitação coletiva com dois e três

⁴¹ Decreto que estimulava a execução de loteamentos através de isenções fiscais, emergindo como promotor fundiário companhias de loteamento (Strohaecker, 1995, p. 115).

pavimentos. A segunda fase foi aprovada em 1978 sob a égide da Lei 1233/54⁴², sendo desenvolvida numa gleba de 5,9 hectares, situada entre as terras da primeira fase (adjacente à Av. Protásio Alves) e o pé do morro (onde localizava-se o “sítio”). Nessa área, além dos prédios de dois e três pavimentos, foram construídos “sobrados em fita” (casas assobradadas). Já o empreendimento que estamos investigando, designado como terceira fase, referia-se a uma área de 15 hectares das terras remanescentes do desmembramento da gleba original, onde se situava o “sítio” e hoje a Retomada Gãh Ré.

No processo de requerimento para o loteamento da área do sítio, o primeiro parecer da Coordenação de Estudos Urbanos (CEU)⁴³ foi desfavorável. Foi informado a Asmuz que o terreno estava situado em uma “zona de ocupação extensiva”, portanto, o “parcelamento de solo” (divisão da terra para fins de loteamento) era proibido. A CEU rejeitou a proposta de implantação do empreendimento, respaldando-se em uma análise minuciosa que apontava para a exploração de pedreira em área vizinha a que estaria sendo encaminhada para “loteamento”. Esta análise baseava-se no Processo 76.179/75 e em estudos realizados pelo Grupo de Estudos do Ambiente Natural (GEAN)⁴⁴, que criticava a “lavra ambiciosa” praticada pela atividade mineradora. De acordo com o documento, por cerca de 16 anos, a pedreira operou “sem obedecer aos parâmetros definidos em 1975”, resultando no restante da área do Morro Santana “uma paisagem depredada e completamente desfigurada de sua beleza original”. Na época, as conclusões do GEAN sugeriram:

Sustar as explosões de dinamite na pedreira; obrigar o interessado a apresentar um plano de exploração visando a recuperação, a estabilização e a segurança do talude provocado pelo desmonte parcial desse Morro, que é um dos mais importantes elementos da orografia do município (GEAN, 1975 *apud* EVU Maissonave, 2023).

Ao caminharmos hoje pelas ruas de diferentes regiões de Porto Alegre facilmente encontramos fragmentos do Morro Santana. Na pavimentação de ruas, calçadas, meios-fios, na

⁴² Essa lei buscou regulamentar os loteamentos urbanos de Porto Alegre, passando a exigir requisitos para a produção de novos lotes urbanos que elevam seu valor no mercado. De acordo com Fujimoto (2002), a lei provocou a transposição de loteamentos de baixa renda para as áreas limítrofes dos municípios adjacentes, as quais possuíam regulamentação mais flexível ou inexistente (Fujimoto, 2002, p. 72).

⁴³ Em 1975, a municipalidade de Porto Alegre cria novas estruturas para tratar das questões urbanísticas. O Gabinete Municipal de Coordenação e Planejamento (GAPLAM) assumiu as atribuições de “orientar, coordenar e disciplinar o desenvolvimento territorial do município e de estabelecer diretrizes gerais aos demais órgãos municipais para o processo de planejamento operacional, com base no Plano Diretor”. Vinculada ao GAPLAM, é criada a Supervisão do Planejamento Urbano (SPU) e para esta Supervisão dar conta de suas atribuições, duas coordenações foram instituídas: a Coordenação de Estudos Urbanos e a Coordenação do Plano Diretor. Para melhor compreender esse organograma ver o estudo de Pozzobon (2018, p. 187).

⁴⁴ Apesar de ser mencionado em estudos diversos, não foi possível localizar nenhuma publicação original a respeito do que foi o esse grupo de estudos. Aparentemente trata-se de um grupo que existiu nos anos 1970 vinculado à Secretaria do Planejamento Municipal de Porto Alegre.

construção de prédios residenciais e históricos, as rochas alaranjadas do Granito Santana carregam memórias de sentimentos contraditórios (Philipp; Vargas; Benedetti, 2009, p. 66). O “granito Santana” (nomenclatura utilizada pelos geólogos e pela indústria minerária), também conhecido como “pedra Fogo” para os Kaingang, pode ser considerado um elo material, simbólico e ontológico da relação entre o Morro Santana e o restante da cidade de Porto Alegre. Lembro-me de uma das primeiras vezes em que subi o Morro, em meados de 2016, de adentrar a cratera e sentir uma mistura de sensações, às vezes contraditórias: de estar tão perto e, ao mesmo tempo, me sentir tão distante da cidade; de estar dentro do “vazio” que provoca um grande mistério a ser desvendado; de um emaranhado de passado, presente e futuro interconectados. Araóz (2020, p. 51) reflete sobre essa sensação de anacronia presente em territórios atingidos pela mineração “como se diferentes tempos convivessem no mesmo espaço de um presente confuso e paradoxal” (Araóz, 2020, p. 51).

Nos anos 1980, a partir de mobilizações comunitárias, as pedreiras foram desativadas. Dentre as reclamações dos moradores, estavam a recorrência de quebra vidros das casas, rachaduras de paredes, o pó que prejudicava a saúde dos moradores, além da devastação da paisagem do Morro Santana (Silva, 2021). Renato recorda que “as casas tremiam, tinha relatos até de algumas que às vezes quebravam o vidro. Então cada vez que dava aquele estouro da pedreira, todo mundo se incomodava com isso” (Farias, 2023). De acordo com Gastal (1995):

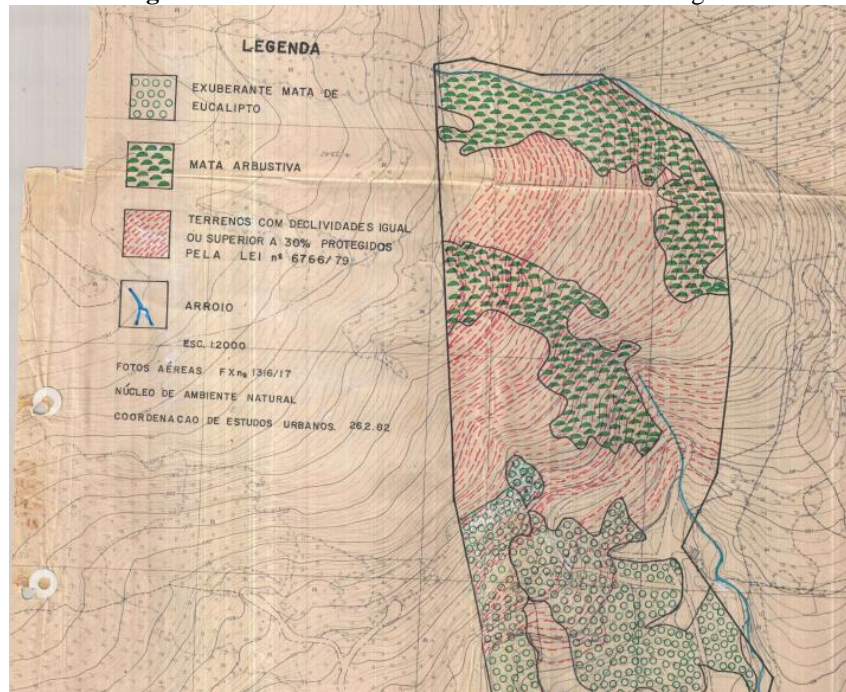
As pedreiras do Morro Santana, cujo precioso tesouro mineral transformou-se nas febricitantes construções do *milagre econômico*, em plena década de setenta, despertaram sentimentos contraditórios em todos aqueles que com elas conviveram no auge de sua exploração. Mas aos poucos o descontentamento da comunidade aumentou a ponto de organizarem diversos movimentos destinados a acabar com o flagelo, até a desativação total no início da década de oitenta (Gastal, 1995, p. 62).

Consta em anexo no EVU do empreendimento da Maisonnave, uma coleção de reportagens e artigos publicados na imprensa na década de 1970 e 1980, expondo irregularidades no funcionamento da pedreira Depósito Guaporense e os impactos ambientais devastadores no Morro Santana. Alguns dos títulos incluem: “Orografia agredida” (Correio do Povo, 1972), “Barulho e pó das pedreiras infernizam o Morro Santana” (Folha da Tarde, 1975), “Pedreiras: irregularidades continuam enquanto levantamento não chega ao fim” (Zero Hora, 1975), “Fechada pedreira do Morro Santana” (Folha da Tarde, 1982).

Quando indagamos Dona Helena sobre suas recordações do morro antes da pedreira começar a funcionar, ela compartilhou que: “antes era mato, nós até nos assustamos quando o Asmuz veio. A gente não sabia, não conhecia ele, não sabia que ele tinha comprado” (Dagnino,

2023). Em relação aos prejuízos causados, ela nos conta que seu pai havia feito um pomar que servia como espaço de lazer para a família. Contudo, esse local acabou sendo diretamente atingido pela poeira. Nas palavras dela: “a frutinha que estava desse tamanho e que iria, em outros casos, ficar bem e crescer, era afogada com essa poeira do Asmuz, lá da pedreira [...] chegava no brotinho, a flor nem saía” (Dagnino, 2023).

Figura 28 – Levantamento de nascentes cobertura vegetal



Fonte: EVU do empreendimento (Processo SEI nº 002.210224.00.2.00000).

O Parecer da CEU refere-se ainda a um importante levantamento acerca do desmatamento no Morro Santana no período de 1956 à 1972. De acordo com os estudos, baseados em fotografias aéreas, constatou-se que a urbanização acarretou no desmatamento de cerca de 260 hectares, representando 27% da área de mata existente no período. Embora não tenhamos informações detalhadas sobre as regiões específicas do Morro Santana que foram desmatadas, é plausível supor que parte dessas áreas sejam referentes tanto à região das pedreiras, quanto às áreas onde os loteamentos se instalaram no período.

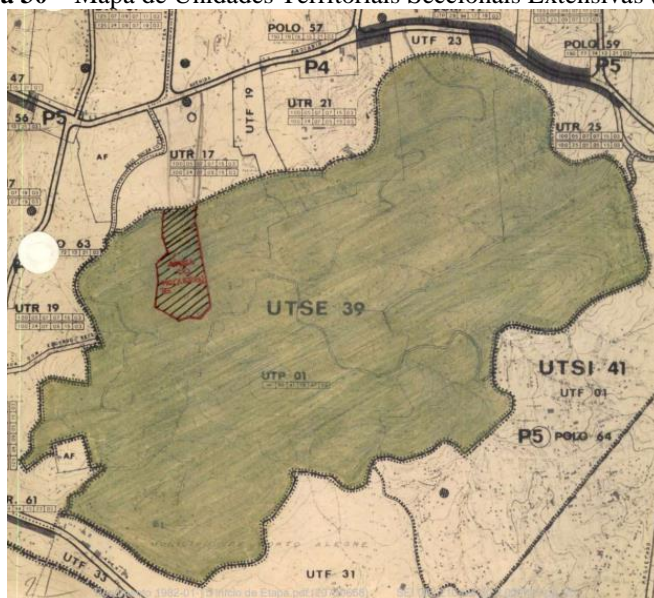
Figura 29 – Loteamento Jardim Ypu e a Pedreira ao fundo (anos 1990)



Fonte: EVU do empreendimento (Processo SEI nº 002.210224.00.2.00000).

A CEU prossegue, reafirmando que o Plano Diretor da época estabelecia que praticamente toda a superfície do Morro Santana possuía características de “Área Especial de Interesse Paisagístico e Ecológico”. Além disso, ela salienta que “fazer um dente” (um recorte) na linha demarcatória, permitindo a construção do condomínio em uma área de preservação, seria “desacreditar das diretrizes do 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (1º PDDU)”. Em virtude dessa argumentação, o documento da CEU datado de 25 de fevereiro de 1982 emite um parecer desfavorável ao projeto de loteamento, tendo seu voto respaldado pela Unidade de Estrutura Urbana (UEU). No mapa abaixo, elaborado nos anos 1980, destaca-se em verde a área correspondente às Unidades Territoriais Seccionais Extensivas (UTSE), que, na época, correspondia a praticamente toda a área da unidade geomorfológica “morro Santana”, grifado em canetinha vermelha encontra-se a localização do “sítio”.

Figura 30 – Mapa de Unidades Territoriais Seccionais Extensivas (UTSE)



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (EVU, p. 25, 1982).

No entanto, em uma primeira reviravolta do processo, em 17 de março, um novo parecer é emitido pela Coordenação de Projetos Urbanos da Secretaria de Urbanismo, admitindo o parcelamento de solo no local, sob condicionante de que seja executado através de um “condomínio por unidades autônomas”. O projeto é oficialmente registrado e protocolado, sem enfrentar questionamentos, e segue avançando pelas instâncias da Prefeitura. Em 10 de junho, o arquiteto João Vallandro⁴⁵, representando a empreiteira, anexou um mapa com a proposta de recuo na região de ocupação extensiva, indicando onde o parcelamento do solo está planejado.

No mês de setembro, arquitetos da Secretaria de Planejamento Urbano (SPU) emitem novos pareceres, destacando que a solicitação de alteração apresentada “conflita frontalmente com as apreciações anteriores” e “contraria pareceres técnicos e no que diz respeito ao 1 PDDU”. Esses pareceres são relatados ao CMPDDU. Em 26 de novembro, um engenheiro florestal da SUMAM/SMAM emite um primeiro laudo de cobertura vegetal da área, afirmando que “toda a área em análise está incluída dentro de uma Área Funcional de Potencial de Reserva Ecológica”. Conseqüentemente, o pedido de loteamento é rejeitado.

Porém, em 24 de novembro de 1982, o empreendedor redige uma carta direcionada ao relator do processo, buscando pressioná-lo rumo à aprovação requerida. No texto, a empresa alega que sua proposta é “conciliadora”, e destinada a “execução de condomínio de residências unifamiliares”, ressaltando que não resultaria em um “aumento expressivo de área edificável

⁴⁵ Curiosamente, uma pesquisa rápida na internet revela que Vallandro atuava como funcionário público do município, fazendo parte da Divisão de Urbanismo já em 1966. Isso levanta a hipótese de um possível conflito de interesse nesse contexto.

do município”. A empresa relata ter contatado o arquiteto Claudio Ferraro, Supervisor da SPU/SPM, e que na ocasião ele “manifestou que haveria disposição da SPM para um reestudo”. A carta é concluída com uma sutil solicitação que ecoa praticamente como uma ordem:

Tendo em vista as ponderações apresentadas, a signatária solicita que V.Sa. se digne mandar baixar em diligência para a SPU da SPM, o processo em questão, para que seja reestudada a proposição apresentada.

A dúvida persiste sobre a natureza desse contato entre o empreendedor e o Supervisor da SPU, bem como o que haveria levado a mudança radical de posição por parte da Secretaria. Em fevereiro de 1983, a CEU emite um parecer alegando que “embora estas unidades não tenham concordado com a proposta do querente”, estaria propondo à construtora “duas alternativas de escolha” para “chegar a um denominador comum” entre o empreendedor e os interesses do município. Para não estender demais, não entrarei nos meandros das duas opções, porém enfatizo que chegariam ao mesmo resultado: a ampliação do limite da “área de ocupação intensiva” adentrando em uma região considerada “área de preservação”. O empreendedor optou pela alternativa nº 1 e ainda demandou duas questões: o deslocamento da linha proposta um pouco mais para cima, permitindo com isto um aumento da área a ser utilizada; e uma diluição dos custos básicos de infraestrutura.

Após um percurso pelas trilhas do sistema burocrático da Prefeitura, o expediente seguiu então para apreciação do CMPDDU que, em 20 de abril de 1983, manifestou-se favorável à alteração do limite das áreas de ocupação intensiva e de interesse ambiental. No entanto, a alteração estava condicionada a implantação de condomínio de habitação unifamiliar, ou seja, condomínio horizontal.

Esse conflito também nos leva a refletir a respeito das fricções produzidas pela sobreposição entre normas do regime urbanístico e dos limites entre as “áreas verdes” da cidade e as áreas sujeitas ao avanço da malha urbana. Aprofundando essa reflexão num sentido ontológico, poderíamos compreender tal configuração como um conflito entre diferentes desenhos ontológicos. Muitas vezes, o desenho ambiental do morro Santana irá esbarrar, colidir, limitar e/ou sobrepor os demais morros. De certa forma, as características naturais (como altura, inclinação, tipo de vegetação, tipo de solo, existência de córregos etc.) impactarão as normas técnicas do regime urbanístico, distinguindo as chamadas “áreas verdes” (ou áreas de ocupação extensiva) das áreas sujeitas a urbanização (ou áreas de ocupação intensiva).

A chegada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) à região, complexifica ainda mais esse cenário. A presença da instituição no Morro Santana, ao mesmo

tempo que intensifica o debate sobre a importância da conservação do ambiente natural, em muitos casos, faz uso de suas terras para atender demandas por infraestrutura e espaços para as atividades acadêmicas. Esses projetos muitas vezes colidem, gerando tensões e desafios que exigem a elaboração de políticas e planos urbanísticos que considerem os múltiplos desenhos ontológicos presentes.

3.1.4 A Cidade Universitária

Dentre os agentes que exercem maior poder sobre o ambiente “natural” do Morro Santana, podemos elencar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que detém 658,67 hectares de terras do morro (cerca de 60% de sua área total), onde estão situados os Campi Agronomia e do Vale, além do prédio do Observatório Astronômico do Instituto de Física (que se encontra desativado). Em 1910, foi inaugurado o Instituto de Agronomia e Veterinária, na Estrada do Mato Grosso (atual avenida Bento Gonçalves), face sul do Morro Santana. Embasado no Plano Gladosh (1939), uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Reitoria da UFRGS elaborou o “Plano Piloto da Cidade Universitária de Porto Alegre”, que previa a construção da Cidade Universitária em uma área de aproximadamente 400 hectares, no Morro Santana, já ocupado pelo Instituto de Agronomia e Veterinária (Canez, 2006). A ideia não era a construção imediata dos prédios, mas a garantia de que não fossem construídos nenhum empreendimento, público ou particular, que pudesse impossibilitar a expansão da área física da Universidade.⁴⁶

Vinte anos após o primeiro projeto da Cidade Universitária, este sofreu algumas modificações. O Reitor Elyseu Paglioli traçou uma política de aplicação de fundos para aquisição de terras para a Universidade, ampliando a área da UFRGS nas proximidades da Escola de Agronomia e do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), que se localizavam no Morro Santana. Em maio de 1958, foi criado o Escritório Técnico de Planejamento da Cidade Universitária de Porto Alegre, sob direção do urbanista Prof. Edvaldo Pereira Paiva. A reportagem do Jornal do Dia, de 1º de maio de 1960 (p. 12), destaca que o projeto Cidade Universitária foi premiado com “medalha de ouro” como “um plano de grande valor arquitetônico e urbanístico” no I Salão de Arquitetura do Rio Grande do Sul e fornece detalhes sobre a estrutura do terreno:

⁴⁶ Para mais detalhes, ver Canez (2006) os links: <https://www.ufrgs.br/80anos/1954-1964/>, <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>.

Dentro da área de propriedade da URGs, o sítio disponível para a Cidade Universitária é o vale onde funciona a Escola de Agronomia e Veterinária. **A área utilizável de 150 Ha, é alongada e praticamente plana. O Arroio do Sabão, que deverá ser canalizado, atravessa-a no sentido longitudinal.** O terreno está limitado ao Sul pela estrada Bento Gonçalves e ao Norte pelas encostas do Morro de Santana. Em sua extremidade Oeste há um outeiro onde está implantado **o Instituto de Pesquisas Hidráulicas e junto ao qual foi projetada uma represa.** Nesta direção o vale alarga-se e **a declividade ameniza-se em patamares aproveitáveis** (Jornal Do Dia, 1960, p. 12, grifos nossos).

Através do recorte do jornal, conforme os destaques, é possível constatar que além da questão de área disponível para expansão de infraestrutura, alguns aspectos “ambientais” do morro favoreceram a escolha do Morro Santana como a sede da Cidade Universitária. A Faculdade de Agronomia e o IPH inclusive já se situavam no morro, possivelmente por uma questão estratégica relacionada ao uso do solo campestre para experimentos agrícolas, assim como a diversidade de nascentes com seu potencial hidrológico.

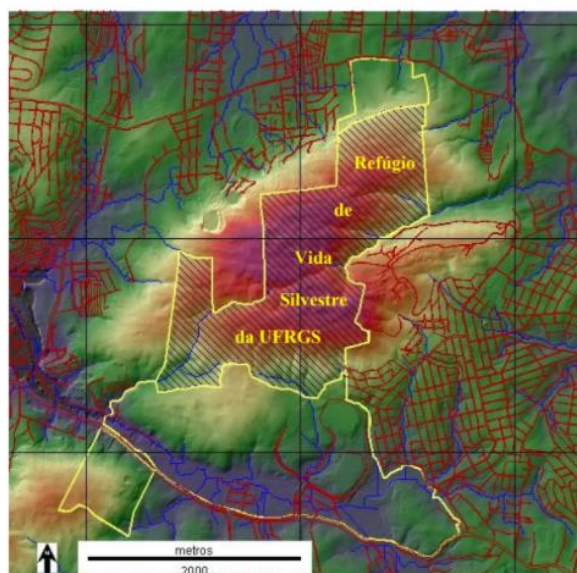
É possível compreender que um projeto de grande porte como o da instalação do Campus do Vale no Morro Santana tenha contribuído para a expansão imobiliária na região. Como evidenciado no anúncio do Jornal Diário de Notícias, de 13 de fevereiro de 1966, a previsão da futura instalação do empreendimento da UFRGS foi utilizada como um atrativo publicitário na venda de terras para loteamentos na área:

ÁREA PARA LOTEAMENTO

VENDE-SE uma área de terras c/ 74 hect ou parte dela, própria p/ loteamento ou chácaras na divisa com a futura Cidade Universitária do RGS, localizada no Morro Santana, panorama maravilhoso. Acesso pelo prolongamento da Av. Protásio Alves e também Av. Bento Gonçalves. Preço e maiores informações: Imobiliária Monte Castelo Ltda, Rua Vol. da Pátria, 9, sala 53 - Edif. Realeza (Diário De Notícias, 1966, p. 17).

Dentro da área da UFRGS, devido à luta interna de alguns setores ligados ao Instituto de Biociências, foi demarcada uma área de 321,12 hectares destinada à implantação de uma Unidade de Conservação (UC), no modelo Refúgio de Vida Silvestre (REVIS). Essa demanda surgiu, dentre outras motivações, como forma de limitar a expansão da infraestrutura da Universidade em áreas de mata atlântica e campo nativo.

Figura 31 – Área de abrangência do Refúgio de Vila Silvestre (REVIS) da UFRGS



Fonte: UFRGS (2008).

Diversos pesquisadores, em geral das ciências naturais, contribuem com a produção do morro Santana “natural”. Suas pesquisas enfatizam a relevância do morro em relação à fauna, à flora, à hidrologia, à geologia etc. Nesse desenho, o “m” é minúsculo por respeito à catalogação de mais um dentre os outros 44 morros graníticos existentes em Porto Alegre. O Morro Santana faz parte de uma cadeia de morros graníticos na região de Porto Alegre, inserida na porção mais nordeste da Serra do Sudeste. É o ponto mais alto da cidade de Porto Alegre, com 311 m de altitude, a 12 km de distância do centro da cidade, entre os paralelos 30° 02’ 14” e 30° 04’ 45” S e meridianos 51° 06’ 33” e 51° 08’ 35” E. Tem como limites as avenidas Protásio Alves ao norte, Bento Gonçalves ao sul, Antônio da Carvalho ao leste, e o município de Viamão a oeste (Miranda, 2014, p. 5).

O desenho geográfico desse morro ambiental é influenciado por uma concepção bem ampla e difundida de “espaço como superfície” (Massey, 2008). Essa noção vincula-se ao conceito de ambiente como algo externo aos seres humanos. A separação entre Natureza (ar, água, solos, relevo, fauna, flora etc.) e sociedade, advém do pensamento de Descartes, e acarreta na transformação da primeira em objeto, e do ser humano em “sujeito conhecedor/dominador” (Suertegaray, 2000, p. 16).

De acordo com a Professora Teresinha Guerra, do Departamento de Ecologia da UFRGS e coordenadora adjunta do Preserve Morro Santana: “Dentro da universidade tem um grupo muito forte que sempre foi contra. O objetivo deles é ocupar parte da área da Universidade ao longo do tempo com construções [...] eles achavam que aquilo poderia ser um local de expansão no Campus do Vale” (Guerra, 2020 *apud* Silva, 2021).

Um dossiê elaborado para implementação da UC Morro Santana (UFRGS, 2008) pontua que o planejamento de áreas de conservação deve contribuir para o desenvolvimento urbano de Porto Alegre de maneira compatível com as “vocações naturais”, assegurando a melhoria da qualidade de vida às populações do entorno. Também ressalta-se como vantagem a formação de “ilhas de frescor”, para manutenção da temperatura da área urbana. O dossiê prevê a construção de um “Plano de Manejo Participativo”, que como beneficiários diretos estão segmentos da comunidade universitária da UFRGS, bem como a “população urbana do entorno” das vilas “Santa Isabel, Jary, Safira, Agrovet, Ipê, Cefer e Brasília” (UFRGS, 2008). No entanto, na prática, como será que a Universidade e seu o projeto de UC vêm se relacionando com as outras realidades de Morro Santana existentes? (Silva, 2021).

De início, destaca-se que na lista de comunidades “beneficiárias diretas” da UC estejam mencionadas somente as vilas das encostas leste (Viamão), sul (Av. Bento Gonçalves) e oeste (Av. Antônio de Carvalho). Por sua vez, as vilas localizadas na face norte do morro, nas proximidades da Av. Protásio Alves não foram consideradas no estudo. Da mesma forma, não há menção alguma à presença da comunidade Kaingang no território.

Em um vídeo⁴⁷, que produzimos em 2018, junto ao projeto de extensão da UFRGS Escritório Modelo Albano Volkmer (EMAV) e ao Coletivo Visão Periférica, questionamos aos estudantes da Universidade: “você conhece o Morro Santana?”, e ao mesmo tempo, aos moradores do Morro Santana: “Você conhece a UFRGS?”. As respostas obtidas, em sua maioria, demonstraram um desconhecimento mútuo e uma evidente contradição. Embora o Campus do Vale esteja situado no topo do Morro Santana, e a UFRGS seja proprietária da maior parte dessas terras, a população residente em parte das vilas que o contornam tinha pouco conhecimento a respeito do que é a Universidade. Ao mesmo tempo, os estudantes da UFRGS desconheciam o fato de o Campus estar situado no Morro (portanto não se sentiam pertencentes ao Morro). Com exceção dos estudantes de cursos como Biologia e Geociências, que conhecem um morro Santana estritamente “ambiental”, devido às saídas de campo para estudo da vegetação. Evidentemente, esse experimento não teve o intuito de ser uma pesquisa quantitativa, mas fez parte da pesquisa exploratória que ajudou a chegarmos ao problema de pesquisa atual.

Embora a definição ambiental do morro Santana abranja todo o seu contexto geológico e biológico, ainda se baseia numa *ontologia dualista* que opõe natureza e sociedade (e também natureza e cidade). Essa lógica tem impacto no modo como a Universidade irá gerir essas terras

⁴⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=498950460939920>.

e relacionar-se com a população do entorno. As disputas territoriais envolvendo a UFRGS e as comunidades do Morro Santana são recorrentes ao longo dos anos, como podemos verificar na repressão à uma tentativa de retomada do território tradicional kaingang, em 2010 (Silva, 2021, p. 67):

Em 2010, houve uma tentativa de retomada do território tradicional kaingang de uma área do Morro Santana pertencente à UFRGS, em protesto ao desmatamento de uma área cujo destino seria a construção do Parque Tecnológico. A ação foi reprimida com uma reintegração de posse e intervenção policial, porém acarretou na conquista o direito de acesso à área aos indígenas para coleta de matéria-prima (Fiocruz, 2010 *apud* Silva, 2021, p. 67).

No caso da UFRGS, sob as justificativas de contenção das “invasões” e proteção do ambiente “natural” do Morro Santana (leia-se em defesa da soberania territorial da Universidade), ocorreram investidas contra outros agentes que coexistem e desenham ontologicamente distintos morros. São recorrentes as tensões entre comunidades indígenas e agentes do Estado em territórios onde há a sobreposição entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas (Schweig, 2014). A investigação de Cheverri (2004 *apud* Haesbert 2021, p. 56-57) a respeito de um grupo indígena colombiano, identifica o contraponto entre as concepções de território dentro de um “plano de vida” e aquela de um simples “plano de manejo”. De acordo com o autor: “não se trata de visões ‘ambientais’ diferentes que seria necessário colocar em diálogo”, mas, sim, de “diferentes ‘perspectivas’ que estão construindo em modos contrastantes o objeto mesmo do que é negociável” (Cheverri, 2004, p. 271-272 *apud* Haesbert 2021, p. 56-57). Mario Blaser (2019, p. 04) também reflete sobre essa questão:

Certamente, os ambientalistas podem argumentar e dizer: ‘As ciências ecológicas nos dizem que esses são ecossistemas delicados que não podem ser destruídos sem consequências’. A resposta também é automática: ‘Não há problema, deixemos os ecologistas realizarem um estudo de impacto e determinemos exatamente quanto e de que forma podemos extrair recursos da terra sem destruí-la completamente. Talvez até possamos preservar alguns espaços de grande biodiversidade para o benefício e desfrute da humanidade’ (Blaser, 2019, p. 04, tradução nossa).

De acordo com Blaser (2019, p. 04), a defesa dos ecologistas não supera o paradigma moderno da ciência universal. Diferentemente dos povos originários, que consideram relações de parentesco com não humanos: “Parentes não humanos? Espíritos? Antepassados? Essas coisas não entram no campo da ciência, não são coisas reais, são pura imaginação humana e, portanto, se enquadram no campo da cultura” (Blaser, 2019, p. 04, tradução nossa). Portanto, de maneira distinta ao desenho ambiental do morro Santana, que se baseia numa lógica de

natureza separada dos seres humanos, o povo Kaingang atribui sua existência à natureza. Para além da sobrevivência, os matos e os campos do Morro Santana são locais de morada de espíritos e remédios: “para os Kaingang, é fundamental preservar a mata e dar continuidade à uma relação harmoniosa entre os seres humanos e os outros seres” (Gah Té, 2018, p. 18).

Certa vez, no grupo de WhatsApp do Preserve Morro Santana, ocorreu uma discussão decorrente desse conflito ontológico. Os Kaingang estavam reflorestando algumas áreas do morro através do plantio de mudas de araucárias. Uma das professoras do curso de Biologia chamou atenção que a araucária, apesar de ser uma árvore nativa do Rio Grande do Sul, não era própria da biodiversidade do Morro Santana. Essa concepção de que o meio ambiente teria se constituído “naturalmente”, sem interferência humana, ignora estudos arqueológicos recentes. Uma pesquisa publicada na revista *Scientific Reports* sugere que as matas de araucária do Sul foram, em grande parte, plantadas pelos povos indígenas Proto-Jê, cujos descendentes são os atuais Kaingang e Xokleng (Lopes, 2018). Os indígenas estavam, portanto: “atuando como semeadores da floresta, levando-a para locais onde não cresceria naturalmente e usufruindo dos muitos recursos que ela oferece, como os saborosos e nutritivos pinhões” (Lopes, 2018).

Baseado num profundo e intuitivo conhecimento sobre a biodiversidade local, a mata do Morro Santana está relacionada à manutenção do “equilíbrio das coisas” que constitui o mundo kaingang (Gah Té, 2018). Gah Té apresenta como se dá a inter-relação entre a terra, os morros, os matos e os seres humanos, baseado na ontologia kaingang do bem viver: “a terra tá em equilíbrio com os morro, a terra tá em equilíbrio com os mato. Até gente, ser humano veio da terra, então a gente não vai viver sem a terra, não vai viver sem o mato” (Gah Té, 2022, ao pé do Morro Santana). De acordo com a sabedoria do Kaingang João Padilha, que participou da retomada do Morro Santana em 2010, existem 8 tipos de “elementos naturais (identificados por ele)”:

Diferentes qualidades de Terra (a preta, a vermelha, a tabatinga...), olhos d’água e lagoinhas, árvores (inclusive sagradas para os Kaingang), 3 qualidades de animais (de pena, de pele, e de casco), sementes, raízes (como o inhame), folhas (serralha, almeirão, fuá, caraguatá) e frutas (como guabiju, pitanga e butiá). Outro elemento importante são as abelhas nativas, que fazem a polinização de todas as plantas, e por isso, são vitais para o equilíbrio da natureza. Seu João identificou essas espécies de abelha: Irapoá, Mirim, Tubuna, Mandaçaia e Jataí. [...] Cipós: Os Cipós do Morro Santana tem um papel especial para os Kaingangs, porque são a matéria prima dos seus artesanatos. O grupo de João e Iracema faz o manejo dos cipós, mantendo o galho mais grosso (tronco velho) para que haja mais cipós todo os anos. A retirada também favorece o crescimento de outras plantas. Cipó mil-homens: é utilizado apenas para medicina, tem propriedades fortes, auxilia na limpeza do sangue e na prevenção de doenças, pois aumenta a imunidade (Padilha, 2018 *apud* Gah Té, 2018).

Apesar dos conflitos entre o Morro Santana da UFRGS (compreendendo a Universidade tanto como expressão do pensamento científico, quanto como instância de governo) e outros desenhos de Morro Santana produzidos pelas comunidades locais, não podemos ignorar o fato de que, por se tratar de uma instituição pública, existe uma margem de disputa internamente. Em algumas situações, a Universidade que, num primeiro momento, atuou institucionalmente como um agente estatal qualquer, acabou recuando (ainda que parcialmente) em função das mobilizações das comunidades, estudantes e professores (Silva, 2021, p. 68). Diversos agentes internos da Universidade vêm se inserindo nessas disputas e tensões, seja através do ensino, da pesquisa, da extensão ou das estruturas de democracia interna (diretórios e centros acadêmicos, conselho universitário etc.).

Em 2022, em função do conflito envolvendo a Retomada Gãh Ré e a Maisonnave, vários setores da UFRGS (DCE, movimento estudantil, professores, etc.) mobilizaram-se ativamente em solidariedade à Retomada. O Coletivo de Estudantes Indígenas (CEI) que integra a gestão atual do DCE (Diretório Central de Estudantes) vem trilhando esse caminho, por exemplo. Assim como o programa de extensão Preserve Morro Santana. Nesse contexto, um pré-laudo antropológico foi produzido por grupos de pesquisa e extensão (Maréchal *et al.*, 2022) da UFRGS, sendo utilizado pelo Ministério Público Federal (MPF) como recurso na defesa jurídica da comunidade. São exemplos de alianças entre diferentes mundos, em contraposição ao fim do(s) mundo(s), ou seja, pela continuidade da (co)existência do(s) Morro(s). Como aponta o Prof. Alexandre Magalhães (coordenador do Preserve Morro Santana):

A importância da presença aqui, como apoiador da Retomada, também faz a gente pensar no papel da extensão universitária [...] É sempre bom lembrar que a UFRGS também faz parte do Morro Santana, o Campus do Vale está dentro do território ancestral do Morro Santana, como os indígenas chamam atenção. É uma forma da gente criar outros laços, novos laços, entre a Universidade e essas lutas por meio dos projetos e programas de extensão (Magalhães, 2022).

Um exemplo de resultado positivo proveniente dessas colaborações inter-morros foi a remoção dos *pinus*⁴⁸ na área da UFRGS. Após anos de solicitações feitas pelos moradores e coletivos locais, além da participação ativa do nosso programa de extensão nas negociações, a UFRGS iniciou a retirada em agosto de 2023. Outro ganho decorrente dessa mobilização foi a formalização, através de um termo de compromisso, da doação da madeira retirada pela

⁴⁸ *Pinus elliottii* é uma espécie de pinheiro, originária do hemisfério norte e que é uma das principais espécies invasoras no Rio Grande do Sul, devido à facilidade de germinação, principalmente nas áreas abertas (os campos) onde há abundância de luz. O processo de dispersão por sementes acaba prejudicando o florescimento das espécies nativas no entorno das áreas onde foram introduzidas mudas de *pinus* (Santanna, 2004).

Universidade para a Retomada Gãh Ré e a comunidade da Vila das Laranjeiras. Como mencionado anteriormente em meu TCC, essa era uma reivindicação antiga da cacica Iracema Gah Té:

Iracema ainda propôs a remoção das plantas exóticas, que de acordo com ela, interferem no crescimento da vegetação nativa: ‘aqueles pinus têm que tirar, que ali não nasce nada’ (NASCIMENTO, 2020). Um dos dilemas em relação a essa questão é que as espécies invasoras se localizam em área da UFRGS, o que gera alguns entraves burocráticos. A professora Dra. Teresinha Guerra do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências da UFRGS afirma que é uma medida importante que deve ser feita ‘em comum acordo com a própria Universidade [...] se a Assessoria de Gestão Ambiental assumisse isso seria ótimo’ (Guerra, 2020, online *apud* Silva, 2021).

Nesse sentido, podemos resgatar a noção de “aliança complexa”, utilizada por De La Cadena (2018). A autora apresenta como exemplo uma aliança formada por uma rede heterogênea de ambientalistas e o grupo indígena AwajunWampi, no Perú, os quais lutavam contra uma empresa de mineração. A autora narra que a rede apenas convergiu “por meio de acordos que não impedem as diferenças”:

Essas alianças são, no entanto, complexas. Ocupando o mesmo espaço (que ‘não pode ser mapeado em termos de um único conjunto de coordenadas tridimensionais’), formas heterogêneas (natureza universal, ambiente, água que resiste à tradução para H₂O, terra que é objeto e não é, entidades que chamo de natureza ecologizada – ou natureza insubmissa à universalidade) convergem na rede por meio de acordos que não impedem as diferenças (De La Cadena, 2018, p. 113).

Ao mesmo tempo, há de se reconhecer que a necessidade de muitos povos indígenas em mobilizar um “exército de especialistas” (Blaser, 2019, p. 5) para defender seus mundos, tem a ver com seus direitos estarem desenhados de forma condizente com os parâmetros dominante do que é “racional” e “razoável”. De acordo com Blaser (2019, p. 5), à medida que determinará se esse alinhamento é racional/razoável é a “ciência universal”:

Vocês conseguem imaginar um político ou uma corporação parando um mega projeto de desenvolvimento porque os habitantes nativos da região dizem que um espírito ou um ancestral não o aprova? No melhor dos casos, os povos indígenas podem mobilizar seus direitos e, se as condições políticas forem favoráveis, podem estabelecer alianças com outros grupos interessados no assunto, até que, juntos, possam pressionar políticos ou corporações a suspenderem o projeto, mas com base em argumentos racionais! (Blaser, 2019, p. 4-5, tradução nossa).

Feita essa digressão, na qual refletimos sobre algumas das fricções produzidas entre os desenhos ambiental e urbano de Morro Santana, retornamos agora para a discussão a respeito de uma segunda onda de urbanização do território.

3.1.5 Territórios de re-existência

Para além das marcas deixadas na paisagem, as pedreiras de extração de granito influenciaram profundamente a vida dos habitantes das comunidades locais e a dinâmica de urbanização da região. Ao examinarmos o regime de trabalho implementado pelas pedreiras, descobrimos que ele constituiu um sistema de moradias precárias em seu entorno, estimulando a formação de vilas compostas por famílias de trabalhadores. Os primeiros barracos foram construídos por José Asmuz, proprietário da mineradora Depósito Guaporense, que cedia luz para os trabalhadores, e a água era obtida através de poços artesianos (Gastal, 1995, p. 44-47). Nesse contexto, surge a Vila Nova Pedreira, a princípio, de maneira formal, embora precária:

A veemência das atividades exploratórias que utilizaram o acidente geográfico nomeador da região, como fonte de trabalho e riqueza, proporcionaram a vinda das primeiras famílias para o que hoje se conhece como Vila Nova Pedreira (Gastal, 1995, p. 44).

Conforme Gastal (1995, p. 47), como consequência da “abissal crise de habitação no Brasil”, presenciou-se, em todo país, correntes migratórias para almejar melhores condições de vida, processo que ajudaria a explicar o surgimento de outros dois conglomerados urbanos no Morro Santana: Laranjeiras e Nova Tijuca. Em 1979, surge a Vila Nova Tijuca, com uma particularidade em relação às diferentes formas de ocupação verificadas até o momento, a princípio lidas como “formais”. Renato Farias (2023) conta que as companhias loteadoras davam seguimento a uma nova etapa do “Residencial Alto Petrópolis”, onde já havia sido feita abertura de algumas ruas e instalada a infraestrutura básica de água e esgoto, quando, de repente, ocorreu a falência da construtora responsável pelos empreendimentos: “como aquilo ficou abandonado, muitos terrenos já prontos, muita infraestrutura, o povo ocupou” (Farias, 2023). A fala de Renato vai ao encontro do relato de Moreira, um dos primeiros moradores da Vila Nova Tijuca (*apud* Gastal, 1995, p. 49):

Era tudo mato. Em 1970, ocorreu a invasão desta área aqui, que pertencia a uma construtora que depois faliu. [...] Já tinha até os alicerces prontos. Então, da noite para o dia, começou a aparecer gente montando barracos. Aí a gente também se enfiou

junto e conseguimos pegar um pedaço de terra para fazermos nossa casa (Alcyr Moreira, comerciante da Vila Nova Tijuca).

Portanto, de acordo com os relatos, a Vila Nova Tijuca foi produzida, a princípio de forma informal (ou semi-formal), aproveitando uma estrutura mínima que já havia sido instalada nos terrenos. Marcelo Cortes, morador da Vila Estrutural, conta que os primórdios da ocupação da Vila Estrutural se deram de forma semelhante à da Nova Tijuca:

A Estrutural, que era as casas ali, tipo, ela faliu, então vendeu a chave pela metade. O meu avô, por exemplo, comprou a casa pro meu pai morar com a minha mãe. E aí algumas pessoas compraram e outras invadiram (Cortes, 2023).

Conforme observado por Gastal (1995, p. 49), com a falência de algumas das companhias loteadoras, que deixaram obras inacabadas, o Morro Santana tornou-se um atrativo para quem necessitava de moradia em Porto Alegre. Cortes (2023) relata que essa notoriedade acabou chegando também no interior do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, atraindo muitas famílias que buscavam moradia pela facilidade da ocupação:

Então essa ideia chegou no interior, naquela época... Ó, tem um bairro em Porto Alegre que só de chegar já tem casa pronta. [...] Aí começou a vir gente de Santa Catarina pra cá, e vir gente do interior do Rio Grande do Sul. Obviamente, eram pessoas pobres e loiras. Aí quando chegaram aqui, as casas já estavam tomadas, a maioria (Cortes, 2023).

Porém, a demanda foi tão grande que as casas que haviam sido construídas não foram suficientes para assentar todas as famílias que migraram para a capital em busca de melhores condições de vida. De acordo com Cortes, é essa população que, vendo-se sem alternativas, dá continuidade ao processo de ocupação morro acima, mesmo em áreas irregulares, dando origem a Vila das Laranjeiras: “Aí eles começaram e tipo, não tem o que fazer, não tem como voltar, passagem só de ida, montaram o que a gente chamava de Laredo, lá em cima do morro, e a Laranjeiras (Cortes, 2022). Renato relata impressões semelhantes acerca do surgimento da Vila das Laranjeiras:

O pessoal continuou subindo o morro, abrindo ruazinhas, etc. Essas ocupações foram determinando para o lado da Laranjeira. Ali tinha algumas áreas que são de proprietários particulares eu já ouvi alguma coisa que seria, que teria problemas de herança e coisa e tal. [...] Bom, aí começou o pessoal começou a ocupar toda a região da Laranjeira, sem água, sem esgoto, sem nada (Farias, 2023).

Esses relatos, sobre os primórdios da urbanização do Morro Santana, nos ajudam a compreender o quão heterogêneo foi o processo (em relação aos aspectos físicos, espaciais, sociais e simbólicos). Em cada vila e/ou loteamento, observamos particularidades em relação aos tipos de ocupação, arquitetura, estrutura fundiária etc. Desde o final dos anos 1970, a socióloga Lícia Valladares elaborou o que denominou de “sociologia da sociologia urbana”, a partir de pesquisas realizadas junto às favelas do Rio de Janeiro. Valladares (2005, p. 20) reconhecia as limitações da visão dualista em que as favelas eram percebidas como a “outra metade da cidade”, como o território da “ilegalidade” frente à cidade “legal”. De acordo com a autora, grande parte da população pobre do Rio de Janeiro também se concentrava nos subúrbios pobres e loteamentos periféricos e a representação das favelas como “espaço dos pobres por excelência”, acaba por invisibilizar esses outros setores da cidade (Valladares, 2005, p. 160). Até mesmo “dentro da mesma Rocinha havia várias ‘Rocinhas’”, argumenta a autora (Valladares, 2005, p. 20-21). Tal argumento remete aos apontamentos de Telles (2015, p. 15), que analisa o elevado grau de diferenciação interna das periferias, constituindo desenhos urbanos “contrastados” e “heterogêneos”.

Através dos nomes das vilas, podemos refletir a respeito das novas territorialidades que passam a existir no Morro Santana. Renato aponta que é nesse período em que ocorrem os primeiros esforços das companhias imobiliárias de denominar a região como “Alto Petrópolis”, porém o nome acabou não sendo aceito pelos moradores: “esses nomes, na verdade, apesar do empenho das construtoras de trabalhar, eles não foram aceitos” (Farias, 2023).

Tinha uma tendência das empresas de utilizarem esses nomes e começar a usar muito Alto Petrópolis também. Porque? Porque Alto Petrópolis tu queria vincular com Petrópolis. É muito mais fácil tu vender um imóvel no Alto Petrópolis. Onde é que é? Na parte de cima de Petrópolis, no Alto Petrópolis. Então o empreendimento imobiliário queria botar o nome de Alto Petrópolis e a gente não aceitava isso não. Não tinha nenhum vínculo com Alto Petrópolis, não tinha nenhum vínculo com Jardim Itália (Farias, 2023).

Curiosamente, os moradores passaram a apelidar as vilas com os nomes das próprias construtoras que executavam os loteamentos: “eles viam ali as placas da Construtora Tijuca e resolveram dizer que o lugar se chamava Tijuca e muitos moradores de lá até hoje não sabem o nome original, embora tenha na escritura” (Farias, 2023).

Esses nomes Estrutural e Tijuca são apelidos. Na realidade, Tijuca era a construtora Tijuca, que construía aquela área de cima. Estrutural Engenharia construiu a parte de baixo e aí acabou ficando o nome das construtoras e não os nomes reais que os locais têm, que é já residencial de Petrópolis e Parque Residencial de Alto Petrópolis (Farias, 2023).

Renato apresentou uma perspectiva semelhante àquela presenciada na cena inaugural dessa dissertação, quando da “virada de chave” do meu processo de (re)territorialização no Morro Santana. Naquela situação, uma companheira da RPC apresentou uma defesa da superação da fragmentação territorial, abrindo as portas para considerar as sub-denominações informais presentes no território como partes do Morro Santana. A fala de Renato demonstra que o vínculo imediato dos moradores com a vila onde reside coexiste, numa escala maior, com um pertencimento territorial em relação ao Morro Santana:

Morro Santana era o nome, era o ‘carinho’, era o lugar que a gente desde criança subia, frequentava, sei lá, estava ali de qualquer lugar da cidade... Tu dizia: ‘ó, lá tá o Morro Santana’. Tá entrando a cidade, tu já enxerga: ‘é pra lá que eu vou!’. O bairro sempre foi Morro Santana. Se falava: ‘eu moro na Vila Protásio Alves, no bairro Morro Santana’. Pronto, sempre se disse isso, entende? (Farias, 2023).

É possível compreender essa perspectiva como uma abertura à multiplicidade. Como observamos, cada vila, ocupação ou loteamento no Morro Santana possui suas próprias características em relação à infraestrutura urbana, ao grau de informalidade, assim como seus próprios personagens, memórias e origens. Apesar das singularidades expressas pela denominação de cada sub-territorialidade, existe a referência a uma identidade comum, que seria o fato de todos serem “do Morro Santana”. O Morro Santana é desenhado/produzido por meio dessas territorialidades, de forma a não suprimir as diferenças entre seus habitantes.

Ao longo da segunda metade do século XX, observamos um período de efervescência cultural no Morro Santana, devido a uma série de lugares que permitiam o encontro entre moradores de diferentes regiões. Renato resgata memórias da adolescência, quando ocorriam eventos culturais no salão da Igreja Sant’Anna e também nas garagens de vizinhos:

Tinha o salão da igreja, tinha as festas ali e a gente tinha aquela época das reuniões dançantes. Então na minha adolescência, a gente toda sexta, sábado, tinha festa na casa de alguém, era uma garagem, botava música, todo mundo dançava, então essa coisa assim era muito, muito tranquilo, assim de está circulando (Farias, 2023).

Os loteamentos introduziram também na região equipamentos públicos e comunitários como creches, escolas, unidades de saúde, praças, quadras esportivas e associações, onde eram realizados eventos culturais e sociais. Marcelo conta como a música permitiu que seus pais se conhecessem nos bailes de música negra que aconteciam no salão de festas da Associação da Vila Tijuca:

Meu pai montou a banda dele, cara nessa rua aqui do Ypu, que a minha tia que mora aqui em cima, nessa rua que é principal do ônibus. Ele começou a vir no Morro Santana aqui e eles montaram um grupo, a banda que eles montaram, que era The Box nome. [...] A minha mãe já era daqui, meu pai conheceu ela lá na Associação (da Tijuca). Lá era um baile, aquele salão de música negra que tinha, onde é a associação. [...] A mãe era daqui, e o meu pai conheceu a minha mãe, nesse festival, ali nesse lugar, dançaram e casou. E a minha mãe morava aqui já, né? E aí minhas tias eram daqui, eram famílias, tudo meio, meio próximas, entendeu? (Cortes, 2023).

Destaca-se também uma forte tradição carnavalesca na segunda metade do século XX, com o surgimento, nos anos 1950 dos primeiros blocos de carnaval: “Abandonado Bloco” e “Abandonado do Morro”. Em 1983, surge a escola de samba Estação Primeira da Figueira, que através das letras dos seus sambas-enredo, reflete sobre o processo colonial, enfatizando a presença negra nas histórias e lendas do Morro Santana (Gastal, 1995, p. 78).

Esse convívio cotidiano entre diferentes realidades que constituem Morros Santana distintos, acabou propiciando um cenário favorável à criatividade e à participação popular na vida comunitária. Esse processo de (re)territorialização produz – e é produto de – um associativismo comunitário que iniciou na segunda metade dos anos 1950 e repercute até a atualidade, forjando uma cultura de luta e participação comunitária. Como aponta Gastal (1995, p. 35) “a história do Morro Santana está estreitamente coligada às atividades de suas diversas associações comunitárias”⁴⁹, que foram ferramentas para conquista de serviços como coleta de lixo, creches e de postos de saúde (Gastal, 1995, p. 44-47).

Como consequência desse período de efervescência política e cultural, nos anos 1990, moradores organizados através de associações comunitárias e também do Orçamento Participativo (OP), passaram a reivindicar a oficialização do bairro Morro Santana. Essa reivindicação histórica só foi atendida em 2015, com aprovação da Nova Lei de Bairros pela Câmara de Vereadores⁵⁰. Por muitos anos, a região era considerada oficialmente como “área sem denominação” e se enquadrava dentro das chamadas “zonas indefinidas” da cidade (Marocco; Scomazzon, 2015).

⁴⁹ Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Alto Petrópolis - AMCRAP; Centro de Desenvolvimento Comunitário - CEDECO; Associação dos Moradores da Vila das Laranjeiras; Associação dos Moradores da Vila Nova Pedreira; Associação dos Moradores da Vila Protásio Alves; Associação dos Moradores da Vila Nova Tijuca; Associação Comunitária do Jardim Ypu e Associação dos Moradores da Vila Petrópolis (Gastal, 1995, p. 35).

⁵⁰ A proposta do Executivo, juntamente com as emendas aprovadas, alterou o número de bairros na Capital, que passou de 79, conforme a primeira lei de bairros (1957) para 94 com a nova legislação (Marocco; Scomazzon, 2015).

Figura 32 – Delimitação do Bairro Morro Santana



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2013).

Em certa perspectiva, o reconhecimento “oficial” do Morro Santana pode ser compreendido como uma legitimação da autodeterminação histórica de parte dos seus habitantes. Por outro lado, a categorização de Morro Santana como bairro pode levar a uma das “armadilhas (analíticas) do território” (Haesbaert, 2021, p. 232), reduzindo o território a “uma concepção de poder e a uma única escala geográfica”. Essa armadilha de território apenas como “território zonal do Estado” com uma espacialidade rigidamente definida, “restrita à zonalidade de suas fronteiras político-administrativas” (Haesbaert, 2021, p. 232).

Ao mesmo tempo, veremos que é uma definição que não abrange as outras complexas territorialidades existentes no local. Por exemplo, ao sobrepormos a delimitação ambiental do morro Santana e a área delimitada pela Prefeitura de Porto Alegre como bairro oficial “Morro Santana”, também observaremos uma grande discrepância. O “bairro”, abrange pouco menos de 1/3 do “morro” como unidade geológica. Ao traçarmos uma linha imaginária contornando todo o morro, incluiremos também os bairros Jardim Carvalho e Agronomia, em Porto Alegre, além de outros bairros de Viamão. Nesse caso, a Unidade de Conservação da UFRGS estaria localizada sobretudo no bairro Agronomia, e somente uma pequena parte no bairro Morro Santana.

Ambas delimitações “oficiais” de Morro Santana (bairro ou Unidade de Conservação), entram em fricção com outra forma de organização territorial que parte de uma parcela importante de seus habitantes: os indígenas Kaingang. De acordo com Maréchal *et al.* (2022), antes de 1740 já se registrava presença Kaingang na região. Dona Tereza, hoje com 74 anos,

conta que seu avô e seus pais caminhavam até o morro para vender cestaria e que lá se encontravam sempre com outros indígenas, no período em que o Morro ainda mantinha características rurais. Tereza relata que seu avô, falecido com 108 anos, quando vinha para o morro, encontrava outros indígenas: “naquele tempo a região era que nem colônia... tinham poucas casas e várias fazendas onde é hoje a Vila Safira, o Jari e Morro Santana” (Dona Tereza, Morro Santana, 2010, *apud* Saldanha, 2015, p. 111).

Nos anos 1980, cerca de 50 famílias Kaingang saíram da Terra Indígena Nonoai, após uma série de desentendimentos com as lideranças, e chegaram à região de Porto Alegre, buscando seguir os passos dos seus ancestrais. Estas famílias acamparam no entorno do Morro Santana, e nesse período, passaram a se organizar enquanto movimento, mobilizando-se em defesa da demarcação da Terra Indígena do Morro Santana (Maréchal *et al.*, 2022).

Portanto, entre a década de 1980 e outubro de 2023, quando nasceu a Retomada Gãh Ré, parte dos Kaingang do Morro Santana ficaram desaldeados, morando justamente nas periferias do entorno do morro (como as vilas Safira, Jari, Jardim do Verde, Passo Dorneles). A situação de des-territorialização impedia que os indígenas conseguissem exercer o seu modo de vida tradicional de forma plena e, além disso, os sujeitava à precariedade e à exposição a inúmeras violências, como ameaças por parte de grupos ligados ao narcotráfico. O núcleo familiar de Gah Té, por exemplo, estava sofrendo com um processo de reintegração de posse em uma das vilas onde outra construtora buscava construir condomínios (Teia dos Povos, 2022).

Em conversa com moradores de diferentes partes do Morro Santana (Vila das Laranjeiras, Vila Tijuca, Vila Estrutural, Vila Jardim Protásio Alves), muitos relataram conhecer e apreciar a presença da comunidade Kaingang há várias décadas (Maréchal *et al.*, 2022). Com o surgimento da Retomada, alguns vizinhos formaram uma importante rede de solidariedade denominada “Amigos da Retomada”, que junto de coletivos locais como a Resistência Popular, o Coletivo Mães da Periferia e o Preserve Morro Santana contribuíram com o fornecimento de doações, participando de atividades públicas e divulgando a luta da comunidade nas redes sociais.

Essa imposição colonial de um sistema que fragmenta pedaços de terra em “caixinhas” (propriedade privada, loteamento, bairro, unidade de conservação etc.) acaba por restringir o direito ao território e, conseqüentemente, ao modo de vida indígena tradicional. Podemos refletir que as demandas por reconhecimento oficial do Morro Santana partem de seus habitantes, de uma concepção de território como *categoria da prática* (Haesbaert, 2021).

Entretanto, ao passo que ocorre a formalização e/ou institucionalização do bairro (e talvez o mesmo possa valer para a UC) “Morro Santana”, somos levados a uma armadilha ontológica, ou, de acordo com Haesbaert (2021, p. 235) uma “cilada do poder estatal” que reduz o Morro Santana àqueles limites rigidamente estabelecidos pelo poder público municipal. Haesbaert (2021) aponta que o território é um processo constituído “pela ação daqueles que o constituem”, portanto, não pode ser “lido apenas como objeto físico”:

Trata-se, portanto, de explicitar sempre os sujeitos sociais que, ao construírem o território em distintos jogos de poder (político, em sentido estrito, econômico e simbólico), territorializam e desterritorializam a si próprios e a outros indivíduos, classes ou grupos. Isso para não cair no que poderíamos denominar uma outra armadilha, a armadilha do ‘território-sujeito, sem sujeitos’ –um território que só interfere enquanto “pedaço de chão” (sempre, de alguma maneira, delimitado) e não enquanto instrumento de identificação e de disputa, de dominação e de resistência Haesbaert (2021, p. 238).

Há de se ter um cuidado analítico para não diluir as classes, os sujeitos coletivos e mesmo sujeitos individuais, que “quase sempre de forma árdua, detêm algum poder para construir suas próprias territorialidades” (Haesbaert, 2021, p. 238). Afinal, essa abertura à multiplicidade ontológica não ocorre de maneira harmoniosa ou sinérgica, pelo contrário, é resultado de múltiplos pontos de atrito e fricção.

Como aponta Renato: “tinha um certo atrito quando criaram a Tijuca e a Estrutural. Aí tinha certo atrito entre os dois grupos de brigas e coisas assim. Dificilmente alguém se mexia e mexia com o pessoal da Vila Protásio Alves...” (Farias, 2023). Marcelo conta que no seu período de adolescência, nos anos 1990, havia uma cultura de violência para resolução de conflitos, observada principalmente no mundo masculino. Para além das rivalidades intra-locais já existentes, a chegada do tráfico de drogas na região acirrou as tensões:

Ali o caminho era meio ruim. Ali a metade dos meus amigos tudo morreram. [...] Já tinha tráfico, já tinha, era muito violento aqui no Morro Santana. [...] Então essa questão do corpo. Essa coisa de se empurrar e brigar era o tempo todo isso, entendeu? (Cortes, 2023).

Marcelo relata que, como era reconhecido como filho de músico e tinha facilidade no futebol, acabou se tornando respeitado entre os demais. Ele conta que a música e os esportes eram algumas alternativas para escapar da violência e das rivalidades locais: “ou tu era bom de briga... Ou tipo, tinha que ser bom, alguma coisa. Se tu não é bom em nada, tu apanhava, era regra, sabe? Filosofia bem masculina. Assim, por que o pessoal hoje reclama mas era muito pior” (Cortes, 2023).

As diferenças socioeconômicas e raciais também provocavam preconceito e estereótipos acerca de determinadas regiões do Morro Santana. Marcelo relata que nos anos 1990 “já tinha a questão da classe, o pessoal lá de baixo, já se achava melhor do que o cara que mora em cima” (Cortes, 2023). A partir dessas diferenças, se estabeleceram também algumas fronteiras que permanecem até hoje, como observamos na cena de abertura da dissertação. Marcelo, homem negro morador da Vila Estrutural, relata que os estereótipos acerca da Vila das Laranjeiras (“bandido”) e do Jardim Ypu (“playboy”) já existiam na sua adolescência:

O pessoal da Laranjeiras eram os mais precarizados e já tinha preconceito né. Se tu era da Laranjeira, tu é bandido. Se tu é da Laranjeira tu é pobre, entendeu? [...] O Ypu era considerado melhor, entendeu? A gente vinha jogar no Ypu, a gente queria bater nos guri do Ypu. A gente queria bater gratuito porque eles tinham que apanhar, porque eles eram playboy (Cortes, 2023).

Nessa linha de argumentação, Adriana, mulher de origem oriental, residente em um dos condomínios do Jardim Ypu, constata que: “o ‘Ypu’ é uma bolha que não passa das Laranjeiras, simplesmente é um local proibido” (Nakata, 2023). A fronteira entre o Beco da Pedreira e a Rua Ney da Gama seria um dos contornos dessa *bolha*, de acordo com Adriana: “naquela bolha deles, [os moradores do Ypu] não sabem o que acontece no Beco da Pedreira pra lá [...] Sabe por que? Preconceito. Eles acham que passando o Beco da Pedreira é perigoso, então ninguém ousa passar”.

Apesar dessa configuração em que as desavenças deveriam ser resolvidas através da violência, de acordo com Marcelo, havia um “código de honra” que permitia que as partes envolvidas seguissem coexistindo e coabitando os espaços comuns do Morro: “Tinha um código meio de honra. Assim, tipo meio jiu jitsu. Vamos brigar e depois tamo de boa. Mas se eu tenho uma desavença com você, a gente tem que resolver isso no pau” (Cortes, 2023)

Conforme Telles (2010, p. 13), os traçados provenientes desses deslocamentos entre diferentes espaços sociais, códigos e fronteiras “podem nos informar sobre a tessitura do mundo urbano, seus bloqueios e seus pontos de tensão, mas também os campos de gravitação da experiência urbana” (Telles, 2010, p. 13). Haesbaert (2021, p. 330), por sua vez, reflete sobre o que chama de “capacidade indígena-afro-latino-mestiço-americana” de transitar entre distintos territórios (ou territorialidades), como tática/estratégia possível para a sobrevivência cotidiana. De acordo com o autor, vivemos hoje, nas periferias urbanas, “uma sobreposição e imbricação de poderes, justapondo e/ou transitando com relativa facilidade entre o legal o ilegal”. Para ele, seria mais adequado denominar *transterritorialidade* esse “trânsito frequente, compulsório ou voluntário por distintas territorialidades” (Haesbaert, 2021, p. 294).

O Xis Conversa Fiada, de maneira descontraída, homenageia em seus lanches diversas partes do Morro Santana: Xis Vila das Laranjeiras, X Jardim Ypu, X Morro Santana... Um verdadeiro espaço de coalizão territorial.

Figura 33 – Cardápio do Xis Conversa Fiada

VILA DAS LARANJEIRAS	24,00
BACON	24,00
SAUDOSO TIO ALVORI	27,00
GRÊ-NAL	26,00
CORAÇÃO	26,00
JARDIM YPÚ	25,00
FRANGO	21,00
FRANGO COM CHEDDAR	23,00
FRANGO COM CATUPIRY	23,00
REI DE COPAS	25,00
STROGONOFF	25,00
LOMBINHO	26,00
MORRO SANTANA	26,00

Fonte: Acervo pessoal (2023).

Desta forma, moradores de diferentes territorialidades do Morro Santana (vilas, loteamentos, aldeia indígena) (re)desenham ontologicamente o(s) Morro(s) Santana(s) através da vida cotidiana, ao longo da qual são travadas diversas lutas e formas de resistência. As fricções, seja em forma de conflito seja de alianças, são inerentes à coexistência dos diferentes mundos. Em maior ou menor grau, são agenciadas e negociadas entre os atores no dia a dia, através da solidariedade e da ação direta popular, sendo capazes de tensionar a correlação de forças e conquistar direitos, garantindo que o(s) morro(s) continue(m) (co)existindo. Aqui, o conceito de território se amplia numa “aliança complexa” entre os que compartilham diferentes morros, em defesa da continuidade da vida (não sem disputas e contradições).

3.2 Segunda tentativa: 1993

Os bandeirantes do século XXI usam terno, não sujam o sapato de lama e talvez nunca tenham conhecido nenhuma fazenda. Eles trabalham na Faria Lima, em São Paulo, e bombeiam dinheiro no coração do mercado financeiro (Peres, 2023)⁵¹.

⁵¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OSiXUpAf3o>.

Retornando à análise dos documentos, percebe-se que uma década se passou entre 1983 e 1993 e, ainda assim, o projeto de condomínio permaneceu apenas “no papel”. Buscaremos, então, conectar a linha do tempo fornecida pela matrícula do imóvel, com outros eventos transcorridos no intervalo temporal no qual o projeto permaneceu engavetado, acumulando poeira e amarelando, até que uma nova proposta emergisse. A partir dessa análise, buscarei demonstrar o funcionamento de práticas de expansão de mercado e, conseqüentemente, da cidade no – e a partir do – Morro Santana.

3.2.1 A propriedade é um roubo?

De acordo com a matrícula, em 1983, o Banco Maisonnave recebeu as terras da construtora de Asmuz por meio de uma transação denominada “dação em pagamento”⁵². Um morador das adjacências do terreno, que optou por manter-se no anonimato, relatou que trabalhou no Banco Maisonnave na década de 1970 e 1980. Segundo ele, naquele período o banco teria cedido a área do sítio para a associação de funcionários, que utilizou o espaço como cenário de numerosos eventos esportivos e confraternizações. Contudo, devido à falência do banco, o terreno ficou em estado de abandono por um período de aproximadamente 30 anos. O morador relatou também que, em algum momento desse período, o exército teria chegado a utilizar a área como centro de treinamentos militares (Maréchal *et al.* 2022, p. 6).

Seguindo a leitura do registro do imóvel, nota-se que em 1987, sob processo de “liquidação extrajudicial” do Grupo Maisonnave, o bem foi dado em garantia de dívidas junto ao Banco Central do Brasil. Dentre as várias pessoas jurídicas que aparecem no documento como “responsáveis solidárias” pela dívida acumulada, um novo nome chama nossa atenção: “Poliedro Construções LTDA”. Minha pesquisa sobre a construtora Poliedro revelou que, em 1983, essa empresa, também controlada pelo Grupo Maisonnave, adquiriu outra parcela de terras no Morro Santana. A gleba do loteamento “Residencial Piratini”, situado na Av. Protásio Alves, também migrou das mãos da incorporadora de Asmuz para o Grupo Maisonnave, na forma de “dação em pagamento”, à semelhança da transferência do imóvel do “sítio” para o banco. Com isso, a construtora Poliedro passou a ser encarregada pela conclusão das obras do loteamento Piratini. O parecer 393/84 da Procuradoria Geral do Município lança questionamentos sobre a mudança de titularidade da propriedade no empreendimento:

⁵² De acordo com artigo publicado no site JusBrasil “dação em pagamento” é o pagamento diferente do que foi combinado na hora em que o contrato foi celebrado. Essa prestação diversa é feita somente com a vontade das partes e tem como efeito o término da obrigação (Sugimoto, 2020).

Foi questionada a transferência da propriedade do empreendimento, ora pretendida, face à ausência da competente prova de transcrição do instrumento de aquisição no ofício imobiliário, face à regra contida no art. 530 I, da lei civil substantiva, que exige tal providência para operar-se a transferência do domínio, conferindo direito real (PGM, 1984).

Nesse ponto, é relevante resgatar as informações trazidas pela Federação Anarquista Gaúcha (FAG) a respeito de uma série de escândalos financeiros ocorridos entre as décadas de 1960 e 1980, envolvendo bancos privados, construtoras e empreiteiras. Esses incidentes culminaram na liquidação extrajudicial do Banco Maisonnave e de outras instituições financeiras. A FAG aponta que “a questão fundiária está no coração da fraude que liga os Maisonnave a setores do empresariado e à ditadura militar” (FAG, 2022). De acordo com Maricato (2001, p. 20), a partir de 1964 ocorreu uma “drenagem de recursos financeiros para o mercado habitacional, em escala nunca vista no país”, promovendo uma “mudança no perfil das grandes cidades, com a verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos” (Maricato, 2001, p. 20).

Durante o período da Ditadura Militar, o banqueiro Roberto Maisonnave destacou-se como um importante elo de ligação entre os militares do plano de previdência privada Montepio da Família Militar (MFM) e o empresariado do setor financeiro. A pesquisa de Hammel (2020) analisa uma grande negociação encabeçada por Maisonnave, em 1972, no sudoeste do Paraná, e comprova a partir de registros históricos, certidões e transcrições, a passagem de um patrimônio público para o domínio privado⁵³:

Nas escrituras e transcrições de registros nem sempre aparecem os valores e, em alguns casos, consta apenas o que foi dado em penhor ou como forma de hipoteca. Considerando os dados levantados nas escrituras, não é difícil constatar a presença do capital financeiro tendo a terra e os recursos dela provenientes como contrapartida (Hammel, 2020).

De acordo com Renato Farias, nos anos 1990, o movimento comunitário do Morro Santana, composto por moradores vinculados às diversas associações comunitárias e delegados

⁵³ A área em questão era considerada de proteção nacional, cuja função social da terra foi desconsiderada em função dos interesses de grupos de exploração da madeira para acumulação de capital e especulação financeira. A pesquisa minuciosa demonstra que a partir de 1973 a madeireira Maisonnave Giacomet (que posteriormente passou a se chamar Araupel) realizou diversos empréstimos junto a bancos e instituições financeiras, dentre as quais estava o Banco Maisonnave. Essas terras localizavam-se muito próximo de duas das maiores terras indígenas do Paraná e possuíam uma exuberante floresta de araucária, erva-mate e outras madeiras nobres. A chegada da madeireira na região acirrou os conflitos fundiários entre as comunidades indígenas (guarani e kaingang) e aqueles ditos proprietários da área, que chegou a ser considerada o maior latifúndio contínuo, abrangendo mais de 100 mil hectares, da região Sul do Brasil, até a década de 1990 (Hammel, 2020).

do Orçamento Participativo (OP), chegou a realizar uma pesquisa cartorial⁵⁴ a respeito da situação fundiária de muitas áreas no Morro Santana. Renato conta que a pesquisa tinha o objetivo de evitar possíveis reintegrações de posse, principalmente nas vilas das Laranjeiras e Nova Pedreira. De acordo com seu relato, o levantamento teria comprovado que essas propriedades, antes de serem ocupadas pelos atuais moradores, em sua maioria, eram resultado de processos de *usucapião*⁵⁵. Os grandes proprietários “ocuparam em determinados momentos e depois fizeram suas escrituras de usucapião” (Farias, 2023):

O que eu me recordo dessa pesquisa dentro dos cartórios de imóveis, é que sempre os proprietários [...] quase todos eles se tornaram donos dos imóveis a partir de usucapião que tinham feito na área. [...] O pessoal fala mal, critica quem tá ocupando os espaços mas todos esses grandes proprietários aqui foram ocupantes, na realidade (Farias, 2023).

O levantamento cartorial referido por Farias (2023) vai no sentido semelhante ao da pesquisa de Strohaecker (1995, p. 117) sobre a companhia de loteamento Schilling & Kuss. A pesquisa aponta que parte das áreas posteriormente loteadas “não possuíam proprietários” e, assim, foram adquiridas pelas companhias de loteamento através de processo de usucapião:

A melhor aquisição da Schilling & Kuss foi a compra de três frações de campo da área denominada Villa Bom Jesus e hoje bairro Chácara das Pedras com uma área aproximada de 126,50 ha, por apenas noventa e seis contos de réis (Rs. 96:000\$000)! Essa verdadeira “barbada imobiliária” ocorreu porque a referida área não possuía proprietários definidos. A empresa, então, usucapiou a gleba, após longa batalha judicial (Protocolo nº 79.031, p. 49, em 06-04-1951 do Registro de Imóveis da Primeira Zona de Porto Alegre *apud* Strohaecker 1995, p. 117).

Como observamos, a forma como a propriedade original do sítio da família Dagnino foi adquirida nos anos 1940 ainda é nebulosa. A matrícula do imóvel a qual tivemos acesso menciona o nome de Rodolfo Dagnino como primeiro proprietário, no entanto, seria necessário uma nova pesquisa cartorial em registros de imóveis anteriores à década de 1970 para compreender se houve proprietários anteriores e qual foi a modalidade de apropriação da área.

Num segundo momento, a família Dagnino revende suas terras para José Asmuz. Helena detalha como foi o processo em que ela acabou representando o pai na negociação. Na sua avaliação, a chácara acabou sendo vendida “por uma merreca” (Dagnino, 2023), o que nos remete a ideia de “barbada imobiliária” evocada por Strohaecker (1995, p. 117):

⁵⁴ Apesar das tentativas, não foi possível localizar essa pesquisa citada por Renato.

⁵⁵ O processo de *usucapião* é uma forma de aquisição do direito de propriedade sobre imóveis em função de haver utilizado tal bem por determinado período temporal, contínua e incontestadamente, durante o prazo legal estabelecido para a prescrição aquisitiva.

Eu podia até ser rica. O papai vendeu pro Asmuz quando estava no hospital. Ele foi hospitalizado e aí ele me chamou no hospital e disse: ‘minha filha, nós vamos ter que vender’. Aí eu representei ele com essa venda. [...] Foi baratíssimo, uma coisa irrisória, praticamente, porque já pensou se nós tivéssemos ficado com tudo aquilo? Seríamos ricos. E aí, com o dinheiro, que foi uma merreca, ele comprou um apartamento e mais uma outra coisa.

Em um terceiro momento, na década de 1980, a matrícula demonstra que a propriedade de Asmuz, que se encontrava hipotecada ao Banco Maisonnave, tem deferido o “cancelamento da hipoteca”. Em seguida, é efetivada a transferência da propriedade por meio de “dação em pagamento” ao Banco Maisonnave, procedimento que se repetiu também nas terras do Loteamento Piratini. Toda essa operação sugere que a aquisição das terras, atualmente sob a posse da comunidade Kaingang, possa ter ocorrido de maneira fraudulenta como parte deste complexo esquema de triangulação entre instituições financeiras e empreiteiras. Neste caso, podemos observar uma tentativa de implementação de um projeto nitidamente enquadrado na categoria de empreendimento “em dificuldade e viabilidade discutível” (FAG, 2022), de maneira semelhante à forma como o Grupo Maisonnave conduzia suas atividades.

Sob a justificativa de proteger as instituições financeiras em meio à profunda crise dos anos 1980, empréstimos com recursos públicos foram concedidos e nunca reembolsados. De acordo com a Ata 0626 do Conselho Monetário Nacional, realizada em 27 de novembro de 1997 (p. 71), o “Grupo Maisonnave” foi liquidado extrajudicialmente devido a “crimes contra o sistema financeiro nacional”. De acordo com a mesma ata, o montante da dívida acumulada dos bancos Auxiliar, Comind, e Maisonnave, em 27 de novembro de 1997, era equivalente a R\$ 406.046.444,75. No entanto, como aponta o Dr. Pedro Nicolau Moura Sacco, do Ministério Público Federal (MPF), em defesa da Retomada Gãh Ré, os proprietários do Grupo Maisonnave jamais foram penalizados ou responsabilizados por seus atos ilícitos:

O Grupo Maisonnave jamais devolveu ao erário as centenas de milhões de reais usados para pagar os seus credores. Vemos, portanto, na matrícula 31.300 o registro histórico de uma época sombria, cujos ecos ouvimos até hoje. Sim, o Banco Central jamais executou a hipoteca do imóvel do Morro Santana, ainda que fosse apenas como uma reparação simbólica ao sempre lesado contribuinte brasileiro. Diferentemente dos comuns dos mortais endividados junto a entes federais, os Maisonnave jamais foram incomodados por suas dívidas. Como coroamento desse passado sombrio, agora obtiveram junto ao Município de Porto Alegre as autorizações necessárias para erguer, numa das últimas áreas de mata preservada de Porto Alegre, um condomínio para 2.500 pessoas. Podemos olhar com desdém para o passado, quando isso acontece agora? (Sacco, 2022).

3.2.2 A cidade rasurada pelo corretivo líquido

Passada uma década após a aprovação do projeto de Asmuz, que permaneceu apenas como um rascunho na gaveta, em abril de 1993, o Grupo Maisonnave, que havia se tornado proprietário da área, solicitou um novo pedido de EVU. A descrição do EVU assegura que “a situação jurídica do imóvel está perfeitamente regularizada”. Entretanto, a versão da matrícula anexada não omite o registro das dívidas do Grupo Maisonnave com o BNDES e FINAME, cifradas em NCz\$9.130.325,70. Dentre os detalhes do novo projeto, sob responsabilidade técnica da arquiteta Susana Cé, um tópico denominado “Paisagem Urbana” ressoa um texto sobre a importância da preservação dos morros de Porto Alegre:

A preservação dos morros se faz necessária para que seja garantida, além da paisagem urbana, a qualidade de vida da população, já que nesses locais existem zonas de risco e de dificuldades de implantação de equipamentos urbanos básicos. [...] As pedreiras, cicatrizes irreparáveis e profundas, revelam o descaso e a irresponsabilidade de alguns com o patrimônio que é da coletividade. Urge que zelemos por ele, através de projetos adequados que viabilizem a sua execução, manutenção e a garantia de preservação das encostas (Cé, 1993, p.124).

O projeto de Susana Cé ainda traz uma série de questionamentos ao 1ºPDDU, alegando que neste “o ônus da preservação e manutenção” de áreas de preservação ambiental recai, exclusivamente, “sobre o proprietário” (Cé, 1993, p. 125). A arquiteta propõe transferir o “ônus” para “toda a comunidade”, sugerindo uma audaciosa alteração nas diretrizes do plano diretor da cidade (Cé, 1993, p. 125):

Propomos que em todas as glebas, de localização periférica (limites da cidade), sobre as quais forem gravadas áreas com potencial de preservação permanente, devem, após estudos técnicos detalhados, serem parcialmente liberadas com vistas à edificação na forma de Condomínios por Unidades Autônomas de habitação coletiva ou unifamiliar. (Cé, 1993, p. 126)

É intrigante observar a maneira como certas práticas, que expressam o modo como se articula a “ontologia do progresso”, parecem encarnar a preservação ambiental como uma barreira para a execução de seus projetos econômicos, alegando que: a construção de condomínios desempenharia um papel crucial no “controle da expansão urbana”, evitando a “ocupação caótica” em áreas de risco, e com isso, estaria contribuindo com a manutenção de relevância ecológica. Falando em “controle”, Haesbaert (2021, p. 204) reflete sobre como os povos indígenas nos colocam o desafio de controlar de modo mais amplo a própria terra como território (ontologicamente) essencial à vida: “Controle” que é também, obrigatoriamente,

respeito pelos limites daquilo sobre o que não têm – ou não terão – controle, como muitas forças da natureza”. De um lado, os grandes empresários capitalistas vêm provocando uma crescente “perda de controle” sobre o próprio planeta para obter lucros baseados na lógica do crescimento ilimitado. Enquanto isso, para os povos indígenas, essa “perda de controle” ameaça todo seu modo de vida e concepção de mundo.

A arquiteta prossegue, argumentando que a execução do projeto através de “unidades autônomas de habitação unifamiliar” (ou seja, condomínios horizontais) teria sido inviabilizada, anteriormente, devido à suposta inobservância da “lei de mercado” (Cé, 1993, p. 128). Propõe, então, a construção de “unidades autônomas de habitação coletiva” (ou seja, condomínios verticais), sob argumentação de que aumento do número de apartamentos traria viabilidade econômica à empreitada. O projeto, assim, assume a forma de sete prédios com dez pavimentos cada, somando 560 apartamentos e 373 vagas de estacionamento (Cé, 1993, p. 129).

A decisão de não avançar com o projeto imobiliário, portanto, havia sido tomada pelo próprio empreendedor, por uma questão mercadológica. Conforme Ribeiro (1996, 42), a “taxa média de lucro” é a condição geral que “condiciona e regula a ação dos agentes econômicos”, influenciando a tomada de decisões sobre os investimentos que serão realizados ou não. No entanto, o autor aponta que a mesma “taxa média de lucro” nasce da ação dos próprios agentes (Ribeiro, 1996, p. 42). No sentido da formação e renovação do valor de uso, essa lógica é problemática, afirma o autor: “porque somente serão produzidos aqueles objetos imobiliários que oferecerem condições de rentabilidade, ou seja, ao menos a taxa média de lucro” (Ribeiro, 1996, p. 46). Como resultado desse mecanismo, pode suceder que “equipamentos coletivos e elementos da infra-estrutura urbana não sejam produzidos”, mesmo que sejam necessários.

Outra problemática a ser analisada, diz respeito a questão da “legalidade” ou “ilegalidade” dessas práticas de expansão imobiliária. Conforme descrevemos, a mudança de legislação, ocorrida em 1983, havia permitido a ocupação intensiva na área, porém com uma condicionante explícita: tal ocupação estaria subordinada à execução de condomínios unifamiliares, ou seja, no formato horizontal. No entanto, mais uma vez, o limite imposto pela legislação urbanística não foi suficiente para conter os planos do empreendedor. Buscando a viabilização do empreendimento, a Maisonnave demandou modificações na Lei Complementar 43 (artigo 84): a transformação do uso de “habitação unifamiliar” para “habitação coletiva” e a elevação da altura permitida de dois para dez pavimentos. A CAUGE dá parecer favorável a solicitação, alegando que “a área de preservação que permanecendo como área condominial [...] atende aos objetivos da manutenção da área de preservação permanente”.

Em de janeiro de 1994, em resposta a indagação de uma conselheira do CMPDDU sobre a decisão tomada pela CAUGE, a Supervisão de Desenvolvimento Urbano da Secretaria do Planejamento Municipal se manifestou. A resposta dada pela SPM foi explicitamente orientada no sentido de “dar viabilidade econômica ao empreendimento”, sustentando que as “áreas vazias” (ou seja, sem empreendimentos privados) estariam vulneráveis à “invasão”. Essa justificativa ressalta a ênfase em ocupações privadas como meio de prevenir possíveis ocupações “irregulares” (CEU-SDU-SPM, 1994, p. 161).

Entretanto, nesse jogo de forças, as regras do tabuleiro urbano parecem estar em constante mutação, quando percebemos situações em que o considerado “regular” era previamente ilegal – mas, convenientemente adequado para atender aos interesses econômicos –, o que nos permite questionar o dualismo atualizado em muitas análises entre a “cidade legal” e “cidade ilegal”. Acerca da questão da “ilegalidade”, Maricato (2003, p. 153) reconhece que a elite brasileira recorre historicamente à “utilização de expedientes ilegais quando lhe convém”, tornando-se um importante fator de segregação na cidade.

Áreas de proteção ambiental, não raramente, são priorizadas para ocupação pela população pobre, seja nas favelas ou nos loteamentos irregulares, abertos diante da condescendente (ou inexistente) fiscalização. Não é por ausência de legislação que tal acontece. [...] A falta de alternativas habitacionais, seja via mercado privado, seja via políticas públicas sociais é, evidentemente, o motor que faz o pano de fundo dessa dinâmica de ocupação ilegal e predatória de terra urbana (Maricato, 2003, p. 157-158).

Maricato (2003) cita o exemplo do Planasa (Plano Nacional de Saneamento Básico), durante a ditadura militar. A autora refere que, num primeiro momento, este programa “abandonou os critérios legais de uso e ocupação do solo para estender o fornecimento de água à população até então não atendida em diversas áreas metropolitanas” de São Paulo, acarretando na ampliação da rede de águas até os loteamentos ilegais, “inclusive aqueles situados em área de proteção dos mananciais”. Todavia, entre 1989 e 1992 a mesma companhia “se recusou a estender a rede de águas a loteamentos ilegais situados na mesma região de proteção dos mananciais [...] sob a argumentação de que o loteamento era ilegal”. A autora conclui com a reflexão de que “legislação pode servir para justificar tanto uma ação como uma inação” (Maricato, 2003, 154-155).

Em perspectiva distinta, porém, não oposta, Telles (2010) chama atenção para a “porosidade” entre o formal e informal, legal e ilegal, mesmo que isso não queira dizer “indiferenciação entre uns e outros” (Telles, 2010, p. 26). A autora afirma que “leis, codificações e regras formais têm efeitos de poder, circunscrevem campos de força” (Telles,

2010, p. 26). É nessas “dobras” que se circunscrevem os “jogos de poder”, deslocando também os critérios do que é considerado dentro ou fora da lei. A análise dos documentos demonstra que os técnicos e especialistas contratados pelas empresas do setor imobiliário parecem dominar de forma eficaz a burocracia que regulamenta a produção da cidade, conseguindo modificar a legislação urbanística de acordo com seus interesses.

No parecer 016/94 (CMDUA, 1994, p. 164) datado de 16 de março de 1994, emitido pelo CMPDDU, observa-se uma preocupação expressa com a proposta de implantação. Destaca-se que a “implantação proposta, além de bloquear a visão do morro naquela área da cidade, provocará a destruição da vegetação existente para a construção de extensas áreas de estacionamento”. O conselho, porém, manifesta-se favorável a “alteração de limite de área urbana de ocupação intensiva” para implantação de “condomínio por unidades autônomas de habitação coletiva”, sugerindo a realização de pequenos ajustes no posicionamento e na altura dos edifícios.

Figura 34 – A cidade “rasurada” (Ajuste de limites no Plano Diretor)



Fonte: EVU do empreendimento (Processo SEI nº 002.210224.00.2.00000).

É essa decisão que define um novo ajuste de limites de UTPs, literalmente redesenhando os limites da cidade a partir de uma “rasura de corretivo líquido”, autorizando o avanço da expansão urbana sob uma área anteriormente considerada de preservação ambiental. A nova mudança da lei ocorreu sob a chancela do prefeito Tarso Genro e influenciou diretamente o curso da expansão urbana naquela área específica.

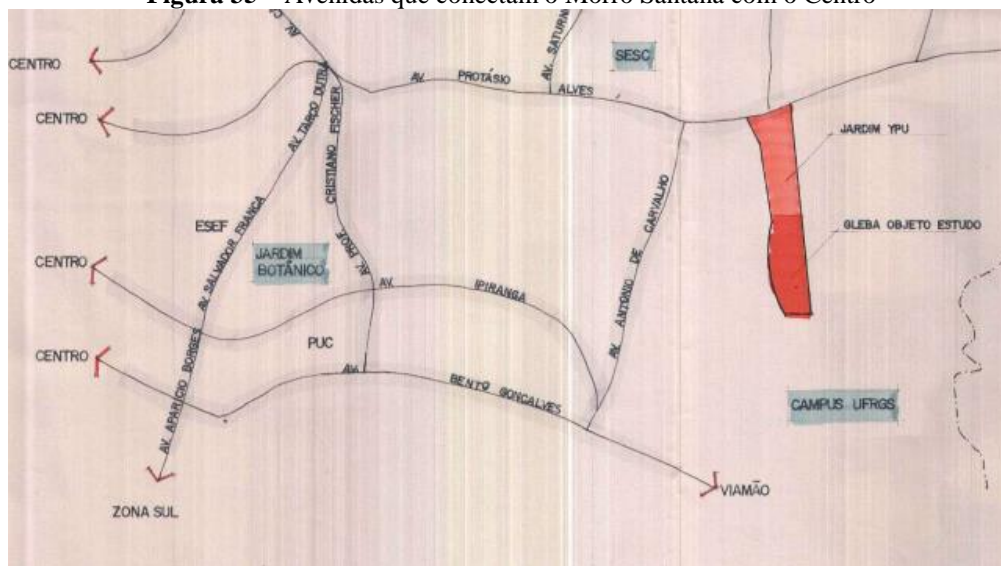
Entretanto, mais uma vez, o projeto não foi executado. Após mais de vinte anos desde a concepção original do projeto, duas significativas mudanças na Lei Complementar foram implementadas, autorizando a execução do condomínio em formatos diversos, porém ele ainda

permanecia no papel. Durante esse período, o avanço de uma nova etapa da urbanização de Porto Alegre passou a redesenhar a paisagem local dos diferentes Morro(s) Santana repertoriados até agora.

3.2.3 A verticalização

Decorrente da relativa proximidade do morro com a região central de Porto Alegre (devido às avenidas Protásio Alves e Bento Gonçalves, que são vias de acesso ao Centro), num processo paralelo, desdobrou-se o avanço da fronteira imobiliária em direção ao morro (Silva, 2021). O avanço gradual de expansão urbana materializou-se, inicialmente, com o surgimento de loteamentos e vilas voltados, majoritariamente, para famílias pobres e de classe média baixa, processo semelhante ao que, de acordo com Ribeiro (1996, p. 17) combina “modernização com exclusão”.

Figura 35 – Avenidas que conectam o Morro Santana com o Centro



Fonte: EVU do empreendimento (Processo SEI nº 002.210224.00.2.00000).

A introdução dos condomínios verticalizados na região se iniciou, de forma pontual, ainda nos anos 1980, sendo considerados o “novo fenômeno habitacional no Morro Santana” (Gastal, 1995, p. 83). Nesse período, foram realizadas a construção dos seguintes condomínios em forma de blocos: a) segunda fase do loteamento Jardim Ypu (2 e 3 pavimentos); b) Conjunto Residencial Alto Petrópolis (4 pavimentos) e c) Conjunto Residencial Piratini (5 pavimentos). É possível compreender que este primeiro conjunto de empreendimentos verticais se voltaram para atender uma demanda de habitação popular, e que pelo menos parte de seus moradores já

possuía vínculos anteriores com o Morro Santana. Por exemplo, o Residencial Piratini foi habitado por famílias que anteriormente já viviam nas vilas do Morro Santana e conseguiram algum tipo de financiamento habitacional.

Nos anos 1990, o condomínio da Goldstein Plano 100, com torres de até 10 pavimentos, acabou sendo o primeiro voltado para o que vamos denominar de “classe média alta e branca” (sabendo das limitações dessa categorização). O nome de cada um dos prédios faz referência a cidades italianas, desenhando uma nova territorialidade denominada “Jardim Itália”: Villagio Di Roma, Villagio Di Milano, Villagio Di Firenzi etc. De acordo com Ribeiro (1996, p. 16): “a incorporação imobiliária não promove apenas a construção de apartamentos, mas vende um novo estilo de vida”.

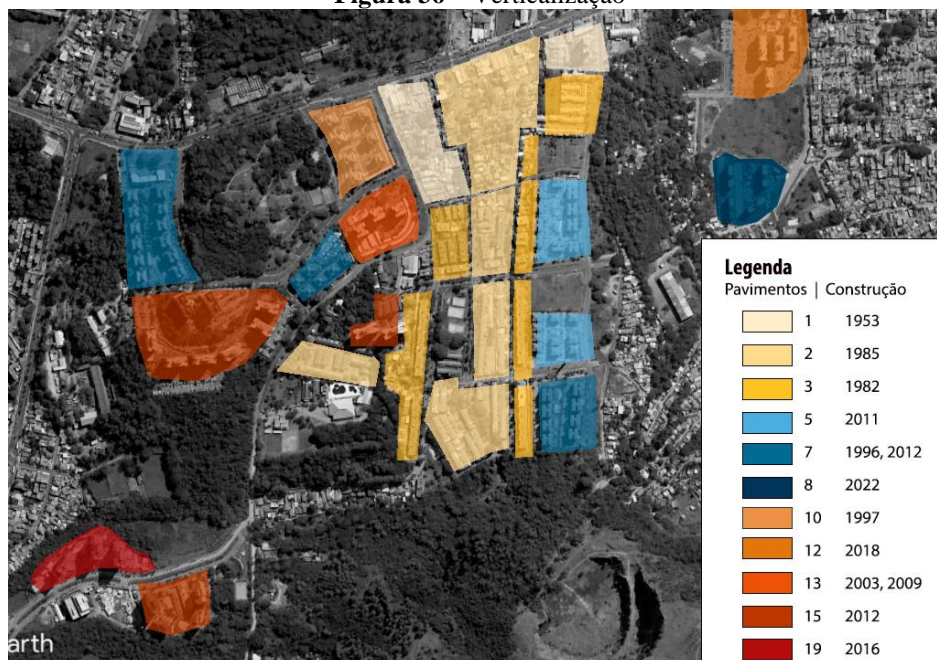
Virão pra cá, no mínimo, dez mil pessoas em uma questão de três ou quatro anos. É um processo violento para qualquer comunidade e, inevitavelmente, mudará nosso contexto social. As pessoas que compram os apartamentos têm boas condições de vida, segurança etc, ao passo que algumas pessoas que já moram aqui há quinze anos sequer conseguiram a sua regularização fundiária (Francisco Hipólito Silveira - Contador *apud* Gastal, 1995, p. 85).

A partir dos anos 2000, verificou-se o crescimento exponencial de outras categorias de empreendimentos imobiliários, destinados à demanda habitacional das classes populares e médias baixas, muitos vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Esses novos empreendimentos redesenharão a paisagem local, através da introdução de diferentes tipos de condomínios (populares e de classe média, verticais e horizontais...), acarretando, também, na transformação das formas de habitar o Morro Santana. Em paralelo, esse crescimento urbano foi verificado nas próprias vilas, que expandiram sua ocupação através de residências informais (muitas vezes de madeira) em outras áreas.

Almeida (2011) aborda o impacto do cenário nacional favorável ao mercado imobiliário observado a partir de 2007, com a entrada em cena de produtos imobiliários voltados para atender as demandas das camadas de renda média e média baixa, intensificada a partir de 2009, com o surgimento do PMCMV. Nesse contexto, destaca-se a expansão de produtos das incorporadoras Rossi e MRV em Porto Alegre (ambas empresas de capital aberto). É o caso do Residencial Mais Alto Petrópolis, considerado por Jachetti (2016) “a tendência imobiliária” do Morro Santana. Entretanto, Almeida (2011) aponta que o nicho de mercado explorado pelas incorporadoras não corresponde à demanda de habitação no país, já que essas empresas têm como público a população na faixa acima de cinco salários mínimos, enquanto “o déficit habitacional brasileiro corresponde em maior parte à população com renda familiar de até três

salários mínimos” (Almeida, 2011, p. 112). Telles (2015) observa que, muitas vezes, os programas de habitação social “podem ser vistos como dispositivos de expansão das fronteiras urbanas – e também fronteiras de mercado” (Telles, 2015, p. 23).

Figura 36 – Verticalização



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

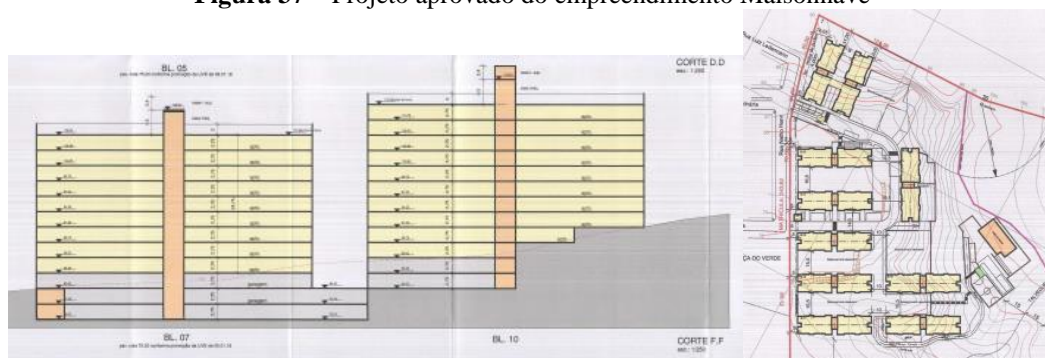
3.3 Quarta Tentativa: 2011⁵⁶

Quase três décadas após uma série de tentativas fracassadas de implantar o loteamento, em 25 de novembro de 2011, o Grupo Maisonnave lança mais uma investida, apresentando um novo pedido de EVU para um empreendimento residencial de grande porte no formato de condomínio vertical.

O presente EVU é composto de sete prédios multifamiliares com alturas variáveis [...] sendo que 5 blocos possuem 13 pav. tipos e 2 blocos possuem 12 pav. tipos. O total do empreendimento consistirá em 712 aptos e 910 vagas veiculares para o uso residencial mais 26 vagas para visitas, conforme consta na planta do EVU [...] O cálculo da população levou em consideração o número de unidades privativas (712 aptos) que, multiplicada por 3,5 pessoas/apto geraria uma população de 2.492hab.

⁵⁶ Em 2002, houve a tentativa da Maisonnave em viabilizar o projeto. A empresa alegou que “após década de tratativas comerciais empreendidas”, o projeto anterior demonstrou “inviabilidade econômica”, obrigando-a a reformular o conceito do empreendimento. Como alternativa, propõe um retorno ao modelo anterior de condomínio horizontal, de casas térreas ou assobradadas, com previsão de 130 unidades privativas. Entretanto, por uma questão de economia de texto, não iremos adentrar nessa etapa.

Figura 37 – Projeto aprovado do empreendimento Maisonnavé



Fonte: EVU do empreendimento (Processo SEI nº 002.210224.00.2.00000).

Desta vez, o processo passou por uma série de questionamentos que arrastaram o andamento por algum tempo. A Supervisão do Meio Ambiente (SUMAM/SMAM) fez um alerta em relação a uma ação judicial⁵⁷, que poderia acarretar indisponibilidade dos bens dos réus pelo Ministério Público Estadual (MPE), referente às áreas da antiga Pedreira do Asmuz e adjacências (SUMAM/SMAM, 2012, p. 283).

Através de uma análise cautelosa, a Procuradoria do Município alega que “não se tem elementos suficientes” para saber se o imóvel no qual busca-se a construção do empreendimento estaria “indisponível por força de ação judicial”, já que não consta naquela lista de bens indisponíveis. Segue uma reflexão sobre a interferência da aprovação do EVU no “domínio e uso da propriedade privada”. A explanação prossegue, sustentando que “situação diversa ocorrerá quando da apresentação de projeto arquitetônico ou urbanístico, na medida em que eventual licenciamento e execução de intervenções no imóvel interferirá na proibição de uso, gozo e disposição do bem” (Vizzotto, 2012, p. 390 *apud* EVU do empreendimento – Processo SEI nº 002.210224.00.2.00000). De fato, a aprovação do EVU desdobrar-se-ia na apresentação do projeto urbanístico que avançaria progressivamente rumo ao licenciamento prévio.

Apesar do EVU referir-se à análise de uma “possibilidade” e não do projeto em si, a entrevista com Iboty Ioschpe, empreendedor da Fazenda do Arado, nos ajuda a compreender a importância desse procedimento. De acordo com o empresário, a importância do EVU está

⁵⁷ Em consulta recente ao referido processo (eproc 50619168720208210001) que condenou a mineradora Depósito Guaporense, José Asmuz e o Município de Porto Alegre, consta a decisão da juíza, em 11 de outubro de 2022, a intimação do Município de Porto Alegre para que informe o “andamento do procedimento licitatório para execução do projeto de recuperação da área degradada, de forma a dar início à execução das obrigações impostas no cumprimento de sentença”. Em consulta no SEI da Prefeitura (SEI 001.100702.99.6.00), conseguimos visualizar que em abril de 2022, aguardava-se “orçamentos da área demandante para dar seguimento do processo”. Em junho, foram anexados arquivos de propostas de orçamentos de serviços para o plano de recuperação da área degradada, onde aparecem propostas das empresas New Engenharia, Rossi Consultoria e Profil. Até o momento em que essa dissertação foi escrita, essa é a informação mais atualizada que conseguimos obter a respeito de qualquer tipo de intervenção na região da pedreira.

relacionada a “tornar real” projetos imobiliários, atraindo investidores (empreiteiros) interessados e consequentemente permitindo o avanço dos empreendimentos para a etapa de execução (Ioschpe *apud* Suptitz, 2023):

Precisávamos do EVU para ter uma conversa mais séria. Então agora temos condição de ter essa conversa séria e temos uma empresa que estamos com um entendimento. Ainda não assinamos nada a não ser um memorando, mas imaginamos que provavelmente essa empresa tenha condição de desenvolver um bairro em Porto Alegre. Ela já desenvolve em outros lugares do Brasil, basicamente focada em alto padrão (Ioschpe *apud* Suptitz, 2023).

Após tramitar em algumas instâncias internas dos conselhos e secretarias municipais, passando por diversos questionamentos, o projeto voltou a ser discutido no CMDUA. Em ambas as reuniões, de 26 de março e de 09 de abril de 2013, não obteve aprovação. Em 23 de abril, o projeto foi redistribuído ao novo relator (Demhab) e após leitura do parecer, sem questionamentos, o Conselho aprovou o EVU, recebendo 13 (treze) votos favoráveis, oito (oito) votos contrários e 3 (três) abstenções. A decisão ficou registrada como parecer 09/13 onde destaca-se o carimbo do então vice-prefeito Sebastião Melo.

Na reunião seguinte, de 30 de abril, diante da aprovação do projeto, considerada apressada – e com indícios de irregularidades – muitos conselheiros manifestaram preocupação, solicitando que fossem realizadas diligências e que a discussão fosse refeita. Porém, mesmo após os questionamentos, em 30 de abril de 2013, o projeto foi enviado ao gabinete do prefeito para homologação. Em seguida, a empresa requereu a aprovação do projeto e licenciamento ambiental, que foi prontamente atendida pela SMAM através da Licença Prévia 017974/2018. A Licença apresentou um termo de referência com uma série de condições para o empreendimento.

Porém, dentre a lista de recomendações para implantação do empreendimento, não há qualquer menção aos pareceres e recomendações da Secretaria Municipal de Cultura acerca do potencial histórico e arqueológico da área, que constam em etapas anteriores do EVU:

a área está relacionada aos **primórdios do povoamento histórico do município** a partir do século XVIII, características que lhe conferem um considerável potencial arqueológico tanto histórico como pré-histórico (Vicoski, 2012, p. 349, grifos nossos, *apud* EVU do empreendimento – Processo SEI nº 002.210224.00.2.00000).

A possibilidade de se localizar evidências de uma ocupação pré-colonial indígena também deve ser considerada. Igualmente não se pode descartar a possibilidade de existência de evidências de interesse arqueológico relacionados à ocupação pré-colonial, em razão das poucas alterações que o terreno apresenta, da localização privilegiada e da existência de fontes de água. Enfim, **o terreno apresenta possibilidades de conter vestígios arqueológicos de ocupações passadas** (Oliveira,

Por negligência ou desatenção, os pareceres relativos ao potencial histórico e arqueológico do território acabaram soterrados em meio às centenas de páginas de processo. Embora a Licença Prévia tenha sido emitida pela SMAM em 2018, os proponentes negligenciaram a consideração de outro pedido de licença crucial: a licença dos ancestrais. Essa falha acabaria “custando caro” para o empreendedor ao longo da viabilização do projeto imobiliário. O nascimento da Retomada, em outubro de 2022, trouxe à tona, justamente o resgate ancestral dos primórdios da ocupação do Morro Santana, que foi (e continua sendo) habitada por diferentes povos indígenas, desde tempos imemoriais. Antes de avançarmos, faremos então uma nova digressão, para discutir sobre a importância desse local nos primórdios da colonização do Rio Grande do Sul e da fundação de Porto Alegre, buscando compreender de que forma o desenho histórico-colonial reverbera na atualidade e ajuda a entender parte dos conflitos e fricções aqui em análise.

3.3.1 Um “microcosmo do Rio Grande do passado”

Esse tópico, por si só, teria potencial de se tornar uma pesquisa à parte. Muitas vezes, me questionei até que ponto seria relevante abordar essa dimensão histórica, seja por receio de contribuir com a mitificação de um passado colonial, seja por compreender que essa entidade histórica estaria distante dos problemas cotidianos atuais. Pensando bem, percebi que foi justamente o Morro “de hoje” que me movimentou a este Morro de séculos atrás, e não o contrário.

Meus primeiros contatos com esse passado histórico-colonial vieram através de livros que, de forma despreziosa, encontrei em prateleiras de espaços comunitários nas Vilas Tijuca e Laranjeiras. O primeiro dos livros, “Do Morro Santana, a cidade de Porto Alegre” (Barroso; Osmari, 2004), organizado pela FAPA, encontrei na rádio Comunitária A Voz do Morro, junto a algumas anotações feitas por algum ou alguma companheira antes de mim. Meu segundo contato foi com o livro “Memória dos Bairros: Morro Santana” (Gastal, 1995), da Prefeitura de Porto Alegre, dessa vez na biblioteca comunitária Visão Periférica.

Aos poucos, fui sendo instigado a dar continuidade aos estudos que me antecederam, a partir da troca entre companheiros, vizinhos, pesquisadores (e também vizinhos-pesquisadores) apaixonados pelo Morro Santana. Logo fui sendo levado a buscar outras obras, garimpar em sebos, bibliotecas, visitar museus e, obviamente, escutar os moradores mais antigos. Foi uma

longa caminhada por cada canto desse morro, deixando o desejo e a curiosidade me levarem pelo espaço-tempo.

A importância histórica da região está relacionada com a atividade tropeirista e o ciclo de expansão colonial promovido pela Coroa Portuguesa no século XVIII. As expedições tinham o objetivo de fundação de estâncias nos Campos de Viamão, região que ainda era considerada uma fronteira aberta e não delimitada e, por isso, alvo de disputa entre as coroas ibéricas. Nesse contexto, é notória a figura dos estancieiros, “chefes de milícias que eram formadas por peões, índios, mestiços e negros, preparados para a luta e a lida com o gado” (Carle, 2008, p. 75 *apud* Marques, [s/d]).

Um dos principais tropeiros desse período é o do português Jerônimo de Ornellas, considerado o primeiro colonizador das terras que vieram a se tornar Porto Alegre. No início da década de 1731, Ornellas estabeleceu no topo do Morro Santana uma fazenda, denominada “Rincão de São Francisco”⁵⁸. No contexto inicial do povoamento das terras sul-rio grandenses, foram retiradas do Morro Santana madeiras para construção de canoas que transportavam as tropas do “Exército Demarcador” pelo interior do Rio Grande do Sul, sob comando do coronel Cristovão Pereira de Abreu, considerado o “primeiro tropeiro do Rio Grande” (Bento, 1989, p. 06).

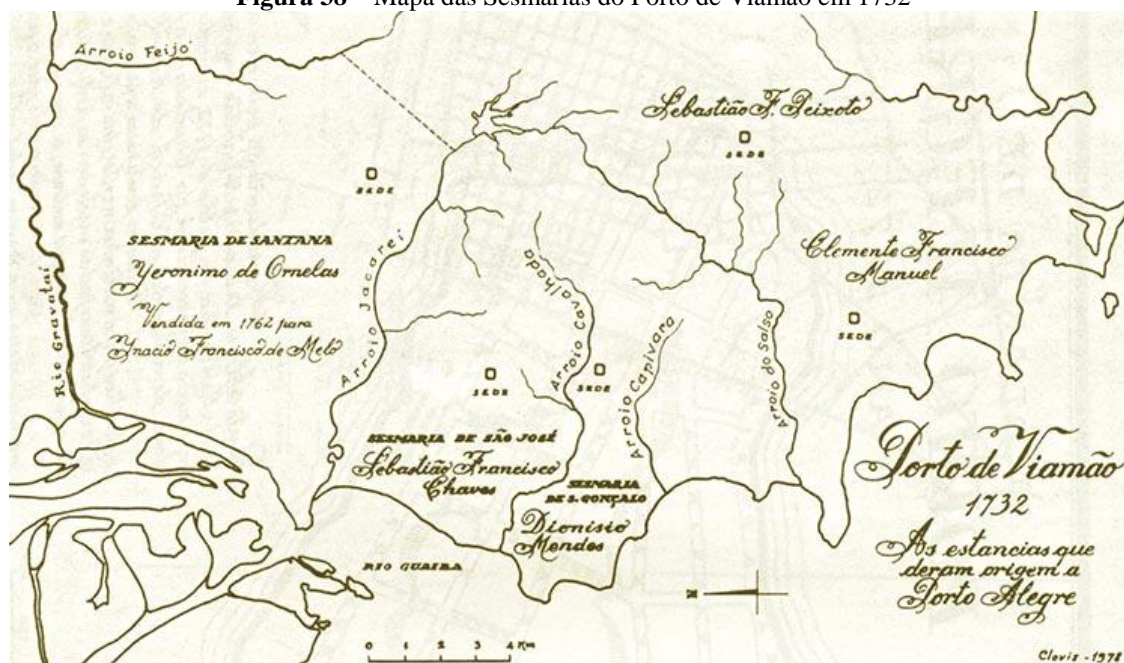
REGISTRO DE UMA CARTA DE SESMARIA CONFIRMADA POR SUA MAJESTADE PERTENCENTE A JERÔNIMO DE ORNELLAS E MENEZES
Eis por bem conceder em nome de Sua Majestade, que Deus guarde ao dito Jerônimo Dornelles Menezes três léguas de terra de comprido e uma de largo na paragem chamada o Morro da Nossa Senhora Santa Ana [...] e reservando todos os paus reais que nas ditas terras houver para embarcações e será obrigada a fazer os caminhos de suas testadas e a cultivar as ditas terras de maneira que dêem fruto e dará caminhos públicos e particulares, aonde forem necessários para pontes, fontes, portos, pedreiras [...] Dada nesta Vila Boa de Goiás aos cinco dias do mês novembro de mil setecentos e quarenta. O Secretário Manoel Pedro de Macedo Ribeiro a fez – Dom Luis De Mascarenhas (Caldas *apud* Barroso; Osmari, 2004, p. 65).

O documento acima, de 1740, é uma carta de doação de sesmária da Coroa Portuguesa para Jerônimo de Ornellas que, pela primeira vez, apresenta uma denominação oficial para a região: “Morro da Nossa Senhora Santa Ana”. De acordo com Porto-Gonçalves “dar nomes próprios é a primeira apropriação” (2006, p. 163). A constituição do sistema-mundo moderno-colonial redefiniu novos “horizontes geográficos” e “territorialidades”: “o local, o nacional, o regional e o mundial foram sendo redefinidos no mesmo processo em que as relações sociais e

⁵⁸ A referência a São Francisco muito provavelmente tem relação a influência dos padres franciscanos. Em 1769, é erguida a primeira Capela do povoado por padres Franciscanos de Viamão em invocação a São Francisco das Chagas, no Largo da Quitanda (Praça da Alfândega), o povoado é elevado à categoria de “Capela” (Freguesia).

de poder foram constituindo o mundo moderno-colonial que nos conforma hoje” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 152). Saldanha (2015, p. 10) afirma que o processo de consolidação da civilização do “mundo dos brancos” atingiu, primeiramente, as comunidades tradicionais que habitavam esse território há milhares de anos com a imposição de um regime territorial de propriedades.

Figura 38 – Mapa das Sesmarias do Porto de Viamão em 1732



Fonte: Oliveira (1993).

Após a saída de Jerônimo de Ornellas, as terras do Morro Santana foram expropriadas pela Coroa Portuguesa e, a partir daí, se estabeleceu uma nova demarcação entre os açorianos⁵⁹, garantindo seu assentamento em chácaras de produção, que abasteciam o centro da cidade⁶⁰. A ligação terrestre Viamão-Porto Alegre, chamada de “Caminho do Meio” (hoje Avenida Protásio Alves), foi aberta em 1760, sob a direção do português Capitão Alexandre José Montanha. Era um trajeto que, a cavalo, levava cerca de uma hora e meia e conectava o morro com o Centro da cidade que estava em formação. Em 26 de março de 1772, o povoado que surgia às margens

⁵⁹ Após a instalação da fazenda de Ornellas na região, em 1750 imigrantes açorianos chegaram ao Porto de Ornellas com destino a colonização das Missões Jesuíticas. A eclosão das guerras guaraníticas acabou interferindo no destino desses casais açorianos, que precisaram ficar acampados na Sesmaria de Sant’Anna. Os conflitos com os colonos eram recorrentes, que acabaram resultando no assassinato de um açoriano, cometido por um dos filhos de Ornellas. Jerônimo decide mudar-se para a cidade de Triunfo e vender suas terras para outro proprietário.

⁶⁰ De acordo com o artigo no Jornal Diário de Notícias, que aborda os aspectos econômicos da velha Porto Alegre do século XVIII: “No morro de Sant’Ana, de a muito procurado pelos povoadores, a lavoura produzia bastante, como o milho, a mandioca, a abóbora e a banana” (Sanmartin *apud* Diário De Notícias, 1940). Além disso, a coluna de Aquiles Porto Alegre no Diário de Notícias (1940) aponta que, nos anos 1880 “o Morro de Santana fornecia alguma linguiça, mas era insuficiente” para atender a demanda da população da cidade recém formada.

do Guaíba é elevado à categoria de freguesia e, assim, surge, oficialmente, a cidade de Porto Alegre.

Embora séculos tenham se passado, o nome “Jerônimo de Ornellas” ainda reside na memória de Porto Alegre, tanto é que temos uma avenida em sua homenagem, justamente no bairro Santana, localizado numa região central. Na periferia, muito próximo do Morro Santana, temos o bairro Passo Dorneles que, pela toponímia, é originado da expressão “Passo do Ornellas”. De acordo com Adriana, minha interlocutora, que investigou essa questão com curiosidade “isso aqui [o Morro Santana] tem muita história”:

Eu fui atrás de um tal de Jerônimo de Ornelas, que foi o primeiro habitante desse morro. Aqui foi o primeiro lugar habitado de Porto Alegre. [...] Aqui tinha criação de gado, essas coisas que a sede da fazenda dele era ali atrás, na Agronomia (Tanaka, 2022).

Pois bem, ainda que considere relevante a preservação da memória acerca do período histórico colonial, é importante termos um olhar crítico em relação aos discursos elaborados pela historiografia gaúcha, que acabam por consolidar a imagem dos colonizadores como “mitos fundadores”. Como aponta Catafesto de Souza (2008):

A historiografia gaúcha tem enaltecido a importância dos lagunistas que também foram escravistas e depois tropeiros, que iam e vinham do sul em busca de gado criado nas vacarias e estâncias das missões jesuítico-guarani. Os conhecimentos territoriais indígenas foram fundamentais, para a penetração colonial portuguesa que, inclusive, utilizou antigos caminhos que interligavam tribos distantes desde os tempos anteriores a Pedro Álvares Cabral. Até hoje a geografia política de Porto Alegre resguarda o conhecimento indígena na designação de locais que viraram bairros ou logradouros como Ipanema, Nonoai, Itapuã, Iguatemi, Ubirici, Jarí e em uma centena de ruas (Catafesto de Souza, 2008, p. 14).

3.3.2 Morro Santana afro-indígena

Chamo atenção novamente que em grande parte das obras historiográficas que exaltam o passado colonial do Morro Santana, há uma tentativa de apagamento da presença indígena e africana, tanto nas estâncias que povoaram o Rio Grande do Sul, quanto nas guerras travadas, desde a chegada dos primeiros colonizadores. Embora a maior parte da literatura trate de enaltecer a presença açoriana e a influência cultural europeia, como veremos adiante, diversas fontes (relatos orais, inventários, literatura) comprovam a existência de populações negras e indígenas nos ranchos do Morro Santana, exploradas pelo regime colonial-escravocrata.

Sabemos que a busca por indígenas a serem escravizados ocorreu nas Lombas de Viamão, “a partir de onde a ocupação de Porto Alegre foi desdobrada” (Catafesto De Souza, 2008, p. 14). De acordo com Neumman (2014), africanos e indígenas foram escravizados nas primeiras estâncias coloniais, assim como nos exércitos, em diversas guerras travadas no Sul do Brasil no Século XIX.

O Morro Santana foi palco de importantes episódios da história do Rio Grande do Sul, dentre eles, as guerras travadas no século XIX. Pelo menos em dois importantes conflitos, o nome do território esteve relacionado: a Guerra Farroupilha (1835-1845) e a Revolução Federalista (1893-1895). De acordo com Iracema Gah Té, seu avô Pedro Joaquim Gãh Ré, contou para sua neta as histórias do Morro Santana (*rin ró topé*), em que José Augusto Joaquim (tataravô de Gah Té) teria lutado nas guerras em troca de terras para seu povo. No topo do Morro Santana, José Augusto teria estabelecido “uma casa de vigilante, que eles vigiavam os inimigos chegando nos lados” (Gah Té, 2022):

Aqui em cima, no morro, tinha, eles chamavam de vigilante. Uma casa de vigilante que eles vigiavam os inimigos. Chegando nos lados. [...] Ali que ele defendeu o governo contra os inimigos lá em cima, eles ficavam lá para ver os quatro cantos, os inimigos cheguem, né, para avisar os outros (Gah Té, 2022).

Gah Té conta que seu tataravô veio para Porto Alegre “porque o governo foi buscar os indígenas pra lutar. Não é só o governo daqui, eu sei que ele lutou em quantas lutas pra ter direito de sesmaria, que é Nonoai né” (Gah Té, 2022). De acordo com o relato do avô de Gah Té, o resultado dessa barganha teria originado a criação da terra indígena Nonoai, em 1850, mas o governo não cumpriu o prometido. Havia acordado uma porção de terra muito maior, que iria até Passo Fundo. José Augusto Joaquim, que cobrava o governo para que cumprisse sua parte no acordo após a vitória, foi traído e morto numa emboscada pelo governo brasileiro. Laroque (2007, p. 160-161) relata que os Kaingang eram aliciados para participar de tropas militares em diversos conflitos da época e, quando não aceitavam participar, eram perseguidos. Por conta disso, as lideranças em geral adotaram uma dualidade estratégica em seus procedimentos:

Por algum tempo estabeleciam-se nos aldeamentos, nas colônias militares e ajudavam na abertura de caminhos mas, no momento em que seus interesses deixavam de ser atendidos, voltavam a movimentar-se pelo território e a fazer guerra contra os brancos e os grupos nativos inimigos (Laroque, 2007).

Neumann (2014) analisa a participação indígena na Guerra dos Farrapos e conclui que, mesmo estando presentes nas divisões militares, os indígenas não foram contemplados na escrita da história do Rio Grande do Sul: “Eles foram excluídos das narrativas sobre a guerra civil na fronteira sul do Império do Brasil”. Laroque (2007) tem conclusão semelhante, citando o trabalho “Toldo Chimbanguê; história e luta Kaingang em Santa Catarina”, como “o único estudo de que temos conhecimento que menciona a participação de Kaingang na Revolução Federalista” (D’angelis 1984, p. 40-42, *apud* Laroque, 2007 p. 160-161). Embora tenham ocorrido vários confrontos em territórios tradicionais Kaingang, os povos indígenas permaneceram na invisibilidade.

Ao longo do percurso de pesquisa, acabei conhecendo moradores de diferentes regiões do Morro Santana que relataram memórias que dizem respeito ao passado colonial. Certa vez, em meados de 2017, percorri as ruas da Vila Santa Isabel, em Viamão (na face leste do Morro Santana), buscando localizar as ruínas da casa de Jerônimo de Ornellas. Chegando ao local indicado como sítio arqueológico, não encontramos ruínas, mas obtivemos o relato valioso de uma moradora. Ela compartilhou uma memória de infância, sobre a existência de uma clareira em que havia resquícios de uma construção com correntes e algemas, que, de acordo com ela, seriam oriundas do período da escravidão.

Analisando diferentes documentos históricos presentes nas obras de Franco (2002) e Gastal (1995), podemos comprovar que a prática da escravidão ocorreu nas fazendas da região⁶¹. Na carta de desapropriação da fazenda do Morro Santana, em 1772, verificamos a existência de: “senzala de telha, com duas portas e duas fechaduras, velhas” (Franco, 2002, p. 15). Já o Inventário de Jerônimo de Ornellas (folhas 3, 3v e 5 *apud* Gastal, 1995, p. 13), apresenta uma parcela dos bens que compunham, em 1773, a Sesmaria de Sant’Anna, onde observamos: “seis escravos, entre eles, Gregório crioulo de idade de trintta annos avaliado em oytenta e nove mil e seiscentos (89\$600)”.

Uma das edificações que ficou mais conhecida na história, remanescente do período imperial, foi a Casa Branca, que abrigou as tropas farrapas durante a Revolução Farroupilha, em 1835. A casa foi utilizada pelo General Bento Gonçalves, bisneto de Jerônimo de Ornellas,

⁶¹ Destaca-se também o relevante trabalho de Weimer (2019), sobre a arquitetura dos primórdios do povoamento de Porto Alegre. O autor analisa minuciosamente o inventário da avaliação da Sesmaria realizada em 1772, referente a carta de desapropriação da Sesmaria de Sant’Anna. Apesar dos escassos elementos disponíveis para análise, Weimer conclui que fica evidenciado a ocorrência de “um entrecruzamento de diversas correntes culturais, do que resultou uma arquitetura mestiça” (Weimer, 2019, p. 80). De acordo com sua análise acerca das habitações da época, a existência de “coberturas de palha e pisos de chão batido”, a “feitura de portas e janelas de couro” podem ser entendidos como a presença de modos de vida africanos e indígenas na Sesmaria de Sant’Anna (Weimer, 2019, p. 80).

como quartel general, alojamento e hospital militar. Anos mais tarde, a Casa Branca se tornou residência do escritor e jornalista republicano Apolinário Porto Alegre, figura muito influente na época. A casa era seu retiro rural e foi considerada a sede da atividade intelectual do Rio Grande do Sul. Por conta disso, em 1893, durante a Revolução Federalista, a casa chegou a ser depredada várias vezes pelas tropas castilhistas (Dorberstein; Corrêa, 2005).

Em 1892, já abolida a escravidão e instalada a república, após um contragolpe de Júlio de Castilhos em opositores (em 93 estouraria a chamada Revolução Federalista, uma guerra civil de dois anos de duração), Apolinário foi preso e logo em seguida libertado. [...] Neste período, sua residência foi invadida e saqueada. Vários originais foram destruídos, assim como o seu acervo de alguns milhares de livros. Além disso, os castilhistas pintaram os cavalos de Apolinário com piche, destruíram o seu pomar e mataram outros de seus animais. Somente em 1895 o autor conseguiu voltar à sua residência (Fretta, 2020).

Analisando atentamente algumas obras da literatura popular, também perceberemos menções relativas às populações que habitavam o Morro Santana no século XIX. Na altura da década de 1860, o escritor Apolinário Porto Alegre desenvolveu sua obra literária baseada na observação da língua e dos costumes locais dos habitantes do Morro Santana, onde se situava a Casa Branca, seu refúgio até o fim da vida. De acordo Augusto Daisson (1925), responsável pela publicação de sua obra postumamente:

A população dos arredores [da Casa Branca] era, nessa época, quase toda analfabeta e descendia, na maior parte, de açorianos com guaranis e raros africanos. Era entre essa gente simples e boa que Apolinário Porto Alegre fazia farta colheita de palavras, para ele, ainda desconhecidas (Daisson, 1925, p. 32).

Apolinário foi um intelectual republicano e militante abolicionista, fundador da Sociedade Partenon Literário, que na época organizava projetos como campanhas de arrecadação para libertação de pessoas escravizadas, além da organização de aulas gratuitas para pessoas libertas. Publicou diversas peças de teatro e textos com a temática abolicionista, chegando a ter peças proibidas pela polícia (Sperb, 2018). Buscando explicar os mais diversos fenômenos culturais do Rio Grande do Sul, o autor “estudou as contribuições que os escravizados africanos haviam trazido de seus países” (Fretta, 2020). O conto “Mandinga” (Porto Alegre, 1867 *apud* Araujo, 2018), que se passa em “uma atafona na encosta do morro de Santana”, é apresentada a personagem negra Luísa, nascida “em terras de África [...] é mina de nação, segundo o selo do rosto”. O conto narra meticulosamente o processo de produção da farinha de mandioca no engenho movido a mão de obra escravizada (Porto Alegre, 1867 *apud* Araujo, 2018):

O pião guincha girando, o tremonhal estremece, a almanjarra estala aos empuxos de um possante animal. As pás do forno batem furiosas agitando o polme da mandioca. O cevador e o forneiro estimulam a espaços os bois com a palavra e o diapasão que lhe são peculiares. É o ruído do trabalho. É a voz da vida.

No fim da história, Luísa, que havia sido enfeitiçada, acaba morrendo. O final trágico é verificado por um outro homem escravizado: “um escravo cobrou ânimo e foi vê-la. Estava morta, e o hóspede havia desaparecido. Toda casa encheu-se de cheiro de enxofre” (Porto Alegre, 1867 *apud* Araujo, 2018).

Em 2018, após uma visita à antiga casa da Mãe Apolinária “Picurrucha”, antigo terreiro localizado há poucas quadras de onde moro, conheci Dona Marilú, na época a única filha viva da *ialorixá*. Na ocasião, realizei uma entrevista com Marilú e seu companheiro Luís Carlos, residentes em uma área situada muito perto da antiga Casa Branca. Eles relatam que segundo contavam os mais antigos, aquela região era conhecida por ter uma área de senzalas, quilombos e também uma parte indígena.

Em uma caminhada mais recente, em 2023, me deparei com um homem no pátio de uma antiga casa localizada ao lado das ruínas do terreiro de Mãe Apolinária. Seu Jerônimo, um senhor negro, de aproximadamente 70 anos, era sapateiro conforme indicava a pintura desgastada das paredes de sua casa. Conversamos por alguns minutos, e mesmo não tendo aceitado dar uma entrevista, permitiu que eu relatasse nossa conversa na dissertação. Ele contou que veio morar no Morro Santana na década de 1950, ainda criança, e que sua família frequentava o terreiro. Além disso, contou que tem memórias da Casa Branca e que, de acordo com os boatos da época, o terreno onde hoje está localizado o Parque Marcos Rubim seria um antigo cemitério de escravizados.

Não foi uma surpresa, portanto, quando fiquei sabendo da descoberta de Luís Spadoni, outro antigo morador e pesquisador da história do Morro Santana. Conheci Spadoni através de um blog dedicado a reconstruir a história da Casa Branca e, após estabelecer contato com ele, compartilhamos diversos materiais de pesquisa, além de termos realizado uma visita ao museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Spadoni relatou que em consulta ao inventário de Joaquim Estácio Bitencourt denominado “Morada de Cazas denominada Caza Branca” (1866 *apud* Spadoni, 2019) foi comprovado que não se tratava apenas de uma, mas de um conjunto de residências, incluindo senzalas que foram utilizadas como alojamento de soldados durante a Guerra. O inventário ainda apresenta uma lista de 25 nomes de pessoas escravizadas que ali viviam no ano de 1866, conforme publicado no blog de Spadoni (2019):

Carlota, 22 anos (em estado de gravidez) Antônio, 52 anos, Raquel, 40 anos, Marcela 47 anos, Anastasia, 52 anos, Feliciano, 26 anos, Maria Vicencia, 25 anos, Zacarias, 20 anos, Ana Emilia, 25 anos, José, 18 anos, João 17 anos, Esperança, 15 anos, Firmino 15 anos, Narciso, 15 anos, Geralda 13 anos, Efigênciã, 11 anos, Igenes, 11 anos, Romana, 10 anos, Clementina, 09 anos, Felicidade, 08 anos, Athemasia, 07 anos, SEM NOME 02 anos, SEM NOME 01 ano, Galdino, 04 anos, Gonçalo, 06 anos (Inventário de Joaquim Estácio Bitencourt, 1866 *apud* Spadoni, 2019).

Uma curiosidade particular que surgiu ao longo da pesquisa diz respeito a iconografia de Santa Ana⁶². O nome da santa, que está presente desde a primeira nomenclatura oficial do morro, aos poucos vai sendo abreviado. Em 1740, a Carta de Sesmaria registra o “Morro da Nossa Senhora Santa Ana”, mas logo se reduz a “Morro de Sant’Ana”, até se transformar em “Morro Santana”, como é conhecido hoje. Adriana, em entrevista, também ficou intrigada em relação às origens de Santa Anna e decidiu investigar:

Eu sempre tive algo relacionado à tal da ‘Santa Ana’. Morei, há muito tempo, no bairro ‘Santana’, que recebeu esse nome em homenagem ao primeiro proprietário dessas terras. Vim para a beira do ‘Morro Santana’. Aí meu pai comprou um sítio em ‘Capela de Santana. Aí eu comecei a ver, mas que tanto ‘Santana’ aparece nessa história? O cara era devoto de Santana. Aonde eu vou por aqui por perto e encontro alguma coisa relacionada a Santana, tem a família de Jerônimo de Ornelas envolvida. [...] Aí eu fui e ver o que eu encontrava de Capela de Santana. Era uma das rotas de tropeiros que passavam por lá também (Tanaka, 2022).

Ao prestarmos atenção no conto Mandinga, percebemos que a história da enfermidade da Negra Luísa se passa na “véspera de Santana” (Dia de Nossa Senhora Santana), comemorado no dia 26 de julho. A história de ficção nos leva a pensar que seria uma santa popular no século XIX, já que aparece referenciada duas vezes nas falas dos personagens: “Má cara traz Santana” e “Ó nunca hei de esquecer a véspera de Santana”.

As obras literárias não são tomadas aqui como uma prova fidedigna do contexto da época, mas como indícios que nos permitem compreender as condições de surgimento do Morro Santana. Cronistas do século XIX, como Apolinário Porto Alegre, Caldre Fião e Walter Spalding, muitas vezes romantizaram o encontro entre colonizadores, povos originários e africanos, como por exemplo a lenda de Obirici. De acordo com o Desapaga Poa⁶³ “a lenda chegou aos tempos atuais através desses primeiros escritores e historiadores da cidade, o que

⁶² Aprofundando essa investigação, acabamos descobrindo que Santa Anna foi a segunda santa mais cultuada do Brasil colônia, sendo considerada “padroeira dos mineradores” e dos “desbravadores” (Souza, 2002, p. 233). De acordo com Souza, a popularidade de Anna entre os séculos XII ao XVI deve-se aos franciscanos e aos jesuítas, que cultuavam sua imagem. A figura de Anna apresenta “funções maternas”, devido a concepção de Maria (mãe de Jesus), sendo conhecida como a “gloriosa matriarca” (Souza, 2002, p. 243).

⁶³ O “Desapaga POA” é um canal de podcast que foi criado em função do aniversário de 250 anos de Porto Alegre, buscando “desapagar a história negra, indígena e das periferias”. Foi financiado com recursos da Lei Aldir Blanc e conta com apoio do Matinal Jornalismo.

nos leva fatalmente à seguinte constatação: trata-se de uma lenda sobre os indígenas, e não exatamente uma lenda indígena”.

Como vimos, grande parte dos registros históricos, assim como os nomes de ruas e bairros acabam por homenagear militares e políticos, mitificando-os como “heróis”. No entanto, essas obras de literatura ajudam a preencher lacunas na reconstituição histórica e, junto a outros relatos orais produzidos, nos ajudam a compreender o Morro Santana em seu período colonial (e também imperial), incluindo outros personagens que são deixados de lado em muitas narrativas. Como aponta o projeto de Podcast Desapaga Poa (2021): “se observarmos com cuidado, podemos perceber que tanto no passado, quanto no presente, coexistiram e coexistem diversas tradições, hábitos e palavras”.

Ao longo da investigação acabamos constatando que, apesar dos esforços coloniais em constituir uma narrativa da História Única, percebe-se que outros mundos conviveram e seguem convivendo no Morro Santana. Foi um Morro Santana habitado tanto por populações indígenas e africanas (escravizadas e/ou ex-escravizadas), quanto por colonos (imigrantes europeus). Esse desenho ontológico de inter-relação entre diferentes etnias caracterizou um Morro Santana como “microcosmo do Rio Grande do passado”, eternizado nas palavras de Porto Alegre.

A partir da primeira metade do século XX, esse Morro Santana foi gradualmente desaparecendo, com o desenvolvimento da cidade que passou a formar-se às margens do Guaíba. Se o irmão de Apolinário, Achylles Porto Alegre, estava correto em afirmar que “o Morro de Sant’Anna é o berço da cidade de Porto Alegre” (Barroso; Osmari, 2004, p. 59) podemos concluir que a cidade nasceu sob bênçãos de Santa Anna, considerada a “matrona branca dos engenhos” (Hoornaert, 1979, p. 370-371). Ou seja, a cidade surgiu estruturada na propriedade privada da terra e na escravidão, resultando num “processo de urbanização com as raízes da sociedade colonial” (Maricato, 2001, p. 17).

Ao caminharmos pelo Morro Santana atual, encontramos poucos vestígios desses outros períodos históricos, o que provoca inquietação. A sensação é que a cidade, que nasceu do berço do Morro Santana, matou sua própria história. Em relação ao terreno da Casa Branca:

No final dos anos 1960, o comerciante Marcos Rubin adquiriu o local, com o intuito de utilizar a área para fazer um loteamento. Era necessário, claro, que a casa fosse demolida. A imprensa e Leandro Telles, presidente da comissão de constituição do Patrimônio Histórico de Porto Alegre, fizeram todo o possível para que a construção permanecesse de pé. Para tanto, em 1972 foi ‘declarada de utilidade pública, por ser necessária a implantação de um parque histórico’, que se chamaria Parque Histórico dos Farrapos. No entanto, Marcos Rubin alegou em jornais da época que comprou a residência em 1968, data anterior ao decreto. Dessa forma, a casa foi demolida sem deixar nenhum vestígio. Ironicamente, o local em que ficava a Casa Branca ganhou uma estátua em homenagem a Marcos Rubin. A área exata onde ficava a residência

deu lugar a uma praça em torno da qual foram construídos inúmeros prédios residenciais (Fretta, 2020).

Figura 39 – Registro das ruínas da Casa Branca, destruída nos anos 1970



Fonte: Corrêa e Dorbstein (2005).

Como observa Fretta (2020): “a especulação imobiliária geralmente não reconhece legitimidade ao patrimônio físico. Trata-o como um empecilho ao progresso e, por consequência, ao lucro”. Vejamos a comparação a seguir. À esquerda, temos a delimitação da área que, conforme decreto municipal, deveria ter sido implementado um parque histórico⁶⁴, onde se situava a Casa Branca. À direita, o mapa demonstrando que no mesmo local foi erguido o “Jardim Itália”.

Figura 40 – Parque Histórico e Jardim Itália

⁶⁴ Os documentos do EVU revelam ainda uma informação que, mesmo após anos de pesquisa sobre o tema, ainda me era desconhecida. Em 1975, o GEAN publicou o 1º Plano de Preservação do Ambiente Natural de Porto Alegre (1º PPN), que propôs a ampliação do “Parque Histórico Jerônimo de Ornellas” e a transformação de toda a área do Morro Santana num “Parque Natural Periférico”, buscando “oferecer oportunidades de um maior convívio da população com a natureza e com locais de interesse histórico”. Quanto ao primeiro, se de fato chegou a existir em algum momento, sua presença não perdurou ao longo dos anos e nem deixou vestígios de sua passagem. Quanto ao segundo projeto, evidentemente, jamais se concretizou. Resta a dúvida se o referido projeto de Parque Histórico seria o mesmo do decreto mencionado anteriormente, ou se tratou-se de outra proposta.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Um exemplo que recentemente ganhou notoriedade, por ter sido reconhecida como patrimônio cultural e Território Negro, é o caso da Fazenda da Tafona, em Cachoeira do Sul (RS). A dissertação da antropóloga Julia Landgraf estudou o reconhecimento do passado escravista da fazenda. O tombamento da área funcionou como uma forma de reconhecimento desse passado colonial, fazendo memória inclusive aos nomes dos trabalhadores e trabalhadoras escravizados (Romagna, 2023). Por isso, são fundamentais iniciativas como “Desapaga POA”, “Memória dos Bairros”, assim como as práticas arqueológicas que nos anos 1990 possibilitaram o registro de quatro sítios arqueológicos no Morro Santana.

Figura 41 – Sítio Arqueológico no Morro Santana



Fonte: Museu Joaquim Felizardo (SMC) 1997/1998.

Marcelo Cortes, historiador e morador do Morro Santana, reflete sobre a importância de, ao reconstituir a história do povo negro, não retratar “somente a subalternização” ou aquele retrato de uma África “filha de uma escravidão eterna” (Cortes; Aguiar; Rodrigues, 2023, p. 12). Embora muitas histórias que enfatizam a riqueza e a diversidade milenar da cultura africana “não puderam ser contadas” (Cortes; Aguiar; Rodrigues, 2023), devido às inúmeras estratégias coloniais de silenciamento e embranquecimento, outras tantas permanecem no tempo, vivas através das memórias de seus descendentes. Vejamos como os sambas-enredo da escola de samba Estação Primeira da Figueira, reflete criticamente sobre as consequências do processo da invasão colonial no Morro Santana (Gastal, 1995, p. 78):

E A Festa Continua - Palmas Para Iyá Dudu

Bonita faceira, nobre soberana
Viu a ganância dos invasores
Destruir sua cultura e seus valores
[...]
Lá do alto avistaram Jacuí
O Guaíba, Rio dos Sinos, Gravataí
Chegaram no Morro Santana
No Reino de Iyá Dudu (Figueira, 2016)

Do Sonho à Realidade (primeiro samba-enredo)

Os carreteiros vinham a passar
No Caminho do Meio
Ao bom comerciar (...)
Na Casa Branca
O Farroupilha descansou
Bento Gonçalves
No Jardim Ypu ele ficou (...)
E o progresso aqui também chegou
Destruindo fauna e flora
Que a Mãe Natureza criou
E nesse morro foi se esconder (...) (Figueira *apud* Gastal, 1995, p. 79-80)

Na obra “Do Morro à África: o que nossos ‘avós’ não puderam nos ensinar”, Cortes; Aguiar; Rodrigues (2023) propõem uma analogia imaginativa, dialogando com nossos “avós” a respeito de passagens da cultura africana: “de certa forma, nos vemos conversando com nossos antepassados familiares”, e através desse diálogo, o autor afirma que se cria um vínculo histórico (Cortes; Aguiar; Rodrigues, 2023, p. 18). Essa reflexão me remete a uma das conversas que tive com a *kujà* Iracema Gah Té, acompanhado também do meu orientador, prof. Alexandre Magalhães. No meio da entrevista, Gah Té questiona se, alguma vez, já vivemos a experiência de “caminhar no escuro, em noite de lua cheia” (Gah Té, 2022). Conforme a *kujà*, as sombras que “andam com a gente” são os chamados “encantados”:

Os encantados são aqueles que já foram. Se todo ser humano que conseguisse ver os encantados, se assustaria, porque são as maiorias. E os seres vivos como nós somos minoria. [...] Eu, eu fico pensando como é que pode, os dois mundos... Os encantados e o mundo agora, que nós estamos, e ainda a gente se acha ainda que nós somos maioria... Mas não, não somos não. É outro mundo, a maioria (Gah Té, 2022, conversa na escola Alcides Cunha)

Tudo isso remete à questão da temporalidade. A importância da ancestralidade, comum aos mundos indígenas e africanos, diz respeito também a outras formas de sentir o tempo. Diferente da ontologia moderna, que pressupõe uma perspectiva histórica sequencial ou linear, em que o tempo é compreendido como uma “seta-evolução” ou como uma “sucessão de fatos no espaço” (Suertegaray, 2000, p. 17). Cortes (2023, p. 20) dialoga com seus ancestrais buscando traçar “uma nova temporalidade de vida”, exercitando uma “prática teórica” inspirada na “afrocentricidade”. A ontologia kaingang, percebida através da provocação da *kujà*, mostra que essas vidas passadas, as gerações de ancestrais, nos acompanham sempre no tempo presente e, de certa forma, podem nos ajudar a visualizar os caminhos para o futuro.

Marechal e Hermann (2018) apontam que diversos estudos etnológicos sobre os Kaingang destacam a proeminência dos sonhos em sua composição para “ver o futuro”. Estudos etnográficos demonstram a existência de uma relação direta entre os sonhos e seus efeitos sobre as reivindicações políticas e territoriais kaingang. Essa combinação, entre as formas de fazer política kaingang e a linguagem política dos *fòg*, estaria construindo uma cosmopolítica “que, por se compor dinamicamente com diversas forças, pode chegar a se tornar mais potente” (Marechal; Hermann, 2018):

Comunicando-se com outros *kujà*, com seus *jãgré* ou com seus antepassados, os *kujà*, através dos seus sonhos, buscam conter e/ou transformar perigos possíveis encontrados nas suas visões oníricas. Essa prática xamânica específica dos conhecimentos dos *kujà* (*kujà kajrën*) expressa uma relacionalidade entre visível-onírico, passado-presente-futuro, mortos-vivos, humanos-extra-humanos, categorias que, desde o olhar moderno-colonial, estariam notadamente separadas (Fernandes, 2003; Hermann, 2016; Maréchal, 2015; Rosa 2005). Esse papel destacado do *inh ga kri vënh péti* (domínio onírico, mundo dos sonhos) e das práticas dos *kujà* para o plano visível (*inh ga kri*) seriam fatores articuladores de eventos na vida kaingang (Marechal; Hermann, 2018).

A análise desse "microcosmo" histórico-colonial-ancestral do Morro Santana revela a multiplicidade de mundos que coexistiram e constituíram esse espaço ao longo do tempo. Fica evidenciado que não se tratava de uma História Única, mas sim de uma trama entrelaçada de ontologias diversas. Os diversos mundos (indígenas, africanos, coloniais, populares,

periféricos, urbanos, rurais...) se entrelaçaram, colidiram e friccionaram, influenciando uns aos outros e (re)desenhando a(s) territorialidade(s) ao longo dos séculos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou compreender como diferentes ontologias constituem distintas territorialidades denominadas “Morro Santana”. Conforme Escobar (2016), diante da tarefa de “reconstituição de mundos” no atual contexto de emergência climática, necessitamos ampliar o “espaço epistêmico e social”, a partir da influência das “lutas e pensamentos de baixo (“*desde abajo*”) e aquelas que estão sintonizadas com as dinâmicas da Terra”. Influenciados por essa perspectiva, trilhamos os capítulos anteriores, pensando “com os pés na terra” (Moraes, 2020), buscando transcender as dicotomias tradicionais e coloniais, de modo que sujeito e objeto “se engendram na pesquisa, se agenciam, se inventam em cada pesquisar” (Paulon; Romagnoli, 2010, p. 93).

Essa postura, de abertura epistemológica, nos conduziu a um contínuo diálogo interdisciplinar com diversos campos do conhecimento, tanto aqueles lidos como “formais” (como Antropologia, Geografia, História, Filosofia, Biologia, Urbanismo, Arqueologia, Arquivologia etc.), quanto os considerados “informais” (destacando a relevância dos saberes ancestrais da comunidade Kaingang ou de outros moradores do Morro Santana que, muitas vezes, também são pesquisadores).

A partir da combinação de técnicas e referenciais teóricos, articuladas com a minha experiência vivenciando o território, foi possível acessar diferentes âmbitos que constituem os múltiplos “Morros Santana”, que são produzidos por diferentes práticas concretas que constituem (e são constituídas por) diferentes ontologias.

Iniciamos o trabalho apresentando diferentes desenhos ontológicos, buscando compreender como se dá a interação entre diferentes entidades ou (territo)realidades de “Morro Santana” distintos, porém, coexistentes: o “morro Santana” ambiental (com “m” minúsculo); o Morro Santana histórico (Morro de Sant’Anna); o Morro Santana urbano; e o Morro Santana ancestral.

No segundo capítulo, analisamos conflitos ontológicos entre o “viver na caixinha” e o “bem viver”, apresentando os dois principais conflitos que acompanhei ao longo da dissertação: primeiro, aquele envolvendo os rumores a respeito da privatização da pedreira do Morro Santana; e segundo, o surgimento da Retomada Gãh Ré. Através de uma decupagem de cenas, busquei evidenciar os pontos de atrito e fricções entre diferentes mundos/morros, refletindo como esses conflitos específicos podem nos ajudar a compreender os modos de produção da cidade como um todo.

No terceiro capítulo, imergimos na “cidade de papel”, ou seja, nos documentos relacionados ao processo jurídico, urbanístico e ambiental do empreendimento da Maisonnave, articulando-os com relatos de diferentes moradores e outras experiências vividas. Em meio ao cenário de revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, analisamos o *modus operandi* dos processos de aprovação de empreendimentos imobiliários na cidade, buscando compreender como o Estado-moderno-colonial participa da constituição do(s) Morro(s) Santana e da cidade.

Ao longo do trabalho, foi possível observar como as linhas, contornos e fronteiras deste(s) território(s) são decorrentes de disputas e de jogos de poder, que determinam o que está “dentro” e o que está “fora” em cada desenho ontológico. Essas hierarquizações heterogêneas e transitórias ao longo do tempo e do espaço – que às vezes ampliam, às vezes recuam, às vezes se confundem com definições oficiais, informais, históricas, ancestrais, biológicas ou geomorfológicas – resultarão na multiplicidade de formas de produzir “Morro Santana”.

De acordo com Mol, a multiplicidade implica em “diferentes realidades que coexistem no presente”, colidindo, colaborando ou mesmo dependendo uma das outras (Mol, 2007, p. 09-15). Portanto, compreendemos como inerente ao(s) território(s) a presença de alianças, conflitos e disputas entre os múltiplos desenhos ontológicos que o(s) produz(em). Entretanto, através das dinâmicas descritas nesta dissertação e na literatura mencionada, foi possível perceber que, nessas fricções entre os mundos, há uma tendência, por parte do desenho moderno-capitalista-colonial, de tentar capturar, colonizar e, em muitos casos, de destruir os outros mundos.

Como aponta Haesabaert (2021, p. 159), o giro multiterritorial incorpora as periferias urbano-metropolitanas, onde as lutas contra precarização territorial (por moradia, água, saúde), podem também ser lutas indígenas, negras e feministas. De acordo com Escobar (2017, p. 220), a cidade permite a visualização nítida dos resultados do desenho ontológico moderno-colonial. Por isso, o autor defende a importância da exposição da “instabilidade desse modo de habitar” (Escobar, 2017, p. 220, tradução nossa).

Entretanto, como aponta Vera Telles (2015, p. 17), a situação atual das cidades é muito distinta daquela que moveu os fundadores da sociologia urbana, que partiam de pressupostos teóricos que enfatizavam certos dualismos. Algumas inquietações provocadas pela autora são relativas a uma espécie de “ponto cego no campo dos estudos urbanos”, que se baseia em uma oposição binária: de um lado a “cidade-mercado”, de outro o “Planeta Favela”. Esses estudos apresentam dificuldades de captar analiticamente as tramas urbanas atuais, que são contraditórias, dinâmicas e conflituosas. De acordo com a autora, os conflitos e os campos de tensão que desenham as territorialidades urbanas atualmente “se configuram em torno dos

pontos de fricção postos pelas tendências de uma crescente mercantilização de espaços, lugares, vidas e forma de vida” (Telles, 2015, p. 16).

Por conta disso, buscamos aproximar os estudos urbanos de reflexões a partir da ontologia política dos territórios. Essa abordagem parte do reconhecimento da existência de múltiplos “mundos relacionais” os quais, ainda que se afetando, se limitando e/ou se possibilitando, não podem ser completamente reduzidos uns aos outros: “esses mundos constituem um pluriverso, ou seja, um conjunto de mundos em conexão parcial uns com os outros, e todos praticando-os e desenvolvendo-os sem cessar” (Escobar, 2015, p. 97).

Conforme o referido autor, o bairro pode ser considerado um “espaço de reflexão encarnada, de desenho relacional”, desafiando os paradigmas de planejamento em voga, emergindo como espaço de *redesenho ontológico* (Escobar, 2017, p. 39). Nesse sentido, Letícia Nascimento, integrante do Coletivo Mães da Periferia, afirma: “o Morro Santana é um grande coletivo de coletivos”. Esses encontros, entre projetos sobrepostos de fazer mundo (fazer morro), possibilitam coordenações e assembleias momentâneas ou “momentos de fricção”, nos termos de Tsing (2019). As fricções, entendidas também como conflitos, alianças, atritos, empréstimos, fusões são inerentes a esses encontros heterogêneos e desiguais, que conforme Tsing (2019) “podem levar a novos arranjos de cultura e poder”. O conceito de fricção, proposto pela autora, abrange também mundos produzidos por seres e organismos não-humanos e relações inter-espécies:

O sonho do veado, portanto, age como um eixo de coordenação entre os projetos do cervo e do Touro. Sem repararem muito um no outro, eles se encontram com projetos sobrepostos de fazer mundo. Através de tais sobreposições, uma paisagem emerge. Muitos outros organismos, assim como coisas não vitais, ocupam essa paisagem (Tsing, 2019, p. 259).

Nesse ponto, poderíamos resgatar as proposições do anarquista russo Piotr Kropotkin, considerado um dos fundadores da sociobiologia. Na virada dos séculos XIX e XX, o autor apresentou o conceito de “apoio mútuo” (ou ajuda mútua), baseado na noção de que natureza e sociedade compartilhavam “uma relação social intrínseca” (Cortes, 2022, p. 370). Para ele, a sociedade depende de um “acordo” para manutenção da sua existência, lógica que poderia ser aplicada das suas manifestações mais simples às mais complexas (Cortes, 2022, p. 358). As espécies que não conservam relações de apoio mútuo tenderiam à extinção, tendo em vista que “a ajuda mútua permeava a construção da vida em suas várias formas, na busca da conservação das espécies” (Cortes, 2022, p. 365).

Articulando as ideias de Kropotkin (1902) com as de Tsing (2019), é possível compreender a ajuda mútua como uma forma de fricção. Scaramuzzi (2020) avança na reflexão, analisando uma rede baseada na “ajuda mútua” entre quilombolas e outros parceiros (animais e vegetais), buscando auxiliar os castanhais em sua criação e reprodução. Aproximando do nosso caso, podemos interpretar que a rede formada por esse “grande coletivo de coletivos” foi estabelecida através da ajuda mútua entre diferentes mundos/morros. Essa coletividade é protagonizada pelos indígenas Kaingang e compartilhada com outros habitantes, moradores e ex-moradores de diferentes territorialidades (bairro, vilas, loteamentos), assim como alguns não-moradores (pesquisadores, ativistas-apoiadores) e também outros seres não-humanos, sejam eles espíritos ancestrais, sejam animais, vegetais e minerais que compõem o sistema de nascentes e o mosaico vegetacional de campos e florestas do Morro Santana.

Pensando além da ontologia dualista (que separa o humano do não humano, natureza e cultura etc.), observamos conflitos territoriais que tradicionalmente poderiam ser examinados tanto pela sociologia urbana, quanto pela sociologia ambiental e/ou rural. Tomemos como exemplo o caso da pedreira Asmuz. É possível que a sociologia urbana clássica não demonstre um interesse tão evidente na problemática, entendendo tratar-se tipicamente de um conflito ambiental. Porém, como observamos, uma investigação mais atenta sobre o caso revela uma maior complexidade. Primeiramente, descobrimos que as rochas extraídas da pedreira foram utilizadas na pavimentação de muitos bairros de Porto Alegre (Philipp; Vargas; Benedetti, 2009, p. 66). Somente esse aspecto já cria um “problema ontológico” significativo, uma vez que conecta diretamente o “morro Santana ambiental” com a urbanização mais ampla da cidade. Indo além disso, vimos que algumas das vilas existentes no Morro Santana originaram-se, inicialmente, da mão de obra de trabalhadores a serviço do empreendimento mineral. Ademais, constatamos inúmeros impactos da pedreira na população residente do Morro Santana e de outros bairros, que, através de denúncias, levaram à sua desativação. Como também observamos, em seguida, houve uma multiplicação das vilas no entorno da área, e, até mesmo, dentro de uma das pedreiras desativadas. Comunidades estas que precisam lidar com acesso precário ou inexistente à direitos básicos, como moradia digna, saneamento, água, além de enfrentar os impactos de eventos climáticos, fatos que evidenciam, ainda mais, a inseparabilidade entre os conflitos urbanos-ambientais.

Diante da interconexão empírica dessas questões, qual seria a abordagem analítica mais adequada? Ampliando o questionamento para além do caso específico, surgem ainda outras indagações. É possível estabelecer uma distinção objetiva entre conflitos urbanos e conflitos ambientais? Além disso, é produtivo, analítica e politicamente, manter tal distinção? Afinal,

estamos diante de uma conjuntura em que a extração de petróleo nos oceanos serve para abastecer os automóveis que transitam nas grandes cidades; minerais como o manganês são extraídos para serem utilizados na fabricação de baterias para aparelhos eletrônicos (França, 2019); a energia usada para manter funcionamento dos *data centers* do Google e outras corporações consomem milhões de litros de água por dia (Viana, 2023); o agronegócio promove a desertificação de imensas áreas para produzir comida envenenada para a população da cidade (Valporto, 2022); o modelo hegemônico de desenvolvimento urbano contribui para a formação de ilhas de calor (Habitability, 2023); as populações das periferias são as mais afetadas por eventos climáticos extremos (Coelho, 2022). O que aparentemente se apresenta como um conflito ambiental, como a extração de recursos naturais, muitas vezes está entrelaçado com questões como o fornecimento de energia para áreas urbanas densamente povoadas.

Quando partimos da lógica em que “natureza” e “sociedade” estão interconectadas, ou, mais do que isso, se encontram em relações de coprodução e de “apoio mútuo” (Kropotkin, 1902), as fronteiras entre os conflitos urbanos e os ambientais tendem a se tornar menos nítidas. As ações humanas – decisões políticas e econômicas que impactam o meio ambiente – reverberam profundamente nas dinâmicas urbanas, e vice-versa. Da mesma forma, problemas urbanos aparentes, como a falta ou insuficiência de infraestruturas nas periferias, estão intrinsecamente ligados às suas implicações ambientais, como a vulnerabilidade das populações locais a eventos climáticos extremos. Portanto, à medida que reconhecemos a interdependência e a interconexão entre estes domínios, aparentemente opostos, podemos compreender de forma mais profunda e complexa os conflitos atuais.

Dito isso, entende-se fecundo compreender os conflitos territoriais como conflitos ontológicos, sejam eles entendidos como “urbanos” ou “ambientais”. Esse enfoque, nas relações e nas práticas que constituem mundos plurais, permite captar as fricções e coexistências possíveis (e também as impossíveis), em oposição às categorias de análise estáticas e homogeneizadoras.

Torna-se um desafio superar os “vícios” de pensar e sentir o(s) mundo(s) através da lente colonial que sugere (e tentar impor) uma “realidade única” e, não contraditoriamente, uma cidade fragmentada. Conforme Araóz (2020, p. 51) a “epistemologia oficial da modernidade” (Araóz, 2020, p. 51) se constituiu, justamente, a partir da “expropriação ontológica de outras formas de ser e de saber, formas alternativas de viver, de sentir e de habitar o mundo” (Araóz, 2020, p. 51). Nesse sentido, a lógica da racionalidade e da objetividade coloniais busca medir, catalogar, parcelar, em suma, fragmentar lugares e territórios em “caixinhas”: propriedade individual; condomínio/loteamento; bairro; município; Estado-Nação.

A analogia da cacica Gah Té em relação aos riscos do “viver na caixinha” pode ser compreendida tanto como uma crítica ao estilo de vida dos grandes centros urbanos – onde se precisa “pagar mais conta” e “não tem onde olhar” (pelas janelas pequenas) – como uma crítica ontológica às limitações epistemológicas das “caixinhas” (de pensar e praticar), que emergem e reforçam tal modo de ser urbano/moderno. Camana (2020) denomina esta forma/desenho colonial “fragmentada” de estar na terra de “perspectiva parcelar”, na qual, “não se trata de habitar, cuidar ou compor, mas sim de esquadrihar a terra”. Nesse sentido, Escobar (2017, p. 37) questiona: “o que significará reconstruir territórios urbanos como espaços vivos para ‘habitar’, em vez de superfícies inertes para ‘ocupar’?”. Em contraponto a esta lógica fragmentada, Gah Té afirma que a luta de seu povo é pelo *bem viver* compartilhado com outros mundos.

Joelson Ferreira e Erahsto Felício, integrantes da Teia dos Povos da Bahia – movimento social da qual Gah Té foi nomeada uma das conselheiras no Rio Grande do Sul –, propõem uma reflexão que dialoga com o questionamento de Escobar, refletindo sobre as diferenças entre a luta “por um pedaço de terra” e a luta para “construir um território” (Ferreira; Felício, 2021):

Os povos originários falam Mãe Terra (Pachamama, para os povos andinos) por muitas razões. Aprendemos que, sendo uma mãe, não devemos dividi-la, dando a cabeça para um filho, o estômago para outro e um pé para outro. Ela só existe em sua unidade e em sua unicidade. E é por isso que passamos de uma luta para obter um pedaço de terra para uma concepção de lutar para construir um território. Porque uma coisa é você ter um lote de 10 hectares de terra, outra coisa é você viver em um território com matas, lajedos, rios, lagos etc. Quando pensamos território, não estamos falando de um quadrado ou de uma demarcação com determinado aspecto. Estamos falando de um lugar cheio de símbolos de pertencimento alicerçados na abundância da vida. É o que chamamos de para além da cerca. Então, não basta que alguém conceda terra como hoje fazem mediante a distribuição de títulos individuais, que depois serão comprados pelo agronegócio, para depois essa terra se converter em máquinas de destruição de vidas. O que queremos são territórios, lugares com vida, com comunidade, onde rios, matas, animais, poços, nascentes, tudo possa ser respeitado e cuidado (Ferreira; Felício, 2021, p. 43-44).

O avanço do “progresso” arrasa práticas ancestrais, o furor do consumo e do crescimento “invade solos e subsolos, corpos e almas, as fontes de água os sonhos e os céus” (Araóz, 2020, p. 43-46). Simultaneamente, vem o ato de (re)nomear buscando (des/re)territorializar outros modos de vida existentes naqueles lugares/territórios. De acordo com Escobar, em resistência ao projeto globalizador neoliberal de construir “Um Mundo”: “muitas comunidades indígenas, afrodescendentes, camponesas e urbanas pobres estão promovendo lutas ontológicas”. (Escobar, 2017, p. 145).

A Retomada Gãh Ré mostra-se como um exemplo de abertura ontológica, pois ao se constituir como “multiétnica”, abre as portas para o *pluriverso*. Como Escobar (2015, p. 97) argumenta, lutas como essa inspiram-se no princípio zapatista de “um mundo em que caibam muitos mundos”, ou, em nosso caso, na possibilidade de que o(s) Morro(s) Santana(s) continue(m) (co)existindo.

Figura 42 – Muralismo no Morro Santana



Fonte: Acervo pessoal (2023).

REFERÊNCIAS

Acosta, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

Alfonsin, Betânia de Moraes; Segat, Flávia; Gallicchio, Juliana Raffaella de Souza; Montanari, Vitória. **Do cercamento das terras comuns ao Estatuto da Cidade**: a colonialidade do direito de propriedade como obstáculo para a efetivação do direito à cidade no Brasil. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/download/64045/45365>. Acesso em: 31 out 2023.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. **Anarquismo Ontológico e Verdade no Antropoceno**. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 10–29, 2021. DOI: 10.5007/2175-8034.2021.e78405. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/78405>. Acesso em: 6 mar. 2024.

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Carta Aberta do Acampamento Terra Livre, 2023** - Povos Indígenas Decretam Emergência Climática. Brasília - DF, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/files/2023/04/Carta-Povos-Indi%CC%81genas-decretam-Emergencia-Clima%CC%81tica-.docx.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

Aráoz, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. Editora Elefante, 2020.

Araújo, Naira Hofmeister de. **Estudo sobre a vida e a obra de Apolinário Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

Barroso, Véra Lucia Maciel; Osmari, Maria. **Do Morro Santana, a cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2004.

Bento, Claudio Moreira. **Porto Alegre Memória dos Sítios Farrapos e da Administração do Barão de Caxias**, 1989. Disponível em: <https://www.ahimtb.org.br/PORTO%20ALEGRE%20SITIO%20FARRAPOS.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

Bexiga, Stéphanie Ferreira. **Banais como pedra**: as reflexões sobre natureza e meio ambiente de habitantes do entorno de uma pedreira em Porto Alegre (RS). 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/104868>. Acesso em: 10 maio 2023.

Birnfeld, Marco Antonio. **Acredite se puder**: no Brasil há 3,1 milhões de processos que há mais de 15 anos aguardam julgamento. 2023. Disponível em: <https://www.espacovital.com.br/publicacao-40600-acredite-se-puder-no-brasil-ha-31-milhoes-de-processos-que-ha-mais-de-15-anos-aguardam-julgamento>. Acesso em: 28 out. 2023.

Blaser, Mario. Uma outra cosmopolítica é possível?. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 10, n. 2, p. 14-42, 2018.

Branco, Carlos Frederico. **As araucárias na terra indígena de Mangueirinha**: territórios, existências e resistência Kaingang. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021.

Calveiro, Pilar. Repensar y ampliar la democracia: El caso del Municipio Autónomo de Cherán K'eri. **Argumentos**, v. 27, n. 75, p. 193-212, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/argu/v27n75/v27n75a10.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

Camana, Ângela. **“Moçambique é um Mato Grosso no meio da África”**: o desenvolvimento e suas fricções em torno ao acontecimento ProSavana. 2020. 274f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217710>. Acesso em: 12 nov. 2023.

Campos, Heleniza Ávila. Densidade urbana em tempos de revisão do plano diretor de Porto Alegre: reflexões a partir do Censo 2022. Observatório das Metrôpoles. **Brasil de Fato**, 08 ago. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2023/08/08/densidade-urbana-em-tempos-de-revisao-do-plano-diretor-de-porto-alegre-reflexoes-a-partir-do-censo-2022>. Acesso em: 28 out. 2023.

Canez, Anna Paula Moura. Arnaldo Gladosch: **O Edifício e a Metrôpole**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8588/000581800.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 out. 2023.

Castanharo, Raquel. Não é superstição! Mudança no clima pode gerar mais dores nas articulações. **Globo Esporte**, 24 jun. 2017. Disponível em: <https://ge.globo.com/eu-atleta/saude/noticia/nao-e-supersticao-mudanca-no-clima-pode-gerar-mais-dores-nas-articulacoes.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2023.

Catafesto De Souza, José Otávio. Territórios e povos originários (des)velados na metrópole de Porto Alegre. In: Porto Alegre. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Coordenação de Direitos Humanos. Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas. **Povos indígenas na bacia hidrográfica do Lago Guaíba**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2008, p. 14-24.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. **Marcha das Mulheres Indígenas divulga documento final**: "lutar pelos nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida". 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Coelho, Rodrigo Durão. Moradores de periferias morrem 15 vezes mais por eventos climáticos extremos, diz IPCC. **Brasil de Fato**, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/28/moradores-de-periferias-morrem-15-vezes-mais-por-eventos-climaticos-extremos-diz-ipcc>. Acesso em: 31 out. 2023.

Coimbra, Carolina; Fraga, Caroline; Garcia, Michelle. Liquida Porto Alegre: obtenha sua área verde de forma facilitada. **Medium**, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://medium.com/@carolinefraga/liquida-porto-alegre-obtenha-sua-%C3%A1rea-verde-de-forma-facilitada-3b603ba47a60>. Acesso em: 12 nov. 2023.

Comunello, Patrícia. Zaffari recebe licença para construir megaempreendimento na antiga Gaúcha Cross. **Jornal do Comércio**, 09 mar. 2021. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/economia/2021/03/781846-zaffari-recebe-licenca-para-erguer-megaempreendimento-na-area-da-antiga-gaucha-cross.html>. Acesso em: 28 out. 2023.

Corrêa, Diogo Silva. **Exorcizando o simbolismo**. In: Von der Weid, Olivia; Vandenberghe, Frédéric. (Org.). *Novas Antropologias*. Rio de Janeiro: Três pontos, 2016, v. 1, p. 210-217.

Correio do Povo. McDonald's inaugura mais um restaurante em Porto Alegre. **Correio do povo**, 1 jan. 2022. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/economia/mcdonald-s-inaugura-mais-um-restaurante-em-porto-alegre-1.749192>. Acesso em: 28 out. 2023.

Cortes, Marcelo; Aguiar, Rodrigo; Rodrigues, Letiere. **Do Morro à África**: o que nossas “avós” não puderam nos ensinar. Porto Alegre: Editora Coragem, 2023.

Cortes, Marcelo. 2023. **Entrevista** [arquivo pessoal do autor]. Porto Alegre.

Cortes, Marcelo. **Teoria da História & Piotr Kropotkin**. Editora Faísca, 2022.

Dagnino, Dona Helena. 2023. **Entrevista** [arquivo pessoal do autor]. Porto Alegre.

Daisson, Augusto. **À margem de alguns brasileirismos**. Porto Alegre: Editora Globo, 1925.

Damásio, Ana Clara. “Olho de Parente” e o “Olho Estranho”: Considerações etnográficas sobre Viver, Olhar, Ouvir, Escrever e Permanecer. **Novos Debates**, v. 7, n. 1, 2021.

De La Cadena, Marisol. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 95-117, 2018.

Diário de Notícias, 1959. **Jornal Diário de Notícias de 18 ago. 1959**. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_03&pesq=%22morro%20de%20santana%22%20vila%20prot%C3%A1sio%20alves&hf=memoria.bn.br&pagfis=33251. Acesso em: 12 nov. 2023.

Diário de Notícias, 1966. **Jornal Diário de Notícias de 13 fev. 1966**. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_04&pesq=%22morro%20de%20santana%22%20vila%20prot%C3%A1sio%20alves&hf=memoria.bn.br&pagfis=27519. Acesso em: 12 nov. 2023.

Diário de Notícias, 1967. **Jornal Diário de Notícias de 23 jan. 1967B**. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_04&pesq=%22morro%20de%20santana%22%20vila%20prot%C3%A1sio%20alves&hf=memoria.bn.br&pagfis=45389. Acesso em: 12 nov. 2023.

Dorberstein, Juliano; Corrêa, João Alexandre. **Memória em ruínas**: a Casa Branca do Morro Santana. 2005.

Escobar, A. **Autonomía y diseño: la realización de lo comunal**. Buenos Aires: Ed. Tinta Limón, 2017.

Escobar, Arturo. Territórios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

EVU do empreendimento – Processo SEI nº 002.210224.00.2.00000. **Compilação do Processo SEI nº 002.210224.00.2.00000 por Preserve Morro Santana**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1zOPZ-DpE45F-geolb7UxjOpZ6GBQ0K82/view?usp=sharing>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FAG, Federação Anarquista Gaúcha. **Dossiê Maisonnave** – a impunidade tem sobrenome, 2022. Disponível em: <https://cabanarquista.org/dossie-maisonnave-a-impunidade-tem-sobrenome/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele Negra Mascaras Brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

Farias, Renato. 2023. **Entrevista** [arquivo pessoal do autor]. Porto Alegre.

Favero, Rafael. Incêndio em vegetação no Morro da Polícia, em Porto Alegre, é controlado após mais de três horas de combate. **Gaúcha ZH**, 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2023/03/incendio-em-vegetacao-no-morro-da-policia-em-porto-alegre-e-controlado-apos-mais-de-tres-horas-de-combate-clfbsptio009z0151ki0n6yg0.html>. Acesso em: 28 out. 2023.

Ferreira, Joelson; Felício, Erahsto. **Por Terra e Território: Caminhos da Revolução dos Povos no Brasil**. Teia dos Povos, 2021.

Ferreira, Letícia Carvalho; Lowenkron, Laura. **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. E-papers: 2020.

Ferreira, Marcelo. Cacica encerra greve de fome após justiça suspender reintegração de posse de território no RS. **Brasil de Fato**, 27 dez. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/27/cacica-encerra-greve-de-fome-apos-justica-suspender-reintegracao-de-posse-de-territorio-no-rs>. Acesso em: 28 out. 2023.

FGV, Fundação Getúlio Vargas. **Estudo de Viabilidade para Concessão de Parques e Praças Municipais**. FGV Projetos CE Nº 0123/22. Diagnóstico do Projeto. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 07 fev. 2022. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/ppp/usu_doc/produto_-_diagnostico.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

Filho, Carlos Marezon Fonyat; Seibel, Lissete Konzen. **Manifestação, no contexto da Reintegração de Posse nº 5056794-75.2022.4.04.7100**. Porto Alegre, 20 out. 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1sX9k_DDDddy3lhKv8mJ9slb0DAiMKo7/view. Acesso em: 12 nov. 2023.

França, Andréa. Smartphones, pilhas e ração para animais: saiba o que é feito com o manganês extraído no PA. **G1 PA**, 31 out 2019, Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/10/31/smartphones-pilhas-e-racao-para-animais-saiba-o-que-e-feito-com-o-manganes-extraido-no-pa.ghtml>. Acesso em: 31 out. 2023.

Franco, Sérgio da Costa. **O Morro de Santana e a Sesmaria de Jerônimo de Ornellas**. In: *Do Morro Santana a cidade de Porto Alegre*, 2002, p.13.

Fretta, Cristiano. Em busca de Apolinário Porto Alegre (parte II). **Matinal Jornalismo**, 29 out. 2020. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/ensaio-parentese/em-busca-de-apolinario-porto-alegre-parte-ii/>. Acesso em: 31 out. 2023.

Frizzo, Taís Cristine Ernst; Porto, Maria Luiza. **Flora Ilustrada da Vegetação da Futura Reserva Ecológica do Morro Santana, Porto Alegre, RS**. 1998. Resumo publicado em evento. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/89930>. Acesso em: 11 nov. 2023.

Fujimoto, Nina Simone Vilaverde Moura. Alterações ambientais urbanas na área da bacia hidrográfica da barragem Mãe D'Água: evolução da ocupação e do uso do solo. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 67-83, jan. 2002. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39934/26263>. Acesso em: 31 out. 2023.

G1 RS. Ciclone no RS: total de mortes chega a 51; vítima é mãe de dois bebês que também morreram. **G1**, 05 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/10/05/ciclone-no-rs-total-de-mortes-chega-a-51-vitima-e-mae-de-dois-bebes-que-tambem-morreram.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2023.

G1, 2020. Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1**, 22 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2023.

Gago, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. Editora Elefante, 2020.

Gah Té, Iracema Nascimento *et al.* **História e cultura Kaingang: Morro Santana, Borboleta e a importância da natureza**. Zine: Porto Alegre, 2018.

Gah Té, Iracema Nascimento. 2023. **Entrevista** [arquivo pessoal do autor]. Porto Alegre.

Gah Té, Iracema Nascimento. **Coletiva de imprensa - Retomada Gãh Ré, Morro Santana, POA-RS**. - íntegra.. 2022. Vídeo. Coletivo Catarse. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b3TBoQ6mNyY>. Acesso em: 28 out. 2023.

Gastal, Susana. **Memória dos Bairros: Morro Santana**. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1995. (Coleção Memória dos Bairros).

Gehm, Bettina. Foco na mitigação da seca torna estado mais vulnerável às mudanças climáticas. **Austral**, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://austral.headline.com.br/foco-na-mitigacao-da-seca-torna-estado-mais-vulneravel-as-mudancas-climaticas-10a2cc79>. Acesso em: 20 set. 2023.

Gomes, Luís. Eber Marzulo: Grandes Empreendimentos Servem Para Investimento, Não São Para as Pessoas. **Podcast de Poa**, 2023. Disponível em: <https://sul21.com.br/podcast/de-poa/2023/06/eber-marzulo-grandes-empreendimentos-servem-para-investimento-nao-sao-para-as-pessoas/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Gomes, Márcia Helena Lemos; Holsback, Rafael da Silva. **Impactos Ambientais – Requalificação da Pedreira do Morro Santana**. 19 ago. 2021. Disponível em: <https://compostcheira.eco.br/impactos-ambientais-requalificacao-pedreira-do-morro-santana/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Gudynas, Eduardo. Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza. **CEDIB**, Centro de Documentación e Información Bolivia, 2019.

Gudynas, Eduardo. La megaminería es una amputación ecológica. 28 de março de 2021. Sección: Extractivismos. **Agencia Tierra Viva**, 28 mar. 2021. Disponível em: <https://agenciaterraviva.com.ar/la-megamineria-es-una-amputacion-ecologica/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

Guedes, Caio Villalva. O que é Racismo Ambiental e Racismo Energético?. **RevoluSolar**, 12 nov. 2021. Disponível em: <https://revolusolar.org.br/o-que-e-racismo-ambiental-e-racismo-energetico/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Guerreiro, Anderson. Município inicia levantamento para regularização na Vila Laranjeiras. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smharf/noticias/municipio-inicia-levantamento-para-regularizacao-na-vila-laranjeiras>. Acesso em: 28 out. 2023.

Guerreiro, Isadora Andrade. **Casa Verde e Amarela, Securitização e Saídas da Crise: No Milagre da Multiplicação, o Direito ao Endividamento**. 2020. Disponível em: <https://passapalavra.info/2020/08/134088/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Habitability. **Ilhas de calor: o desafio urbano que exige soluções sustentáveis**. 9 ago. 2023. Disponível em: <https://habitability.com.br/ilhas-de-calor/>. Acesso em: 31 out. 2023.

Haesbaert, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina** Buenos Aires: CLACSO, 2021.

Hasenack, Heinrich et al. **Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre: Geologia, Solos, Drenagem, Vegetação/Ocupação e Paisagem**. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2008. 84 p.

Hornaert, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098230&pesq=%22morro%20santana%22%20%22terreno%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=40832>. Acesso em: 11 nov. 2023.

IPCC, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. **Relatório climático da ONU: estamos a caminho do desastre, alerta Guterres**. 04 abr. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/176755-relat%C3%B3rio-clim%C3%A1tico-da-onu-estamos->

caminho-do-desastre-alerta-

guterres#:~:text=Hist%C3%B3ria%20de%20terror%20%2D%20A%20menos,esp%C3%A9cies%20de%20plantas%20e%20animais%E2%80%9D. Acesso em: 20 set. 2023.

Jachetti, Samuel Tibola. **Reurbanização no Morro Santana**. 2016. 20f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/164110>. Acesso em: 10 maio 2021.

Jardim, Cristiano Fagundes. **A Percepção Ambiental no Ambiente Escolar: Áreas de Risco a Movimento de Massa no Morro Santana**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

Jaumont, Jonathan; Varella, Renata. A pesquisa militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Direito e Práxis: Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 414-464, 2016.

Jornal do Dia, 1960. **Jornal do Dia de 1º maio de 1960**. Disponível em:

Job, Juliana; Vignol-Lelarge, Maria Lidia; Gomes, Márcia Boscato; Menegat, Rualdo. **Avaliação Preliminar dos Aspectos Geológicos, Topográficos, Hidrológicos, do Risco Geológico e Vulnerabilidade à Ocupação Urbana da Área de Retomada GAH RÉ no Morro Santana, Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

Justino, Guilherme. Caso Yanomami: o que é e por que se fala em genocídio indígena. **Um Só Planeta**, 24 jan. 2023. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2023/01/24/caso-yanomami-o-que-e-e-por-que-se-fala-em-genocidio-indigena.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2023.

Kopenawa, Davi; Albert, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Editora Companhia das Letras, 2019.

Krenak, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Editora Companhia das Letras, 2019.

Laroque, Luís Fernando da Silva. Fronteiras Geográfica, Étnicas e Culturais Envolvendo os Kaingang e Suas Lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). **Antropologia, Instituto Anchieta de Pesquisas**, n. 64, 2007. Disponível em: <https://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/volumes/064.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

Lauro, Rafael; Trindade, Rafael. **Razão Inadequada. Podcast #224 Marketeiro, o Falso Filósofo**. [S.l.], 8 set. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tk6vPLrtjBl>. Acesso em: 28 out. 2023.

Lopes, Reinaldo José. O Povo Que Fez do Pinhão uma Floresta. Anais da Vida Selvagem. **Piuaí**, 01 jun. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-povo-que-fez-do-pinhao-uma-floresta/?fbclid=IwAR10biElbAFBo189-VpjjVzn-c66LkwQnZDL2WT-JAIC9DXzQfIL2Emu0z4>. Acesso em: 31 out. 2023.

Magalhães, Alexandre. Remoções de favelas no Rio de Janeiro: entre formas de controle

e resistências, Curitiba, Appris. 2019.

Magalhães, Alexandre. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, p. e3610600, 2021.

Maia, Paula. “Não quero sair da minha casa”, diz moradora do Beco da Morte, em Porto Alegre. **Correio do Povo**, 14 set. 2023, 15:04. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/n%C3%A3o-quero-sair-da-minha-casa-diz-moradora-do-beco-da-morte-em-porto-alegre-1.1094556>. Acesso em: 14 set. 2023.

Maréchal, Clementine et al. **Nota Técnica acerca da ancestralidade indígena Kaingang e Xokleng no território denominado Gãh Ré no Morro Santana em Porto Alegre**. 2022.

Maréchal, Clémentine Ismérie; Hermann, Herbert Walter. O xamanismo kaingang como potência decolonizadora. **Horizontes Antropológicos**, n. 51, 2018, p. 339-370. Disponível em: <https://journals.openedition.org/horizontes/2314#tocto1n2>. Acesso em: 20 set. 2023.

Maréchal, Clementine. “**Eu luto desde que eu me conheço por gente**”: Territorialidades e cosmopolítica Kanhgág enfrentando o poder colonial no sul do Brasil. 2015. 214f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Maricato, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Maricato, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgfBw9PyLxBxbNRbf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

Marocco, Marco Aurélio; Scmazzon, Carlos. Câmara aprova projeto que cria 15 bairros e altera delimitações. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, Porto Alegre, 21 dez. 2015. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/camara-aprova-projeto-que-cria-15-bairros-e-altera-delimitacoes>. Acesso em: 10 maio 2022.

Marques, Vinícius. Viamão, 12 mil anos - Sob o viés Arqueológico. **Arqueologia**. [s/d]. Disponível em: viamaoantigo.com.br/arqueologia.htm. Acesso em: 13 maio 2022.

Massey, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Bertrand Brasil, 2008.

Mbembe, Achile. **O direito universal à respiração**. [S.l.], 2020. Disponível em: https://pospsi.com.br/wp-content/uploads/2020/09/TEXTOS_20-achille-mbembe.pdf. Acesso em: 5 jan. 2022.

Medina, Tiago. Mais quentes, águas do mar gaúcho favorecem novos eventos climáticos extremos. **Matinal Jornalismo**, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/aguas-do-mar-gaucha-mais-quentes/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Menegat, Rualdo. (coord.). **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

Miranda, Macklaine Miletho Silva. Identificação das Unidades de Paisagem de Porto Alegre. In: **IX Colóquio Quapá Sel**, 25 a 26 de agosto de 2014, UFES-FAUUSP-QUAPÁ, UFES, Vitória, Espírito Santo, 2014. Disponível em: <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/03/Identifica%C3%A7%C3%A3o-das-unidades-de-paisagem-de-Porto-Alegre.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

Mol, Annemarie (2008), Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas. Nunes, 2008. J. A.; Rocha, R. (eds.): **Objetos Impuros**. Experiências em estudos sociais e ciência, pp. 63-174. Porto: Edições Melhoramentos.

Moraes, Alana. **Experimentações baldias & paixões de retomada vida e luta na cidade-acampamento**. 2020. 440f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Neumann, Eduardo Santos. “Um só não escapa de pegar em armas”: as populações indígenas na Guerra dos Farrapos (1835-1845). **Revista de História** (São Paulo), p. 83-109, 2014.

Neves, Pedro (2023). Retomada multiétnica Gãh Ré é tema de debate em comissão da Câmara de Porto Alegre (RS). **Brasil de Fato**, 01 mar. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/01/retomada-multietnica-gah-re-e-tema-de-debate-em-comissao-da-camara-de-porto-alegre-rs>. Acesso em: 31 out. 2023.

NPPHF, Núcleo de Preservação e Pesquisas Histórico-Ferrovárias. **Histórico Ferroviário Do NPPHF**. Disponível em: https://viacaoferrrea.com.br/circulares/historicoferroviario_1.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

Okumura, Renata. Ciclone extratropical no Rio Grande do Sul: sobe para 46 o número de mortes; 46 estão desaparecidos. **Estadão**, 10 set. 2023, 08h56. Atualização: 10 set. 2023, 20h57. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/ciclone-extratropical-no-rio-grande-do-sul-sobe-numero-de-mortes-veja-desaparecidos-nprm/>. Acesso em: 10 set. 2023.

Oliveira, Clovis Silveira. **Porto Alegre: a cidade e sua formação**. Editora Gráfica MetrÓpole, 1993.

Paddison, Laura. Julho é o mês mais quente registrado nos últimos 120 mil anos do planeta Terra, diz relatório. **CNN**, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/julho-e-o-mes-mais-quente-registrado-nos-ultimos-120-mil-anos-do-planeta-terra-diz-relatorio/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Pajolla, Murilo. Com Bolsonaro, política ambiental chegou ao "fundo do poço", diz ex-presidente do Ibama. **Brasil de Fato**, 07 fev. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/07/com-bolsonaro-politica-ambiental-chegou-ao-fundo-do-poco-diz-ex-presidente-do-ibama>. Acesso em: 20 set. 2023.

Pampa Debates. **Pampa Debates**, 05 out. 2021. Vídeo. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ihyk2MsRko0>. Acesso em: 28 out. 2023.

Paulon, Simone Mainieri; Romagnoli, Roberta Carvalho. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 10, n. 1, p. 85-102, 2010.

Pedrotti, Bruno. Povos Originários decretam Emergência Climática. Coletivo Catarse, 27 abr. 2023. Disponível em: <https://coletivocatarse.com.br/2023/04/27/povos-originarios-decretam-emergencia-climatica/>. Acesso em: 20 set. 2023.

Peñafiel, Adriana Paredes. Produção de conhecimento dos camponeses de Cajamarca, Peru ao seguir o caminho das águas diante da interrupção dos fluxos de vida. In: **ALAS. XXXII Congresso Internacional Alas**, Perú, 2019. Dossiê: Medio Ambiente, Sociedad y Desarrollo Sustentable. Grupo de Trabajo 14. Disponível em: https://sociologia-alas.org/wp-content/uploads/2021/03/Dossier14_compressed.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

Pereira, Gustavo Rovetta. Os desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose e a paisagem, no Extremo-Norte do Espírito Santo. In: **20º Congresso Brasileiro de Sociologia**, 12 a 17 de julho de 2021, UFPA – Belém, PA, CP07 - Sociologia Ambiental e Ecologia Política. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Philipp, Ruy Paulo; Vargas, Jacira Anton; Benedetti, Verônica Di. A memória geológica do centro antigo de Porto Alegre: o registro da evolução urbana nos prédios históricos e no urbanismo da cidade. **Pesquisas em Geociências**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-77, 2009.

Pinheiro, Aline. Para cada dia de trabalho, Judiciário descansa outro. **ConJur**, 1 nov. 2006. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2006-nov-01/cada_dia_trabalho_judiciario_descansa_outro. Acesso em: 28 out. 2023.

Podcast Desapaga PoA. **Matinal Jornalismo**, 2021. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/desapagapoa/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

Polanyi, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

Polidoro, Maurício. Desigualdade Climática em Porto Alegre: Como a Cidade Está Lidando com o Problema? Observatório das Metrópoles, **Brasil de Fato**, 16 maio 2023, 14:25. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/16/desigualdade-climatica-em-porto-alegre-como-a-cidade-esta-lidando-com-o-problema>. Acesso em: 16 out. 2023.

Polo, Flávia. Melo apela para que pessoas que vivem em área de risco saiam de casa ou peçam ajuda. **Guaíba**, 13 set. 2023. Disponível em: <https://guaiba.com.br/2023/09/13/melo-apela-para-que-pessoas-que-vivem-em-area-de-risco-saiam-de-casa-ou-pecam-ajuda/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Pontes, Nádia. Indígenas são peça-chave contra crise climática, diz FAO. **DW**, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ind%C3%ADgenas-s%C3%A3o-pe%C3%A7a-chave-contracrise-clim%C3%A1tica-diz-fao/a-56983183>. Acesso em: 20 set. 2023.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios**: a experiência latino-americana e caribenha. Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado, p. 151-197, 2006.

Pozzobon, Regina Maria. **Urbanismo e Planejamento Urbano**: Um olhar sobre o processo de constituição do seu lugar institucional. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/188449/001084467.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 out. 2023.

Quijano, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Reis, Carolina dos; Souza, Luis Henrique da Silva; Testa, Jacinta Antonioli. Sob os escombros: financeirização do espaço e da vida urbana em Porto Alegre. **Revista Polis e Psique**, v. 11, n. spe, p. 160-176, 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2021000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 out. 2023.

Reporter Popular RS. **Movimento comunitário repudia privatização da pedreira do Morro Santana**. 2021. Disponível em: <https://reporterpopular.com.br/movimento-comunitario-repudia-privatizacao-da-pedreira-do-morro-santana/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Reporter Popular RS. **O Morro é de quem Mora, Não de Quem Explora: Comunidade Organiza Abraço à Pedreira**. 2021. Disponível em: <https://reporterpopular.com.br/o-morro-mora-comunidade-organiza-abraco-a-pedreira/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz; Azevedo, Sérgio de. A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

Rodrigues, Lineu Neiva; Neto, Arnaldo José Cambraia. Artigo - Recarga e sua importância para as águas subterrâneas e para a sustentabilidade da agricultura na região do Cerrado. **Embrapa**, 05 abr. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/60455159/artigo---recarga-e-sua-importancia-para-as-aguas-subterraneas-e-para-a-sustentabilidade-da-agricultura-na-regiao-do-cerrado>. Acesso em 28 out. 2023.

Rollsing, Carlos. Número de óbitos por desastre natural é o mais alto desde, pelo menos, 1980 no RS, aponta pesquisa. **Gaúcha ZH**, 07 set. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2023/09/numero-de-obitos-por-desastre-natural-e-o-mais-alto-desde-pelo-menos-1980-no-rs-aponta-pesquisa-clm98a4eh0010015g9q30p65u.html>. Acesso em: 28 out. 2023.

Rolnik, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2015. Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de livre-docente. São Paulo, 2015.

Romagna, Duda. Pesquisadora da UFRGS estuda reconhecimento do passado escravista por brancos em fazenda do RS. **Sul 21**, 5 mar. 2023. Disponível em:

<https://sul21.com.br/noticias/educacao/2023/03/pesquisadora-da-ufrgs-estuda-reconhecimento-do-passado-escravista-por-brancos-em-fazenda-do-rs/>. Acesso em: 31 out. 2023.

Sá Júnior, Luiz César. Philippe Descola e a virada ontológica na antropologia. **Ilha, Revista de Antropologia**, v. 16, n. 2, p. 7-36, 2014.

Sacco, Pedro Nicolau Moura. **Manifestação, no contexto da Reintegração de Posse nº 5056794-75.2022.4.04.7100**. Porto Alegre, 20 out. 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1sX9k_DDDddy3lhKv8mJ9slb0DAiMKo7/view. Acesso em: 12 nov. 2023.

Saldanha, José Rodrigo Pereira. **Selvagens, barbárie e colonos: coletivos indígenas kaingang e o choque com a civilização no Sul do Brasil Meridional contemporâneo**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

Sangalli, Jessé. **A Verdade sobre a Pedreira do Morro Santana!** 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R2pjjjUZ3nE>. Acesso em: 28 out. 2023.

Santana, Mônica. As invasoras. **O Eco**, 22 out. 2004, 19 anos atrás. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/862-oeco_10594/#:~:text=Segundo%20Ziller%2C%20o%20Pinus%20aparece,unidades%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D%2C%20explicou... Acesso em: 31 out. 2023.

Santos, Gabriel Nascimento dos, 2023. **A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global**. Gragoatá, Niterói, v. 28, n. 60, e-53299, jan.-abr. 2023

Scaramuzzi, Igor. Concepções e conhecimentos quilombolas e as hipóteses científicas sobre a criação e a reprodução das florestas de castanhais-Alto Trombetas, Oriximiná-PA. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 3, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/6647?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Scheuermann, Camila Ferreira. **Museu Lutzenberger – Preservação e Recuperação no Morro Santana**. Pontifícia Universidade Católica - PUC RS, 2020. Disponível em: <https://premioiabrs.org.br/projetos/museu-lutzenberger-preservacao-e-recuperacao-no-morro-santana/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Schweig, Ana Letícia Meira. **Territorialidade e relações sociocossmológicas Kaingang no Morro Santana, Porto Alegre, RS**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

SDR. Agricultura: **Divulgado levantamento preliminar dos impactos das chuvas intensas e enchentes na produção rural**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 10 set. 2023. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/divulgado-levantamento-preliminar-dos-impactos-das-chuvas-intensas-e-enchentes-na-producao-rural>. Acesso em: 28 out. 2023.

Seixas, Eunice Castro. Governança Global e Ajuda ao Desenvolvimento na Bósnia-Herzegovina: Fricção e Tradução. **Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC**, n. 4, 2010. Disponível em:

https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/pdf/05_Eunice_Castro_Seixas.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

Sias, Estaél. Atlântico Superaquece e Cientistas Enxergam Recordes "Inacreditáveis". **MetSul**, 22 jun. 2023, 11:10. Disponível em: <https://metsul.com/atlantico-superaquece-e-cientistas-enxergam-records-inacreditaveis/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Sias, Estael. La Niña chega ao fim após três anos e Pacífico está em neutralidade. **MetSul**, 9 mar. 2023. Disponível em: <https://metsul.com/la-nina-chega-ao-fim-apos-tres-anos-e-pacifico-esta-em-neutralidade/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Silva, Luís Gustavo Ruwer da. **Resistir para cuidar a mãe natureza** - Nasce a Retomada Multiétnica Kaingang Xokleng Popular Gãh Ré, no Morro Santana, em Porto Alegre-RS. 2022. Vídeo reportagem. Duração: 07'17". Disponível em: <https://youtu.be/4zezRiW594I>. Acesso em: 28 out. 2023.

Silva, Luís Gustavo Ruwer. **Não tinha água para tomar quem dirá para controlar o fogo:** conflitos socioambientais e a luta pela vida no Morro Santana, em Porto Alegre-RS. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

Souza, Maria Beatriz de Mello. Mãe, mestra e guia: uma análise da iconografia de Santa'Anna. **Topoi**, v. 3, n. 5, p. 232-250, 2002.

Spadoni, Luís. Reconstituição Histórica da Casa Branca de Porto Alegre. **Foco na Memória**, 17 abr. 2019. Disponível em: <https://foconamemoria.blogspot.com/2019/04/construcao-acoriana-do-inicio-do-seculo.html>. Acesso em: 31 out. 2023.

Sperb, Paula. Antes da abolição, intelectuais faziam 'vaquinha' para libertar escravos. **BBC News Brasil**, 29 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45559374>. Acesso em: 31 out. 2023.

Stengers, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 442-464, 2018.

Strohaecker, Tânia Marques. O Mercado de terras de Porto Alegre: atuação das companhias de loteamento. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 57, n. 2, p. 101-123, 1995. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1549>. Acesso em: 31 out. 2023.

Suertegaray, Dirce Maria Antunes. **Espaço Geográfico uno e múltiplo**. In: Suertegaray, Dirce Maria Antunes; Basso, Luís Alberto; Verdum, Roberto (orgs.). *Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2020.

Sugimoto, Erick. O que é dação em pagamento? **Jusbrasil**, 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/qual-o-conceito-e-quais-requisitos-da-dacao-em-pagamento/1161353463>. Acesso em: 31 out. 2023.

Suptitz, Bruna. Pensar a Cidade. **Planejamento Urbano**, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade/2023/07/1116710-empresa->

buscara-parceiro-para-projeto-na-fazenda-do-arado-apos-aprovacao-do-evu.html. Acesso em: 31 out. 2023.

Tanaka, Adriana. 2023. **Entrevista** [arquivo pessoal do autor]. Porto Alegre.

Telles, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Argvmentvm Ed.: Belo Horizonte, 2010.

Telles, Vera da Silva. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, v. 46, n. 1, jan./jun. 2015, p. 15-41.

Tidra, Caroline. Beco da Morte: de olho nas pedras, estado de alerta é constante. **Gaúcha ZH**, 19 maio 2023a. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2023/05/beco-da-morte-de-olho-nas-pedras-estado-de-alerta-e-constante-clhv11mmk00a1016xh790ppud.html>. Acesso em: 28 out. 2023.

Tidra, Caroline. Enxurradas, inundações, deslizamentos: moradores contam como é viver sob a iminência de desastres naturais em Porto Alegre. **Diário Gaúcho**, 19 maio 2023b. Disponível em: <https://diariogauchoclicrbs.com.br/dia-a-dia/noticia/2023/05/enxurradas-inundacoes-deslizamentos-moradores-contam-como-e-viver-sob-a-iminencia-de-desastres-naturais-em-porto-alegre-28468877.html>. Acesso em: 28 out. 2023.

Tlostanova, Madina. **On decolonizing design**. Design Philosophy Papers, 2017.

Träsel, Marcelo. **Sobre a Porto Alegre do Futuro: Não Olhe Para Cima**. GaúchaZH, 06 jan. 2023, 18:00. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2023/01/marcelo-trasel-sobre-a-porto-alegre-do-futuro-nao-olhe-para-cima-clcjccgqs00730182ef1subgk.html>. Acesso em: 28 out. 2023

Tsing, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécie no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

Um Lugar ao Sol. Direção: Gabriel Mascaro, 2009. **Documentário**. 1h5min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cgGa6iwFJMo>. Acesso em: 12 nov. 2023.

UFRGS, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. **Dossiê elaborado para a implementação da Unidade de Conservação. Porto Alegre**, 2008. [documento não publicado].

Valladares, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Valporto, Oscar. Agronegócio provoca exaustão ambiental e desertificação. Projeto **Colabora**, 28 abr. 2022. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods13/agronegocio-provoca-exaustao-ambiental-e-desertificacao/>. Acesso em: 31 out. 2023.

Velho, Gilberto. **Observando o Familiar**. In: Nunes, Edson de Oliveira. A Aventura Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 121/132.

Viação Ferrea do Rio Grande do Sul. **Relatório de 1944 relativo às administrações dos Ex-Diretores Cel. Engº João Valdetaro de Amorim e Mello e Ten. Cel. Engº José Diogo Brochado da Rocha apresentado ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas pelo Engenheiro Aymoré Soares Drummond de Macedo.** Diretor. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo - Barcellos, Bertaso, 1946. Volume 1944. Disponível em: <https://archive.org/details/relatorioviaferrea1944>. Acesso em: 31 out. 2023.

Viana, Natalia. A briga dos uruguaiois contra o Google. **A Publica**, 13 ago. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/08/a-briga-dos-uruguaiois-contra-o-google/>. Acesso em: 31 out. 2023.

Vianna, Adriana; Magalhães, Alexandre. Habitar a cidade e fazer a vida: questões sobre a existência em situações limite. In: Bello, Enzo; Keller, Rene José (org). **Curso de direito à cidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2019.

Vieira, Cristiano. **Prefeito vistoria áreas afetadas pelo temporal no Extremo-Sul da Capital.** Prefeitura de Porto Alegre, 16 jun. 2023, 17:48. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/prefeito-vistoria-areas-afetadas-pelo-temporal-no-extremo-sul-da-capital>. Acesso em: 16 jun. 2023.

Vieira, Daniele Machado. **Territórios Negros Em Porto Alegre/RS (1800 – 1970):** Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Vitali, Cindy. Mais de 2 mil títulos de propriedade já foram entregues pelo município. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smharf/noticias/mais-de-2-mil-titulos-de-propriedade-ja-foram-entregues-pelo-municipio>. Acesso em: 28 out. 2023.

Volkmer, Marta Floriani. **Requalificação da Pedreira do Morro Santana.** Orientador: José Carlos Marques. Escola: Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre. Concurso IAB SP, 2006. Disponível em: https://www.iabsp.org.br/concursosiabsp/decada_2000/2006_projetos_premiados_premio_opera_prima.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

Weimer, Günter. **Arquitetura de Porto Alegre:** os primórdios. Canoas: Ed. ULBRA, 2019. Disponível em: <https://caurs.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Arquitetura-de-Porto-Alegre.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.